



Seca, Fome e Estado de Emergência



Fortaleza – Ceará
2006

Mesa Diretora
26ª Legislatura
2005-2006

Dep. Marcos Cals
Presidente

Dep. Idemar Citó
1º Vice – Presidente

Dep. Domingos Filho
2º Vice – Presidente

Dep. Gony Arruda
1º Secretário

Dep. José Albuquerque
2º Secretário

Dep. Fernando Hugo
3º Secretário

Dep. Gilberto Rodrigues
4º Secretário



home page: www.al.ce.gov.br
e-mail: epovo@al.ce.gov.br



home page: www.al.ce.gov.br/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Seca, Fome e Estado de Emergência

GINA VIDAL MARCÍLIO POMPEU

MÔNICA MOTA TASSIGNY

| COORDENADORAS E ORGANIZADORAS |

Copyright – © 2006 by Gina Vidal Marcílio Pompeu

Coordenação Editorial
Gina Vidal Marcílio Pompeu

Projeto Gráfico e Diagramação
Roberta Oliveira

Capa
Mário Giffoni

Fotos
Antônio Capibaribe Neto
Cid Barbosa

Tratamento de Imagens
Mário Giffoni

Ilustrações
Socorro Torquato
Audifax Rios
Mino Castelo Branco

Impressão e Acabamento
Gráfica do INESP

Revisão
Tereza Porto

Revisão Técnica
Daniel Franco

Pesquisa Iconográfica
Andréa Fernandes Melo
Carolina Penaforte
Luciana Campos de Almeida Craveiro
Mirtília Cavalcante

Estagiários Pesquisadores da Unifor
Artur Emílio Cavalcante Sampaio
Dennis de Oliveira Santos
Eduardo de Castro Dantas Guerra
Emmanuel Valverde Rios Nogueira
Larissa Ferreira Costa Marinho
Manuelina Maria Gonçalves
Sarah Lylia Souza Batista

Catálogo na fonte por Daniele Sousa do Nascimento

P788s Pompeu, Gina Vidal Marcílio. (org. e coord.)
Seca, fomalha e estado de emergência/ Gina Vidal
Marcílio Pompeu e Mônica Mota Tassigny . _Fortaleza: Editora INESP, 2006.
200p. il.:

ISBN: 85-87764-74-8

I. História - Ceará. 2- Seca- Ceará. I. Título

CDD 981.31

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

Sumário

APRESENTAÇÃO – Deputado Marcos Cals PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ	9
PREFÁCIO – Gina Pompeu e Mônica Tassigny (Organizadoras)	11
PREFÁCIO – Carlos Augusto Viana MEMBRO DA ACADEMIA CEARENSE LETRAS	13
CIVILIZAÇÃO DAS SECAS	15
Introdução	15
Marco zero: seca e aspectos geofísicos e sociais	19
Vivendo na fornalha e em estado de emergência	21
CAPÍTULO I - SECA E PERÍODO COLONIAL	
1600: Tudo Seco no Ceará	23
1.1 1692: Os Primeiros Registros da Seca	24
1.2 1710-1711: Seca Novamente	25
1.3 1721-1727: A Pior das Secas	26
1.4 1730: Seca sem Registros	27
1.5 1736-1737: Seca Parcial	27
1.6 1744-1745: Seca e Índios	28
1.7 1760: Seca e Farinha	28
1.8 1766: Seca e Ordem Régia	28
1.9 1772: Seca e Destruição	29
1.10 1777-1778: Charque, Seca e Farinha	29
1.11 1783-1784: Seca sem Graves Conseqüências	30
1.12 1790-1793: Depois das Chuvas, Sofrimentos	31
1.13 1809: Primeira Seca do Século XIX	32
1.14 1814: Seca e Grandes Prejuízos	32
1.15 1824-1825: Mais Seca	32
1.16 1833: A Frágil Relação Seca e Império	33
Seca, Fornalha...	34
Na Emergência...	34

CAPÍTULO II - SECA E PERÍODO IMPERIAL

1840: Seca, Império e Políticas Emergenciais	35
2.1 1844-1845: Seca e Ciência	37
2.2 1877-1879: Seca de Fome, Abundância de Doenças	38
2.3 1888: Seca Curta e Fatal	41
Seca, Fornalha... ..	42
Na Emergência.....	45

CAPÍTULO III - REPÚBLICA VELHA NA SECA

1889: Proclamação da República na Seca	47
3.1 1898: Rotineira Estiagem	48
3.2 1900: Seca, Vacinação e "Campos de Retirantes"	49
3.3 1915: Memorável Seca	49
3.4 1919: Seca e Obras em Construção	51
Seca, Fornalha... ..	52
Na Emergência.....	53

CAPÍTULO IV - SECA NA REPÚBLICA NOVA

1930: Seca e "Campos de Concentração"	55
4.1 1931-1932: Seca, Poeira e Ferro	56
4.2 1942: Seca e Exército da Borracha	57
4.3 1951-1953: Política e Seca	59
4.4 1958: A Indústria da Seca	60
4.5 1970: Seca e Autoritarismo	63
4.6 1976: Quase Seca	66
4.7 1979-1983: Seca sem Fim	66
4.8 1980: Seca e Redemocratização	70
4.9 1987-1988: Seca Verde	71
4.10 1991-1993: Seca Agrícola	73
4.11 1994: Seca e Desertificação	74
4.12 1998-1999: Previsões, Racionamento e Seca	75
4.13 2000: Seca Verde Novamente	75
4.14 2001-2004: Seca Recente e Efeitos Antigos	76
Seca, Fornalha... ..	79
Na Emergência.....	82

CAPÍTULO V - ESTADO DE SECA NA LITERATURA

5.1 Oliveira Paiva e a Seca	88
Vivendo na Fornalha... ..	89
5.2 Rodolfo Teófilo e a Seca	91
Vivendo na Fornalha... ..	91
5.3 Domingos Olímpio e a Seca	95
Vivendo na Fornalha... ..	95

5.4 Euclides da Cunha e a Seca	98
Vivendo na Fornalha.....	98
5.5 Rachel de Queiroz e a Seca	100
Vivendo na Fornalha.....	101
5.6 Graciliano Ramos e a Seca	102
Vivendo na Fornalha.....	102
5.7 Jorge Amado e a Seca	106
Vivendo na Fornalha.....	106

ANEXOS

IMPRESSÕES SOBRE AS SECAS: NA ACADEMIA

Novos símbolos e seca (seca de 1877 a 1880) – FREDERICO DE CASTRO NEVES	112
Isolamento e poder – KÊNIA SOUSA RIOS.....	113
Seca, pobreza e poder: o triângulo de ferro – ALBERTO AMADEI	114
A seca e a literatura – BATISTA DE LIMA	115
A seca como fenômeno – FRANCISCO MOREIRA RIBEIRO	115
A história da seca e o imaginário nordestino – PRECILIANA RIBEIRO DE MORAIS	116

IMPRESSÕES SOBRE AS SECAS: NO LEGISLATIVO

Discurso do DEPUTADO FERNANDO MOTA (28/03/1979)	118
Discurso do SENADOR ALMIR PINTO (08/05/1979)	120
Discurso do DEPUTADO DIÓGENES NOGUEIRA (18/09/1979)	121
Um crime contra o Nordeste – DEPUTADO EUDORO SANTANA	122
Manifesto – Não à extinção da Sudene	125
A seca no Ceará – DEPUTADO ARTUR BRUNO	125
Água, fator de desenvolvimento – DEPUTADO JOSÉ MARIA PIMENTA	127
Impressões sobre as secas no Núcleo de Estudos e Pesquisas do INESP	128
Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre as secas no Nordeste – Diário do Congresso Nacional	130
Águas do São Francisco: Revitalização e Integração	141

IMPRESSÕES SOBRE AS SECAS: NO EXECUTIVO

Evoluindo no convívio com as secas – FRANCISCO DE QUEIRÓZ MAIA JÚNIOR	145
O Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental (PRODHAM) – JOÃO BOSCO OLIVEIRA, RICARDO LIMA DE MEDEIROS MARQUES E ANTÔNIO JOSÉ CÂMARA	148

MAPAS E GRÁFICOS

Municípios do Estado do Ceará	151
Mesorregiões e Microrregiões geográficas	157
Regiões Hidrográficas	158
Classes de solos	159
Tipos Climáticos	160

Precipitações	161
Unidades Fitoecológicas	162
Densidade Demográfica	163
Taxa de Urbanização	164
Gráfico – Distribuição da população residente, segundo a situação do domicílio	165
Gráfico – População residente estimada	165
Gráfico – Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente	165
Taxa de mortalidade infantil	166
Índice de desenvolvimento municipal	167
Índice Municipal de Alerta	168
HISTÓRIA DE NOSSA GENTE	169
Presidentes do Brasil	169
Presidentes da Província e Governadores do Ceará	173
Presidentes da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará	177
Constituições Políticas do Brasil	180
Constituições Políticas do Estado do Ceará	180
Os Dez Cearenses do Século XX.....	181
Ceará Terra da LUZ – MINO CASTELO BRANCO	183
Hino do Ceará	187
REFERÊNCIAS	189

Apresentação

A partir da constatação de que o problema das secas no Estado do Ceará é secular e ainda sem solução, a Assembléia Legislativa, por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP, e em parceria com a Universidade de Fortaleza – UNIFOR, formou com estagiários dos cursos de Ciências Sociais e Ciências Políticas um grupo de pesquisa, que realizou análise histórica, política e social da complexidade da seca no nosso Estado, apontando causas e conseqüências de tal fenômeno como pressuposto para a formação de uma consciência crítica.

O trabalho culminou com a publicação desse livro de dimensão didática que serve não só de fonte de pesquisa acadêmica, mas de esteio e fundamento às ações públicas de combate à seca.

A relevância também vem do fato da pesquisa pretender reunir informações e conhecimentos sobre os diferentes aspectos da seca como base para reflexão crítica dos agentes políticos, pesquisadores, alunos dos diferentes níveis de ensino, do cidadão que conhece a sua história, que sente na pele os reflexos da seca, do êxodo rural, da omissão de implementar ações coerentes e permanentes que transformem a vida do cearense, forte pela transposição das dificuldades diárias e corajoso para enfrentar o que pode ser modificado, mas resignado diante daquilo que não consegue resolver. Muito há de ser feito, as adversidades climáticas podem ser por vezes domadas. São necessários conhecimento, cobrança social, vontade política, estratégia e método, aplicação de recursos, constante acompanhamento e fiscalização.

O Poder Legislativo cearense, de 2003 a 2006, travou duas grandes discussões que visavam a solucionar, ou pelo menos minorar, as conseqüências dos problemas climáticos, a estiagem e a fixação do homem no campo: a recriação da SUDENE e a interligação das bacias setentrionais com a bacia do Rio São Francisco. Essas medidas são ferramentas capazes de possibilitar a produção de alimentos na zona rural e de manter uma agropecuária sustentável. Políticos, técnicos, professores, associações comunitárias, vários setores de produção da sociedade estiveram presentes em seminários, contando inclusive com a participação do então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Os esforços ainda não foram suficientes, os apelos ainda não foram contundentes o bastante para convencer o Governo Federal a mover a adormecida máquina estatal em favor do sertão nordestino. Mas o cearense não se resigna diante do que pode e deve ser modificado.

Destarte, esse relato é mais um instrumento utilizado pelo Legislativo cearense com a finalidade de sensibilizar a todos para a realidade das secas, mostrando como elas influenciam e modificam a vida de todo um povo. De prisioneiros em currais e "campos de concentração", para não transmitirem doenças e mazelas às zonas urbanas, retirantes nordestinos foram dizimados ou exportados para a Amazônia como soldados da borracha, foram levados às trincheiras contra a revolução constitucionalista de 1932, serviram de mão-de-obra barata na industrialização paulista e na construção da capital federal... enfim, para longe da sua vontade de cultivar a terra e a família. Transformados em cidadãos de segunda categoria, ainda hoje somos ofensivamente vistos como incultos, ignorantes, passíveis de manipulação política, consciências e votos comprados por alimentação, prisioneiros e privados dos direitos sociais básicos.

O estudo possui como objetivo geral analisar as ocorrências históricas do fenômeno das secas no semi-árido nordestino, com foco no Estado do Ceará, bem como as ações políticas de combate e suas conseqüências, as repercussões socioeconômicas, políticas e culturais das secas na formação da população cearense e no desenvolvimento das cidades. Objetiva contribuir, pelo conhecimento, análise e crítica dos fatos, para o desenvolvimento de uma educação política caracterizada pelo controle social e exercício da cidadania responsável pelo desenvolvimento coletivo, que não aceita o uso indevido de recursos públicos, reconhece e veta políticas demagógicas. Aponta erros cometidos para que sejam evitados, e busca soluções que amenizem os nefastos efeitos das secas, na tentativa de contribuir efetivamente para que melhores condições de vida sejam alcançadas pela população do sertão.

Deputado Marcos Cals

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

Prefácio

Difícil acreditar, mas em 2006 ainda se fala em carros-pipa, em municípios em estado de emergência, onde prefeitos imploram ao Governo Federal, que lhes forneça água. Dos 184 municípios cearenses, em outubro de 2006, 66 decretaram situação de emergência, mas apenas seis deles estão sendo beneficiados, conforme noticiou o Jornal Diário do Nordeste.

Em pleno século XXI, não ter água na torneira parece brincadeira de mau gosto para a população urbana do Ceará, que hoje já representa 75% da população total de mais de 8 milhões de habitantes, mas 25% dos cearenses, ou seja, cerca de dois milhões de pessoas, vivem nas zonas rurais, como cidadãos de segunda categoria para quem tudo falta, até mesmo água!

Esquecidos, negligenciados, vulneráveis às intempéries climáticas, ainda condicionados à economia de subsistência, ao paternalismo e à dominação de agentes políticos, que desconhecem os fins da república, os sertanejos enfrentam ano a ano a escassez, a destruição das colheitas, a fome, a morte, a migração, a miséria, a desnutrição, o abandono, a manipulação política, a corrupção, os desvios das verbas e, como necessário e derradeiro instinto de sobrevivência, invadem cidades e saqueiam armazéns em busca de alimentos.

Estudar e compreender esse conflito social provocado pela seca deveria fazer parte do currículo de todo cidadão brasileiro. Com certeza, o seu modo de pensar e de valorar os fatos e as situações que o rodeiam seria mais humano e consciente de responsabilidade social.

Pensando dessa maneira, a pesquisa que resultou neste livro suscitou indignação devido à constatação do terror existente nos "Campos de Concentração" cearenses de outrora, hoje transformados em 200 favelas, bem como à verificação da existência da "Indústria da Seca" e à confirmação da falta de resolução e de ações permanentes de combate às secas e aos dramas por elas causados.

Na presente investigação, guiamos nossos estagiários dos Cursos de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Fortaleza a uma viagem através dos tempos, pelo mundo árido, violento e místico do sertão nordestino, onde se misturam o gado, o boiadeiro, o jagunço, o menino semi-nu e descalço, as casas de taipa e os latifúndios e seus proprietários. Foram conduzidos a dias que se arrastam sob sol escaldante e à fé em que um dia tudo irá mudar, estará sempre bonito para chover. Eles encontraram uma realidade nada poética, marcada pela fome, pela ignorância e pela desolação.

Pouco está no lugar e muito há o que se fazer. Temos que reivindicar o direito à água (pois é, ainda não é um bem acessível a todos). Vamos exercitar o controle social, fiscalizando a aplicação de recursos públicos destinados ao desenvolvimento rural; vamos procurar saber quem são os agentes políticos defensores das causas relacionadas ao homem do campo; vamos investigar o que fazem os prefeitos com seus orçamentos; vamos provocar o judiciário por meio de ação civil pública requerendo o direito à água.

Iniciemos por este livro, lendo, conhecendo e criticando. Os problemas resultantes das secas são nossos, assim também as suas soluções devem ter origem por meio de ações próprias da sociedade, do legislativo, do executivo e, se necessário, do judiciário.

Profa. Gina Pompeu
Profa. Mônica Tassigny

Prefácio

Nada mais oportuno, por parte dos autores desse livro, do que a escolha, como epígrafe para o histórico do flagelo da seca, de um fragmento de "Morte e Vida Severina", de João Cabral de Melo Neto: "Morremos de morte igual / mesma morte severina", isto é, a que envolve, em síntese, a violência, seja esta oriunda do latifúndio, da degradação das relações, objetivas ou não, ou da seca.

Nesse poema-livro, o autor narra o êxodo de Severino - um homem que, fugindo da seca, parte do agreste (sertão de Pernambuco) indo em direção à cidade grande (Recife), em busca de sobrevivência; tem, como guia, o rio Capibaribe; mas, à medida que imprime seu percurso, visando à vida, só depara a morte. A morte conduz, pois, o tom de toda a narrativa; apenas no final, inscreve-se a vida, sob a forma de esperança, com o nascimento do filho de "Seu José, mestre Carpina", uma vez que aquele passa a ser, à semelhança do menino Jesus, a promessa, ainda que magra, de esperança.

Desse modo, sem quaisquer preâmbulos, o leitor depara a "Civilização da Seca", desde seus primeiros registros, feito por Fernão Cardin, já no último quartel do século XVI - de tão devastadora, fez sucumbir uma das primeiras tentativas de colonização, da mesma forma como, vinte anos depois, frustrou também a empreitada de Pêro Coelho em nossas terras. Assim, século a século, a seca, com sua inexorável mão, espalha a sombra da desolação por sobre o Ceará, devastando a flora e a fauna, dizimando os homens, corroendo, por muito longo, as possibilidades de progresso.

Esse estudo entrelaça documentação e análise, uma vez que, ao lado da enumeração cronológica dessa cíclica tragédia climática - do modo por que a enfrentou o poder público, quer no Império, quer nas diversas etapas da República, tanto em relação a medidas paliativas quanto a tentativas de procedimentos regidos por Estatutos -, enumeram-se, também, reflexões em torno de suas consequências de natureza social, econômica, política e inter-subjetivas, bem como geográficas: o êxodo rural, a dizimação dos processos de produção, a sedimentação do coronelismo e a indústria da seca, a fragmentação da família, com a dissolução dos laços afetivos, a dissipação de seus membros, o incremento da prostituição, a corrosão do indivíduo, a desertificação e seus indefectíveis impactos na vida em geral.

Por fim, ao lado dos elementos de cunho científico-documental, os autores percorrem relevantes obras da literatura nacional, desde os mais significativos nome da Padaria Espiritual, como Oliveira Paiva; ("Dona Guidinha do Poço") Rodolfo Teófilo; ("A fome") Domingos Olímpio ("Luzia-Homem"), passando pela primeira experiência do gênero no século XX, com Euclides da Cunha ("Os sertões") até chegar à releitura de tudo isso, quando à seca os autores atrelaram concepções de teor econômico e filosófico, consoante os procedimentos de nomes exponenciais de nosso Modernismo: Rachel de Queiroz; ("O quinze") Graciliano Ramos; ("Vidas secas") e Jorge Amado ("Seara vermelha").

Prof. Carlos Augusto Viana
Membro da Academia Cearense de Letras

civilização das secas

Civilização das secas



*"E se somos Severinos
Iguais em tudo na vida,
Morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes do trinta,
de emboscada antes dos vinte
e de fome um pouco por dia"*

(Trecho de *Morte e Vida Severina*,
de João Cabral de Melo Neto)

INTRODUÇÃO

Antes da colonização do Brasil, a luta contra as secas foi um dos traços marcantes das populações nativas. Índios Tabajaras, Kariris, Tapuias e outros, do sertão ao litoral, do Jaguaribe, do Apodi, do Açu até as ribeiras do São Francisco, muitos viveram atormentados e aossados pelas secas, em constantes deslocamentos e em contínuos embates entre tribos.

Foi de Fernão Cardin, padre português, a primeira referência à seca. Contou que, por volta de 1583, a seca foi tão perversa que tornou a terra estéril e fez parar engenhos. Canaviais e mandiocais secaram e houve grande fome entre índios e brancos.

O plano de colonização do Brasil, idealizado por D. João III, dividiu o território brasileiro em Capitânicas Hereditárias. As capitânicas, entretanto, não prosperaram da mesma forma. Enquanto algumas apresentavam solos férteis e facilidades na conquista da terra, outras apresentavam enormes obstáculos. Este foi o caso da Capitania do "Siara". Os portugueses davam conta de certa improdutividade do solo e da aspereza do clima.

Em 1603, Pêro Coelho tentou a ocupação em terras cearenses pela Serra de Ibiapaba, contudo, essa tentativa foi frustrada. No ano de 1605, após ter fundado núcleos de defesa da terra, retira-se: a seca, a fome e a sede quase lhe tiraram a vida, vitimaram um filho e alquebraram a esposa.

Assim, tiveram início os primeiros registros da epopéia das secas. A partir do século XVII e, também, nos séculos seguintes, nenhuma época escapou: Colônia, Império e República.

No século XVIII, tem-se notícias da primeira grande crise climática que atingiu toda a região do Nordeste brasileiro. O decênio de 1721 a 1730 foi de grande irregularidade climática, secas de maior ou de menor intensidade, mas igualmente danosas às incipientes economias locais.

De novo, entre 1745 e 1746, alternaram-se secas parciais, seguindo-se anos de grande escassez, de seca total. Este fenômeno diminuía a população do sertão do Ceará, criando verdadeiros campos desérticos e gerando grande dificuldade aos governadores (ou capitães-mores) em atender às necessidades emergenciais do sertanejo: do vaqueiro e dos pequenos agricultores perdidos na fome do sertão.

Em 1766, novamente grande seca no Ceará. A população deslocava-se de um lado para outro, em busca de alimento, originando "bandos" dispersos pelo sertão. Foi então que, por Ordem Régia, obrigavam-se aos retirantes reunirem-se em povoações, em terras divididas em pequenas porções. Os que não obedecessem seriam considerados foras-da-lei e punidos como tal. Pretendia-se evitar saques e depredações na sede da capitania.

Seguiram-se os mesmos flagelos entre 1772, 1777 e 1778. E, ainda, no decênio de 1780, dizimando rebanhos e homens. Novamente, entre 1790-1793, mais uma seca tão intensa que deixou marcas profundas na economia das capitânias do Nordeste.

Por volta de 1845, quando ocorreu grande seca, a Vila de Fortaleza foi invadida por bandos de famintos que acabavam se instalando ao largo da vila, mesmo após cessada a estiagem. Viviam de trabalhos aleatórios e definhavam de fome crônica.

Contam alguns historiadores que a seca deste período ocasionou crescimento do meretrício em Fortaleza. Pelas praias, perambulavam famílias pedintes, sem moradia, e moças oferecendo o corpo.

Nem mesmo a ciência imperial, por meio da Comissão Científica de Exploração, amparada no artigo 1º da Lei 884 de outubro de 1856, conseguiu dar resposta satisfatória às expectativas de prevenção dos flagelos da seca: a seca, o sertanejo e o sertão permaneceram imutáveis em termos de soluções.

Em épocas abolicionistas, aportou por aqui grande voz: José do Patrocínio. Em 1882, visitou o Ceará em tempos dolorosos, quando trágica seca arrasava com tudo que era vivente. Assistiu de perto o flagelo da fome e chamou de medonho o cenário que viu como expectador.

E não pense o leitor que medidas governamentais não foram tomadas. Desde 1877, criou-se comissão para avaliar e sugerir ações frente à problemática da seca. Foi assim que começou a história da política de combate às secas. Foram encaminhadas ao Governo Imperial as seguintes medidas, produtos de estudos da Comissão Científica: abrir poços artesianos; construir estradas e açudes e canalizar rios. Algumas dessas obras esperaram décadas para serem finalizadas, outras foram abandonadas ou tiveram seus projetos engavetados.

No ano de 1877, a seca parecia mais uma hecatombe. Não houve plano de socorro. A única providência foi espalhar os retirantes ao longo da Estrada de Ferro de Baturité, era a estrada da fome!

Foi impossível evitar que os retirantes fossem dar no Passeio Público, praça freqüentada pela elite de Fortaleza. Oficialmente, construíram o Alagadiço, espécie de "abarracamento", conhecido depois como "Campo de Concentração"; tentava-se reter o flagelado e conter o grande surto de varíola que acometeu a capital. Concentravam retirantes em um quadrilátero de apenas 500 metros de face; ali encerraram mais de 7 mil flagelados da seca.

Em 1880, o engenheiro Jules Rewy foi encarregado de realizar estudos das áreas favoráveis à construção de açudes e de barragens no semi-árido nordestino. Após dois anos, foi apresentado o projeto do açude Cedro, mas somente passada uma década, iniciou-se esta obra.

Assim, de seca em seca, terminamos o século XIX com grande estiagem em 1898 e iniciamos o século XX com novo flagelo da seca, em 1900. Neste período, a única estratégia oficial para combater as secas limitava-se à lenta construção das barragens do açude de Quixadá, iniciadas em 1884.

Os dois anos seguintes foram também de escassez pluviométrica. Estenderam-se, então, por seis anos, de 1898 a 1903, as estiagens, com apenas dois anos de chuvas normais (1899 e 1901).

Em 1909, surgiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que pretendeu fazer política de enfrentamento à problemática da seca no semi-árido nordestino, mas tudo parecia muito lento frente à urgência pela água.

No século XX, nada se comparou à calamidade da grande seca de 1915. Já em março desse ano, a seca foi declarada pelo então Presidente do Estado. Somente em julho chegou insignificante socorro da União. Esta seca tragou mais de um milhão de cabeças de gado. Dizimou o pobre e o rico quase na mesma proporção, deixando a IOCS com jeito de mito. Breve trégua chegou com o inverno de 1916.

Novamente em 1919, o então Presidente Epitácio Pessoa vai dar origem a outro órgão de combate ao problema - a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Apesar dos esforços, existia forte resistência por parte das elites do Sul e do Sudeste, pois eram contra investimentos da União no Nordeste, principalmente, na aplicação de recursos públicos no semi-árido nordestino, considerado lugar problema, portanto, sem solução.

Além disso, as elites locais oscilavam entre posicionamentos de súplicas ao Governo Federal e a manutenção de uma ordem política e econômica atrasada, herdeira de uma mentalidade tradicionalista em favor da permanência da situação, inaugurando a "Indústria da Seca": fruto de uma conduta política baseada no assistencialismo que lucrava com as situações provocadas pela seca.

Como num calvário, a seca fez-nos atravessar a Velha República. Entre 1930 e 1931, anos escassos, foi preparada a grande tragédia da seca de 1932: ondas de famintos deslocavam-se de um canto a outro, morrendo às centenas, de sede, de fome ou de doenças.

Neste período, surgiu o Estatuto das Secas, contemplado na Carta Magna de 1934. Já a Carta de 1937, entretanto, não se lembrou do Nordeste. Com a queda de Getúlio Vargas, um cearense ocupou por pouco tempo a presidência, o Ministro

José Linhares; assim, em 1946, surgiu nova lei e a antiga Inspetoria passou a se denominar Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

Seria injustiça não ressaltar a contribuição desse departamento na Região Nordeste. Disseminou açudes, poços, fixou populações, rasgou estradas, construiu campos de aviação, aproximou o sertão do resto do mundo. Também criou postos agrícolas, serviços agro-industriais, beneficiou a criação de bacias de irrigação. Foram infindáveis as obras contra as secas.

Anos mais tarde foram criadas a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em 1948, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.

Estes órgãos surgiram como respostas ao repetitivo rosário de histórias de sofrimento, desemprego maciço, produções perdidas, desespero, fome e incontáveis frentes de serviços de emergência, no bojo da seca de 1951-1953, nos seus efeitos, na década de 1960, e na fatídica seca de 1970.

Este complexo de instituições tinha por objetivo executar políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Todas foram igualmente importantes na implantação de projetos na tentativa de solução hídrica e na fixação de milhares de famílias nordestinas.

Adentramos a República Nova sem grandes modificações quanto à problemática das secas, tudo permaneceu sem solução definitiva. A complexidade da questão das secas atinge, ainda, o século XXI, ao ponto de podermos afirmar a existência de uma verdadeira civilização das secas, pois a população acometida pelo fenômeno convive e resiste, ao longo da história, a esta calamidade parecendo sem fim.

Nesse particular, no presente livro, a palavra seca, originada do latim *siccus*, foi designada não somente para caracterizar a situação ocasionada pela falta de chuvas, mas também para ressaltar certas particularidades do povo sertanejo, que se estruturou com características peculiares profundamente influenciadas pela escassez da água, seja no modo de interpretá-la, seja em suas relações com este cotidiano, seja em exacerbada religiosidade.

A população vitimada, sem ter a quem apelar, recorre a São José, e ao "Padim Ciço", em resposta às irregularidades das ações governamentais, geralmente ocorridas no *posteriori* das secas.

Vários escritores vão dar conta deste fenômeno na literatura. Aqui, foram ressaltados apenas alguns deles, não por ordem de importância, mas porque deram conta de traços específicos desta civilização das secas. Desvelaram os subterrâneos da alma sertaneja consumida pela sede e pela fome.

O acesso à água continua a ser o grande desafio a ser enfrentado, ainda neste milênio. Secas irregulares e cíclicas, através dos séculos, marcaram nossa região e suscitaram ações de diversas naturezas: de passividade, de desespero, de resistência de sertanejos, assim como ações governamentais, muitas delas emergenciais, além de ter desencadeado estudos científicos, romances, prosas e versos.

Este livro é, pois, um convite à reflexão sobre a seca no Estado do Ceará. Constitui apenas uma visão, uma abordagem, entre tantas outras, sobre a problemática e seus graves efeitos para a população cearense. O que se pretendeu, por-

tanto, foi apresentar material resultante de estudos e de pesquisas para a compreensão das conseqüências históricas, sócio-econômicas e políticas do fenômeno físico das secas. Assim, tem como fim último alertar para a tomada de medidas eficazes e duradouras capazes de prevenir e combater a repetição das danosas conseqüências dos períodos de estiagem em nosso Estado.

MARCO ZERO: SECA E ASPECTOS GEOFÍSICOS E SOCIAIS

O Ceará possui uma diversidade de domínios naturais e paisagísticos e condições geológicas variadas, apesar de se encontrar, na maioria de seu território, a formação de rochas cristalinas. Essas são rochas duras e impermeáveis, condições que dificultam a absorção da água.

Já na faixa litorânea, o embasamento da rocha é sedimentar, fenômeno que, ao contrário da rocha cristalina, torna o solo permeável, funcionando como uma espécie de esponja, pois possui fácil capacidade de absorção d'água.

Os reflexos geológicos da região cearense incidem sobre a qualidade do solo e interferem, diretamente, na disponibilidade de recursos hídricos. Contamos com relevo predominantemente situado abaixo do nível do mar e com uma topografia pouco acidentada. Esses são fatores inibidores das chuvas.

A Região Nordeste do Brasil foi a primeira área de ocupação ou colonização européia. Durante quase três séculos permaneceu a área mais populosa e rentável do país, do ponto de vista econômico, porém, vale ressaltar que o Estado do Ceará foi tardiamente ocupado pelo colono português e pelos demais estrangeiros, pois não era visto como território propício à fixação da população.



Manoel Correia de Andrade. *A terra e o homem do Nordeste*, p. 21.

Quadro 4.A Nordeste do Brasil: zonas ou sub-regiões naturais

A **Zona da Mata** é onde se localizam as principais cidades do Nordeste. Sua área foi utilizada para a produção açucareira, atividade que até hoje é desenvolvida na região. Abrange uma faixa de terras litorâneas, que se estende desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Apresenta clima tropical-litorâneo úmido — com médias anuais de temperatura entre 24 °C e 26 °C e índices pluviométricos anuais entre 1.500 mm e 2.000 mm. A área está sob a influência de massas de ar úmidas provenientes do oceano.

No decorrer do processo de ocupação e produção do espaço geográfico, a Zona da Mata sofreu intenso desmatamento. Da exuberante Mata Atlântica que ocupou aquela área, restou apenas o nome.

O **Agreste** é considerado uma zona de transição entre a Zona da Mata e o **Sertão**, cujo maior problema climático é a irregularidade das chuvas, que causa secas prolongadas. As precipitações anuais são inferiores a 1.000 mm; sendo que, em algumas áreas, esse índice é de menos de 600 mm por ano.

Fonte: ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil - Contradições, impasses e desafios socioespaciais**. 4. ed., São Paulo: Moderna, 2004, p. 41.

O Ceará foi mais tarde, uma das áreas de exploração europeia devido às possibilidades extrativismo vegetal, plantio da cana-de-açúcar, criação de gado bovino e cultura do algodão. Foi tardiamente ocupado por causa dos problemas climáticos nossa região está situada no perímetro de incidência de estiagem, pois a maior parte do território cearense está inserida no semi-árido nordestino.

Os efeitos da seca vão gerar certas particularidades, tanto físicas, quanto econômicas e sociais. No que se refere às condições físicas, gera baixíssimo volume d'água na maioria das lagoas, açudes, poços ou reservatórios, como também reduz, consideravelmente, a quantidade d'água armazenadas no solos (lençol freático).

Nas questões sociais, o estado desesperador que se delineia em períodos de seca tem implicado, por parte do Poder Público, soluções emergenciais de efeitos paliativos, nem sempre eficazes para o enfrentamento definitivo do drama da estiagem.

Nos tempos de seca, falta água para o consumo e para quase tudo necessário à vida, e a população vitimada, para sobreviver, apela, sistematicamente, ao Estado.

Esse, por sua vez, responde, quase sempre, em caráter emergencial, permanecendo a população à espera de carros-pipa, de frentes de serviço; e se deslocando, de uma localidade a outra, em busca e na expectativa de qualquer tipo de assistência.

Nos períodos de estiagem, ao lado da escassez d'água, também falta alimento, dificultando as condições mínimas para a preservação da vida.

Sob condições climáticas semi-áridas, com baixas precipitações de chuvas, a terra também seca, obrigando o sertanejo a lançar mão de práticas agrárias ou de pastoreio, muitas vezes agressivas ao solo. Entre elas, destacam-se os desmatamentos e as queimadas. Essas práticas são os principais exemplos de degradação ambiental que ocorrem nas áreas atingidas pelas secas.

Um dos mais graves efeitos desta agressão ao solo é o fenômeno da desertificação. Constitui, por si só, conseqüência com nefastos impactos ambientais, econômicos e sociais, gerando perdas na qualidade do solo, baixíssima capacidade de armazenamento de recursos hídricos, impedimentos na produtividade agrícola, e trazendo graves prejuízos econômicos e sociais para o estado, na sua totalidade.

O semi-árido nordestino, no qual se localiza boa parte do Ceará, já chama atenção de escritores, de estudiosos e de cientistas há muito tempo: desde o Período Colonial.

Muito cedo, o olhar do colonizador europeu estranhava a paisagem seca, inóspita e por que não dizer, desfavorável à sobrevivência de homens, de plantas e de animais, contudo, o custo para a recuperação econômica e social das áreas afetadas pela seca é muito elevado. Perdemos oportunidades históricas, passados séculos após séculos, para a solução do problema.

VIVENDO NA FORNALHA E EM ESTADO DE EMERGÊNCIA...

Estudos indicam que o fenômeno das secas remonta milhares de anos, antes mesmo da ocupação humana em solo nordestino. Alguns vestígios de barragens foram encontrados em rios do Estado do Ceará. Segundo relato do historiador Pompeu Sobrinho, estes indícios indicam que o homem nativo se utilizava de pedras para tentar, quase em vão, represar a água dos rios.



O fenômeno das secas, contudo, constitui fenômeno natural dos estados da Região Nordeste, principalmente devido a sua localização, próxima à Linha do Equador. Nessa área, os raios solares incidem diretamente no continente, ou seja, com mais intensidade.

Existem ainda outras causas das estiagens, muitas vezes influenciadas por outros fatores, dentre os quais se destaca a diferença de temperaturas existentes nas águas do Oceano Atlântico (Norte e Sul). Algumas áreas são mais quentes, gerando o aparecimento do fenômeno conhecido como “El Niño” que, conseqüentemente, provoca também o aumento da temperatura do Oceano Pacífico, gerando, por sua vez, eventuais tornados e furacões de efeitos catastróficos.

Várias áreas do Ceará fazem parte do Polígono das Secas. Esse território é composto de diferentes zonas ou regiões geográficas, sujeitas a prolongadas estiagens. É onde está localizado o sertão cearense.

No Ceará, os solos mais férteis estão nas marges de rio. Estes são menos secos, apesar de apresentarem déficits em riqueza orgânica, possuem baixa umidade e, geralmente, alto teor de minerais. No sertão, o solo é mais seco, mas se consegue produzir, embora, com muito esforço, dentre outras culturas: milho, feijão, arroz, banana etc. Tais plantações também podem ser incrementadas por meio da irrigação, feita, geralmente, servindo-se das bacias dos açudes públicos. Os açudes, nos períodos de seca, quando não secam totalmente, são os meios mais fáceis para se ter acesso à água, mesmo esta sendo escassa e, muitas vezes, de péssima qualidade para o consumo humano.

É longo o rol de sofrimento causado pela seca, desde danos ao meio ambiente até a persistente história de miséria da população. Há séculos, a seca desafia o homem sertanejo. Várias produções escritas vão dar conta desse universo e de seus nefastos efeitos.

Lembramos a importante contribuição do escritor Euclides da Cunha, que descreveu o ambiente da seca, como área condenada ao atraso e aos “castigos” impostos pelo clima e pelo solo.

Antes dele, Oliveira Paiva, Rodolfo Teófilo e Domingos Olímpio já haviam suscitado as mesmas reflexões. Na esteira de Cunha, seguiram-se outros como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge Amado. Muitos outros, talvez, ainda virão, pois a seca sempre deixou, e sempre deixará, profundas marcas no espírito humano.

Todos vão tentar esquadrihar os traços dessas adversas condições físicas e sócio-ambientais, pontuando as características do sertanejo com espírito ora

embrutecido, ora perpassado pelo sofrimento, ora travando verdadeiros combates de vida e de morte.

O sertanejo, sob a ardência, a fomalha do sol e a sequeidão do clima, mostra incrível resistência na luta contra o meio inóspito. Quase herói dissimulado, vive em constante estado de emergência, e dele descendem o vaqueiro, o curandeiro, o beato e o cangaceiro. Todos têm na esperança de chuvas, o quartel da resistência, do combate: contra a fome, contra a sede.

Existe, nas obras dos referidos escritores, grande relação de coesão e coerência sobre os sentidos da seca, incentivando uma discussão mais ampla na sociedade sobre suas misérias: políticas, econômicas e sociais.

Não bastassem suas catastróficas conseqüências ao povo cearense, ainda estamos longe de solução hídrica. É neste contexto e nesta direção que o presente livro estabelece diálogos com o leitor sobre as mazelas da seca e sobre a emergência de políticas e de soluções.

Seca e Período Colonial

Seca e Período Colonial



Fotografia de Cid Barbosa

1600: TUDO SECO NO CEARÁ



“O dia áspero
tange a diáspora
(Homens aflitos
se sois do Norte
ide a procura
de vossa morte)
(...)”

O dia áspero
tange a diáspora
tange o passado
tange o futuro
tange o fantasma
de nossa morte.”

(Trecho do poema *Liturgia da seca*,
de Francisco Carvalho)

No decorrer do século XVII, ocorreram grandes estiagens, como as de 1603, 1614, 1645, 1652 e 1692 (ALVES, 1982), que afetaram, principalmente, a região da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Devido à falta de meios de sobrevivência no período destas secas, os conflitos entre os colonizadores e os indígenas eram comuns.

Desde os primórdios da colonização do Ceará, tem-se notícias do problema da falta de chuvas, por exemplo, nas tentativas de permanência efetuadas por Pero Coelho, em 1603, e ainda por ocasião da estada em solo cearense dos padres jesuítas Francisco Pinto e Luis Figueiredo, no ano de 1607 (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Após o fracasso de algumas Capitânicas Hereditárias, Pero Coelho, no ano de 1603, tentou entrar pela Serra da Ibiapaba; contudo, sua primeira tentativa de ocupação da costa cearense foi frustrada. No ano de 1605, Pero Coelho retira-se do local após a fundação de alguns núcleos em defesa da terra, que representou uma das primeiras medidas de enfrentamento das secas (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Alguns nomes como Barão de Studart e José Américo de Almeida, que fizeram referências ao regresso de Pero Coelho, dizem que foi a seca e a sua consequente escassez de mantimentos que ocasionaram não somente o despovoamento da região, mas fizeram com que se operasse a retirada de Coelho. A fome e a sede que Pero Coelho enfrentou ao atravessar os sertões jaguaribanos e rio-grandenses o fez abandonar definitivamente o Ceará (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Nas duas primeiras décadas do século XVII, a região das secas no Ceará atingia apenas vinte léguas em direção ao sertão. Como o terreno castigado pela estiagem tornava-se estéril e de difícil plantação, partiu-se para a criação de gado, além da existência da opção da pesca, para os indígenas e para alguns moradores do sertão.

As dificuldades de permanência e de instalação do homem na região cearense provocaram um desenvolvimento lento nas áreas afetadas pela estiagem, pois a única fonte que se podia aproveitar era a do sal. Mais tarde, desenvolveu-se a indústria da carne seca. Entretanto, esta se expandiu com muita dificuldade, pois o monopólio comercial de Portugal dava prioridade ao sal e aos manufaturados vindos da metrópole (Rio de Janeiro), proibindo, assim, a fabricação nas salinas do Rio Grande do Norte e do Ceará. Tal fato acentuou o desinteresse pela colonização das terras secas do litoral nordestino (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Fernão Cardim, padre português e também um dos escritores que se destacou escrevendo crônicas no século XVII, relatou a primeira notícia sobre a seca no Nordeste. Viajantes que iam a Pernambuco e à Bahia denunciavam que os engenhos não moíam mais nada e as fazendas de canaviais e de mandioca foram dizimadas, causando, com isto, grande fome no sertão (ALVES, 2003). Assim, iniciou-se o calvário do povo sertanejo nos períodos de estiagem.

1.1 1692: Os Primeiros Registros da Seca

A luta constante pela sobrevivência foi um dos traços mais marcantes da vida das populações indígenas. Nos dois primeiros séculos de colonização do Brasil, as notícias de ocorrências de secas na Região Nordeste são raras. A seca de 1692 foi relatada pelo então engenheiro Miguel Arrogado Lisboa, que informou que esta estiagem assolou, principalmente, Pernambuco (ALVES, 2003).

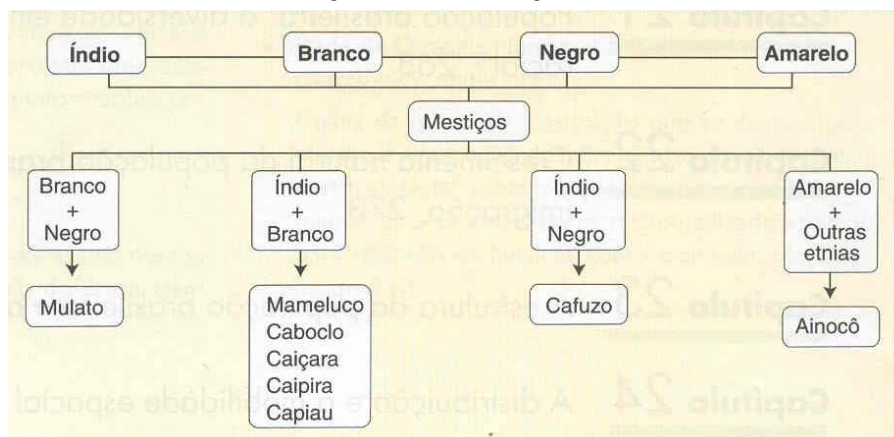
Esta foi a primeira seca a ser reconhecida, tendo ocasionado grande crise para o colono e para o sertanejo, que tinham suas economias baseadas em dois fatores essenciais: a criação de gado, que povoava as fazendas, e o cultivo da mandioca para a fabricação da farinha, a base de alimentação do homem daquela época.

Após vários embates com os índios e com a luta contra a ocupação estrangeira, os colonos estavam começando a povoar o sertão cearense, quando a seca

de 1692 assolou a região, reduzindo, drasticamente, as principiantes produções agrícolas e pecuárias, e obrigando índios e colonos a buscarem novas terras para sobreviverem (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Muitos homens migraram para outras regiões. No século XVII, a população branca diminuiu, predominando no sertão cearense o mestiço do índio com o branco: o caboclo ou o sertanejo típico.

A formação da população brasileira



Fonte: ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil** - Contradições, impasses e desafios socioespaciais. 4. ed., São Paulo: Moderna, 2004, p. 268.

1.2 1710-1711: Seca Novamente

Já no século XVIII, em grande parte do interior do Brasil e, sobretudo na Região Nordeste, a pecuária foi uma das principais atividades responsáveis pela colonização local, dando origem a muitas fazendas de criação bovina ou feiras de gado (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

A ocupação da região nordestina deu-se por duas rotas: uma vinda da Bahia e outra de Pernambuco, passando pelo interior e pelo litoral. Os fazendeiros da época utilizavam os rios Jaguaribe e Acaraú como principais pontos para a transição de gado. Esses rios eram utilizados para a entrada de gado que vinha de outras áreas do Nordeste do Brasil e depois eram distribuídos em novos pastos.

Os índios foram os primeiros homens a cuidar do gado e, logo depois, foram substituídos por homens brancos livres ou escravos africanos comprados pelos fazendeiros. Os trabalhadores que exerciam alguma função nas fazendas possuíam uma rústica casa, e a alimentação era retirada de um pequeno roçado utilizado para o plantio.

O gado, para ser abatido, era levado para os Portos de Aracati e de Acaraú para que, assim, fossem transformados em carne de charque. Para o charque ser produzido foi necessário serem criadas oficinas de produção. As técnicas de manejo para a produção do charque originaram as famosas "charqueadas", configurando o início da produção industrial cearense (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

A ocupação do sertão foi mais intensa nas regiões nas quais as populações brancas, de origem européia, deslocaram-se para o interior. Este fato foi de grande contribuição para uma maior documentação sobre o fenômeno das secas. Em Thomaz Pompeu de Souza Brasil encontra-se a primeira iniciação de seca no século XVIII, dando ênfase aos anos de 1710-1711. Embora quase nada possa ser encontrado nos arquivos do Ceará deste período, há referência de que a seca destes anos estendeu-se do Ceará até o Maranhão (BRASIL, 1877).

1.3 1721-1727: A Pior das Secas

O grande período de secas, de 1721-1727, foi um dos piores já registrados. Em 1721, as Províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco foram massacradas pela fome. Em 1722, a grande estiagem matou numerosas tribos indígenas, gado, feras, aves etc.

Entre 1723-1727, encontram-se os primeiros registros oficiais sobre a seca da Província do Ceará. Seus efeitos não prejudicaram somente o Ceará, mas também a Bahia, o Piauí e as demais províncias do Nordeste. Teve grande repercussão, causando além de desastrosos efeitos econômicos, o deslocamento das populações para áreas menos afetadas. Neste período, registra-se o surgimento de pequenos grupos de bandoleiros, que marcaram por mais de dois séculos a história da região: os conhecidos cangaceiros. Foi também a primeira seca de que se tem notícias sobre seus efeitos.



Fotografia de Cid Barbosa

Nessa época, devido à dificuldade de ocupação e à falta de interesse econômico em colonizar o Ceará, existiam poucos colonos europeus ou seus descendentes aqui radicados. A gravidade e a extensão desta seca fez com que os poucos colonos migrassem para as serras ou para regiões menos atingidas, à procura de clima mais ameno que garantisse a sobrevivência (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

No Ceará, o Vale do Cariri era o terreno que concentrava maior armazenamento d'água, além de possuir terrenos mais férteis, embora no período da grande seca de 1721, tivessem seus brejos e correntes definhados, obrigando os habitantes a se mudarem devido à falta d'água. Em 1723, na medida em que a população deslocava-se, a estiagem, de dimensão catastrófica, completou a escassez de gêneros alimentícios e a alta mortandade do gado.

1.4 1730: Seca Sem Registros

Os longos períodos de seca ocorridos até 1728 ainda repercutiram na seca parcial ocorrida em 1730. Esta última, embora não tivesse causado tantas perdas, também foi bastante perversa. A estiagem parcial prejudicou a recuperação da capacidade produtora da terra e a conseqüente restauração econômica das populações. A destruição atingiu, principalmente, os escravos, os quais muitos morreram de fome e de sede.

Não se encontram registros das conseqüências geradas pela seca de 1730. Esta foi um reflexo do último e longo período de estiagem, assim como foi uma seca não tão intensa, mas apenas parcial.

A seca foi parcial, mas não menos prejudicial à frágil economia da região cearense. Iniciou-se aqui, a migração de enormes contingentes, todos fugindo das secas. Eram os "retirantes", que se deslocavam de uma área para outra em buscas infundáveis por água (CRUZ FILHO, 1987).

1.5 1736-1737: Seca Parcial

Os índios que viviam nas sesmarias, nesse período, foram vítimas de muitos conflitos e de muito sofrimento na defesa de seu espaço. Lutavam para não serem escravizados ou até mesmo eliminados pelos fazendeiros, que tinham como objetivo tomar posse das terras para aumentar propriedades e utilizar os nativos como força de trabalho (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

A rebeldia dos índios que não queriam perder suas terras era muito intensa, fazendo com que formassem tribos aliadas, por meio das quais se desencadeou a "Confederação Indígena": reunião de tribos indígenas da região, que se organizaram para o combate no intuito de resistirem à invasão europeia no Estado do Ceará (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Pedro Théberge analisa o conflito relatando que

(...) houve nesta guerra ímpia episódios horríveis, (...) episódios que põem em dúvida quais foram mais bárbaros, se os europeus civilizados que vinham roubar os bens e as vidas dos gentios selvagens (...), se estes filhos das florestas que se defendiam contra semelhantes atentados (THÉBERGE, 1973, p. 129).

Em meio a este episódio, a situação de estiagem repetiu-se entre os anos de 1736-1737. Em 1736, a seca foi de menor intensidade. Nesse período, a produção de farinha limitava-se a pequenos roçados.

As causas da miséria reinante na Capitania do Ceará estavam associadas não apenas aos anos de seca que se prolongavam, mas também à fuga maciça de índios escravizados, acostumados a viver soltos na mata e não a serviço de outrem. Não aceitavam a situação de submissão, de modo que muitos deles se refugiavam na companhia de religiosos (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

1.6 1744-1745: Seca e Índios

A terra não teve sequer tempo para se recuperar das secas parciais dos períodos anteriores, de 1736-1738, e já tinha que enfrentar uma nova seqüência de estiagem: de 1745 a 1746. Ainda hoje, pode-se verificar que os períodos de secas parciais são, geralmente, prenúncio de uma seca total próxima. Na primeira metade do século XVIII, era pequena a população dos sertões do Ceará, mas esse fato em nada aliviava as nefastas conseqüências das secas para a população.

O gado e o povo voltavam, sistematicamente, a passar fome. Em virtude da dificuldade de sobrevivência e do deserto em que se transformavam os campos de criação de gado, a maioria dos senhores proprietários de terras morava nas sedes das Capitânicas.

Na mesma época, o índio não aldeiado resistia heroicamente a esses longos períodos de estiagem, os quais provocavam a escassez de alimentos até para a subsistência. Também obrigavam o indígena, movido pela necessidade, a recorrer à criação do gado solto, sendo que existiam conflitos com os fazendeiros, pois não lhes reconheciam a propriedade privada. O índio considerava o gado e os pastos como propriedades comuns da tribo.

Distante desse meio de vida do índio, o colono, vindo de fora e vivendo numa sociedade baseada na lucratividade e na propriedade privada, enviava expedições conhecidas por "bandos", formadas por cangaceiros, por ordem dos governadores ou capitães-mores, para o interior, "(...) a fim de exterminar esses inimigos da propriedade" (ALVES, 1982, p. 48).

1.7 1760: Seca e Farinha

Em 1760, não houve registro das conseqüências trazidas pela seca, mas esta prejudicou, mais uma vez, as economias de criação e de pequenas lavouras. O Império chegou a taxar a farinha de mandioca, que era base de alimentação dos sertanejos, pois era a única forma de recolher impostos da já castigada população pelos efeitos das secas, que nada lhes permitiam produzir em tempos de estiagem (ALVES, 1982).

1.8 1766: Seca e Ordem Régia

No ano de 1766, houve uma seca comum às Províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte. Em virtude dos longos períodos anteriores de estiagem que vinham assolando a Capitania do Ceará desde 1723, desencadeou-se a migração das populações praijeiras e sertanejas para as regiões de serra, como a única alternativa de sobrevivência dos habitantes.

Esse movimento migratório tornou-se mais intenso e constante, em virtude do grande crescimento da população, dando origem, assim, "(...) à formação de bandos dispersos pelos sertões, à procura de alimento" (ALVES, 1982, p. 49). Devido à grande seca de 1766, vários grupos ou bandos se formaram, originando, posteriormente, os

famosos "cangaceiros". O Governo Geral ordenou que esses grupos fossem reunidos em povoações, os quais deveriam submeter-se às ordens para não serem considerados foras-da-lei e sofrerem conseqüente punição. Eram vistos como salteadores e assassinos.

Nesse período foi:

(...) expedida ao Gôverno de Pernambuco, uma Ordem Régia para que os vadios e facínoras que viviam a vagabundear pela Capitania, se juntassem em povoações por mais de 50 fogos, repartindo entre elles com justa proporção as terras adjacentes, sob pena dos refractarios serem considerados salteadores e inimigos communs e como tais punidos severamente (STUDART, 1896, p. 313).

A partir da criação desta Ordem Régia, estes grupos foram divididos, originando as posteriores Vilas de Quixeramobim, São Bernardo das Russas (hoje Russas), São João do Príncipe (hoje Tauá) e Sobral. Pela quantidade de vilas criadas, percebe-se que havia grande quantidade de "grupos" espalhados pelo interior. Foi a seca de 1766 que fez com que tantos habitantes se reunissem e se deslocassem à procura de alimento, a fim de não morrerem de fome (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Essa medida também pretendia retirar os flagelados das áreas mais afetadas pela estiagem e remanejá-los para áreas próximas aos principais rios da Capitania:

Quixeramobim, à margem do rio de igual nome, centraliza as melhores terras de criar da região; Tauá, antigo São João do Príncipe, na confluência dos formadores do Jaguaribe, fica em uma área pecuarista de importância; Russas, no Baixo Jaguaribe, alcançou, no decurso de sua evolução, privilegiada situação como zona algodoeira, produtora de cereais e pecuarista, Sobral, à margem do Acaraú, centraliza as atividades da região norte, vindo a assumir a liderança econômica de toda a região (ALVES, 1982, p. 50).

1.9 1772: Seca e Destruição

Nova seca parcial ocorreu em 1772, mas não chegou a atingir as capitânicas vizinhas, embora tenha dizimado os rebanhos locais. Tal fato, principalmente, vitimou, mais uma vez, a população sertaneja com a fome e, sobretudo, com a sede. Mais um ano de desespero e de calamidade, sempre provocados pelos efeitos da incansável e periódica seca.

1.10 1777-1778: Charque, Seca e Farinha

A seca de 1777 a 1778 foi relatada em alguns documentos dos Capitães-Mores do período. O então Senador Tomaz Pompeu informa que "(...) o gado da então Capitania do Ceará ficou reduzido a menos de um oitavo e que fazendeiros que recolhiam mil bezerros, não ficaram com 20 nos annos seguintes" (BRASIL, 1877, p. 16).

Esta seca arrasou a pecuária, prejudicando muitos fazendeiros, mas não alterou a situação de miséria da população, que ainda era considerada pouco numerosa. Estes anos de seca atingiram o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba.

Devido aos grandes períodos de estiagem e da conseqüente baixa qualidade da terra, a pecuária era a única fonte de renda e de possibilidade de acumulação de riquezas numa região já tão castigada. O gado trouxe grandes oportunidades para os que arriscavam desbravar o interior da região e deu origem à "Indústria da Carne Seca" ou de charque. A produção de charque consolidou-se a partir da segunda metade do século XVIII, dando origem a cidades como Aracati, por exemplo (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

O pequeno número de habitantes destas áreas recorriam às fazendas de criação para não ficarem totalmente escassos de gêneros alimentícios:

(...) As florestas, as fontes perenes forneciam frutos e garantiam os cursos d'água, que não secaram totalmente, conservando portanto parte da fauna. As pescarias nos rios e lagos costeiros garantiam a alimentação, senão abundante, ao menos limitada, para manter as necessidades mais prementes da vida vegetativa (ALVES, 1982, p. 51).

Além das perdas econômicas, as condições de sobrevivência da população, que se abrigava nas fazendas até a próxima quadra invernososa, eram mínimas.

A farinha de mandioca era importantíssima e correspondente, no Período Colonial, ao trigo europeu, por ser a base de alimentação da população local e das Capitânicas do Nordeste. Com a diminuição da sua produção, devido aos ciclos de seca, havia, assim, grande especulação entre os comerciantes e chegou, até mesmo, a ser proibida a sua saída, para garantir aos habitantes alimentação básica e mínima. Nesta seca, aniquilou-se boa parte do gado do Rio Grande do Norte e do Ceará, provocando a retração da indústria do charque.

1.11 1783-1784: Seca sem graves Conseqüências

A principal fonte da economia cearense após o declínio da pecuária foi a produção de algodão. Mesmo no período do domínio da pecuária, o algodão já criava forças para ser uma nova opção econômica.

Com a presença forte do algodão na exportação, as mudanças na estruturação da sociedade sertaneja foram aceleradas. Novas atividades comerciais e urbanas, no interior cearense, foram incentivadas com o cultivo do algodão, originando lucros e incrementando a economia local.

Com o aumento da população européia cresceu a procura pelo algodão, e esse fato ocorreu juntamente com a abertura dos portos para exportação, fazendo com que Fortaleza ganhasse grande importância econômica neste período.

Houve raros registros das conseqüências da seca deste ano, por apenas ter caracterizado um ano com poucas chuvas, não causando grandes prejuízos à criação de gado, embora não tenha propiciado a ampliação desta atividade, nem grandes danos à cultura do algodão.

1.12 1790-1793: Depois das Chuvas, Sofrimentos

Houve um breve período de chuvas em 1790, mas logo nos anos seguintes a seca voltou a arrasar tudo. Em 1792, não ocorreram chuvas suficientes e o sofrimento do povo voltou junto com a fome e a sede. Ficou conhecida como “Seca Grande”. Em algumas regiões, esse flagelo durou três anos; em outras, quatro anos, tendo se estendido não somente até a Capitania Geral de Pernambuco, mas também até a Bahia, o Ceará, Sergipe, o Piauí, chegando até o Maranhão.

Devido às graves conseqüências da seca de 1790-1793, levando muitos à morte, esta teve destaque especial entre os historiadores, como demonstra o trecho abaixo:

(...) que uma grande sêcca, a de mais extensos efeitos de que há tradição, flagellou Capitania por quasi quatro annos. Chuvas finas e muito escasas, nos annos de 1790 e 1791; nenhuma absolutamente em 1792, e poucas no anno seguinte. Nos annos de 1792 as aguas desapareceram completamente em grande parte da Capitania. Morreram os gados, os vaqueiros, muitos fazendeiros e os animais domesticos e bravios. As estradas juncadas de cadaveres, familias inteiras mortas de fome e sede, e envolvida no pó dos campos; o interior deserto; a população esfaimada e dizimada pela peste nos povoados do litoral; atulhadas de retirantes as Capitánias vizinhas, esmolando uns, furtando outros, trabalhando poucos (CATUNDA, 1885, p. 94).

Como bem informou o autor acima, a seca foi fatal não somente para a pecuária, acabando com o rebanho, mas também para os fazendeiros que tentavam resistir àquela calamidade que assolava não apenas o Ceará, mas que se estendeu às demais áreas da Região Nordeste. Tamanha foi a falta d’água, que nem os retirantes conseguiam escapar. Por não terem um local de refúgio, os flagelados ficavam à espera da morte na beira das estradas carroçais, conforme ilustra o seguinte testemunho:

Pela situação em que se acha aquelle sertão, o mais leve principio de uma secca os faz andar espamodicos, tristes e pensativos, lacrimosos e desconhecidos. Eis aqui o verdadeiro character que representavam no anno de 1792-1793: Seus passos eram lentos pela nimia fraqueza em que se achavam; sua respiração era cheia de repetidos ais e suspiros; seus olhos estavam fundos e encovados com espanto e os rostos nimiamente palidos; todos os pobres e, igualmente, todos os ricos, em fim, foram reduzidos ao miseravel estado d’esta catastrophe da natureza (PEREIRA apud ALVES, 1982, p. 78).

Tais fatos foram acompanhados por três tipos de peste espalhadas pelas províncias: a primeira foi a de gafanhotos, a segunda de cobra cascavel, e a terceira, de ratos, trazendo também epidemias como a bexiga (varíola), que devastou ainda mais as capitanias. Somente no Ceará, as perdas alcançaram em torno de 30 mil habitantes.

Por outro lado, estas sucessivas secas enfraqueceram o processo de ocupação do sertão. Os anos de bons invernos permitiram um tímido renascimento agropastoril, fraco crescimento das cidades e o aumento do comércio, além de um pequeno progresso na prosperidade econômica.

1.13 1809: Primeira Seca do Século XIX

O século XIX iniciou-se com chuva, sendo que no ano de 1805 registrou-se um inverno tão grande, que seus efeitos foram comparados aos mesmos desastres ocasionados pela seca de 1790. Mas em 1809, o sofrimento voltou a castigar a população. Os anos que se seguiram a 1809 foram considerados tranquilos: sem morte de gado e sem sedes violentas.

1.14 1814: Seca e Grandes Prejuízos

Em 1814, existiam registros de grandes perdas na criação de gado, devido à escassez de chuvas em algumas localidades.

Nesse ano, houve a publicação do famoso livro *Memória sobre a Capitania do Ceará*, no qual naturalistas, após estudos sobre salitre, ouro, ferro, gado, além de trabalhos botânicos, redigiram diversas memórias, após mapear, descrever e explorar elementos de História Natural.

Os resultados do estudo originaram algumas cartas topográficas e um grande número de memórias, posteriormente publicadas. Estes estudos davam conta da crise climática que assolava, sistematicamente, nossa região.

1.15 1824-1825: Mais Seca

Após a Independência do Brasil, novamente o sertão foi afetado por uma grande seca: entre 1824-1825. Antes da proclamação, ocorreram movimentos pela Independência, como a "Confederação do Equador", movimento revolucionário de caráter emancipacionista e republicano ocorrido no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco, reprimido pelas tropas do novo imperador (POMPEU; TASSIGNY, 2004), além de surtos de epidemias, como a varíola: consequência direta das péssimas condições impostas à população em tempos de seca.

Em abril de 1825, anunciava-se mais um ano de seca, ainda que a população já viesse sofrendo os efeitos da estiagem desde 1824:

Estamos a findar o quarto mês do anno, e não é possível apparecer n'esta Provincia as necessarias aguas vindas do Céu. E' verdade que em Fevereiro houveram alguns momentaneos e escassos chuueiros, que motivaram que os lavradores lançassem na terra a semente, e tenham perdido até quartas, e finalmente tocaremos à meta da desgraça se não houver um soccorro prompto ás nossas necessidades (SILVA apud GUERRA, 1980, p. 214).

Nessa ocasião, foi solicitado, ao Governo Imperial, uma embarcação com mantimentos para socorrer os famintos. Alguns habitantes, novamente, fugiram para as regiões litorâneas e serranas mais úmidas, por serem as mais propícias à sobrevivência naqueles anos de miséria.

O povo, disperso por causa da seca anterior, voltou a passar fome e sede. No Ceará, podemos citar a existência de alguns conflitos e chacinas ocorridas durante este período de estiagem, atingindo fatalmente os flagelados. E apesar das poucas chuvas, ainda era possível encontrar pastos na região (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Foi durante o Período Regencial de D. Pedro II que, pela primeira vez, o Poder Central aprovou a liberação da verba para amenizar as conseqüências de uma seca. Provavelmente, foi devido à abdicação ao trono de D. Pedro I e ao novo bloco político que assumiu o poder, que contou com a participação de importantes e influentes políticos nordestinos. Este foi o motivo determinante desta mudança de tratamento para com a região afetada pela seca.

1.16 1833: A Frágil Relação Seca e Império

Em 1833, o então Ministro do Império, José Bonifácio, autorizou a abertura de fontes artesanais no Ceará, na Paraíba e em Pernambuco. Já com a ascensão do Padre José Martiniano de Alencar ao governo do Ceará, em 1834, pela primeira vez o Governo Provincial criou condições para que a população pudesse resistir aos efeitos da seca.

O colonizador português ainda desconhecia as graves conseqüências deste flagelo social. Não possuía o conhecimento dos seus efeitos nefastos em terras cearenses, pois se limitava a raras visitas, somente ocorridas em meados do século XVIII.

A capacidade de produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade era sufocada pela seca e pelo despovoamento do interior. A população abandonava os campos à procura de recursos disponíveis e acabava por encarecer o preço dos alimentos. Muitos escravos, quando não morriam de fome, fugiam para as aldeias e para as missões religiosas, centros que acolhiam, inicialmente, as populações indígenas.



Fotografia de Cid Barbosa

SECA, FORNALHA...



- a) Em 1583, ocorreu uma grande seca. Canaviais e plantações de mandioca em muitas fazendas acabaram, principalmente no sertão de Pernambuco, onde quatro ou cinco mil índios assolados pela fome recorreram aos brancos colonizadores em busca de socorro;
- b) No ano de 1792, em grande parte da Capitania do Ceará, desapareceram totalmente as águas, causando a morte do gado, de vaqueiros, de fazendeiros e de animais domésticos. Foi possível encontrar, nas estradas, cadáveres de famílias inteiras mortas de fome e de sede. Os que sobreviviam eram dizimados pela peste que infestava os povoados do litoral.

NA EMERGÊNCIA...



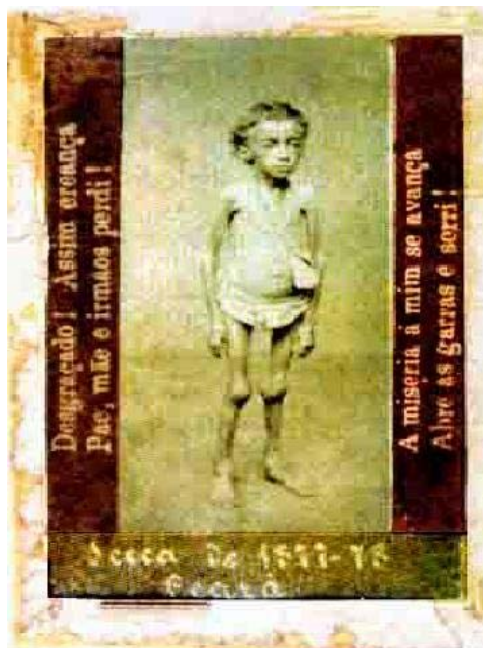
Fotografia de Antônio Capibaribe Neto

- a) Na seca de 1721-1727, foi tomada a primeira medida governamental noticiada. Essa ação foi determinada por D. João IV, por meio da Carta Régia. Quando soube do flagelo da população, determinou o cultivo da mandioca e estipulou multas para quem se recusasse a trabalhar na produção de farinha, principal fonte de alimentação da época;
- b) De 1776 a 1777, a Corte tomou pequenas providências em relação ao flagelo da seca, devido aos apelos vindos dos colonizadores. Determinou que a população atingida pela seca fosse reunida em povoações nas margens dos rios, sendo repartida, entre elas, terras. Em consequência dessa atitude tomada, surgiram numerosas vilas, hoje, são consideradas cidades como Sobral, Russas etc;
- c) Entre 1790-1793, a Sociedade Agrícola foi criada, para dar oportunidade de trabalho aos flagelados da seca.

Seca e Período Imperial

Seca e Período Imperial

Desgraçado! Assim creança
Pae, mãe e irmaos perdi!



A miséria a mim se avança
Abre as garras e sorri!

Imagem da tragédia de 1877-78, fotografada por J. A. Corrêa
(Fonte: NOVAIS, 1997, p. 312).

1840: SECA, IMPÉRIO E POLÍTICAS EMERGENCIAIS



" (...)

A fome maltrata

A fome destrata

E desidrata o homem

Que na paisagem se confunde

Com ramas secas da caatinga

E é coberto pelo pó que o vento tange

Como que a enterrá-lo em vida ainda.

A fome avilta

A fome humilha

Este sobrevivente mudo

De um mundo absurdo

Que o transformou em mero animal

Confinado na miséria

De um grande curral. "

(Trecho do poema *Fome*, de Tereza Porto)

A seca constitui um fenômeno natural de grande repercussão social, ocasionado pela escassez periódica de chuvas ou por sua irregularidade nos meses de inverno, na região nordestina.

O conhecimento da ocorrência da seca no Estado do Ceará data do período do início da colonização portuguesa no país e, apesar de ser um fenômeno climático cíclico, a seca se apresenta, em toda sua dimensão, também como um fenômeno social que tem exercido profunda influência negativa na estrutura socioeconômica da região cearense. Antes de tudo, a estiagem deve ser analisada sob o prisma de um grave problema social e político.

A crise da seca, no Ceará Imperial, abrange três ciclos e, de acordo com os estudiosos dessa época, como Fernando Gama, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Rodolfo Teófilo, dentre outros, estabeleceu-se o seguinte ciclo de secas na região cearense nesse período: 1844-1845, 1877-1879, 1888 (ALVES, 1982).

Vários enfoques foram utilizados nos estudos sobre este fenômeno natural. Porém, interessa aqui desenvolver análises acerca das implicações sociais dessa crise climática. A seca constitui, principalmente, um fato social de múltiplas implicações, bem como vai demandar ações de seus respectivos atores envolvidos: Governo Imperial, população local e flagelados.

Na época do Ceará Imperial, a conjuntura política nacional era caracterizada pela centralização administrativa do Império. O Brasil era dirigido por D. Pedro II, cujo reinado durou 49 anos, de 1840 até 1888. O país iniciou uma época de relativas transformações e rápido progresso, momento quando a cultura do café desenvolveu-se por meio da exportação, fato que também "europeizava" o país com novos costumes vindos da cultura do velho mundo (FAORO, 2001).

No entanto, as transformações sociais ocorridas nesse cenário não conseguiram inibir a pesada herança de uma economia subdesenvolvida e de uma estrutura política que ora parecia mais uma "democracia sem povo", ora parecia uma clara ditadura, sendo o Império visto nesta perspectiva (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

Com a super valorização da economia cafeeira no sul do país, as províncias do Nordeste, voltadas à produção do açúcar e à pequena agricultura, eram afetadas pela concorrência externa do comércio açucareiro oriundo das Antilhas. Assim, a região cearense ficava à margem das atenções e dos investimentos do Imperador, estes voltados para a cultura cafeeira. Desde tal momento, o Nordeste começou a se distanciar do Sul, tornando-se a Província do Ceará um local marginalizado das atenções da política nacional. Exemplo dessa situação foi o fato da economia açucareira não ser mais rentável, momento quando, cada vez mais, os escravos eram vendidos para a área de produção cafeeira, considerada mais viável do ponto de vista econômico.

A crise provocada pela seca no Ceará Imperial foi um fato que ocasionou forte impacto sócio-econômico, altamente negativo para a sociedade cearense. Os ciclos memoráveis de crises climáticas desta época assolaram de forma calamitosa os agricultores do interior da província.

O flagelo social imposto aos sertanejos era decorrente de problemas ocasionados pelas secas, as quais não recebiam soluções precisas ou definitivas, por

parte do Governo Imperial. Assim, com a marginalização da província em termos de investimento e na ausência de ações políticas, era quase impossível o enfrentamento da crise social que se instalava em períodos de estiagem.

Sobre a atuação administrativa conduzida por D. Pedro II, no quesito combate às secas, restou a conclusão de que não foram executadas grandes obras e que diversos projetos apresentados por técnicos acabaram sendo arquivados. Essas foram vicissitudes de uma conjuntura nacional que configurou, no âmbito sócio-político, uma clara exclusão das províncias do Nordeste, não havendo, por consequência, o devido enfrentamento da crise ocorrida nestes grandes ciclos de seca.

O combate, ou a política de enfrentamento da questão da seca, era perpassado por interesses econômicos e políticos. Uma pequena parcela da população apropriava-se dos órgãos provinciais para o atendimento de seus interesses particulares, além da ocorrência de manipulação para se obter ilícitas vantagens. Certos grupos detinham terras e privilégios às custas do sofrimento das vítimas das secas. Foi este o quadro delineado nestes anos de estiagem.

2.1 1844-1845: Seca e Ciência

A primeira iniciativa do Governo Imperial em respeito à problemática da seca deste período foi a criação de uma Comissão Científica, amparada pelo artigo 1º da Lei 884, de outubro de 1856, que autorizava o governo "(...) nomear uma Comissão de Engenheiros e Naturalistas que explorem o interior de algumas Províncias, devendo fazer colleções de alguns produtos naturais para o Museu Nacional e para os das Províncias" (BRASIL, 1857, s/p).

Outra prerrogativa, nesta época, foi o incentivo dos estudos sobre as secas. Apesar de alguns trabalhos terem sido realizados, a Comissão Científica pouco produziu para a efetivação de eficientes planos de combate ao problema. Nenhum benefício foi computado em favor das populações flageladas.

Entre os anos de 1844-1845, ocorreu a primeira grande crise climática do Ceará Imperial, embora a Comissão Científica somente tivesse sido criada pelo Imperador dez anos após esta catástrofe. Legitimando-se, assim, desde este período, a ausência das necessárias políticas para o enfrentamento das consequências deste fenômeno climático (ALVES, 1982).

O primeiro ciclo de secas do Período Imperial desestruturou as incipientes atividades econômicas da Província do Ceará. A partir de então, registrou-se a presença de cronistas, técnicos e naturalistas nas cidades cearenses, confeccionando diários de viagem e estudos técnicos acerca dos fatos decorrentes destas crises climáticas. Foram relevantes estudos que propunham determinadas soluções, mas que de nada adiantaram, porque não foram implementadas pelo Governo Imperial.

Exemplo deste fato nos foi dado pelos relatos do viajante francês Ferdinand Denis. Este europeu visitou a região cearense num período em que, progressivamente, foram se tornando cada vez mais escassos os alimentos para os sertanejos. Não havia mais criação de carneiros e de cabras nas fazendas, a terra cearense tornava-se estéril, cenário que impressionou o referido autor de "Brésil", ao comen-

tar que "(...) a verdadeira História do Ceará, sem dúvida, seria a de suas secas" (DENIS, 1847, p. 69).

O interesse de estudiosos pela estiagem na região cearense data do ano de 1860, quando também o viajante francês Belmar, percorrendo a província, fez uma completa descrição do local:

Verdejantes ou áridos, segundo a estação, é anualmente desolada pelo flagelo da seca, que aí faz às vezes horrorosas devastações destruindo a vegetação, os animais e mesmo os homens. Essa circunstância incomoda, impede naturalmente a agricultura e a indústria de se desenvolverem em alta escala (BELMAR, 1861, p. 51).

Além disto, o cronista acima citado aconselhou que fosse construída uma barragem no Rio Jaguaribe para solucionar o problema. Porém, tal indicação não foi contemplada pelo Império; embora, em 1866, já existisse um açude concluído na região, este era de domínio particular, ainda que tivessem sido gastos 54 contos de réis do Império durante a sua construção. Aqui começaram os descompassos entre as políticas oficiais e as necessidades sociais de acesso à água (ALVES, 1982).

Apesar das poucas fontes documentais existentes acerca da atenção pública no combate aos ciclos de seca que antecederam ocorrências de estiagens entre 1877-1879, ficou clara a imobilidade do Império no apoio à Província do Ceará. Fato detectado na relação de indigentes vítimas da seca de Canindé em 1861, quando o número de flagelados alcançou a trágica marca de 284 pessoas atingidas (CEARÁ, 1861).

2.2 1877-1879: Seca de fome, Abundância de Doenças

A seca de 1877-1879 marcou profundamente a região cearense por meio de uma relação direta entre a crise climática e sua situação econômica e social. Neste momento de crise, o trágico se tornou quase cotidiano, e pacífica foi a aceitação, por parte da população, do fato de milhares de pessoas morrerem de fome e de sede, além do surgimento de inúmeras doenças.

A crise gerada pela estiagem deste período despertou o interesse da população cearense. Conseqüentemente, houve por parte do Governo Imperial alguma atenção ao fenômeno intensamente divulgado pela imprensa local que, explorando as imagens de desespero, de miséria e de dor que ocorriam durante estas estiagens, contribuiu para mostrar à opinião pública e aos órgãos oficiais a emergência de ações na solução desta problemática. Possibilitou, também, uma maior divulgação de argumentos em prol do combate à seca, sob a forma de "discursos da seca", efetuados por vários membros da sociedade cearense (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994).

A tragédia social oriunda desta terrível falta de chuvas chegou ao conhecimento do Imperador por meio de alguns representantes políticos da região na Corte. Após tomar ciência de todo o contexto dramático da província cearense, D. Pedro II inaugurou uma retórica governamental em relação ao problema: "(...) não

restará uma única jóia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome” (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983, p. 66). Muito discurso e pouca ação!

A partir daí, houve várias reuniões para planejamentos, com o intuito de levar soluções para as áreas afetadas. No ano de 1877, o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro iniciou diversos estudos na busca de soluções.

Os projetos formulados em torno das secas foram, primeiramente, concebidos por Viriato de Medeiros, que fez relevante estudo sobre as causas da crise climática, apresentando possíveis soluções ao problema. Defendeu a necessidade de serem instalados postos meteorológicos nas áreas castigadas, pois só conhecendo a regularidade exata das chuvas ocorridas é que se poderia saber das condições necessárias para combater seus efeitos. Porém, ele foi logo criticado por técnicos da Corte e seu projeto foi “engavetado” (ALVES, 1982).

O engenheiro André Rebouças foi outro técnico que desenvolveu estudos que sugeriam medidas práticas a serem executadas pelo Governo Imperial. Entretanto, após discussões em outubro de 1877, no Instituto Politécnico, tais medidas de combate às secas, mesmo tendo sido aprovadas e encaminhadas em forma de lei ao Império, foram arquivadas.

No mesmo ano, em reuniões presididas pelo Conde d’Eu, foram apresentadas soluções como “(...) construir, quanto antes, no interior da Província do Ceará e outras assoladas pela seca, represas nos rios e açudes nas localidades que para tal fim fossem mais apropriadas ao abastecimento no mesmo Interior e prolongar a estrada de Baturité” (PINHEIRO, 1959, p. 66), mas ainda sem efeitos práticos.

Adiante, já em 1878, organizou-se uma outra Comissão que elaborou um minucioso relatório sobre a região, mas que logo foi esquecido.

Além do Governo Imperial, havia outro ator social envolvido na crise climática deste período: a elite cearense ou a parcela economicamente mais privilegiada. No decorrer do século XIX, principalmente nos anos das mais intensas secas, as Assembléias Provinciais tornaram-se instrumentos institucionais da elite local, transformando a crise da seca num excelente negócio, indiferentes às suas graves consequências sociais para a maioria da população. Estava fundada aí a futura denominação da danosa política baseada na “Indústria da Seca” (NEVES, 2002).

Esta foi a marca da intervenção pública, em favor dos interesses da elite econômica local. Entretanto, isto não era um costume restrito à Província do Ceará e, sim, uma prática que se estendia por quase todos os centros urbanos do Império, por meio da manipulação de favores e de interesses privados em troca de “barganha” política.

Quanto ao planejamento urbano da cidade de Fortaleza, esta já era dividida entre bairros da elite e subúrbios de pobres, registrando-se, assim, a divisão de acesso econômico entre o perímetro central e os povoados vizinhos. Acreditava-se que os subúrbios de Fortaleza eram redutos de acúmulo de desejos e de vícios nocivos à sociedade. Eram estes os locais reservados aos retirantes das secas.

Na seca de 1877-79, esta divisão foi evidenciada claramente por meio da segregação social, momento em que foram construídos, pelo Poder Público, 13 “arraiaís”, com a finalidade de afastar cerca de 70 mil “novos e pobres hóspedes”

da Fortaleza “Belle Epoque”. Foram locais construídos, preferencialmente, em áreas marginalizadas em relação ao perímetro urbano, segundo o artigo 98, da Resolução nº 1818, de 1º de fevereiro de 1879, que em seu Código de Posturas, parágrafo 7, demonstrava o intuito de tal exclusão: “7ª - Está proibido andar pelas ruas indecentemente vestido, deixando de trazer, pelo menos camisa e calça, sendo aquela por dentro desta” (CEARÁ, 1878, s/p). Mas muitos não tinham nem o que vestir!

A migração maciça de retirantes do interior da província tornava-se uma ameaça que deveria ser evitada. As vítimas das secas traziam vícios contra os quais a sociedade deveria se “armar”, de acordo com o Presidente da Província, Pedro Leão Veloso: “É rápida a transição do pauperismo à mendicância, tanto mais fatal, quanto à sombra da miséria se oculta o vício proveniente da indolência e preguiça, contra que se deve armar a sociedade” (CEARÁ, 1881, s/p).

Não havia em Fortaleza espaços reservados ou abertos para acolher os “degradados filhos da seca”. Amparados pelo artigo nº 9, do Código de 1879, as classes economicamente ativas compunham o domínio urbano de forma que pudessem viabilizar a preservação da ordem, proibindo, assim, o reparo ou melhoramento de “(...) cascas, ainda que de taipa ou palha que [estivessem] dentro de ruas e praças projetadas sendo elles em caso de ruína, demolidas pela câmara como no caso couber” (CEARÁ, 1881, s/p).

Neste tempo, o Passeio Público de Fortaleza foi projetado para ser mais um espaço público destinado, especialmente, para o entretenimento da classe economicamente privilegiada. Fato histórico revelado e impresso pela Câmara Municipal em seu Código de Posturas, que em 1879, proibia “A entrada de quem não [estivesse] decentemente vestido, do embriagado e dos que se [achassem] ilegalmente armados; assim como, o despejo de urina ou de qual imundície dentro, ou fóra, junto ao gradil do passeio” (NEVES, 2002, s/p.).

No ano de 1878, Fortaleza abrigava milhares de retirantes em estado de lastimável condição física e econômica. Raimundo Girão informou que “(...) cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome” (GIRÃO, 2000, p. 390). Centenas de flagelados povoando a Capital da Província transformaram a cidade projetada nos moldes europeus elitistas num cenário da mais profunda miséria e calamidade social.

Os jornais locais, por sua vez, denunciavam esta catástrofe social, proveniente de uma estrutura política indiferente à pobreza; as autoridades executavam ações que fortaleciam somente o interesse da elite local, ao mesmo tempo em que sucediam diversos falecimentos dos retirantes da seca, por sede ou por doenças.

Foi o que o *Jornal O Cearense* denunciou em 1º de Abril de 1877:

A indiferença com que a pública administração provincial tem acolhido as tristonhas verdades de que nossos comprovincianos e irmãos estão a essa hora bloqueados pela fome e seca nos sertões, é, não só uma falta gravíssima, como um crime de lesa-humanidade. (...) Uma administração que deixa seus administrados morrerem de inanição, enquanto lhe sobra meios de socorrê-los e ampará-los é merecedora das mais veementes e severas recusações (JORNAL O CEARENSE, 1877).

O então farmacêutico Rodolfo Teófilo imprimiu em seus escritos profundos retratos de todo o flagelo desta época; travou uma densa luta contra a varíola na Província do Ceará, ao deflagrar campanha de vacinação para os retirantes, indignando-se com a atitude da administração oficial, e lhes desferindo duras críticas:

Os poderes públicos e os particulares, em breve, esqueceram os lutosos dias da seca e da peste e não se premuniram contra aqueles flagelos retendo a maior quantidade possível das águas pluviais e vacinando com vacina anti-variólica os que nascem. (...) O governo pouco se preocupou com a seca e não tratou de extingui-la. (...) O governo e os particulares continuavam em sua criminoso indiferença a olhar para a permanência da varíola e seca em Fortaleza como um fato muito natural e sem importância (TEÓFILO, 1997, p. 47-58).

No interior da província cearense a situação não era diferente. Milhares de pessoas deixavam suas terras, suas cidades, para virem para a Capital da Província, buscando algum tipo de auxílio. Foi com base na miséria local que se consolidou o domínio político da elite econômica. Tais fatos demonstraram que, há muito tempo, a seca não era apenas um fenômeno puramente climático, mas também gerava uma condição sócio-econômica e histórica desigual para os atores nela envolvidos.

2.3 1888: Seca Curta e Fatal

São poucas as fontes documentais a respeito do último ciclo de secas da época do Ceará Imperial, ao contrário da abundância de relatos oriundos dos anos de 1877-1879. Até porque foi um curto período amenizado por meio da operacionalização de algumas estratégias governamentais em relação ao problema da estiagem.

Há notícias, por exemplo, de que após a grande crise de 1877-1879, já no ano de 1880, novos projetos voltaram a ser elaborados com o intuito de construir açudes nas localidades de Lavras e de Quixadá. Em 1882, o engenheiro Jules Revy recebeu a autorização para iniciar a construção de um açude em Quixadá, mas dois anos depois a obra foi paralisada por ordem do Governo Imperial.

Os trabalhos de construção da barragem do açude em Quixadá reiniciaram-se em 1890 e somente em 1906, na República Velha, o açude Cedro foi inaugurado pelo Presidente Afonso Pena. O reservatório atualmente é tombado como patrimônio histórico da humanidade. Tem capacidade para 125.694.200m³ com uma profundidade de 16 metros e bacia hidrográfica de 210km².

Apesar deste projeto não ter tido êxito em seu objetivo, o Governo Imperial elaborou um projeto paralelo de construção da Estrada de Ferro de Baturité. Tal empreendimento, além de viabilizar a conexão para a troca de produtos entre o interior e a capital, também possuía o intuito de amenizar os constantes conflitos existentes entre as autoridades e os flagelados, insatisfeitos com toda a calamidade pública provocada pelo ciclo de 1877-1879. A execução da ferrovia empregou centenas de retirantes, ocupando-os, assim, com certos ofícios e lhes dando algumas condições econômicas, para o sustento de suas famílias.

SECA, FORNALHA...

a) A política de combate às secas foi toda perpassada por interesses econômicos e políticos da elite local, que se apropriava do Poder Público para legitimar suas finalidades, fato que ocasionou diversos episódios grotescos na região. Na situação de flagelo da população, os órgãos públicos executavam socorros paliativos e insuficientes para a caótica situação, como quando a Promotoria Pública de Canindé, em 1878, distribuiu insuficientemente, menos de um litro d'água por dia para as pessoas beberem, cozinharem e tomarem banho.

Distribuição d'água para as pessoas

1ª remessa	37 pessoas	28 litros
2ª remessa	97 pessoas	63 litros
3ª remessa	152 pessoas	96 litros
4ª remessa	221 pessoas	123 litros
5ª remessa	240 pessoas	131 litros

(Fonte: CEARÁ, 1877a, s/p);

b) Não somente a água, mas os alimentos também eram insuficientes para auxiliar a população:

Resumo de socorros distribuídos em julho de 1877, em Cascavel

Número populacional		Quantidade distribuída de alimentos:
Residentes	273	Milho - 1838,6 l quilos
Emigrantes	1798	Feijão - 1834,6 l quilos
Total	2071	Arroz - 917,3 l quilos

c) Por consequência, sobre o quadro de calamidade social, o qual ocasionava diversas mortes e êxodos populacionais de algumas cidades Rodolfo Teófilo dizia que "(...) era um quadro sombrio, uma caravana de retirantes. Verdadeiros esqueletos animados, com a pele enegrecida pelo pó das estradas e colada aos ossos (TEÓFILO, 1997, p. 46)".

Comissão de Domiciliários da província

Distrito	Saíram	Ficaram
Lagoa Seca	4560	1470
São Sebastião	6409	1368
Meinho	3919	1309

(Fonte: JORNAL O CEARENSE, 1879).

Comissão de Socorros de Barbalha - 1879
Movimento dos Indigentes Tratados de 28 a 31 de março de 1879

	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Existiam	7	6	12	25
Entraram	12	30	23	65
Falecidos	1	2	4	7
Curados	0	0	0	0
Ficão Existindo	18	38	31	87

(Fonte: CEARÁ, 1879, s/p);

d) Os jornais da época, e outros meios de denúncia, retratavam a situação de calamidade:

- (...) 385 mortos na cidade de Maranguape por varíola e fome, descreve o Dr. Antonio Leopoldino dos Passos em 16 de Abril de 1877" (JORNAL O CEARENSE, 1877).
- "De 7 a 9 foram sepultados 2054 cadáveres, contando os de 1 a 6 completam 7000, cifra esta a mais elevada de que tenho conhecimento" (JORNAL O CEARENSE, 1879).
- "O estado da saúde pública neste termo, se não é aterrador, não é por certo dos mais lisonjeiros. São muitas as que padecem de edema, febres intermitentes, e tem aparecido alguns casos de febre tífóide" (CEARÁ, 1878, s/pl).
- O triste, contristador e lamentável espetáculo, se observou ocasionado pela dura e cruel seca, que vamos atravessando, impõe-se a rigorosa obrigação de socorrer ao zelo de vossa excelência, pedindo-lhe socorro para a classe pobre, aqui numerosíssima, foge, abandona suas propriedades, serviços de muitos anos, e lança-se no horror de uma emigração sem ter recursos para a viagem, nem saber para aonde ir ICEARÁ, 1877b, s/pl).
- Mendigos de todas as idades pediam pão pelas portas, cada qual mais andrijoso, mais repellente. (...) Quem fosse a beira-mar seria testemunha de

um espetáculo triste, o desfilar do cortejo da fome. Todos os dias ao alvorecer lá iam caminho da pedreira do Mucuripe, milhares de convalescentes, ainda trôpegos, ainda com a pele negra de pústulas mal cicatrizadas, a trocar o trabalho pela ração. Neste préstito de mendigos, viam-se centenas de mulheres ofegantes, suarentas, ao peso da carga, que o governo lhes puzera as costas sem piedade pelo seu estado de abatimento e nenhuma diferença pela fraqueza do sexo (TEÓFILO, 1997, p. 46-49);

- e) Em 15 de outubro de 1877, na cidade de Baturité, uma multidão de quatro mil pessoas reuniu-se em frente a casa do tesoureiro da Comissão de Socorros para receber donativos, porém, o agente limitava-se a distribuir alimentos a poucas pessoas; logo, o povo se lançou sobre a casa, invadindo-a, agarrando sacos de farinha e outros gêneros alimentícios. No dia seguinte, outro conflito foi desencadeado. A população, percebendo a insuficiência de alimentos para serem distribuídos na cidade, invadiu os armazéns disponíveis, tendo certo confronto com o Corpo de Polícia de Fortaleza, que foi deslocado para o local (CÂNDIDO, 2005);
- f) Na capital cearense a situação não era diferenciada de Baturité, pois diante do impacto da chegada em massa dos retirantes, bastaram poucos meses para que os conflitos se intensificassem entre os flagelados da seca e as autoridades locais.



Retirantes em frente à estação ferroviária João Felipe, com seus pés descalços observados por curiosos. (Direitos patrimoniais sobre a foto cedidos por Nirez)

NA EMERGÊNCIA...

- a) Gerava-se, assim, de modo emergencial, um contexto no qual as ações de socorros públicos eram insuficientes e manipuladas pela classe economicamente favorecida, como denunciava o *Jornal O Retirante*, em respeito à administração do Desembargador Caetano Estelita, em outubro de 1877:

Com efeito, S. Estelita deixa a presidência depois de ter esbanjado mais de setecentos contos de réis da verba de socorros públicos, sem ter conseguido socorrer senão as comissões, os comissionados, as subcomissionadas e protegidas. Em toda a Província não existe um só celeiro onde a indigência mitigue fome um dia sequer. (...) Mas S. Excelência via de braços cruzados, os especuladores atalham essa idéia generosa em seu proveito, se assim nos podemos exprimir, sem ter a energia dos embargar-lhes os passos (JORNAL O RETIRANTE, 1877);

- b) O Governo Provincial foi ator de ineficientes medidas de socorro à população. Todo este contexto de inoperância política gerou, por consequência, o surgimento de pedintes e de miseráveis, retirantes que rondavam as ruas, que pereciam de fome, que aos poucos se transformavam em sujeitos de ações coletivas frente à situação: da atitude silenciosa e cabisbaixa que esperava a esmola, à atitude de gritos e conflitos que exigiam uma maior ação das autoridades. Tal situação também ocasionou muitos saques e revoltas (CÂNDIDO, 2005);
- c) Após décadas de fome, os flagelados começaram a aterrorizar os defensores da ordem, fato que esvaziava a frágil retórica da caridade, pois desencadeava situações de conflitos, existindo, na época, relatos de torturas e de assassinatos ocorridos entre fazendeiros e retirantes;
- d) Destes fatos, restaram alguns versos publicados no *Jornal O Retirante*, em outubro de 1877, em que um fazendeiro (de apelido Pirão) foi acusado de assassinar um retirante, pois este estava roubando, na propriedade daquele, raízes de macaxeira:

Oh! Retirante lá do sertão,
Guardai as costas, olha o Pirão
Lá da caverna, do Mondubim,
Um retirante já levou fim por macaxeira.
Que todos dão, leva-se ali bolos na mão.
Será criminoso quem procede assim?
Que diga o Pirão lá do Mondubim,
Já que de história de macaxeira
Saber não quer o chefe Nogueira
(JORNAL O RETIRANTE, 1877);



- e) O flagelado da seca, além de ter sido um ativo ator social que se confrontava com a elite em geral e, sobretudo, com autoridades e fazendeiros, devido às constantes ocorrências de seca, transformou-se em homem desconfiado por

natureza. Também de mente bastante criativa, pois interpretava sinais da natureza que indicassem se iria haver seca ou inverno. Foram criando mitos que, ao longo do tempo, passaram a influenciar o imaginário popular da região, desencadeando ainda culturas messiânicas, baseadas no bem e no mal, como estratégia de sobrevivência frente aos duros flagelos gerados pela crise das secas:

Quando, de janeiro para fevereiro, chove na passagem da Estrela d'Alva que desce do Oeste para o Leste, pode planar no seco que a colheita será certa. É sinal de bom inverno.

(...) Quando a Lua Nova sai em janeiro e pende para o oeste, é sinal de bom inverno.

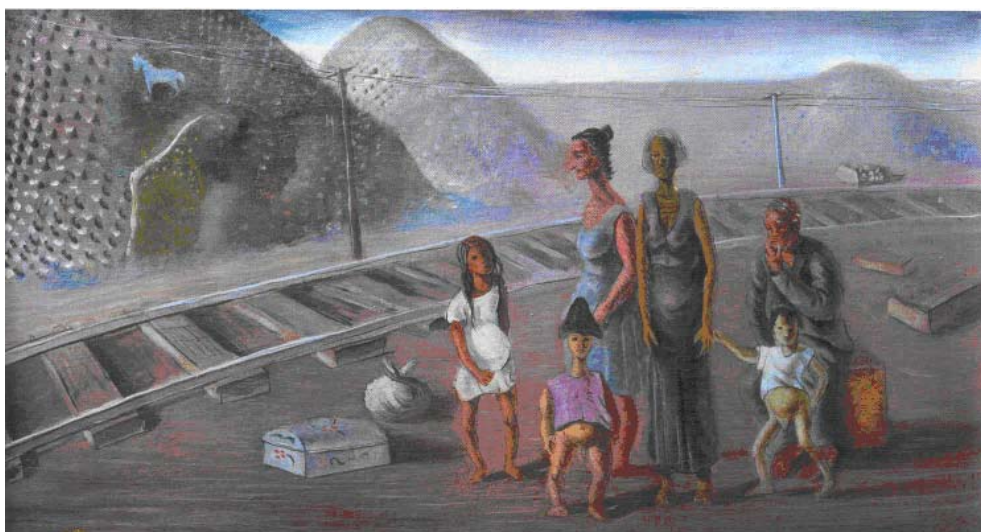
(...) O camponês já classificou os ventos: são portadores do flagelo da seca os ventos sueste e nordeste; ao passo que os procedentes do oeste são sempre anunciadores de bom inverno.

(...) Se, no início dos anos secos, as gatas devorarem seus filhos recém nascidos, é sinal de que a seca continuará (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 30-65);

- f) A angústia e a incerteza do povo cearense quanto à ocorrência de secas originaram crenças, mitos e saberes populares. Estes tentam decifrar ou explicar a chegada das secas, bem como a existência ou não de inverno chuvoso, e vêm desde a época do Ceará Imperial. Não há dúvida, portanto, que as vítimas das secas criaram a capacidade de lidar com as intensas dificuldades que a fome e a sede lhes impunham.

República Velha na Seca

República Velha na Seca



Cândido Portinari (1903-1962) *Os Despejados*, 1939. Óleo sobre tela
(Arte brasileira nas coleções públicas e privadas do Ceará, Unifor, 2005)

1889: PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NA SECA



*Enquanto a minha vaquinha
Tiver o couro e o osso
E puder com o chocalho
Pendurado no pescoço
Eu vou ficando por aqui
Que Deus do Céu me ajude
Quem sai da terra natal
Em outros cantos não pára
Só deixo o meu Cariri
No último pau-de-arara*

(Trecho da música *Último pau-de-arara*, de Venâncio, Corumbá e José Guimarães)

No ano de 1889, com o enfraquecimento do Regime Imperial que há muito não atendia às aspirações populares, deu-se a Proclamação da República no Brasil. No Ceará, os ideais republicanos rapidamente ganharam adeptos.

Ao contrário do que se esperava na época, os ciclos de secas anteriores, do Período Imperial, estenderam-se por toda a República Velha (1899-1929). Houve quatro ciclos de estiagem neste período: 1898, 1900, 1915 e 1919 (MEDEIROS FILHO, 1983). Situação que ocasionou para o povo cearense dias difíceis, semelhantes ao ocorrido com a terrível seca de 1915, amplamente documentada por diversos escritores e historiadores.

O contexto político cearense era dominado pelos "Coronéis do Sertão", grandes proprietários de terras com poderes políticos, que gozavam de ampla aceitação pelo Governo Federal.

Neste período, a problemática da seca recebeu pouca atenção por parte da nova ordem política que se instalara. Sem espaço e perspectiva nos latifúndios e diante da miséria, da subnutrição agravadas pelo problema das secas, mais de 30 mil nordestinos encontraram no Arraial de Canudos na Bahia, um local seguro e próspero. Sob proteção do cearense Antônio Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, e movidos pela fé, os sertanejos trabalhavam cultivando a terra e criando animais. No arraial não havia patrões, nem proprietários. Tudo o que era produzido era dividido igualmente entre todos.

Antônio Conselheiro culpava a República pela crise econômica e financeira e por suas pregações atraiu o ódio da igreja, dos latifundiários e do governo federal. De 1896 a 1897 enfrentou as tropas militares do Presidente da República Prudente de Moraes. Canudos foi destruída sem sobreviventes.



Desenho com nanquim de Audifax Rios

3.1 1898: Rotineira Estiagem

A estiagem de 1898 iniciou-se em janeiro e deixou a região bastante devastada. Em péssimas condições, a população do sertão, sem terra e sem trabalho, transformou-se numa grande massa de retirantes; dirigiam-se à capital cearense, em busca de auxílio. Este fato gerou um desordenado crescimento populacional, imprevisível ao planejamento urbano proposto pelos governantes da época para a cidade de Fortaleza.

Desde a chegada dos primeiros flagelados das secas a Fortaleza, houve muitas críticas em relação às providências tomadas pela Administração Pública, tan-

to no âmbito local quanto no federal. Neste contexto, Rui Barbosa, o então Ministro da Fazenda do Governo Provisório e Conselheiro da República, comentou:

As despesas com os Estados afligidos pela secca formam, no orçamento, uma voragem, cuja exigencias impõem continuamente ao paiz sacrificios indefinidos. Ellas reclamam do governo a mais severa attenção, porquanto, firmadas como parece estarem a uma situação de chronicidade, perpetuado de anno a anno e accumulando sacrificios improdutos, se tornaram uma causa permanente de desorganização orçamentaria (LYRA, 1919, p. 41).

Como se pode perceber, o Poder Público, além de não resolver os problemas ocasionados pela seca, ainda culpava os estados atingidos de provocarem danos ao orçamento público.

3.2 1900: Seca, Vacinação e “Campos de Retirantes”

A seca de 1900 trouxe graves conseqüências à economia do Ceará. Diante da impossibilidade de prestar socorro aos famintos, recorreu-se ao Governo Federal em busca de solução, sem contar que havia obstáculos no atendimento público ao Ceará (TEÓFILO, 1980).

Para tentar inibir o avanço de doenças que proliferavam na seca, iniciou-se uma campanha de vacinação que conseguiu alcançar resultados; esta campanha foi liderada pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo e, mesmo em meio a diversas críticas, ele conseguiu imunizar um grande contingente, ainda que sem auxílio dos governantes locais.

Data deste período a criação de uma espécie de “Campo de Concentração” para o abrigo de retirantes, os flagelados da seca, com o intuito de proteger a capital de verdadeiros exércitos de pedintes que, diariamente, chegavam. Rodolfo Teófilo alegava, por outro lado, que a concentração de flagelados num mesmo local favorecia a transmissão de doenças fatais.

Os conhecimentos científicos disponíveis nesta época já permitiam a aplicação de medidas contra as secas. Apesar disto, nada foi feito. Apenas foram organizados verdadeiros “Campos de Concentração”, que possuíam o intuito de controlar e evitar o fluxo de retirantes em direção à capital, excluindo-os do solo urbano (SOUZA, 2000).

Cada vez mais, tornava-se clara a operacionalização de mecanismos de controle por parte dos governantes no sentido de evitar a migração, bem como a fixação dos retirantes. Além dos “Campos de Flagelados”, raras eram as ofertas de trabalho em obras públicas.

3.3 1915: Memorável Seca

O ano de 1915 foi marcado por uma seca de grande proporção que até hoje permanece na lembrança do povo cearense, seja por seus nefastos efeitos sociais, seja pela ampla descrição bibliográfica, tanto literária quanto histórica, acerca desta crise climática.

Como nos anos anteriores, a seca de 15 castigou a população no momento em que a economia cearense vinha em crescimento. Terríveis foram suas conseqüências, amplamente divulgadas na imprensa nordestina da época.

Em março de 1915, a seca estava instalada. Os líderes locais comunicaram o fato ao Presidente da República, alegando impossibilidade financeira para intervir no caso. Porém somente em julho a União finalmente atendeu ao pedido dos governantes cearenses, enviando, contudo, insuficientes recursos. Este fato levou alguns cronistas a tecerem severas críticas como "(...) o Ceará está condenado, não por lhe faltarem elementos de defesa contra as secas, mas pela indiferença dos poderes públicos" (TEÓFILO, 1980, p. 31).

A falta de chuvas prolongava-se meses a fio. Em Fortaleza, houve raríssimas ocorrências de chuva e no sertão, a pluviosidade foi insignificante (SOBRINHO, 1982).

A população assistia passiva à indiferença do Poder Público com este cenário desolador. Em vez de medidas eficazes, como construções de barragens para o abastecimento d'água, a Administração Pública optou apenas pela imunização contra a varíola, por meio de vacinação, e pelo incentivo à imigração dos sertanejos para o Estado do Pará.

O prejuízo nas atividades pecuárias foi drástico. Uma vez a crise instalada e a conseqüente falta de campos para o pasto, o gado morria à míngua (TEÓFILO, 1980). Quanto a este mesmo fato, foi observado o seguinte, por outro cronista da época:

Um dos mais impressionantes prejuízos desta sêca foi o que atingiu e quase extinguiu, no sertão, a criação de bovinos e equinos. O gado já vinha sendo dizimado, desde os últimos meses de 1914, em certas regiões. Conheci uma fazenda, na ribeira do Aracati-Açu, que apanhava cêca de 80 bezerros por ano e cujo plantel se elevava a mais de 250 cabeças de adultos. A desnutrição e sobretudo o mal do chifre apenas pouparam 13 vacas e pouco mais de 20 cabeças de bois (SOBRINHO, 1982, p. 28).

Logo, as autoridades foram provocadas a se pronunciar frente a esta situação de calamidade. Surgiu, então, o Relatório do Chefe do Primeiro Distrito da Inspeção Federal Contra as Secas (IOCS): "(...) logo, bem cedo, tive a impressão do fenômeno e, desde então, pedi, roguei e implorei providência" (SOBRINHO, 1982).

Tal pronunciamento, entretanto, não trouxe resultado, pois não conseguiu impressionar a Administração Superior da Inspeção Contra as Secas. O então Governador do Estado, Benjamim Liberato Barroso, fez o mesmo, enviando, em 22 de maio de 1915, um eloqüente telegrama, que narrava toda a tragédia para o Presidente da República Venceslau Braz.

O Governo do Estado procurou remediar a situação, taxando produtos no porto, por meio da cobrança de impostos. O mesmo foi feito com o gado que saía da região, quando se obrigava os compradores a pagarem taxas.

Buscando deter o descontrolado aumento da população em Fortaleza e da criminalidade em Fortaleza, criou-se uma instituição que modificou as relações existentes entre os retirantes e a população urbana: o "Campo do Alagadiço".

Os retirantes que aportavam na capital eram conduzidos diretamente para esta espécie de "curral", composto de arames farpados, de onde não se podia mais

sair. Era realizado racionamento na distribuição de alimentos e criteriosa seleção no atendimento aos enfermos. Eram mecanismos de controle social que pretendiam evitar possíveis conflitos oriundos da presença dos flagelados em Fortaleza.

Era um ambiente pouco higiênico e com uma grande concentração de pessoas, favorecendo à proliferação de diversas doenças. Essa espécie de “Campo de Concentração” transformou-se, aos poucos, em local onde os retirantes iam apenas morrer: os cadáveres eram empilhados ao lado de cercas e jogados em valas comuns (SOUZA, 2000).

Neste macabro local, rodeado de doenças e mortes, o farmacêutico Rodolfo Teophilo instalou, debaixo de um cajueiro, um posto de vacinação contra a varíola. Com essa iniciativa, promoveu campanha desde o ano de 1900, conseguindo alcançar alguns resultados no combate à doença.

Contudo, a concentração de pessoas famintas e doentes em condições de pouca assistência, em verdadeiros “currais humanos”, agravou ainda mais o problema e, lentamente, a idéia da construção daqueles campos de concentração foi abandonada.

Depois das repercussões de mais uma crise climática, que se estendeu até meados de 1916, tudo voltou ao normal na região. A IOCS continuou empreendendo ações de rotina, mas pouco foi realizado no desenvolvimento de projetos eficazes de combate à seca.

3.4 1919: Seca e Obras em Construção

O ano de 1919 foi mais um momento penoso de seca e até trouxe surpresa para estudiosos da previsão do clima. Os historiadores consideram esta crise a continuação de 1915, porém, com períodos intermediários chuvosos entre estes anos.

Na época, foram construídas algumas obras na região, como as estradas de Baturité até Guaramiranga, e de Sobral até Meruoca. A perfuração de poços e a construção de açudes também foram iniciadas. Entretanto, muitas destas obras foram paralisadas, abandonadas ou concluídas apenas anos depois. Acrescenta-se, ainda, o fato de que o trabalho em obras públicas foi-se tornando o principal mecanismo de enfrentamento das crises climáticas.

Vários projetos de combate à seca, logo que chegavam à Câmara dos Deputados Federais, encontravam resistência na Comissão Financeira; tornava-se, deste modo, evidente a indiferença em relação aos estados do Nordeste em comparação às outras regiões do país; acreditava-se que investir em obras contra as secas era um puro desperdício de recursos. Apesar disto, foi aprovada Lei Federal, de 25 de dezembro de 1919, autorizando o governo local a contratar empresas nacionais ou estrangeiras especialistas em obras, como açudes e barragens (VILLA, 2000).

Medidas de planejamento foram tardiamente, adotadas, apenas no final de 1919, enquanto eram divulgadas notícias como: “(...) 152 cearenses,

das quais 78 eram crianças, foram abandonados na ilha de Santa Bárbara, na baía de Guanabara, sem comida ou alojamento” (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1919).



Fotografia de Antônio Capibaribe Neto

SECA, FORNALHA...

- a) Conflitos em torno do não pagamento da mão-de-obra em construções públicas e referentes ao escasso fornecimento de alimentos para os retirantes eram rotinas no ano de 1898. Estes fatos ocorriam em cidades próximas aos locais de trabalho, como Baturité por exemplo, onde havia obras de extensão de estradas de ferro;
- b) Em 1889 houve a criação de uma Hospedaria Geral dos Emigrantes, sendo que a chegada dos retirantes dava-se de modo aleatório e em massa, fato que tornava impossível abrigar todos;
- c) Em 1900, famílias instalavam-se em praças públicas, sem qualquer condição higiênica, em barracas ou embaixo das árvores, dando à cidade de Fortaleza uma atmosfera de "campo de refugiados", com milhares de pessoas famintas vagando pelas ruas da cidade em busca de comida;
- d) Tentando evitar o aumento da prostituição e da criminalidade, criaram-se, no ano de 1915, verdadeiros "Campos de Concentração", que objetivavam controlar o fluxo de retirantes nas cidades. Pensando como forma de prevenção e de controle das cidades contra as verdadeiras invasões por parte dos sertanejos, estes campos concentraram, aproximadamente, oito mil pessoas. Tudo efetuado em terrenos cedidos exclusivamente pelo governo, nas proximidades da Estação de Trem Otávio Bonfim, em Fortaleza.
- e) Em 1919, muitos retirantes chegaram a Fortaleza, problema que somente foi amenizado com os canteiros de obras públicas construídos na capital e no interior.

NA EMERGÊNCIA...

- a) Entre os anos de 1889 e 1900, novamente poucas mudanças foram empreendidas para atender às multidões famintas que chegavam a Fortaleza;
- b) Obras públicas foram planejadas em 1909, mas ficavam à mercê de operários que chegavam diariamente do interior, sem qualquer organização na execução das mesmas;
- c) Ficou evidente o despreparo das autoridades no ano de 1915, haja vista o caos administrativo que os flagelados causaram e a total ausência de medidas preventivas;
- d) No ano de 1915, após a chegada de mil retirantes a Fortaleza, que mendigavam todo tipo de socorro, pouca ajuda foi ofertada pelo Governo Federal. Neste mesmo ano, houve uma grande emigração de muitos cearenses para o Pará, sob a promoção do Governador daquele estado, buscando amenizar os impactos da calamidade social provocada pela seca.
- e) Em 1934, a Carta Magna disciplinava que:



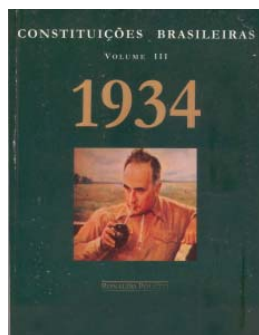
art. 177. A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que despenderá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita atribuída sem aplicação especial.

§ 1º Dessa percentagem, três quartas partes serão gastas em obras normais do plano estabelecido, e o restante será depositado em caixa especial, a fim de serem socorridas, nos termos do art. 7º, nº II, as populações atingidas pela calamidade.

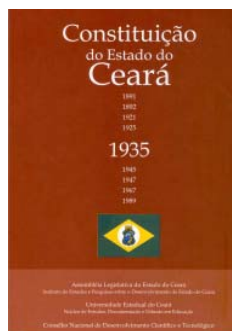
§ 2º O Poder Executivo mandará ao Poder Legislativo, no primeiro semestre de cada ano, a relação pormenorizada dos trabalhos terminados e em andamento, das quantias despendidas com material e pessoal no exercício anterior, e das necessárias para a continuação das obras.

§ 3º Os Estados e Municípios compreendidos na área assolada pelas secas empregarão quatro por cento da sua receita tributária, sem aplicação especial, na assistência econômica à população respectiva.

§ 4º Decorridos dez anos, será por lei ordinária revista a percentagem acima estipulada.



Constituição Federal Brasileira de 1934
Fonte: Gráfica do Senado Federal.



Constituição Estadual do Ceará de 1935
Fonte: Gráfica do INESP, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

Soneto da Saga do Êxodo

*Sol de pedra crestando os pergaminhos
das páginas da terra em labaredas,
cinzelando com fogo e com espinhos
as faces macilentas das veredas.*

*Som de pedra ecoando nos caminhos
varados da diáspora sertaneja,
reverberando o vento em remoinhos
os rastros volantins da gente andeja.*

*Chão de pedra no rumo dos aflitos
passos errantes, por longínquas plagas,
pervagando esses ermos infinitos.*

*São de pedra as pupilas dessas águas,
represando ancestrais e mudos gritos,
desertados do exílio de outras mágoas.*

(MAIA, Luciano. Seara. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1994. p. 83.)



Fotografia de Cid Barbosa

Seca na República Nova

Seca na República Nova



Altos índices de mortalidade infantil eram comuns na região (Fonte: SARAIVA, 1983, p. 90)

*"Sem chuva na terra descamba janêro,
Depois, feverêro,
E o mêrmo verão
Entonce o rocêro, pensando consigo,
Diz: isso é castigo!
Não chove mais não!*

*Apela pra maço, que é o mês preferido
Do Santo querido,
Senhô São José.
Mas nada de chuva! tá tudo sem jeito,
Lhe fuge do peito
O resto da fé.
(...)*

(Trecho do poema *A Triste Partida*, de Patativa do Assaré"

1930: SECA E "CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO"

A década de 1930 começou com chuvas escassas. A época, entretanto, foi marcada por muitos saques, prisões e desespero entre os retirantes da seca.

Foi tempo de muitos registros em manchetes de jornais, como, por exemplo: "Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta Capital" (JORNAL O POVO, 1931).

*Agora pensando segui ôtra tria,
Chamando a famia,
Começa a dizê:
Eu vendo meu burro, meu jegue e o cavalo,
Nós vamo a São Palo,
Vivê ou morrê.*

*Nós vamo a São Palo, que a coisa tá feia;
Por terras aléia
Nós vamo vagá.
Se o nosso destino não fô tão mesquinho,
Pro Mêrmo cantinho
Nós torna a vortá."*

Fatos alarmantes também comentados em outras fontes jornalísticas: “Tragédia da fome”; “Os flagelados estão assaltando os trens”; “Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora” (JORNAL O NORDESTE, 1931).

As Estações Ferroviárias transformavam-se em espaços de grande tensão e conflito entre os retirantes e as forças policiais.

Esta década caracterizou-se pelos deslocamentos da população retirante. A migração deu-se por caminhos de “poeira e ferro”, isto é, ora pelas estradas, no sertão, ora pela retenção em espécies de “Campos de Concentração”, na capital. Estes últimos eram erguidos em lugares estratégicos, próximos às estações ferroviárias, como forma de tentar conter a migração do sertanejo.

Incentivados pelo governo de Getúlio Vargas, então Presidente do Brasil, muitos flagelados tornaram-se voluntários na extração da borracha, na Região Norte do país: eram os “Soldados da Borracha”.

A II Guerra Mundial havia colaborado para a grande crise no setor da borracha, considerado de extrema importância para fabricação de calçados e, principalmente, para a indústria bélica. Foi por meio dos nordestinos flagelados da seca que se encontrou uma das soluções para o problema, suprimindo a mão-de-obra necessária para o abastecimento de matérias-primas para que os aliados do Brasil na II Grande Guerra não entrassem em crise.

4.1 1931-1932: Seca, Poeira e Ferro

No mês de janeiro de 1931 houve pouca chuva e, neste mesmo ritmo, seguiram-se os meses. O registro de fugitivos da seca foi pequeno neste ano.

Nunca um inverno, como o de 1932, foi tão ansiado pelos sertanejos, pois todos sabiam que se não chovesse era sinal de que a seca seria devastadora. No início deste ano, alguns retirantes começaram a chegar a Fortaleza, apesar de muitos acreditarem que até o dia 19 de março, São José, o Santo Padroeiro das chuvas no Ceará, mandaria chuva para o sertão. Essa crença fez com que muitos aguardassem pelo inverno neste ano.

No final do mês de março, todavia, sem sinal das esperadas chuvas, teve início grande caminhada para Fortaleza. Homens e mulheres arrastando filhos e alguns pertences formavam um bando de flagelados. O deslocamento só findava quando encontravam os “caminhos de ferro”: as estações de trem. Essas aglomeravam imensa quantidade de famintos e sedentos.

Na época, eram comuns as manchetes: “A cidade começou a se encher de flagelados, que em face da fome que os devora, constituem uma séria ameaça à tranquilidade pública” (JORNAL O POVO, 1932). Os retirantes eram considerados elementos perigosos, sendo até fichados na delegacia.

Em 1932, o Ceará era entrecortado por duas Estações de Ferro: a Estrada de Ferro de Baturité e a Estrada de Ferro de Sobral. Partindo de Fortaleza, suas principais vias atingiam as maiores cidades do Sertão Central, chegando até o Vale

do Cariri, onde se localizam os municípios de Juazeiro do Norte e do Crato. No trajeto, passavam por Quixeramobim e, em seguida, por Senador Pompeu. Nessas estações ferroviárias, a desordem era total: nelas amontoavam-se diversos retirantes de variadas localidades, mas todos com destino à capital cearense.

Numa tentativa de solução ao problema, o governo recorreu mais uma vez aos famosos “Campos de Concentração” de flagelados em pontos estratégicos das vias férreas. Estes campos tentavam impedir que os retirantes, na condição de pedintes, chegassem às ruas dos bairros ricos de Fortaleza.

Esta situação permaneceu durante a década de 1930, trazendo muitos problemas de ordem econômica e social ao Estado do Ceará.

4.2 1942: Seca e Exército da Borracha

O ano de 1942 manteve, no cenário da seca, a história dos voluntários nordestinos que, fugindo da grande estiagem e sob o incentivo do governo de Getúlio Vargas, eram convocados à Amazônia para se integrarem à cultura da extração da borracha em verdadeiros exércitos.

O objetivo do governo era o de que os flagelados suprissem a necessidade de mão-de-obra da Região Amazônica, também para atender e garantir, política e economicamente, a produção da borracha necessária aos aliados na II Guerra Mundial, sobretudo na confecção de materiais bélicos.



Jornal O Estado, domingo, 13 de abril de 1958

Essa época caracterizou-se não somente pelo controle, pela repressão e pela disciplina militar impostas ao sertanejo, mas também pela pretensão governamental de desencadear uma reforma social, visando a garantir, ao mesmo tempo, trabalho e suprimento de borracha como matéria-prima de alguns utensílios necessários às estratégias de guerra.

Os sertanejos, retirantes da seca, possuíam habilidades de lidar com o gado, com lavouras e com os trabalhos que requeriam grande esforço físico, mas ainda assim, foram treinados pelo Exército, a fim de sobreviverem às condições adversas da Região Amazônica.

Quando a Malásia e a Ilha de Bornéu foram invadidas pelas tropas japonesas durante a II Guerra Mundial, em 1942, os países aliados, os quais o Brasil apoiava, entraram em pânico. Este episódio colocou um ponto final na transação comercial dos aliados com o mercado oriental. Isto representava um corte de cerca de 97% das fontes de suprimento da economia dos aliados. Este fato desencadeou a busca de outras alternativas para o comércio da borracha, antes realizado quase que totalmente com os países orientais.

Com a crise da borracha, Estados Unidos e Inglaterra, que eram nossos aliados, começaram a intensificar suas ações na busca de soluções. Os americanos, por exemplo, adotaram algumas medidas, dentre elas um maior controle de estoque, racionamento e suspensão da venda de carros pela falta de pneus, ou melhor, de matéria-prima para fabricá-los. Também outros setores como o de calçados, isolantes, peças de rádio, cinturões e telefones sofreram o impacto da escassez da borracha. Na tentativa de encontrar uma solução de emergência, distribuiu-se um boletim informativo, no qual o governo brasileiro lembrava a existência de 300 mil árvores da "Hévea Brasiliensis", árvore nativa do solo brasileiro e própria à extração da borracha.

O plano contemplava a intenção brasileira de obter a máxima extração de borracha em pouco tempo. Assim, foram convocados os "Soldados da Borracha", como eram chamados os trabalhadores que se engajavam. Estes eram considerados verdadeiros heróis de guerra, tão importantes quanto aqueles que estavam nas frentes de combate da II Guerra Mundial, já que tinham a missão de abastecer os países aliados, diante do iminente colapso, pela falta de borracha, para a indústria bélica.

A tática utilizada para o recrutamento destes "soldados voluntários" foi divulgada de forma a sensibilizá-los e a motivá-los em outra forma de combate, na extração da borracha.



Jornal *Unitário*, quarta-feira 6 de maio de 1942

Coincidentemente, a seca de 1942 castigava os cearenses com miséria e fome, como todas as anteriores. A estratégia de convocação adotada pelo governo alimentava os sonhos do sertanejo de melhorar de vida, com abundância d'água e possibilidade de acumular riqueza. Esta foi uma das soluções encontradas para descongestionar as capitais nordestinas, deslocando os flagelados para outras regiões.

Ser recrutado para o “Exército da Borracha” significava ser necessário ao apoio à indústria bélica e, conseqüentemente, viabilizavam-se as possibilidades de vitória dos aliados. Significava, entretanto, para o sertanejo, uma solução compulsória, pois só lhe restavam duas opções: a mendicância na capital ou servir aos aliados do Brasil na II Guerra Mundial, na condição de participante do “exército da borracha”.

4.3 1951-1953: Política e Seca

Quando Getúlio Vargas, em seu segundo mandato, retomou o poder como Presidente do Brasil, teve início uma grande seca que assolou, principalmente, a região da Bahia nos anos de 1951 até 1956, fato que agravou os problemas socioeconômicos da Região Nordeste.

Os flagelados eram obrigados a fugir da estiagem devido às péssimas condições de sobrevivência que se agravavam, já que a maior parte das terras daquela região pertencia aos latifundiários. Não havia, portanto, condições de trabalho e de moradia para o nordestino.

O Nordeste, durante o segundo governo de Vargas, estava passando por um período de elevada desigualdade econômica e social em relação às regiões do Sudeste e Sul e, mais especificamente, o Estado de São Paulo. Essas diferenças regionais ocasionaram a expulsão de muitas vítimas da seca dos grandes centros nordestinos em direção ao sul do País.

O governo Vargas foi também marcado pela forte estiagem de 1951 a 1953, que acometeu o Nordeste, e quase todas as mensagens presidenciais, neste período, abordavam a temática da seca. Mas na mensagem de 1951, o principal objetivo não foi enfatizar os efeitos da seca, mas o de divulgar os planos políticos do Presidente em relação ao Nordeste.

Uma forte característica da seca de 1951 foram as migrações dos vitimados por este fenômeno, que partiam principalmente para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.



Jornal *Unitário*, domingo, 1 de abril de 1951

Em 1953, terceiro ano de seca da década de 1950, a situação ainda era grave: miséria, fome e mortes perduravam durante todo o mandato de Getúlio Vargas. Mas argumentava o governo que, se comparado à seca de 1932, o flagelo atual era menor e isto seria graças às obras já realizadas na região pelo Presidente, após a Revolução de 1930, e ao conseqüente incremento de meios de assistência, embora, comprovadamente, ineficazes na solução da problemática.

Neste período, a Região Nordeste não mostrava vocação para o desenvolvimento industrial. Assim, ocorreu uma maior atenção, por parte do Governo Federal, para com o desenvolvimento da Região Sudeste do país, pois, desde o século XIX, esta área apresentava perspectiva de maior acúmulo de capital, devido à expansão da indústria cafeeira. Assim, a economia agrícola do Nordeste ficou em estado de estagnação, ocasionando um cenário favorável ao deslocamento de indivíduos das regiões assoladas pela seca para o sul do país.

4.4 1958: A Indústria da Seca

A seca de 1958 instalou-se e quase aniquilou a agropecuária da região, obrigando os flagelados a partir em busca de solução urgente para o problema da fome e da sede, dando origem às costumeiras “frentes de trabalho”, solução paliativa de que lançava mão o governo, neste período.

Nesta época, acentuou-se a imagem do Nordeste como região problema, provocando um incontestável descaso do Poder Público em investir na área, com políticas de combate às secas.

Data deste período o surgimento da expressão “Indústria da Seca”, cunhada por Antônio Callado, escritor e jornalista carioca, e autor do livro “Os industriais das secas” publicado em 1960. Tal expressão era utilizada para evidenciar a velha política de negociação de votos, pela implantação de soluções emergenciais e paliativas no enfrentamento do problema das secas, além de ser também caracterizada por beneficiar quem detinha o poder econômico na barganha de votos.

Então, há quase cinquenta anos a expressão “Indústria da Seca” foi criada referindo-se à diferença entre a correlação de forças existentes: o poder político da região nordestina permaneceu em desvantagem, se comparado ao poder de decisão política em favor das Regiões Sul e Sudeste do país. A indústria da seca define um estado controlado por um grupo economicamente dominante que busca vantagens para ele próprio, por meio da exploração das verbas destinadas às secas. Esta situação dominou o contexto político da Região Nordeste por muitos anos.



Jornal *Unitário*, terça-feira, 18 de março de 1958

O Presidente Juscelino Kubitschek, preocupado com os efeitos das secas e visando criar facilidades ao desenvolvimento da Região Nordeste, sancionou a Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1958, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, definida como uma agência de desenvolvimento regional incumbida de planejar e coordenar programas socioeconômicos de interesse para a região.



Jornal *O Estado*, quinta-feira, 18 de abril de 1958

O Presidente Kubitschek designou, na época, Celso Furtado, renomado economista, como Superintendente deste novo órgão instalado em Recife, para sistematizar trabalhos e operá-los em planos plurianuais, segundo orçamento da União.

Infelizmente, a política contra às secas e pelo desenvolvimento do Nordeste sucumbiu diante da “politicagem”. O problema é que, com o tempo, os ideais da Superintendência foram arrefecidos. Os projetos eram apresentados pela SUDENE e aprovados às dezenas, mas não havia dinheiro definido no Orçamento da Nação para tirá-los do papel e, assim, muitos desvios de propósitos começaram a ocorrer, como por exemplo, empresas que recebiam por obras que nunca terminavam de construir, sem que houvesse fiscalização ou controle efetivo da situação.

Na seca de 1958 a população nordestina padecia com escassez d’água, de comida e de moradia. Chegou-se a temer pelo esvaziamento do importante açude Acarape do Meio, o único reservatório que abastecia a Capital do Ceará.

Um fato desolador é que o jenipapo, prodigiosa fruta que normalmente nasce durante todo o ano, principalmente em região de terreno fresco (“pé de ser-ra”), durante a seca 1958 não conseguiu brotar. Este episódio constituía um dos fenômenos graves, pois este fruto compunha a dieta do sertanejo.

Nesta ocasião, homens e mulheres flagelados da seca tentavam resistir, invadindo fazendas a procura de alimento, enquanto os proprietários de terras no sertão tomavam atitudes de repressão. Os trabalhadores do interior, particularmente, os “sem-terra”, redefiniam formas de reação contra aquela situação de penúria e trocavam o tradicional saque realizado em feiras públicas pelo ataque aos transportadores de alimentos administrados pelo governo, além de promoverem ocupação do principal órgão de desenvolvimento da região, a SUDENE, na vã tentativa de reivindicação de uma política eficaz de apoio à população atingida pela seca.

TRECHO DE ENTREVISTA COM CELSO FURTADO REALIZADO POR
RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA*

RRP – Com Juscelino, como foi?

CF – Juscelino me apoiou. Mas para Juscelino, um assunto desses não era prioritário. A seu ver, era um projeto do Nordeste, como outro qualquer.

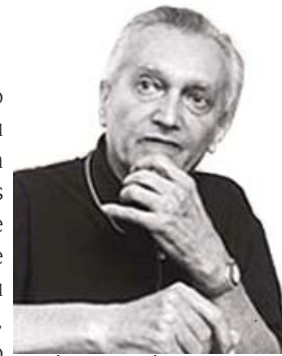
RRP – E ele também não estava a fim de brigar com os latifundiários...

CF – Ele brigou; brigou para me manter na Sudene. Houve uma onda tremenda contra mim, com esses projetos, quando mostrei que queria mudar alguma coisa importante, como era o caso da estrutura agrária. Até ser aprovada a Lei da Sudene, nós estávamos vivendo com a ajuda do BNDE, e era preciso essa aprovação para termos um fundo próprio. Elaboramos uma lei muito bem-feita, fizemos o projeto dos incentivos fiscais. Era uma lei para o desenvolvimento do Nordeste, com um primeiro plano trienal para a região. Houve no Congresso muita reação, mas também uma divisão. Muitos aceitavam, pois havia aspectos positivos para os próprios políticos nordestinos. Obtive apoio parcial do Nordeste. Mas o grupo contra mim era tão forte que eles conseguiram que Juscelino – segundo ele mesmo me contou depois – se comprometesse a não me nomear superintendente. Seria aprovada a lei, ele sancionaria, mas não se conservaria esse cavalheiro lá, porque ele está criando problema para todo mundo. Basicamente, quem fez isso foi o pessoal da Paraíba, meu estado, e o pessoal do açúcar, de Pernambuco.

Juscelino, com aquele risinho dele, concordou – para inglês ver. Quando a lei foi aprovada, ele me nomeou superintendente. Foi um choque para muita gente e, ao mesmo tempo, um alívio muito grande. Eu imaginava que iria embora, já tinha deixado a Sudene. Estava no sertão de Pernambuco, em Petrolina, naquele projeto de irrigação, quando aconteceu tudo isso. Juscelino teve esse gesto nobre e corajoso de enfrentar a reação nordestina. Então, eu fiquei, e com muita força. Em outra ocasião, eu estava na Alemanha, negociando um acordo de assistência técnica, e ao retornar encontrei uma onda tremenda contra mim. É que haveria eleição para o Congresso, em 1962. Havia

muito cambalacho e queriam que eu usasse dinheiro da Sudene para as eleições. Eu me neguei, a Sudene não financiou eleição de ninguém, de nenhum partido político, mas eles ficaram indignados e fizeram a

exigência ao primeiro-ministro¹, que era Tancredo Neves, para que me tirasse de lá. Tancredo, que era mineiro e acomodaticio, concordou e achou que, com uma penada, me tiraria. Afinal, era o primeiro-ministro... Eu estava chegando da Europa, onde estivera tratando dos assuntos da Sudene. Quem me transmitiu a mensagem foi o ministro Virgílio Távora. Ele me chamou e disse: "Você criou muito problema, é uma pessoa intratável. Há uma unanimidade dos governadores do Nordeste para pôr você para fora, pelo menos é o que me diz o Tancredo. E ele está de acordo". Eu respondi: "Não há problema, meu poder decorre do presidente da República e do primeiro-ministro, se eles estão de acordo em me demitir, não vou morrer de fome". E me despedi. Isso foi em Copacabana, na casa dele, e, de lá, fui bater no Palácio das Laranjeiras, onde estava o Jango, que era o presidente sem poder, na época do parlamentarismo. Conversei com ele, despachei, contei minha viagem à Europa. Quando ia saindo, acrescentei: "Vou me despedir do senhor, presidente, porque fui informado pelo primeiro-ministro, por intermédio do ministro Virgílio Távora, e eu não quero criar problemas para o seu governo". Ele me olhou e disse: "Celso, acho que eles esqueceram que para exonerá-lo é preciso minha assinatura, não basta a do primeiro ministro". E, com aquele jeitão dele, acrescentou: "Olhe, Celso, me cortam a mão, mas eu não assino a sua exoneração".



Celso Furtado, primeiro Superintendente da SUDENE

¹ Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, o Brasil teve um governo parlamentarista, devido às pressões de setores militares e políticos que, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, não aceitavam a posse do vice, João Goulart. O governo parlamentarista foi a forma encontrada para dar posse ao vice-presidente, mas com prerrogativas reduzidas.

*FURTADO, 1998. p. 66-69.

4.5 1970: Seca e Autoritarismo

O Nordeste brasileiro não é a única região do mundo a ser afetada pelo fenômeno das secas. Contudo, parece ser a única área relativamente bem povoada que ainda não efetivou medidas sólidas que trouxessem soluções definitivas para as conseqüências desta cíclica crise provocada pelas secas.

Falar da região cearense é também associá-la à imagem da seca. Desde o século XVII até hoje, carrega-se na memória coletiva os efeitos da estiagem como um “redemoinho de dores”, sentido na pele por milhares de sertanejos. Também é um fenômeno debatido em todos seus aspectos e efeitos socioeconômicos que, ora foi descrito por explicações técnicas e científicas, ora foi refletido em versos, em canções e na Literatura, impregnados de esperança por soluções, da parte de escritores, poetas e músicos.

A década de 1970 trouxe à tona o velho questionamento por parte do povo cearense acerca da necessidade de soluções para a problemática. Assim, a seca constituiu-se fenômeno com profundas raízes históricas, por vezes mais grave e maior do que a vontade dos próprios bem-intencionados governantes. O ex-Presidente Juscelino Kubitschek, referindo-se à seca de 1955, acreditava que “(...) esta é a última seca que assola o Nordeste” (REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL, 2005, p. 86).

Ao longo dos anos 70, ocorreram três grandes ciclos de seca: 1970, 1976 e 1979 (MEDEIROS FILHO, 1983). Estas três ocorrências de seca traduziram uma situação social que, apesar da semelhança com situações passadas, recebeu por parte dos órgãos públicos novos tipos de abordagem à questão.



Jornal *Unitário*, quarta-feira, 8 de abril de 1970

Neste período, a estrutura política nacional foi marcada pela dura intervenção militar. Foi uma década de constante manifestação contra o autoritarismo conduzido por dois Presidentes: Emílio Médici (mandato de 1969-1974) e Ernesto Geisel (mandato de 1974-1979). Estas gestões partiam da concepção de que a sociedade brasileira era incapaz de se auto-organizar no enfrentamento de seus problemas, justificando, assim, a instauração de um regime autoritário que distanciava o povo da possibilidade de participação política (VITA, 1997).

O Estado do Ceará recebeu toda esta carga autoritária, fato que desencadeou vários conflitos políticos. Foi uma época na qual muitos cidadãos foram presos e também mortos.

Foram tempos conturbados. Por outro lado, progressivamente a partir de 1973, algumas mudanças foram percebidas no contexto da política local.

O Ceará foi dirigido por cinco governantes: Plácido Aderaldo Castelo (mandato de 1967-1971), César Cals de Oliveira Filho (mandato de 1971-1975), José Aduino Bezerra (mandato de 1975-1978), Virgílio Fernandes Távora (mandato de 1979-1982), Manoel de Castro (mandato de 1982-1983). Estes governadores conduziram o delicado contexto político-social imposto pelo Regime Militar. (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

O ano de 1970 prometia aos agricultores cearenses produtivos meses por meio das "esperanças" de inverno. Foram tempos em que, momentaneamente, pensava-se que o "sertão iria virar mar". Porém, tais "esperanças" foram, logo, desfeitas diante de mais um ano de seca pela frente.

Na região de Jaguaribe, por exemplo, ocorrendo chuvas durante alguns dias do mês de janeiro deste período, os agricultores organizaram o plantio de gêneros alimentícios de subsistência. Todavia, as precárias condições climáticas para o cultivo, provenientes da estiagem, que se iniciaram no final de janeiro, prolongando-se até março, geraram a perda total da produção agrícola (FROTA, 1985).

Estes agricultores, sob financiamento do Plano Nacional da SUDENE, tentaram, então, um segundo plantio. Desta vez, usaram sementes selecionadas, acreditando que essas gerariam um acréscimo à produção agrícola local. Apesar de todo esforço desta instituição na criação de condições para o cultivo, a partir da adoção de medidas tais como a criação de centrais de abastecimentos e de distribuição de sementes, tal projeto não obteve resultados significativos capazes de neutralizar os efeitos da estiagem.

Diante de uma iminente calamidade social, o Estado do Ceará recebeu maior atenção por parte da esfera política nacional, questão esta verificável no discurso do ex-Presidente Médici, tentando responder às provocações de políticos opositores:

Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos de Cratêus e dos Currais Novos. Vi a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugares mortos. Vi a poeira, o sol, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, a desolação. (...) Vi tudo isso com os meus próprios olhos e concluí o que não cheguei a ver. Nada, em toda a minha vida, me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar minha vontade (CEARÁ, 1970, s/p).



Jornal *Unitário*, domingo, 12 de abril de 1970

Contudo, a visita do Presidente Médici à região gerou alguns resultados. Surgiram novas ações da SUDENE, que já existia como instituição há mais de dez anos, mas que, somente naquele momento, ensaiou implementar medidas eficazes. Coube ao órgão, por exemplo, o planejamento de operações, tais como: execução de obras, distribuição de verbas e uso de “carros-pipas”, além da distribuição de alimentos (GUERRA, 1981).

Porém, tais ações foram ainda insuficientes, causando muita insatisfação e revolta por parte da população sertaneja, conforme dados descritos em Relatório da própria SUDENE: “A seca de 1970 atingiu uma população ativa de 500 mil pessoas, alcançando outros dois milhões de indivíduos. O fenômeno climático afetou oito estados, correspondendo a um total de 605 municípios, o que equivale a 62% da área do Polígono das Secas” (SUDENE, 1979, p. 44).

Os prefeitos dos municípios do interior do estado tentaram enfrentar o problema, mas com algumas limitações devido às escassas possibilidades econômicas. Em Limoeiro do Norte, por exemplo, o prefeito tentou remediar a situação, abrindo pequenas frentes de serviço por meio do “Programa Alimentos Para a Paz” (FROTA, 1985). Outra insuficiente e paliativa medida foi adotada em Crateús: a prefeitura distribuiu alimentos pretendendo prevenir insatisfações populares emergidas do contexto da seca.

Na capital, os deputados federais e estaduais procuraram arrecadar recursos para a execução de obras públicas, fazendo apelos a outros órgãos. Além disto, em 20 de maio de 1970, alguns deputados federais do Ceará foram a Recife cobrar da SUDENE medidas mais eficientes frente ao agravamento da situação provocada pela seca deste mesmo ano.

Entretanto, todas as articulações políticas nos âmbitos federal e local, além de terem se mostrado inoperantes no combate às secas, findaram por causar descontentamento e revolta na população. Na cidade de Quixeramobim, mil camponeses flagelados, procedentes de cidades vizinhas, ensaiaram uma rebelião coletiva, ao invadirem a cidade, em busca de comida e de trabalho (MEDEIROS FILHO, 1983). Fatos que foram agravados em função da emigração em massa de retirantes que viajavam em caminhões “Paus de Arara”, fugindo das áreas atingidas pela seca em direção ao sul do País.

4.6 1976: Quase Seca

Em 1976, ocorreu uma seca parcial que afetou mais o sul da Bahia em relação às outras localidades nordestinas, mas que não deixou de trazer conseqüências nefastas para o Estado do Ceará. Este ciclo foi bem menos violento do que o ocorrido no ano de 1970.

Logo foram adotadas medidas de emergência pelo então Presidente Geisel, buscando minimizar o sofrimento do povo nordestino.

Mais uma vez, a SUDENE articulada com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e com o Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS), mobilizou recursos financeiros e humanos para auxiliar os indivíduos assolados pela seca. Assim, a situação sanitária dos municípios, isto é, a situação relativa ao controle da propagação de doenças, foi mantida em níveis aceitáveis e a fome foi minimizada com algumas ações de distribuição de alimentos.

Entrou em cena uma nova ação política neste ano: a criação do “Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste” (GUERRA, 1981). Baseava-se no fortalecimento de pequenas unidades de produção, formando, com isso, reservas mínimas de água para abastecimento local. Contudo, a situação no Ceará não teve significativas alterações, haja vista as irregularidades das ações da SUDENE e do BNB. Nesse particular, os efeitos do combate às secas foram precários. Mais uma vez, reforçou-se e legitimou-se um modelo de prática política repetido por séculos, sempre de modo emergencial, empregado sem resultado: os retirantes foram mobilizados para “Frentes de Serviço”, a fim de não morrerem de fome; após esta crise de estiagem, os agricultores voltavam para suas roças aniquiladas, sem que o apoio institucional garantisse sua fixação à terra seca e abandonada pela assistência pública.

4.7 1979-1983: Seca sem fim

O ano de 1979 foi um período bastante crítico, com chuvas escassas, momento este em que a região cearense ficou submetida a outra grande crise climática que se estendeu de 1979 até o ano de 1985.

Este penoso ciclo, entretanto, foi detectado com antecedência por dois estudos que foram concluídos antes do início desta crise, sendo, inclusive, previstas a sua duração e as suas nefastas implicações. A primeira previsão foi elaborada pelo Centro Técnico Aeroespacial da cidade paulista de São José dos Campos, no ano de 1978, que afirmava que a seca teria início em 1979 e se estenderia até meados de 1985 (GIRARDI, 1978). Semelhante observação foi realizada pelo Ministério da Aeronáutica, em 1978, por meio de análises da curva de precipitação de chuvas no Nordeste. Eles chegaram à mesma conclusão, enviada em forma de relatório para o Governo Federal, de que haveria grande estiagem (SOARES, 1984).

Apesar de o governo empreender medidas com o intuito de socorrer os flagelados, por meio da distribuição de remédios e de alimentos, essas medidas tive-

ram características emergenciais no que diz respeito ao socorro aos flagelados. Ainda, o atraso do Governo Federal nas providências foram claras em relação às cidades afetadas, fato que gerava, cada vez mais, novas invasões de cidades, praticadas por retirantes desesperados com aquela situação (JORNAL DIÁRIO DE NATAL, 1979).

É curioso, por exemplo, que nos “Programas de Emergência” oferecidos pelo Poder Público praticamente não existiam mulheres sendo beneficiadas nas “Frentes de Serviço” ou exercendo algum tipo de atividade, característica que denota a clara preferência por homens nas frentes, seja em relação ao preenchimento de cargos, seja em relação à promoção de assistência social emergencial efetuada na época (CAVALCANTE, 2002).



Jornal Tribuna do Ceará, 11 de abril de 1979

Esta situação de seca desencadeou descontentamento popular, surgindo, daí, conflitos e reações por parte dos vitimados pela seca em nosso estado:

Por ocasião da seca de 1979, o agricultor Inocêncio Alves da Silva, pai de 11 filhos e contando 51 anos de idade, passava o dia perambulando pelas ruas de Quixeramobim, a 261 quilômetros de Fortaleza, tentando conseguir alimentos para a sua família. Ao ser abordado por um repórter, foi taxativo: quem deixa a mulher e os filhos passarem fome e não tira dos outros, está condenado às trevas do inferno. Um outro, Francisco dos Anjos Pereira, que participou do saque ao armazém da Cobal na mesma cidade cearense, declarou: não existe castigo maior na vida do que ver nossos filhos passando fome, gemendo de um lado para outro (JORNALO ESTADO DE SÃO PAULO, 1979).

Neste contexto, também houve um acentuado declínio de retirantes atendidos pelos planos emergenciais do Estado. Entre 1978 e 1979, houve queda na distribuição de feijão, milho, arroz entre as vítimas da seca (CAVALCANTE, 2002).

Outra grave conseqüência foi a constante migração de pessoas do interior do Ceará que, viajando sempre em busca de melhores condições de vida, impressionaram até o Papa João Paulo II, por ocasião de sua visita ao Ceará, no ano de 1980. Naquela época, ele declarou: “Subordinada ao tema das



migrações, inspira-a o lema interpelação - para onde vais – subentendidas a dolorosa resposta que é um grito da alma. (...) Aonde vais? Procuras a vida, trabalho e comida, ser livre e ter paz” (CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL, 1980, s/p).

Muitos agricultores desempregados recorriam às cidades com a esperança de conseguir emprego ou pelo menos alimento. Eles vinham das regiões afetadas pela estiagem em busca de saciar a fome e a sede. A fuga era muito difícil, pois além da viagem, muitas vezes longa, os retirantes não possuíam recursos suficientes para se manter nos deslocamentos. Os sertanejos, durante os percursos, alimentavam-se somente d'água e farinha, chegando ao destino fracos e sem forças, a ponto de desmaiarem de fome.

Até mesmo os caminhões que transitavam nas estradas eram saqueados pelos flagelados. O desespero era visível, chegando o sertanejo a ter em seu cardápio carne de cobra, de rato, de calango e de outros animais que estivessem à disposição. Neste período, as autoridades tiveram que decretar Estado de Emergência em vários municípios do Estado do Ceará.

Esta seca atingiu também todo o Nordeste, levando fome e miséria à população. O quadro desolador decorrente da escassez d'água fez com que houvesse, em vários municípios, grande número de vitimados. Estes consumiam, quando podiam, uma escassa água poluída, retirada do fundo dos barreiros e de açudes, enquanto que centenas de crianças morriam acometidas pela diarreia e pela verminose.

O mês de agosto do ano de 1983 foi marcado pelos saques ao comércio, armazéns públicos e prefeituras interioranas. O drama enfrentado pelas vítimas da fome que assolou e tomou conta dos sertões do Ceará permaneceu no estado por cinco anos sucessivos, ocasionando uma paralisação das atividades econômicas, sobretudo a agropecuária. Somente uma pequena parcela do grande número de desempregados teve a chance de ser alistada nos chamados “Bolsões da Seca”, abertos pelo Governo Federal, como medida emergencial, dando oportunidade de pequenos trabalhos ao sertanejo.

Nas cidades de Quixeramobim e depois Pacajus, as invasões acompanhadas de saques, realizadas por mulheres, assustaram as autoridades devido à violência nelas contidas, em especial o fato ocorrido na localidade de Canindé: na esperança de conseguir alimento, 800 mulheres vindas da zona rural tentaram invadir o posto da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) daquela cidade.

Os caminhões eram constantemente saqueados nas estradas por grupos de flagelados famintos e maltrapilhos, em sua peregrinação rumo às prefeituras para mendigar alimento e emprego.

Junto aos locais que corriam risco de invasão, foi necessária maior proteção por parte das autoridades locais e de policiais que montavam guarda no intuito de preservar os



Jornal O Povo, 25 de abril de 1979

órgãos, mas alguns destes acabavam por ser invadidos pela multidão desesperada, chegando, muitas vezes, a atingir uma massa de quase cinco mil pessoas. Eles saqueavam toda espécie de mercadoria estocada para saciar a fome.

Inúmeros episódios marcaram as mais de setenta invasões registradas no Estado do Ceará. Pode-se citar, dentre eles, o caso do pai de família do interior que abandonou seus oito filhos pequenos e sumiu; a mãe que ofereceu a filha de apenas um ano e três meses, em um anúncio de jornal, alegando não ter condições de sustentá-la. Temos ainda a notícia a respeito do fato de 50 homens que, no Distrito de Trapiá, em Santa Quitéria, retalharam uma vaca na presença do dono do animal, que afirmou somente tentar ajudar a matar a fome de alguns, deixando que levassem a carne para casa.

A presença das mulheres e de crianças em frente às prefeituras para manifestações era constante e numerosa. Em particular, lembra-se o fato ocorrido na Prefeitura de Fortaleza, no dia 12 de setembro de 1983, no qual se registrou a presença de cerca de quase 5 mil pessoas, gritando que tinham fome e queriam emprego.

Neste período, correu o falso boato de que o prefeito César Cals Neto iria distribuir alimento à população e, por este motivo, as pessoas aglomeraram-se em frente ao prédio municipal. Mas, com o passar das horas e com o aumento da temperatura, chegando a atingir a média de 34 graus, começavam a desmaiar mulheres e crianças. Essas pessoas vindas do interior, durante a viagem, quase não se alimentavam, como relatou uma manifestante presente na ocasião que, ainda amamentando um filho de colo, veio de Granja, a 325 quilômetros de Fortaleza, em busca de alimento, pois a fome era insuportável. César Cals Neto posteriormente como Deputado Federal cearense foi relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pela resolução n. 02/87 para avaliar os prejuízos da seca no Nordeste.

Outro problema causado neste tempo de grande estiagem foi o alto índice de subnutrição e de mortalidade infantil. O número chegava a se igualar ao dos países mais pobres do mundo. Os casos tornavam-se mais graves quando os pais das crianças desnutridas não percebiam em seus filhos a ocorrência de desnutrição em 1º grau, ainda facilmente curável, pois os casos que chegavam aos hospitais eram de 2º e 3º graus. Assim, ficava difícil, ou praticamente impossível, impedir o óbito infantil.

As doenças eram recorrentes e no Hospital Albert Sabin os registros apontavam subnutrição, diarreia, desidratação, tuberculose, e outros males que assolavam as crianças vítimas da seca. Os problemas de saúde enfrentados por elas deixavam marcados, ao longo de várias gerações, não somente o sofrimento, mas se perpetuava a subnutrição pelo fato de serem submetidas a uma dieta dolorosa de fome.

O desespero ocasionado pela seca chegava ao ponto de algumas famílias, em particular no Município de Boa Viagem, comerem carne de macaco. Segundo denúncias, muitos, sem ter o que comer, matavam cobras, mesmo sem saber de que tipo eram, venenosas ou não, cozinhavam-nas e distribuía entre os filhos.

Contudo, estas periódicas secas da região cearense, embora sejam fenômenos previsíveis em âmbitos meteorológicos, continuam, ano após ano, a impor graves efeitos ambientais, econômicos e, principalmente, sociais; todos inaceitáveis condições para a sobrevivência humana.

Seus impactos sociais foram amplamente documentados, sendo também um fenômeno físico e sócio-ambiental que obriga o povo cearense a se adaptar a determinadas necessidades próprias de convivência, daí podermos falar até numa “Civilização das Secas”, que sobrevive às mais precárias situações e condições de existência.



Jornal *Tribuna do Ceará*, quarta-feira, 11 de abril de 1979



Jornal *O Povo*, quinta-feira, 15 de fevereiro de 1979

4.8 1980: Seca e Redemocratização

Nos anos 80, a situação não foi alterada. O Estado do Ceará sofreu, nesta década, dois ciclos de seca: de 1980 a 1983 e no ano de 1987.

Foi uma época em que o contexto político da região passou por um processo de reestruturação partidária, no qual novos partidos políticos surgiam e se reagrupavam (POMPEU; TASSIGNY, 2004). Tal situação política não estava desvinculada do âmbito nacional, uma vez que caracterizava um período em que o país se mobilizava numa “onda” de redemocratização, fazendo frente ao antigo sistema autoritário da ditadura militar.

No ano de 1980, apesar de terem ocorrido boas chuvas no sertão cearense, a partir de março, a seca já estava configurada na região. Foi um período crítico, de baixa pluviosidade favorecendo a incidência de uma grande estiagem (GUERRA, 1981).

Os prognósticos sobre o inverno daquele ano falharam e a seca atingiu em torno de nove milhões de pessoas em todo o Nordeste brasileiro (JORNAL DO BRASIL, 1980). Foi um período que trouxe falsas expectativas aos agricultores, pois houve boas chuvas nos meses de janeiro e de fevereiro, o que fez os rios encherem diversos reservatórios d’água.

Mas, de repente, tudo se transformou em sequidão total, que perdurou por quatro longos anos. As plantações foram totalmente perdidas, e uma importante atividade agrícola da região foi afetada: a cultura do algodão, que teve produção reduzida a apenas dois terços do que se esperava daquele ano (GUERRA, 1981).

Este flagelo social perdurou em todos os estados do Nordeste, com maior intensidade no Ceará. Atingiu mais de mil municípios (MEDEIROS FILHO, 1983). A manifestação da crise climática desta época era muito irregular, não permitindo que se

estabelecesse uma explicação exata sobre a previsão de seu aparecimento e sobre o seu período de duração. Então, as possíveis previsões e explicações técnico-científicas sobre os impactos acerca destes ciclos de seca eram substituídas por crenças populares que tentavam dar respostas frente àquela calamidade que se estabelecia.

Em virtude desta situação, Fortaleza sofreu inúmeras invasões por parte dos retirantes em busca d'água e de suprimentos. A crise configurou-se de tal forma que foi necessário um racionamento d'água na capital cearense, questão que foi amenizada com a criação do sistema de abastecimento d'água Pacoti-Riachão, no ano de 1980 (POMPEU; TASSIGNY, 2004).

No interior do estado, a situação era ainda mais alarmante. Nas cidades de Viçosa, Jati, Pedra Branca, Quixeramobim, Caririçu, Massapê e outras, sucederam-se vários conflitos entre os flagelados das secas e as autoridades locais (SOUZA, 1988).

O quadro social gerado a partir deste contexto teve por consequência desequilíbrios econômicos e sociais. A expectativa de vida para os indivíduos da região, por exemplo, era de apenas 52,6 anos, naquela época; já o encargo econômico para custear a saúde de crianças com menos de dez anos era bastante elevado; sem contar que 71,4% da população local era economicamente inativa (SUDENE, 1985). A seca deste período constituiu, assim, um fenômeno que legitimou uma organização social fundada na miséria e na pobreza crônicas.



Fotografia de Antônio Capibaribe Neto

4.9 1987-1988: Seca Verde

O ano de 1987, ao contrário do prolongado ciclo de 1980-1983, foi acometido de uma curta crise climática no estado, fato conhecido também como "Seca Verde". As chuvas logo cessaram neste ano, impossibilitando que determinadas produções agrícolas se desenvolvessem (MAGALHÃES, 1991).

Apesar da aparente paisagem verde da região, houve grande queda na produção agrícola e o quadro de desemprego em massa tornou-se evidente. Com isto, tentou-se adotar métodos mais eficazes no combate à crise no estado. Tal feito deve-se ao processo

de redemocratização pelo qual o país estava passando, havendo mais preocupação, por parte do Poder Público, em relação à problemática da seca.

O Governo do Estado articulou-se junto à União, pretendendo, por meio da Secretaria de Planejamento, negociar recursos que se destinassem às áreas afetadas pela seca na região. Porém, essa interação entre go-



Fotografia de Cid Barbosa

vernos estadual e federal, leia-se Governador Gonzaga Mota e Presidente General João Baptista Figueiredo, não se efetuou de forma plena, de modo que as necessidades locais não foram atendidas com a devida atenção. Ainda assim, os recursos federais auxiliaram o Ceará diante dos graves impactos sociais advindos daquela crise climática.

O Governo do Ceará desenvolveu novas políticas públicas de combate à seca, como, por exemplo, o "Projeto Verde", cuja execução estava sob a coordenação da SUDENE, que pretendeu desenvolver economicamente a região agrária do estado.

Outros projetos foram empreendidos para a consolidação do Plano de Desenvolvimento do Ceará: ações nas áreas de irrigação, conjunto de medidas que objetivavam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e de uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, e o aumento da produtividade, além da tentativa de melhor aproveitamento de recursos hídricos. (MAGALHÃES, 1991).

Esperava-se que este conjunto de medidas determinasse uma nova reestruturação socioeconômica no Ceará. Porém, os malefícios efeitos das secas eram, sistematicamente, tratados com medidas emergenciais e não definitivas, por parte das autoridades públicas. Neste período, os investimentos públicos do Governo do Estado tornaram-se escassos por falta de apoio e de recursos da União, caracterizando uma forma de gestão pontual, em que as políticas de longo prazo e de planejamento eram substituídas por ações emergenciais e paliativas.

Neste contexto, foram executados os "Programas de Ações Permanentes de Combate às Secas", investido de uma visão imediatista típica de ações tópicas de curto e de médio prazos, características dos planos governamentais desta época, que procuravam minimizar os impactos das crises climáticas a partir das seguintes ações:

- Recrutamento de trabalhadores para a execução de obras;
- Assistência especial das pequenas propriedades, pelas autoridades públicas;
- Distribuição de sementes de plantio e alimentos para as cidades assoladas pela crise;
- Distribuição de renda mínima para as pessoas desempregadas pela ocorrência da seca;
- Abastecimento d'água via carros-pipa para as regiões afetadas pela crise climática.

Essas ações emergenciais procuravam evitar que impactos sociais negativos provocassem intensos movimentos migratórios na região, separando famílias e comunidades inteiras e superlotando a Capital do Estado.

Tais medidas, por sua vez, eram criticadas quanto ao seu aspecto social, que, contraditoriamente, postulavam uma doação de recursos por parte do governo aos proprietários de terra, em vez de doarem aos flagelados. Embora se tentasse solucionar o problema da miséria e da sede em curto prazo, o contexto social advindo dos ciclos das secas se propagava, multiplicando as negativas conseqüências da estiagem junto ao povo cearense.

4.10 1991-1993: Seca Agrícola

A seca que se iniciou no ano de 1991, no Governo de Fernando Collor de Mello, somente teve fim em 1993, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência. Essa foi uma seca particular, porque embora houvesse chuva, em pequenas quantidades, acarretou a falência total das lavouras, tendo atingido quase todo o território nordestino e parte da região de Minas Gerais. Segundo dados da SUDENE, um total de 1.857.655 trabalhadores rurais foram alistados nas chamadas "Frentes de Emergência". Em quase todo território nordestino, as perdas das safras foram totais e os reservatórios d'água chegaram ao esgotamento das reservas.

Nesse mesmo ano de 1993, a imprensa divulgou várias reportagens sobre obras de combate à seca que tinham sido iniciadas e abandonadas, acarretando, com isto, um prejuízo de CR\$ 6,7 trilhões, entre os anos de 1978 e 1993. Essas denúncias deram origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional, que objetivava apurar responsabilidades sobre o fato. Não houve, contudo, providências punitivas para os envolvidos.

Na cidade de Itapetinga, por exemplo, no período de 16 a 22 de maio de 1993, estava marcada para acontecer a 26ª Mostra de Pecuária, que foi adiada devido à estiagem ter afetado a engorda dos animais: o gado ou morria ou apresentava grave desnutrição.



Fotografia de Cid Barbosa

Os índios das reservas locais também sofriam com a falta de chuvas, principalmente pelo motivo de viverem em função da natureza. Assim, muitos morreram durante esta seca.

Sem comida e sem água, as doenças castigavam também os índios e suas crianças. A desnutrição atingia grande parte delas. Outras doenças, como a cólera, vitimavam mulheres, filhos e companheiros. Várias tribos sofreram com a perda da roça e a falta de alimento. Algumas áreas indígenas chegaram a passar dois anos sem chuva. Assim, o número de índios vítimas da seca de 1993, na Região Nordeste, chegou a 36 mil, num total de 20 tribos indígenas assoladas pela seca deste ano.

4.11 1994: Seca e Desertificação

Nas últimas décadas, o interesse em relação à preservação, conservação e recuperação do meio-ambiente cresceu continuamente devido ao antigo descaso ambiental, à existência de latifúndios e à disseminação de técnicas danosas ao meio-ambiente.

Um dos efeitos deste problema é o processo de desertificação instalado em algumas regiões do Nordeste. O Governo Federal teve a iniciativa de elaborar medidas políticas que priorizavam a ampliação da participação e do envolvimento social, bem como a integração das questões ambientais com as políticas socioeconômicas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988), na tentativa de solucionar o aumento das áreas desérticas, nas quais a agricultura torna-se impossível.



Jornal *Diário do Nordeste*, quinta-feira, 3 de março de 1994

Desta forma, foi iniciado o projeto de combate à desertificação chamado de “Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação” (PAN), que teve como objetivo a preservação e o uso racional dos recursos naturais, capaz de promover o desenvolvimento da capacidade produtiva e, principalmente, reduzir a pobreza e a desigualdade, além de coibir os danos ambientais.

A data de 17 de junho de 1994 ficou consagrada como “Dia Mundial de Combate à Desertificação”. Contudo, não houve solução para esta problemática. As secas da década de 1990 agravaram ainda mais o problema das áreas de deserto: seca e terras impróprias para o cultivo, também às vésperas do século XXI!

4.12 1998-1999: Previsões, Racionamento e Seca

A seca que se iniciou no ano de 1998 havia sido prevista há mais de um ano, em decorrência do recorrente fenômeno do “El Niño” (fenômeno climático que provoca modificações nos padrões do clima, a partir do aquecimento anormal das águas do oceano Pacífico, na altura da linha do Equador terrestre). Como as outras estiagens anteriores, seus efeitos foram igualmente catastróficos para a região nordestina.

Entre os anos de 1998 e 1999 vivemos um dos piores racionamentos d’água da história cearense, chegando até a região metropolitana. Fortaleza somente recebia água encanada uma vez por semana.

São desta época as denúncias de setores da Igreja Católica, bem como de vários jornalistas, sobre as manipulações eleitoreiras em torno das secas. As privações deste período tornavam-se um meio de “fazer política” para alguns representantes políticos, que prometiam a construção de poços, frentes de serviço e até alimentos, em troca de voto.

4.13 2000: Seca Verde novamente

No ano de 2000, a seca foi denominada “Seca Verde”, já que as chuvas, embora tivessem atingido algumas regiões nordestinas, não chegaram a garantir a recuperação da agricultura. A denominação de “Seca Verde” aparece em anos de seca de curta duração, nos quais as graves conseqüências sociais são amenizadas para a população sertaneja. Neste ano, apesar da seca parcial, o armazenamento d’água nas barragens não foi uma preocupação por parte da administração pública, pois havia certa reserva hídrica.



Jornal *Diário do Nordeste*, quarta-feira, 22 de abril de 1998



Jornal *Diário do Nordeste*, quinta-feira, 23 de abril de 1998



Jornal *O Povo*, quinta-feira, 22 de abril de 1999

O início da seca no ano de 2000, entrando também no ano de 2001, num novo ciclo de seca prolongada, estendeu-se até o ano de 2004. As graves implicações atingiram assalariados agrícolas e pequenos proprietários do pólo do São Francisco, uma vez que as pequenas empresas e os agricultores estavam ficando sem água para a irrigação, fato que não permitia o desenvolvimento do plantio.

A estiagem do ano de 2000 foi um prolongamento da seca de 1999, com características mais amenas, devido à irregularidade das chuvas. Nas capitais, pouco se percebia a seca, as raras informações eram transmitidas por meio dos jornais, nas ocasiões em que se informava a possibilidade de escassez de certos produtos agrícolas, em decorrência da falta de chuvas.

4.14 2001-2004: Seca Recente e Efeitos Antigos

A seca que se iniciou no ano de 2001 apresentou as mesmas mazelas da estiagem anterior. Contudo, foi diferente por se prolongar até o ano de 2004.

Muitos nordestinos que ainda permanecem nas regiões de seca realizam verdadeiros milagres para sobreviver. São indivíduos que convivem com a falta de tudo: moradia, comida e água; ou seja, vivem em constante estado de racionamento do que é considerado básico e necessário à vida. Formam uma verdadeira "Civilização das Secas"!

Em particular, o ano de 2001 apresentou uma característica diferente das outras secas, pois ocorreu no momento em que não somente o Nordeste, mas boa parte do país vivia uma crise de energia elétrica sem precedentes em toda a história brasileira, provocada por falta de investimento no setor elétrico e, ainda, pela escassez de chuvas. Daí, o nordestino desabafar: "Agora é sem água e sem luz!".

Aconteceu, então, por este motivo, uma campanha nacional de racionamento d'água e de energia, com o intuito de conscientizar as pessoas de que seria possível evitar o temido "apagão", ou seja, ausência total de luz elétrica.

A imprensa foi de extrema importância para a divulgação da campanha e no alerta sobre os problemas da estiagem. Entretanto, o efeito da seca desse período, com a possibilidade de "apagão", foi um dos que mais atingiu a população brasileira em geral.

Rigorosa, a seca atingiu outras parcelas da população, como os assalariados agrícolas e os pequenos proprietários de terra, pela falta d'água até para a irrigação.



Jornal *Diário do Nordeste*, domingo, 16 de abril de 2000



Jornal *Diário do Nordeste*, quarta-feira, 19 de abril de 2000

O mês de maio de 2001 ficou marcado ainda pela extinção da SUDENE. Mergulhada num mar de acusações de corrupção, suspeita de desvios de verbas e de enriquecimentos ilícitos, a SUDENE foi extinta. Em seu lugar foi criada, pela Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001, alterada pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 e instalada pelo Decreto nº 4.126, de 13 de fevereiro de 2002, a ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, que nunca chegou a funcionar devidamente, tornando-se uma mera sigla sem existência de fato.

Muitos debates foram travados em favor da recriação da SUDENE no ano de 2003. O Poder Legislativo cearense foi palco do seminário sobre a reestruturação da SUDENE, em face de requerimento aprovado por unanimidade de seus membros e organizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (INESP).

Tratou-se de um debate suprapartidário que envolveu vários atores sociais. Contou com a participação do então Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes, do Prof. Dr. Gilberto Bercovici, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e do Presidente do Poder Legislativo cearense, Deputado Marcos Cals, que no discurso de abertura do evento salientou:

A nossa história mostrou que os sonhos que embalaram os criadores da SUDENE não foram de um todo em vão. O Nordeste se industrializou, acumulou riquezas, expandiu as oportunidades educacionais, incorporou novas tecnologias. Mas essa proeza se fez sem corrigir as deformações estruturais no campo nordestino que, ao concentrar a propriedade da terra, não gerou empregos rurais suficientes, liberando mão-de-obra que a indústria não foi capaz de absorver. Levas e levaras de irmãos nossos, antes incansáveis trabalhadores das zonas rurais, tiveram que, deserdados da terra, buscar, nas grandes cidades, a sobrevivência que o campo não lhes proporcionou. Daí se dizer que as nossas mazelas urbanas têm o berço rural, pois a miséria e as favelas surgiram, porque a terra ficou demais para alguns poucos e pouca demais para muitos (CEARÁ, 2003).

Até outubro de 2006, o projeto de Lei Complementar nº 76/2003 que prevê a recriação da SUDENE tramita no Congresso Nacional, ainda sem conclusão.

Na seqüência dessas ações, no ano de 2005, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial, debateu o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional. Esse projeto pretende captar água e beneficiar em torno de 12 milhões de nordestinos, por meio da ligação de seis bacias hidrográficas, interligando açudes, além de empreender esforços na revitalização do Rio São Francisco ("Velho Chico").

Neste particular, ainda em 2005, o Legislativo Estadual instalou o Comitê Cearense pela Integração das Bacias, com o fim de promover estudos técnicos e mobilização política para a consolidação de obra fundamental na solução do secular problema hídrico do Nordeste brasileiro.

Entre os anos de 2005 e 2006, vivenciou-se no Ceará um período de baixíssimo índice pluviométrico. Embora o ano de 2004 tenha contado com intensa estação chuvosa, finda-se o presente ano em situação de emergência.

Em matéria publicada no *Diário do Nordeste* de 17 de outubro de 2006, foi divulgado que 66 municípios cearenses decretaram “situação de emergência” devido à estiagem. Esses municípios constataam a problemática da seca no nosso Estado.



Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*, 17 de outubro de 2006.

A “operação carro-pipa” foi reativada em ações complementares entre Defesa Civil e Exército, contudo, apenas seis municípios estão sendo atendidos. Os governos Estadual e Federal liberaram recursos para o atendimento às vítimas da seca, mas as atuais dificuldades enfrentadas pelos sertanejos são tão grandes, que a assistência oficial mostra-se quase impotente.

Enquanto os decretos e as solicitações de atendimento aguardam a análise e deliberações, o quadro desolador da seca instala-se sem dó, nem piedade!



Fotografia de Cid Barbosa



SECA, FORNALHA...

- a) 1932: o obituário oficial registrou o número de 23 mil mortes vítimas da seca;
- b) Ainda em 1932: o apelo às consequências do grande flagelo da seca possuía um claro objetivo: mostrar a urgência da construção de um novo porto em Fortaleza. As verbas federais que chegavam em maior volume nos anos de seca eram chamadas de "Loira Desposada do Sol" ou "Princesa do Sol", e entre as obras deste período destaca-se a do "Excelsior Hotel", hotel de luxo e primeiro arranha-céu de Fortaleza. Segundo o jornal *O Povo* "chamam arranha-céu os edifícios elevados, que, de tão altos, parecem emergir da cúpula azulada, onde cremos, firmemente, existir a estrada luminosa que nos conduz à presença de Deus" (1932);
- c) Os discursos eram infundáveis na tentativa de impulsionar o desenvolvimento da cidade. Após solicitar providências do governo para o emprego dos flagelados, o jornal *O Nordeste* afirmava: "As crises climáticas periódicas têm sido para a nossa terra o factor de destruição das nossas riquezas, mas, ao mesmo tempo, o maior elemento de progresso do nosso meio económico" (1932);
- d) 1942: os "Soldados da Borracha" faziam ginástica orientados pelos militares, antes de ir para a Amazônia. A grande maioria dos que partiam para Manaus era jovem. Eram escolhidos os mais robustos e os que apresentavam melhores condições físicas e de saúde;
- e) Ainda no mesmo ano de 1942: a campanha de recrutamento era enfatizada pelo governo como dever cívico e se idealizava na questão do patriotismo, fato que tornaria os "Soldados da Borracha" os heróis da Pátria. Em troca do serviço, o governo oferecia como prêmio aos que mais conseguissem extrair látex, a isenção do serviço militar, além de terem suas famílias amparadas com alimentação, educação e assistência médica. O "Soldado da Borracha" recebia do Presidente Getúlio Vargas como presente "(...) uma calça de mescla azul, uma blusa de moim branco, um chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca de flandre, um prato fundo, um talher, uma rede e uma carteira de cigarros Colomy. No lugar da mala, um saco de estopa" (JORNAL O POVO, 1998);
- f) Os arigós (imigrantes nordestinos no exército da borracha, apelido oriundo de uma ave da região) saíam de diversos locais do interior, tais como Sobral, Quixeramobim, Crato e outros, e seguiam para o Amazonas de navio, trem e caminhão. Os soldados passavam por inúmeras dificuldades durante a viagem, como as péssimas condições de alimentação, doenças, maus tratos, além do medo de, a qualquer momento, serem atacados por navios ou submarinos alemães;

- g) A escolha para comprar o "Exército da Barracha" tornava-se fácil, pois para as famílias, seria muito melhor optar pelos seringais do que deixar seus filhos morrerem de fome. Os primeiros "Soldados da Barracha" eram retirantes simples, que se amontoavam com suas famílias por todo o Nordeste, tentando fugir da seca;
- h) Os sonhos dos sertanejos de melhorar de vida eram idealizados em propagandas e em cartazes coloridos espalhados nas paredes de bares, de casas e nas esquinas. Aparecia a figura de um trabalhador extraindo baldes de látex que escorria como água dos seringais. Essa propaganda originava boatos que surgiam e, de "boca em boca", o povo declarava que "na Amazônia se juntava dinheiro com rodo";
- i) 1951: a seca que se iniciara nesse ano devastou quase tudo em algumas regiões, como o texto a seguir mostra o que ocorrera na cidade de Eunápolis:

A floresta queimou quase toda, (60%). Segundo alguns antigos, o fogo veio do norte, da região de Camacã. Os animais corriam de um lado para outros desesperados, tentando fugir. A vida sobrevivia apenas nas margens dos rios, riachos e nos boqueirões, no mais a morte da fauna e da flora era inevitável. O dia virava noite de tanta fumaça, ninguém enxergava nada na frente. Para evitar o pior, fazia-se 'aceiros' (limpeza do mato) em torno das casas ('barracos'), garantindo, assim, a sobrevivência das casas de madeira e das pessoas. Com o fim do fogo, a mata virou capoeirão. A seca e o fogo afetaram profundamente a construção da BA-2, pois além de tornar o serviço mais lento por causa do calor intenso, destruíram as plantações de mandioca, acabando com a farinha de mandioca que era a base da alimentação dos 'garimpeiros' e de toda a população do povoado (RIBEIRO, 2006, s/p);

- j) Os nordestinos, na esperança de encontrar uma melhor condição de vida, migravam para São Paulo; enfrentavam a longa viagem, sem apoio de autoridades; a viagem geralmente era feita em caminhões que recebiam o apelido de "Pau de Arara", em porões de navios (onde viajavam também os animais) ou nos vagões de carga dos trens. Algumas pessoas viajavam a pé, arriscando a vida nas estradas durante a viagem; os que morriam no percurso eram enterrados à margem da pista. Em Monte Azul, divisa da Bahia com Minas Gerais, ainda podemos observar as cruzes, encobertas pelo matagal, das covas desses que não conseguiram chegar ao destino;
- k) Os imigrantes que conseguiam embarcar em trens, caminhões e navios enfrentavam a superlotação e não possuíam o necessário para uma boa alimentação. Durante a viagem, os flagelados levavam somente rapadura, farinha e água, o que ocasionava sua fraqueza, quando não a morte;
- l) As migrações acabavam por despertar, na elite das regiões invadidas, algumas preocupações, como por exemplo, a de contaminação de doenças, que acreditava possuírem os flagelados. Foi então que se começou a exigir dos governantes medidas rápidas;
- m) O ciclo de secas de 1951 acabou impulsionando a família do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) para o Sudeste. Família que pode ser conside-

- rada como símbolo de diversos grupos familiares que, diante das duras condições impostas pela estiagem, migraram de suas terras deixando suas casas e outros bens, para buscar melhores condições de vida nas capitais do Sudeste do país, o que conseqüentemente, acabou gerando o inchaço populacional, que é uma constante problemática nos grandes centros urbanos;
- n) As poucas chuvas da década de 1950 acarretaram para o Nordeste a falta de reservas necessárias para a produção de energia, situação que se estendeu até o ano de 1956. Mais de 90% de nossa capacidade de gerar energia vem da água da chuva e da força da gravidade;
- o) As barragens d'água espalhadas pelo Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte são grandes reservas de energia, sendo esta modalidade a mais barata do mundo, dependendo somente de chuvas para a geração de eletricidade;
- p) 1959: surge a SUDENE, que apesar de não ser um órgão voltado para o combate à seca, pretendeu antever a esse fenômeno natural uma série de providências que amenizassem drasticamente suas conseqüências sobre plantações, animais e homens;
- q) 1970: a persistência da seca nesse ano teve, por conseqüência, fatores drásticos, que incapacitaram a região cearense de emancipação de certos flagelos econômico-sociais provenientes desta crise climática. A desnutrição, por exemplo, foi algo tão grave, que um estudo feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) detectou que 69% das crianças nordestinas foram afetadas pelo nanismo. Também, dentre as crianças que nasciam na seca, de cada mil nascidas vivas 340 não chegavam a completar um ano de vida (SOARES, 1984);
- r) A população das nove Capitais Nordestinas aumentou, de 1950 a 1970, de 1,7 milhão para 4,07 milhões de habitantes, enquanto que nas áreas rurais, no mesmo período, cresceu de forma menor, ou seja, de 13,2% para 16,3% (GUERRA, 1981). Houve inchaço populacional nos grandes centros urbanos da região, embora não houvesse desenvolvimento econômico consolidado. Tudo isto serviu para acarretar desemprego no meio rural, pauperismo e exclusão social dos retirantes nas cidades para onde migraram;
- s) A maciça migração para a capital foi uma das responsáveis pelas desigualdades sociais, com o constante surgimento de novas favelas. Atualmente, em Fortaleza, ao lado de "deslumbrantes prédios" dos bairros da Aldeota e da Beira Mar, atesta-se o surgimento de inúmeras favelas, revelando a crescente pauperização da população;
- t) Ainda em 1970, detectou-se acentuada concentração de renda na região. Entre 1970 e 1976, 16% dos mais pobres tiveram sua participação na renda diminuída de 5,2% para 3,8%, enquanto que o 1% mais rico da população aumentou sua participação de 10,2% para 17,2% (SOARES, 1984), o que significa que a concentração de renda no Nordeste tende a agravar os extremos de desigualdades econômicas e sociais entre ricos e pobres;
- u) Em 1979, foi construído na Serra da Ibiapaba o açude Jaburu, que é responsável pelo abastecimento das cidades de Viçosa do Ceará, Tanguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Guaraciaba do Norte e Carnaubal, por meio de uma

- adutora da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) que atravessa a região. Este açude foi muito importante durante a longa estiagem ocorrida entre 1979 e 1983, favorecendo a geração de emprego e renda para a região;
- v) Ainda em 1979, houve uma das secas mais longas, somente acabando no ano de 1985. Esta foi marcada por saques, que chegaram ao auge em 1981. Legiões de trabalhadores famintos invadiram e arrancaram alimentos à força em feiras livres ou armazéns;
- w) 1981: diante de tantas acusações e da fragilidade política, os flagelados da seca promoveram uma radical reação popular. Saques, revoltas e assaltos se tornaram fatos em várias cidades cearenses entre os anos de 1981-1983:
- Na cidade de Viçosa, os agricultores, incomodados com a irregular distribuição de auxílios do Programa dos Bolsões, recorreram aos saques às mercearias e aos mercados (JORNAL O POVO, 1983). Em Quixeramobim, os retirantes saquearam o posto da COBAL e corriam desesperados pelas ruas gritando: é a fome! (JORNAL O POVO, 1983). Em Parambu, das 38 mil pessoas que habitavam o município, pelo menos 10 mil passavam fome no ano de 1981 (JORNAL O POVO, 1981);
 - Caririaçu, Massapê, Iguatu e Pacajús também passaram por semelhante situação. Em Fortaleza, flagelados ocuparam a sede da prefeitura para pedir comida (JORNAL DO BRASIL, 1983). A seca flagelou mais de um milhão de pessoas no estado, matando, por exemplo, em Canindé, 21 crianças em apenas quatro meses (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 1983);
- x) 1983: o índice de mortalidade infantil do Ceará era quase o maior do mundo (JORNAL O POVO, 1983), o que se soma à situação de várias mães que largavam seus subnutridos filhos nos hospitais por total falta de recursos para a sobrevivência (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 1983).

NA EMERGÊNCIA...

- a) 1932: com o discurso de mostrar as calamidades da seca, o Deputado Albano Reis procurou sensibilizar os deputados da Câmara Federal para conseguir recursos do Governo Federal para o Estado do Ceará. Pretendia, dessa maneira, alongar ferrovias. Obras fundamentais para o escoamento da produção e exportação de produtos, que desenvolveriam o comércio e a indústria no Ceará;
- b) 1932: o apelo contra as consequências do grande flagelo da seca possuía um claro objetivo: mostrar a urgência da construção de um porto; logo que a seca desse mesmo ano foi declarada, iniciaram-se também campanhas pela abertura e pela reforma de ruas, edificação dos Correios e Telégrafos, e por um novo mercado de frutas em Fortaleza;
- c) Ainda em 1932, no Governo Provisório, o então Ministro da Viação, José Américo de Almeida, criou duas comissões: Serviço Agroindustrial e Serviço de Piscicultura, para cuidar da irrigação e de açudes públicos destinados à pesca;

- d) 1942: uma ótima oportunidade para o governo brasileiro, que se encontrava no "fôgo cerrado" devido aos graves problemas sociais: a seca possuía, no envio de sertanejos para os seringais, uma saída. Nos anos de 1941 e 1942, cerca de 30 mil flagelados em Fortaleza estavam dispostos a seguir para a Amazônia. Mesmo de forma pouco organizada, por meio do Departamento Nacional de Imigração, este órgão conseguiu que fossem enviadas quase 15 mil pessoas;
- e) Também em 1942, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) convocou padres, médicos e professores para o grande projeto que precisava ser empreendido na floresta amazônica, na extração de borracha;
- f) 1951: com a criação das bacias e das barragens, tudo foi-se aperfeiçoando com o tempo. Como as chuvas variam de região para região, foi criado um sistema de interligação por linhas de transmissão, o que garante a economia de uma bacia, quando outra se encontra com pouca capacidade;
- g) No início da década de 1950, o governo tinha a ideia de modernizar o sertão, por meio da reorganização da agricultura do vale do Rio São Francisco, da construção de barragens e da exploração de minerais;
- h) No mês de outubro de 1951, o Poder Executivo dirigiu-se ao Congresso Nacional, a fim de propor a criação do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. De início, o intuito era o de proteger das secas as vastas extensões do Nordeste e do Leste Setentrional, integrando tais regiões na economia moderna. O DNOCS, que na época estava sobrecarregado, percebeu que não bastava água em abundância para solucionar os problemas, fazia-se também necessário um trabalho mais amplo na economia para melhorar a situação do Nordeste. Aos poucos, foram sendo criadas outras estruturas, permitindo ao DNOCS respirar melhor e trabalhar mais especializadamente;
- i) Ainda no ano de 1951, sob o mandato do Governador do Ceará Raul Barbosa, foram determinadas iniciativas, em particular junto à população faminta, para formar um plano de enfrentamento da seca. Nesse sentido, manifestaram-se os órgãos de classe, prefeituras, câmaras municipais, encaminhando ao Congresso Nacional pedidos de medidas de urgência, que incluíam, dentre outras, a abertura de obras públicas;
- j) Outra medida, no mesmo ano, era no sentido de garantir trabalho aos flagelados, evitando que sucumbissem de fome ou saíssem em retirada para o Sul e Sudeste. Pretenderam as autoridades, desse modo, preparar o trabalhador rural, favorecendo os trabalhos de preservação do solo e da flora, dos quais os flagelados tirariam seu sustento;
- k) 1954: neste ano, foi criada a Comissão de Investimentos do Nordeste (CINI), que tinha como objetivo fundamental conferir maior racionalidade aos investimentos em obras públicas no Nordeste, em particular, nas áreas da seca;
- l) 1958: com o intuito de amenizar os efeitos da falta d'água e da pobreza, conforme foi detectado em alguns estudos realizados por Celso Furtado (1981), seriam necessários incentivos à geração de empregos, o que poderia melhorar as perspectivas econômicas da região a partir de certas medidas, como por exemplo, a isenção de imposto de renda durante um período de 10 anos para

as indústrias que se instalassem no Nordeste. Indiretamente, isto trouxe um impulso considerável para a região nordestina, embora ainda se oferecessem poucas oportunidades de mão-de-obra;

- m) Ainda em 1958, os açudes encontravam-se cheios e as estradas da região (obras de engenharia realizadas pela antiga Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS), possuíam malha rodoviária que suportava tráfego três vezes maior do que a média do país; além disso, a energia elétrica era farta, em razão da recente duplicação da Usina de Paulo Afonso, iniciada no ano de 1956;
- n) Ainda em 1958, para amenizar o quadro de indigência, foram originados "frentes de trabalho" pelo governo, sendo empregados, provisoriamente, 500 mil nordestinos. A força tarefa deveria construir açudes em vários estados do Nordeste. A intenção era combater, simultaneamente, a falta d'água e a pobreza. Porém, mais uma vez, a medida foi paliativa e serviu apenas para acentuar a má distribuição de riqueza;
- o) De 1889 a 1958, somavam doze o total de açudes construídos na região do Vale do Acaraú e do Curu, com destaque para a conclusão do Açude Araras, a conclusão do Açude Pentecoste, em 1956, e o início da construção do Açude Orós, em 1958;
- p) Outra consequência desta época foi a insuficiente distribuição de terras na região nordestina. Dos 2.206.786 estabelecimentos rurais existentes naquele ano, 67,96% ocupavam uma faixa de dez hectares e absorviam 54,46% das pessoas que tinham como atividade a agricultura; entretanto, tais estabelecimentos ocupavam apenas 6% da área total do Nordeste (MEDEIROS FILHO, 1983);
- q) 1979: algumas campanhas, e programas assistenciais, foram desenvolvidos pelo governo vigente para amenizar a fome e a sede de flagelados desesperados;
- r) Também em 1979, como o desemprego no interior era alarmante, foi criado o "Bolsão da Seca" (projeto de distribuição de alimentos entre os flagelados da seca) como única opção de trabalho. Dos três milhões de rurícolas, apenas 500 mil foram inscritos, dentre eles, "homens de calças curtas" (crianças) famintos e sedentos, que recebiam Cr\$5,10 por dia, importância que não dava para comprar nem um quilo de feijão na época;
- s) Em 1979, o Governador Gonzaga Mota solicitou da SUDENE autorização para inscrever mais 90 mil trabalhadores em "frentes de emergência", tendo sido autorizada a inscrição de apenas 35 mil;
- t) 1980: a crise climática desta década que se iniciava exigia uma intervenção mais ampla na região por parte do governo federal. Por falta de chuvas, por exemplo, milhões de coqueiros do litoral e do agreste (tradicionalmente resistentes às secas) não resistiram, tamanha era a falta d'água. O governo federal desenvolveu uma ação que foi implementada por diversos órgãos coordenados pela SUDENE. Órgãos como os Ministérios da Cultura, da Saúde, da Educação e da Agricultura, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), COBAL e DNOCS participaram deste projeto, além de contar com o apoio econômico do BNB e do Banco do Brasil (SOUZA, 1988);
- u) No primeiro ano de seca da década de 1980, os agricultores foram distribuídos em algumas modalidades de produção: para famílias de até cinco tra-

balhadores, o governo federal assumia totalmente o custo de mão-de-obra; para propriedades onde havia dez trabalhadores, o governo pagava 80% de seus custos; para propriedades com mais de 500 hectares, o órgão público custeava 50% de mão-de-obra e de outros gastos;

- v) A partir do ano de 1981, foram incentivados financiamentos aos agricultores. Para serem efetivados, o agricultor tinha que pagar sua dívida em até seis anos e com juros anuais de 7% (SOUZA, 1988). Porém, toda a iniciativa governamental com o intuito de planejamento agrário não foi suficiente para inibir o avanço das secas. A crise d'água foi tão intensa, que as paliativas e emergenciais ações estatais foram retomadas;
- w) 1982: a SUDENE mobilizou diversas frotas de carros-pipa (veículo utilizado na distribuição de água nas regiões atingidas pelas secas) para transportar água às comunidades flageladas do interior cearense. Toda água utilizada era retirada dos grandes reservatórios da capital, o que percorreu a necessidade de racionamento d'água para as residências de Fortaleza. Logo surgiram denúncias de irregularidades destes planos emergenciais. Francisco Soares Costa, Presidente do Centro Representativo da Cidade de Independência, fez sérias acusações acerca da má distribuição de socorro por parte do programa de emergência daquele município: em vez de o programa estatal estar cooperando com os agricultores, ele estaria sendo executado a partir das preferências pessoais de políticos e de seus respectivos partidos, fato que levava duramente a população local (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 1982);
- x) 1987: o Governador Tasso Jereissati criou a Secretaria de Recursos Hídricos que, dentre outras atribuições, deveria avaliar a infra-estrutura existente, assim como a prestação de serviços no Ceará;
- y) 1988: com a avaliação positiva do período emergencial, o programa de frentes de serviço foi implantado definitivamente em 45 municípios, contando com 1.600 agentes distribuídos geograficamente pelo estado. Após a Constituição, deu-se um grande avanço, tornando públicas todas as águas, colocando-as sob controle federal ou estadual; isso demandou a necessidade da criação de um sistema de gerenciamento das águas ao nível estadual;
- z) Ainda em 1988, o Governo do Estado começou a recrutar, treinar e empregar emergencialmente agentes comunitários de saúde para combater os efeitos da seca que assolava o sertão cearense; de início com 6 mil mulheres que passaram por um treinamento de 15 dias;
- a') Também no ano de 1988, de acordo com dados do Banco Mundial, a taxa de mortalidade infantil chegava a cem mortes por mil nascidos vivos;
- b) 1991: os trabalhadores rurais que perderam suas lavouras foram alistados nas chamadas "Frentes de Emergência" (capacitação de trabalhadores rurais para obras de uso coletivo), chegando a um total de 1.857.655 o número de alistados no Nordeste;
- c') 1993: com o objetivo de evitar que o fornecimento d'água para Fortaleza chegasse ao colapso em setembro deste mesmo ano, o governo estadual iniciou a construção de um canal de 115 quilômetros, em um período de apenas 89 dias, trazendo, assim, água de um reservatório distante para o abastecimento da população. Esta obra ficou conhecida como o "Canal do Trabalhador" e foi realizada no Governo Ciro Gomes;

- d') Também em 1993, denúncias constantes vinham à tona, por meio da imprensa, em reportagens que mostravam obras públicas voltadas para a seca, que eram iniciadas e abandonadas, acarretando prejuízos do ano de 1978 a 1993, em cerca de CR\$ 6,7 trilhões, aos cofres públicos. Essas obras seriam destinadas a construções de açudes e barragens;
- e') 1998: no dia 7 de maio, o Jornal de Pernambuco publicou uma matéria que denunciava desvio de verba pública que deveria ser utilizada no combate à seca;
- f') Também em 1998, o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontava para uma drástica redução das chuvas no Nordeste. A primeira reunião do Ministério do Planejamento para tratar do assunto foi marcada para o dia 8 de outubro de 1998. Contudo, o Senado realizou seminário (agosto de 97) sobre os efeitos do "El Niño", cujo relatório final encaminhado à presidência também registrava a iminência da seca, a maior do século. "Resultado, em abril de 98, (...) a Sudene contabilizou 10 milhões de pessoas atingidas pela seca e 1.209 municípios em situação crítica, o governo não viu o que fazer além de apressar a distribuição de alimentos" (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1998);
- g') Em 2001, o risco de apagão, devido à seca, aumentava diariamente. Foi então que, sob esta ameaça, deu-se a criação do "Ministério da Seca", de reconhecimento tardio, tendo em vista nosso secular problema de estiagem.



Fotografias de Antônio Capibaribe Neto

Estado de Seca na Literatura

Estado de Seca na Literatura

*Quando olhei a terra ardendo
qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu ai
por que tamanha judiação
Que braseiro, que fornalha,
nenhum pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado,
morreu de sede meu alazão
Inté mesmo a Asa Branca
bateu asas do sertão*

*Entonce eu disse: adeus Rosinha,
guarda contigo meu coração
Hoje longe muitas léguas
nessa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
pra eu voltar pro meu sertão
Quando o verde dos teus olhos
se espaiá na plantação
Eu te asseguro, não chores não, viu
Que eu voltarei, viu, meu coração*

(Música *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, gravada em 1947)



Os Retirantes, pintura a óleo do pintor Cândido Portinari (Fonte: PROJETO PORTINARI, 2006)

Tivemos oportunidade de acompanhar, até o momento, o testemunho da ocorrência das secas em nossa região, com o objetivo de descrever e analisar este grave problema, apontando e discutindo suas características e seus desdobramentos.

Ao longo dos capítulos anteriores, vimos serem mapeados, através de nossa história, do Brasil Colônia, passando pelo período imperial e republicano, aspectos físicos, econômicos, políticos e sociais desse fenômeno climático.

Igualmente, várias outras produções escritas vão dar conta deste mesmo contexto presente na vida do nordestino. São obras da literatura brasileira que, ricas em construções inspiradas e provocativas, vão também suscitar, junto ao leitor, reflexões acerca da problemática da seca, e propor um mergulho nos subterrâneos da alma sertaneja consumida pela sede e pela fome.

Assim, abordaremos, a partir de agora, as contribuições de alguns autores brasileiros que tenham dado, nas páginas de seus livros, algum tipo de tratamento à dura situação vivida, cotidianamente, pelo homem do sertão.

5.1 Oliveira Paiva e a Seca

Manuel de Oliveira Paiva morreu muito jovem, não podendo publicar nenhuma obra. “Dona Guidinha do Poço” (PAIVA, 2001) foi sua obra de grande relevância, publicada em 1952 por Lúcia Miguel Pereira, 60 anos após a morte do autor.

Essa obra literária, dotada de profunda análise de cunho psicológico e sociológico, teceu séria reflexão a respeito da seca, descrevendo a paisagem física ou o meio em que os personagens estavam inseridos, naquela situação de fome e de miséria.

Contudo, Oliveira Paiva não ficou apenas sinalizando a aspereza da paisagem assolada pela seca, mas realçou peculiaridades do povo nordestino, destacando com humor o modo de falar do sertanejo, assim como pontuando a importância dos contadores de história, personagens típicos do sertão nordestino.

O autor de *Dona Guidinha do Poço* narrou a história de uma mulher rica, chamada Margarida Reginaldo de Oliveira Barros, personagem principal que detinha o poder de posse sobre o Poço da Moita, fonte de água em sua propriedade. Dona Guidinha possuía, ainda, o título de matriarca ou mulher mandona e autoritária, sobretudo em virtude de ser detentora de elevado poder econômico, sendo proprietária de cinco fazendas, de várias cabeças de gado, de prédios, prataria e também de escravos.

Seu poderio econômico e seu autoritarismo eram tamanhos que acabavam por intimidar até seu próprio marido, o Major Quim. Dona Guidinha, em conflito com o esposo, apaixonou-se pelo sobrinho dela, o jovem Secundino. Ao descobrir que a esposa cometeu adultério, o Major pediu a separação e fugiu para a casa de um tio, pois estava sendo acusado de homicídio do amante de Dona Margarida.

Dona Guidinha entregou o marido à Polícia, além de ter contratado um assassino de aluguel para matá-lo em plena luz do dia. O criminoso, uma vez detido, confessou que foi contratado pela esposa do morto, que também foi detida.

A população revoltou-se com a atitude da fazendeira, desprezando-a e insultando-a na cadeia da cidade.

Vivendo na Fornalha...

No Ceará, o período chuvoso ocorre em média por três meses e de forma desordenada. Assim, o sertanejo tem de se preparar para armazenar a maior quantidade possível d'água para sua sobrevivência e a de suas criações nos outros sete ou oito meses de estiagem. Foi assim que Dona Guidinha tornou-se a poderosa dona do poço.



Em fevereiro de 1825 não caiu nem um pingo d'água: sinal de seca. Na ribeira do Rio Banabuiú, que era o maior da região, havia o poço da Catingueira, o poço da Dona Guida, que não encheu em 1825 e quase desapareceu na rocha: "(...) entre as enormes oiticicas, de um lado, e do outro, a saibro do rio" (PAIVA, 2001, p. 16).

Naquele período, a luta do vaqueiro estendia-se ao longo de todo o dia com os animais. Abatidos pela seca, estavam bastante debilitados, quase não conseguiam ficar de pé, fato decorrente da falta de pasto e da pequena quantidade d'água que se concentrava apenas em alguns locais.

A escassa água, por sua vez, era infectada pelos animais doentes que se deslocavam à procura de pasto. Aos criadores que possuíam condição de pagar os vaqueiros para estabilizar a situação física do gado, havia apenas este socorro a fim de não perderem tudo. Aos que não possuíam condições econômicas, restava apenas o desespero.

O mesmo poço que era usado para lavar a roupa era também utilizado para se beber água e tomar banho, além de servir a alguns animais que conseguiam sobreviver à estiagem.

As condições geográficas descritas pelo autor acerca do ambiente físico e da paisagem, sobre a cor do solo, dos vegetais, da atmosfera, das serras, dos animais, eram as seguintes:

O vento era quente como a rocha nua dos serrotes. A paisagem tinha um aspecto de pêlo de leão, no confuso da galharia despida e empoeirada, a perder de vista sobre as ondulações ásperas de um chão negro de detritos vegetais tostados pela morte e pelo ardor da atmosfera. As serras levantavam-se abruptamente, sem as doces transições dos contrafortes afogados de verduras. Serrotas pareciam umas cabeças de negro peladas de caspa. Ao meio-dia a cigarra vinha aumentar a impressão ardente. Os bandos de periquitos e maracanãs atravessam o ar, em busca do verde, espalhando uma gritaria desoladora, sem um acento de úmida harmonia, sem uma doce combinação melódica, no ritmo seco, árido, torrefeito, de golpes de matraca. O viajante, ao caminhar por alguns souto de angicos e pau-d'arco, sem uma folha, penetrava instintivamente com o olhar por entre os troncos e garranchos com uma sede, já não de água, mas de uma notazinha vibrada por goela de pássaro cantor. Lá uma rolinha, lá um quemquem apenas piando (PAIVA, 2001, p. 17).

O próprio cantar dos pássaros que voavam à procura de alimento era triste. Estes gritavam descompassadamente e ecoavam o canto em meio aos galhos secos, sem grande sucesso... não havia nenhuma gota d'água!

Pelos caminhos por onde os retirantes se aventuravam buscando escapar da estiagem, famílias inteiras desfilavam seus corpos esqueléticos à procura de um local mais ameno:

O pobre emigrava como as aves, que vivem ambos do suor do dia. Eram pelas estradas e pelos ranchos aquelas romarias, cargas de meninos, um pai com o filho às costas, mães com os pequenos a ganirem no bico dos peitos chuchados - tudo pó, tudo boca sumida e olhos grelados, fala tênue, e de vez em quando a cabra, a derradeira cabeça de rebanho, puxada pela corda, a berrar pelos cabritos (PAIVA, 2001, p. 17).

Em *Dona Guidinha do Poço*, além da miséria que a seca trazia à população, esta também acarretava a vergonha de se mostrar para pessoas desconhecidas, de receber visitas em casa, haja vista a tradição sertaneja em receber bem, com fartura de comida e muita hospitalidade. O mau cheiro pela falta de asseio, a roupa suja, a indignidade de viver sem água, tudo isto era considerado inconveniente às vistas alheias.

No livro de Oliveira Paiva ficava claro o conflito: os retirantes da seca viviam um dilema, pois ao deixarem suas terras à procura de comida, a chuva poderia voltar a qualquer momento. A saída, o abandono da terra, constituíam grande pesar, pois muitos desejavam até morrer, em vez de serem lançados a perambular por caminhos incertos. Mas nem todos conseguiam escapar dos efeitos da estiagem e eram obrigados a procurar outras terras ou restava-lhes ainda a opção de conviver com muita desgraça e muito sofrimento.

Além do flagelo causado pela seca, havia o problema da falta de políticas públicas para assistir às vítimas, as quais eram obrigadas a se humilhar pedindo comida de fazenda em fazenda. Paiva também nos lembrou a falta de respeito que fazia com que o sertanejo fosse até comparado a um animal: "Nós era Cuma nego cativo. Pió! Cuma cachorro sem dono. Bandoleiros por essas paragens de meu Deus" (PAIVA, 2001, p. 26).

A miséria que a seca infligia aos retirantes era tanta que muitos se arriscavam furtando criações para se alimentar. Quando algum dono de terra flagrava essa ação, não hesitava em usar da força e até matar um retirante, como se a vida dele não valesse mais do que a de um animal do mato.

Em *Dona Guidinha do Poço*, chegava o terceiro mês do ano sem chuva e se intensificavam as novenas para São José, na medida em que a temperatura aumentava. O poço era o último fio de esperança e também dava conta da proporção do desespero, da humilhação e da submissão do sertanejo.

5.2 Rodolfo Teófilo e a Seca

Farmacêutico, escritor, sanitarista, cronista e, dizem alguns estudiosos, inventor da cajuína, Rodolfo Teófilo foi, sem dúvida, um dos homens públicos mais atuantes no cenário político e cultural do Ceará.

Rodolfo Teófilo possuía grande capacidade de descrição e de observação dos aspectos sociais conseqüentes das crises climáticas na região cearense. Tais reflexões ficaram impressas no romance *A Fome* (TEÓFILO, 1979). Foi nesta obra repleta de cenas sobre as secas do Ceará que o autor relatou graves questões sociais e econômicas, bem como situações aviltantes à dignidade dos flagelados da seca no estado.

Sua indignação expressou-se na descrição da difícil relação do sertanejo com seu ambiente físico, assim como relatou as nem sempre lícitas articulações políticas existentes na época, denunciando o grande sofrimento dos retirantes.

Vivendo na Fornalha...

A Fome, obra inicial de Rodolfo Teófilo publicada em 1890, foi o primeiro romance brasileiro que abordou, como temática central, as secas nordestinas na Literatura (MARTINS, 2006). Narrou, com todas as tintas, a alarmante crise climática dos anos de 1877-1879, ocorrida no Ceará.



O enredo da história gira em torno da luta do sertanejo em busca de sobrevivência. Retratou a odisséia de Manuel de Freitas (personagem principal), sua esposa e seus filhos como grupo familiar de retirantes que, perdendo seus bens e suas posses durante a estiagem, resolveu migrar do interior do estado para Fortaleza, tentando escapar da fome e da morte. Denunciou o desespero existente entre os flagelados da seca, descrevendo peculiaridades chocantes que configuravam o drama da adaptação do sertanejo ao meio adverso.

Teófilo, ao contrário da maioria dos escritores românticos da época, que confeccionavam textos sobre temas como a mulher e o amor, descreveu a realidade das secas sem rodeios; os fatos foram apresentados em toda a sua crueza: morte, fome e desespero!

Em *A Fome*, a paisagem do nordeste brasileiro é descrita como local abandonado e habitado por personagens, quase heróis que, milagrosamente, sobreviviam a uma situação de desnutrição e de penúria extremas.

O meio físico era, de fato, bastante inóspito:

(...) Apenas alguns juazeiros esfolhados vegetavam como representantes da vida, que havia cessado naqueles sítios. (...) A floresta, reduzida a esqueletos emagrecidos, bracejava desfolhada no espaço, confundia-se muito além como firmamento. (...) Os raios de sol, caindo verticalmente sobre a terra, aqueciam as rochas e os vegetais mortos. O calor emitido por aqueles focos era, à sombra de 38° centígrados (TEÓFILO, 1979, p. 6).

Relatou acerca de um local que era tão desprovido de vida, de recursos vegetais, minerais, que se assemelhava a um grande vazio. Como uma “terra de ninguém”, sem meios, sem possibilidades de sobrevivência, sem instituições, sem nada! Neste contexto, Manuel de Freitas e a família penavam diante das duras contingências impostas pela seca. Vagavam como moribundos por diversos caminhos, perambulavam por não possuírem um único e sólido pedaço de terra para habitar, mas, sim, “terras vazias”, desabitadas, secas e esturricadas: “(...) Os campos secavam e as águas desapareciam das fontes. As searas por terra não tinham produzido uma espiga! A enxada se oxidava encostada na senzala” (TEÓFILO, 1979, p. 4-6).

Diante deste inabitável cenário das secas, a vida se esvaía. Na situação de um ambiente físico escasso d’água e de alimentos, o sertanejo, cercado de todo tipo de adversidade, desenvolvia saberes populares, os quais tentavam adaptar ou amenizar a sua relação com a região do semi-árido cearense. Inúmeras ações eram desencadeadas, fato que demonstrava como as vítimas das secas criavam, em condições tão adversas, renovada capacidade de lidar com as dificuldades que a fome e outros problemas lhes impunham.

Diante, por exemplo, do palco da fome, do drama humano, Manuel de Freitas, buscava medidas que garantissem a sobrevivência dos membros de sua família; com seu machado em punho, buscava frente à segura do sertão, mantimentos para a sua próxima e precária refeição:

la procurar a mucunã-lisa, planta tradicional e figura obrigada de todas as secas. Logo que o fazendeiro entrou na mata, achou a leguminosa que procurava. Estendida ao solo, compartilhava da sorte das companheiras: havia perdido as folhas e o viço. Reduzida ao cipó, sem os verdes folíolos trifoliados e as flores roxas de corola papilionácea, a mucunã parecia hibernar até que voltasse o inverno (TEÓFILO, 1979, p. 38).

Simbolicamente, a mucunã significava mais de que um mero alimento para “ferrar o estômago”. Aquele vegetal era um elo entre o ambiente desolador e o paraíso terreno em tempos de fartura na mente do personagem. Como transcrito na citação, “(...) a mucunã parecia hibernar até que voltasse ao inverno”, era como se essa erva fosse um motor de esperança para o retirante, pois obter o fruto fortalecia a lembrança dos tempos de inverno, época em que possuía uma confortável situação econômica, por ter sido dono de terras e de bois, no passado. Além dessa espécie de vegetal suprir necessidades físicas, servia também como alento de esperanças no espírito sertanejo, para que assim aguardasse abundantes invernos.

Porém, nada era fácil na terra seca onde a felicidade se irradiava apenas no imaginário do retirante. Logo, o herói do romance descobriu que a mucunã possuía propriedades químicas nocivas ao corpo humano:

Josefa recebeu mal a leguminosa. (...) Freitas via a mucunã por prisma diferente. Tinha certeza de ser muito venenosa e, como tal, a maior assassina que o Ceará tem tido, durante as secas; mas também sabia que a ação tóxica podia ser modificada ou mesmo destruída, segundo o processo empregado na extração de fécula (TEÓFILO, 1979, p. 39).

Então, Manuel desenvolveu uma técnica na qual ele podia usufruir daquela espécie de leguminosa, como uma clara adaptação do sertanejo frente àquele meio hostil à vida humana. Sua ação baseava-se em lavar sete vezes a planta, decantando seu veneno em uma bacia. Após diversas lavagens e com a exposição ao sol do nocivo vegetal, extraía-se uma goma, substância agora não nociva ao ser humano.

Esta medida era um exemplo de como o sertanejo desenvolvia ações como formas estratégicas de sobrevivência frente aos duros flagelos trazidos pela estiagem (MEDEIROS FILHO, 1983), a exemplo de outros mitos relatados na região, como técnica ou tentativa de se apropriar das condições existentes e delas tirar o máximo de proveito em favor da sobrevivência.

A seca era espaço de mazelas físicas e psíquicas impostas aos homens e também se constituía local de afirmação da vida, e não de desistência. Eis o momento em que surgia a qualidade de lutador do sertanejo, e que o qualificava como “malabarista da fome”, capaz de incrível resistência diante das penúrias.

O corpo então deveria ser domado frente às condições adversas, ele deveria resistir por longos dias e meses, já que a natureza da seca fazia-se incontrolável. Ganhava, assim, o físico enrijecido para os grandes embates contra a Mãe-Natureza, desenvolvendo técnicas que possibilitavam a manutenção da existência; tudo isso atestava que “o sertanejo era, antes de tudo, um forte” (EUCLIDES DA CUNHA).

Afora isso, era necessário ter em mente: cada coisa ao seu tempo. Se já esperava meses pela chuva, por que não esperar pelo alimento?

A turba dos famintos parou em frente à casa do vigário, que, embora fosse uma das habitações melhores da cidade, contudo, não se podia dizer confortável. Os retirantes fizeram alta e sentaram-se na rua esperando que se distribísse a ração. (...) Eram já nove da manhã e a ração não chegava. Os famintos resignavam-se com a demora, porque não tinham forças para reagir. Gemiam, suspiravam, porém, não blasfemavam. (...) A ração era ali mesmo devorada com uma esfomeação que comovia! Muitos ingeriam com tal avidez que não davam tempo à saliva umedecer o bolo e engasgavam-se. Parte do bolo era rejeitado e saía pelo nariz e boca, misturando-se à areia. Avaros das migalhas caídas, apanhavam-nas de novo, cobertas de terra (TEÓFILO, 1979, p. 50-53).

Além da miséria, também a dependência de socorro. Este quase nunca chegava, embora fosse, sistematicamente, prometido.

O comendador pertencia à política da situação; tinha voto na escolha dos candidatos à deputação. Um dos deputados em perspectiva cercava Prisco de todas as atenções. (...) Prisco acreditou-se barão e, num contentamento infantil, prometeu todo o auxílio à candidatura do correligionário e, ainda mais, algum dinheiro, caso no círculo houvesse algum eleitor a comprar (TEÓFILO, 1979, p. 84).

Prisco, personagem de alto cargo político, sintetizava em seus intuitos e práticas as irregularidades públicas na assistência à problemática da seca. Em vez de se encaminharem sólidas ações políticas em atendimento às necessidades sociais da seca, a ajuda pública acabava se tornando a esfera dos interesses particulares de certos grupos economicamente mais favorecidos.

É Simeão Arruda, comissário distribuidor de socorros públicos. (...) Deve o lugar de comissário à política. É partidário exaltado, bom cabo de eleições, reúne capangas, e não há quem grite mais nos conflitos eleitorais. A sua nomeação não foi muito fácil. O lugar era ambicionado como se fosse um rendoso emprego. As vagas eram preenchidas mais de acordo com os interesses da política, do que com a conveniência pública. O presidente da província tinha sempre uma lista de pretendentes a escolher (TEÓFILO, 1979, p. 97).

Simeão de Arruda, personagem dos mais importantes desse romance, ofereceu a Manuel de Freitas e à sua família, moradia e uma grande quantidade de alimentação, mas fez isso pensando em conquistar, de forma imoral, o coração da desconfiada filha deste retirante. Nessa passagem, o autor denunciava como a distribuição de socorro era feita de modo aleatório, a partir dos interesses de certos membros da esfera pública. Neste caso, havia interesse afetivo deste personagem e poder para escolher a quem socorrer.

Dona Quitéria do Cabo, outra personagem, era uma senhora de idade avantajada, que se inseria nas vicissitudes das ações públicas da seguinte forma: prestava pequenos favores ao corrupto Simeão de Arruda, funcionário público encarregado pela distribuição de socorro aos flagelados; em troca, buscava aproximá-lo de Carolina, filha de Manuel de Freitas, buscando ilícitas vantagens como a aquisição de uma casa, sem passar por nenhum mecanismo de avaliação do Poder Público.

Enquanto isto, inúmeros pobres retirantes permaneciam ávidos por alguns quilos de farinha, a mercê de ações públicas raras e escassas:

Mais de mil infelizes, magros e esfarrapados, cercando à distância um comboio de víveres, pediam aos comboieiros punhados de farinha, para matar a fome. (...) A multidão se revolucionava, seguia movida pelo instinto de conservação. Todos avançavam, tendo em mira a farinha defendida pelos comboieiros. Os mais fortes vociferavam contra os freiteiros; os mais fracos os seguiam também, mas de gatinhas ou de rastos, como répteis (TEÓFILO, 1979, p. 42-43).

Não tendo a quem apelar, mergulhava-se na fervorosidade religiosa: "Deus o permita. Vá, minha filha, pedir aos céus para darem fim a este flagelo da seca e rogar pela saúde de sua santa mãe, disse a feiticeira, acariciando Carolina" (TEÓFILO, 1979, p. 134).

Neste diálogo, travado entre Quitéria do Cabo, a feiticeira, e Carolina, que apelava aos santos pela recuperação física da mãe doente, ficava evidente que somente o divino, o poder místico poderia trazer solução.

No caso, o “flagelo da seca” representava um vasto vale de lágrimas, repleto de sofrimentos. Rogar aos santos, praticar a reza, o canto religioso e seguir as procissões alentavam o espírito e renovavam as esperanças (DAMATTA, 1998):

Não é fora da razão sua tristeza; não vê como o inverno iludia, como a seca continua? Manuel esperava retirar-se por todo este mês. Contava que no dia do Senhor São José caíssem chuvas copiosas, mas nesse dia o sol foi tão abrasador como grande, depois, o seu desânimo (TEÓFILO, 1979, p. 145-146).

A religião apresentava-se, então, como mecanismo que possibilitava resgatar a indiferença do mundo, frente àquela situação. Assim, a família de Manuel de Freitas creditava a São José o poder de salvação ou a crença nas remotas possibilidades de ocorrência de chuvas.

5.3 Domingos Olímpio e a Seca

Domingos Olímpio retratou a seca no seu primeiro romance, em 1903, intitulado *Luzia Homem* (OLÍMPIO, 1999). O autor descreveu o triste retrato da seca de 1878, por meio da história de retirantes que se deslocavam do interior do Ceará para a capital, em busca de melhores condições de sobrevivência.

Em *Luzia Homem*, Olímpio revelou aspectos da seca, precisamente na cidade de Sobral, destacando a luta e o sofrimento do povo nordestino, que tentava escapar com vida em meio às condições precárias nas quais se encontravam. O autor também mostrou a garra do sertanejo em luta contra o aspecto climático e suas impiedosas conseqüências.

Vivendo na fornalha...

O estado de desespero causado pela seca de 1878, que foi retratada no romance *Luzia Homem*, despertou interesse nas camadas políticas, tanto regionais, como nacionais. Mas a atenção do governo concentrou-se apenas nas divulgações feitas pela imprensa local, que mostravam o desespero, a dor, a miséria que o povo nordestino enfrentava.

Já os grandes fazendeiros ou os senhores com poderio econômico transformaram a seca de 1878 em um grande negócio: instrumento utilizado pelas elites privilegiadas para transformar a crise em um rentável negócio político e econômico.

Nesse ano de terrível seca, a cidade de Fortaleza, assim como a cidade de Sobral, abrigou milhares de retirantes como Luzia, personagem principal da história de Domingos Olímpio, a mãe de Luzia, Dona Zefa, além de Teresinha, Alexandre e outros personagens. Eram todas pessoas que se deslocavam do interior para a capital, em busca de melhores condições de sobrevivência. Encontravam, pelo cami-



nho, outros retirantes, iguais ou piores que eles, todos transformando as grandes cidades num cenário desolador da mais profunda miséria e de calamidade social: fome, sede e doenças.

No romance *Luzia Homem*, o clima foi identificado como árido. Neste tipo de clima, os tipos de vegetação são classificados como formações desérticas: vegetações que estão adaptadas à escassez de água, como os cactos.

O autor exemplificou, neste romance, várias situações ocorridas em tempos de seca, demonstrando que, além da dificuldade no enfrentamento da seca, os retirantes sofriam também pela inanição, pois para a alimentação, só existia farinha e raramente havia o charque, o toucinho ou a goma de tapioca.

Esses eram os únicos alimentos levados para a capital pelos retirantes. Na capital, eles se amontoavam em "(...) casas de taipa, palhoças, latadas, ranchos, abarracamentos do subúrbio, embaixo dos tamarindeiros da praça, sempre na maior condição de miséria" (OLÍMPIO, 1999, p. 16). Em *Luzia Homem*, o sertanejo raramente encontrava trabalho. Eram condições de vida quase insuportáveis:

O sertão ressequido estava quase deserto, campos sem gado, povoações abandonadas. E a constante, a implacável ventania, varrendo o céu e a terra, entrava, silvando e rugindo, as casas vazias, como fera raivosa, faminta, buscando e rebuscando a presa, e fazendo, com pavoroso ruído, baterem as portas de encontro aos portais, num lamentoso tom de abandono. As pastagens de reserva, nos pés de serras, protegidas por espessas faixas de caatingas impenetráveis onde se criavam famosos barbatões bravios, haviam sido devoradas, ou destruídas e pesteadas pela acumulação de rebanhos em retiradas numerosas. E, à grande distância, sentia-se o fedor dos campos infeccionados por milhares de corpos de reses em decomposição (OLÍMPIO, 1999, p. 32).

Assim, os retirantes nordestinos viam-se em total condição de abandono, pobreza e submissão ao clima. Na situação em que se encontravam, o que lhes restava, apenas, eram a fé e a esperança no dia de amanhã, talvez melhor.

No relato da construção da prisão em Sobral, por exemplo, Domingos Olímpio denunciou a omissão do Poder Público:

Acertara a comissão de socorros em substituir a esmola depressora pelo salário emulativo, pago em ração de farinha de mandioca, arroz, carne de charque, feijão e bacalhau verdadeiras gulodices para infelizes criaturas, açoitadas pelo flagelo de seca a calamidade estúpida e horrível que devastava o sertão combusto (...) Na construção de cadeia havia trabalho para todos. Os mais fracos debilitados pela idade ou pelo sofrimento, carregavam areia e água; aqueles que não suportavam mais a fadiga de andar amoleciam cipós para amarradio de andaimes; outros menos escavados amassavam cal; os moços ainda robustos, homens de rija tempera, superiores a inclemências, sóbrios e valentes, reluziam de suor britando pedra, quindando material aos pedreiros, ou conduzindo as costas, de longe, das matas do sapé da serra, grossas madeiras enfeitadas de palmas virentes, de ramos de pereiro de um verde fresco e brilhante, em festivo contraste com o sítio ressequido e desolado (...) (OLÍMPIO, 1999, p. 8).

O governo usava a construção das cadeias como forma de ocupar as famílias retirantes, na tentativa de impedir que as pessoas migrassem para outras cidades, evitando mais aglomerações. Oferecia trabalho pagando com alimentação, muitas vezes, aproveitando-se do desespero e da necessidade do povo, para manter em cárcere, finalmente, aqueles que, porventura, devido ao desespero e à fome, viessem a se apoderar de qualquer objeto alheio.

Em *Luzia Homem*, além da descrição do sofrimento vivido pelo sertanejo, houve também a preocupação em mostrar a religiosidade de um povo que, nas situações mais adversas, ainda mantinha a fé.

Domingos Olímpio ressaltou a marca da religiosidade do povo sertanejo, pois ter fé era uma necessidade, assim como vestir, comer, beber, ter onde morar etc. Tudo era atribuído ao divino, até mesmo aspectos físicos como a beleza, a bondade, a força e a determinação de Luzia, ou a honestidade, a bondade e o esforço encontrados em Alexandre. Também a amizade e a lealdade de Teresinha, bem como a enfermidade e o pessimismo de Dona Zefa, ou até mesmo o mau-caratismo e a desonestidade de Capriúna eram associados ao religioso:

(...) Estou impossibilitada de andar neste quarto, quanto mais para fazer a travessia deste sertão inclemente! (...) Ai! (...), Deus não quer filha. São os meus pecados, que me encaranquejam as pernas. Já fiz uma promessa a São Francisco da Chagas de Canindé para que ele me pusesse em estado de caminhar com os meus pés (...) (OLÍMPIO, 1999, p. 19).

Para o autor, a característica do sertanejo em *Luzia Homem* era a de um indivíduo forte, corajoso, que não se deixava abater, mesmo nas situações mais difíceis e desesperadoras, como foi o caso da seca de 1878.

Porém, além de todas estas características de força e de coragem, ele também ressaltou o lado emocional e afetivo dos retirantes da seca:

Nessa evocação saudosa de um passado morto, ressurgiram as adoráveis peripécias da infância, os episódios da vida de adolescente na penumbra da puberdade, salteadas pelas primeiras investidas dos instintos; as festas, os gongalos, os bumba-meu-boi, as vaquejadas as caçadas de avoantes no bebedouro, a colheita de ovos que elas, abatendo-se em nuvens sobre as várzeas, aos milhões todos seixos, das touceiras de capim ou nas barracas feitas, durante o inverno, pelas patas do gado (OLÍMPIO, 1999, p. 52).

Somente a lembrança dos tempos de inverno fortalecia as esperanças e a resistência do corpo e do espírito do povo sertanejo em tempos de seca.

5.4 Euclides da Cunha e a Seca

O livro *Os Sertões* do escritor paulista Euclides da Cunha é, sem dúvida, um dos maiores relatos de um conflito que teve início no ano de 1896, no sertão da Bahia, e que se estendeu até o começo do século XX, caracterizado por ser um dos acontecimentos mais impressionantes e sangrentos narrados pela historiografia brasileira, conhecido como a “Guerra de Canudos”.

Revelando-se excelente geógrafo, sociólogo e antropólogo, o escritor Euclides da Cunha contribuiu com observações importantíssimas sobre a conjuntura das secas na obra *Os Sertões*, na qual relatava a vida dos sertanejos no semi-árido nordestino. Euclides da Cunha expôs todo o sofrimento de um povo castigado pela fome, pela miséria e pelo abandono. O cenário era a seca e suas implacáveis conseqüências.

É neste contexto que se desenrola o “Conflito de Canudos”. Euclides da Cunha relatou as características do sertão nordestino, revelando a miséria e a luta de famílias para sobreviver às cruéis condições impostas pelas secas.

Vivendo na Fornalha...

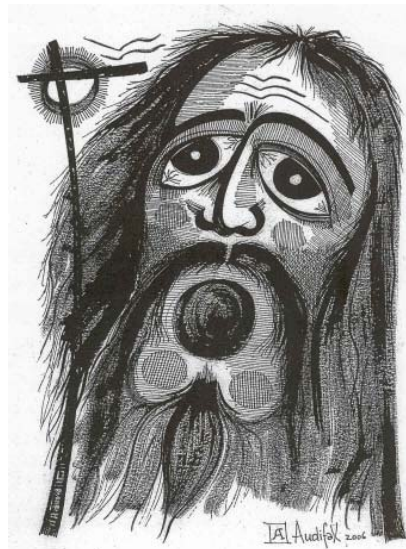
Quando Euclides descreveu o capítulo que trata da terra, mais precisamente da região de Canudos, o autor fez uma análise do solo, da fauna, da flora e do clima inóspito da Região Nordeste. Evidenciou que nada superava a principal calamidade que afligia o sertanejo, a seca, somente suportada por meio da grande religiosidade do povo dos sertões.

Já no capítulo que trata do homem, o autor descreveu as características e a personalidade do sertanejo, considerado herdeiro da miscigenação entre portugueses, índios e negros africanos, nascendo daí o povo do sertão: vaqueiros e mulatos.

O terceiro e último capítulo do livro tratou, especificamente, da luta de uma comunidade do sertão contra o exército do governo, o “Conflito de Canudos”; evidenciando, também, a incrível resistência do sertanejo contra as condições quase insuportáveis provocadas pela seca.

Antônio Conselheiro foi um dos principais personagens dessa brava e heróica luta contra as forças governamentais e contra um dos piores flagelos: a seca e suas cruéis conseqüências, a fome, a sede e a miséria.

Euclides analisou a diversidade do clima nordestino, a miséria e a luta de famílias para sobreviverem aos períodos de estiagem. Ao descrever a Bahia, por exemplo, localizou o início do sertão limitado pelo Rio São Francisco ao Norte e Ocidente e, ao Sul, pelo Rio Itapicuru: “Está sobre um socalco do maciço continen-



Desenho com nanquim de Audifax Rios

tal, ao norte. Demarca-o de uma banda, abrangendo dois quadrantes, em semicírculo, o Rio São Francisco; e de outra, encuruando também para o sudeste, numa normal à direção primitiva, o fluuoso do Itapicuruçu” (CUNHA, 2003, p. 34).

Salientou aspectos da flora na região do semi-árido, castigado pelo solo seco e quente, devido à escassez de chuvas e também às condições dos reservatórios d’água:

Estas lagoas mortas, segundo a bela etimologia indígena, demarcam obrigatória escala ao caminhante. Associando-se às cacimbas e caldeirões, em que se abre a pedra, são lhes recurso único na viagem penosíssima. Verdadeiro Oásis, tem contudo, não raro, um aspecto lúgubre: localizadas em depressões, entre colinas nuas, envoltas pelos mandacarus despídos e tristes, como espectro de árvores; ou num colo de chapada, recortando-se com destaque no chão poento e pardo, graças a placa verde-negra das algas unicelulares que as revestem (CUNHA, 2003, p. 38).

Apontou o clima do sertão como instável, diferenciando-o dos outros por ter dias extremamente quentes e noites muito frias. No verão, acentuava-se o desequilíbrio entre as máximas e as mínimas temperaturas, até que, no tempo das secas, seguiam-se dias queimados e noites geladas (CUNHA, 2003).

Essa variação do clima permitiu aos sertanejos grande resistência física. Estes viviam como verdadeiros lutadores, enfrentando a aridez do clima e a infertilidade do solo. Tal capacidade de sobrevivência também se ancorava, contudo, na grande religiosidade: só mesmo com fé para suportar condições tão adversas!

Na última parte do livro, a temática do sertão teve como eixo o “Conflito de Canudos”. Este conflito sintetizou, ao mesmo tempo, a grande luta do povo nordestino contra condições subumanas de sobrevivência provocadas pela seca, ao lado do esquecimento daquelas insuportáveis condições, por parte do Poder Público.

Estabeleceu, ainda, a relação entre a seca e o sertanejo, mostrando que este último se diferencia de qualquer outra raça, pois possui a capacidade de adaptação aos longos períodos de seca, como enfatizou em uma passagem de sua obra:

A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-o, estóico. Apesar das dolorosas tradições que conhece através de um sem-número de terríveis episódios, alimenta a todo transe esperanças de uma resistência impossível (CUNHA, 2003, p. 179).

O flagelo da seca não parecia desanimar os sertanejos. A fé nunca se acabava. Assim, permaneciam os homens do sertão, aguardando sempre o próximo período de chuvas, buscando superar aqueles terríveis dias de tormento e de sacrifício causados pela estiagem: “Nem sempre desanima, ante os seus piores vaticínios. Aguarda paciente, o equinócio da primavera, para definitiva consulta aos elementos. Atravessa três longos meses de expectativa ansiosa e no dia de São José, 19 de março, procura novo argúrio, o último” (CUNHA, 2003, p. 181).

Ainda no capítulo que tratava do homem, o escritor analisou a complexidade do problema etnológico do Brasil, relacionando o meio físico com a formação das raças. Estudou a gênese dos jagunços, dos sertanejos e dos outros povos do

sertão nordestino, a fim de colaborar com o mapeamento da formação da população, resultante dos cruzamentos entre o indígena, o negro e o português.

Afirmou que o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Tal afirmação foi muito criticada e questionada por literatos da época, pois contrariava a teoria racial no final do século XIX, que considerava a raça branca como sinônimo de superioridade e de progresso, assim como condenava a miscigenação.

Euclides também realçou características físicas do sertanejo:

É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude (CUNHA, 2003, p. 157-158).

Antônio Conselheiro, personagem principal da obra do autor, foi considerado um Messias do sertão. Líder carismático, lutava por uma vida mais digna e justa para seu povo, mas foi duramente reprimido pelas forças do Exército. Das quatro tentativas de exterminar o Povoado de Canudos, apenas a última obteve êxito. Levaram, então, a cabeça de Conselheiro como prêmio pela vitória das forças do governo.

"A Luta", último capítulo de *Os Sertões*, tratou deste conflito. A Batalha de Canudos teve início em outubro de 1896, quando o então Juiz de Juazeiro da Bahia reteve a madeira encomendada para a construção da nova Igreja de Canudos. Logo, Conselheiro ameaçou invadir a cidade com seus seguidores e, assim, iniciou-se longo e dramático conflito.

Neste cenário, Euclides da Cunha relatava a força de resistência do "Exército" de Conselheiro. Lutavam, ao mesmo tempo, contra as Forças Oficiais, mas, principalmente, contra a fome e contra a sede.

5.5 Rachel de Queiroz e a Seca

Em 1930, Rachel de Queiroz consagrou-se nacionalmente como escritora, após a publicação do romance "O Quinze", no qual ela retratou a miséria e a fome ocasionadas pelo flagelo da seca.

O *Quinze* teve como foco principal a terrível seca de 1915 e suas consequências sociais, contudo, não possuiu fim de simples descrição ou de lamentações. Ao contrário, assumiu tom de denúncia sobre a árdua luta dos retirantes cearenses.

A narrativa denunciou não somente as dificuldades sociais, mas também apontou os males da região castigada pela seca, esquecida à própria sorte. Foi retratado o difícil drama do retirante, ao ter que deixar sua terra e seus animais para seguir uma longa caminhada nas estradas do Ceará, em busca de dois alentos: água e alimento.

Vivendo na Fornalha...



Em 1915, o Ceará foi acometido por um longo período de estiagem, conhecido pela "Seca do 15", a qual possui as seguintes características:

- a) camponeses e animais morriam de fome e de doenças;
- b) mais de 40 mil nordestinos migraram para a Amazônia e para o sul do País;
- c) o solo nordestino tornou-se improdutivo em razão da falta de chuvas;
- d) aumentaram a pobreza, o número de cangaceiros e todo tipo de violência política, econômica e social (POMPEU; TASSIGNY, 2004, p. 102).

Assim, o enredo da história desvela a luta dos flagelados da seca pela sobrevivência. O romance desenrola-se em dois momentos: um enfocando a relação afetiva entre Vicente, rude proprietário e criador de gado, e Conceição, sua prima, de certa forma culta e também professora; no outro momento, é retratada a vida do vaqueiro Chico Bento e de sua família.

Conceição é apresentada como uma moça que gosta de ler vários livros, inclusive de tendências feministas e avançadas para a época, fato que causa estranheza em sua avó, Mãe Nácia. Essa última representava velhas tradições e costumes nordestinos. No período de férias, Conceição passava o tempo na fazenda da família, no Logradouro, perto de Quixadá. Com o advento da seca, a família de Mãe Nácia, apesar de resistir, decidiu ir para a capital e deixar Vicente cuidando de tudo. Esse trabalhava, incessantemente, para manter os animais vivos.

Após a mudança, Conceição passou a freqüentar diariamente os campos onde ficavam alojados os retirantes. Eram verdadeiros "Campos de Concentração" e foram criados para manter a ordem e o isolamento dos retirantes, acometidos de fome, sede, doenças e desespero, para não perturbarem nem contaminarem a pacata sociedade fortalezense.

O romance também narrou a trágica e penosa marcha do vaqueiro Chico Bento com sua mulher e seus cinco filhos, representando os retirantes da seca. No percurso difícil, o casal perdeu um dos filhos, que supostamente fugiu para um novo destino; mais tarde, um deles morreu, envenenado com mandioca crua. Acometido pelo desespero, Chico Bento mergulhou na busca por alimento, com o fim de acalmar a fome e a sua face cruel: pessoas como um monte de ossos encobertos por pele, vagando de um lado para outro.

Também no decorrer da viagem, Chico matou uma cabra. Seu dono apareceu e o acusou de ladrão. Chico Bento implorou para que ele desse um pouquinho de carne para matar a fome dos seus. No entanto, o homem não se comoveu, mas largou as tripas do animal, que foram devoradas pela família faminta sem serem lavadas nem salgadas.

O *Quinze* retratou, de forma realista, a paisagem devastada por sol escaldante e pela escassa hidrografia, características do clima semi-árido do sertão cearense.

Não somente as pessoas sofriam com a "seca de 15", mas também os animais; a paisagem era inóspita: "(...) Os cascos do animal pareciam tirar fogo nos

seixos do caminho. Lagartixas davam carreirinhas intermitentes por cima das folhas secas do chão que estalava como papel queimado” (QUEIROZ, 1992, p. 7).

O *Quinze* também relatou momentos transcendentais reforçados pela crença que o nordestino possui. Quando ocorre, por exemplo, a saída de uma família, os objetos religiosos são incluídos na bagagem, uma vez que são os mais valiosos pertences e servem de manto protetor contra as adversidades:

No trem, na estação de Quixadá, Conceição, auxiliada por Vicente, ia acomodando Dona Inácia. A cesta de plantas debaixo do banco. Uma maleta cheia de santos ali ao lado. Dona Inácia fazia questão de trazer os santos junto a si, com medo de que no carro de bagagens algum irreverente se sentasse em cima (QUEIROZ, 1992, pg. 19).

Assim, não é por acaso que se tem conhecimento da incrível resistência desse povo em meio a tanto sofrimento. Se não contasse com a fé, a esperança e a certeza de dias melhores, talvez a morte lhes fosse a única saída. Rachel de Queiroz bem retratou, em *O Quinze*, a peleja do sertanejo em combate de vida ou morte contra a seca.

5.6 Graciliano Ramos e a Seca

O romance *Vidas Secas* (RAMOS, 1999), publicado em 1938 por Graciliano Ramos, abordou a temática da seca vivida pelo nordestino e o grande sofrimento causado pela falta d'água. Tocou também em questões como injustiça social, miséria, fome, desigualdade e as condições subumanas que o sertanejo vivenciava nos períodos de estiagem.

Nesta obra, Graciliano chegou a falar em “zoomorfização”, isto é, a seca animalizava o homem e esse adquiria características específicas dos animais, pois a sede e a fome faziam com que eles apenas balbuciassem algumas palavras incompreensíveis, como os sons expressos por animais.

Além disto, o autor de *Vidas Secas* narrou o problema da seca abordando a crueza dos indivíduos que faziam parte daquele contexto adverso, destacando que tal situação brutalizava os homens e humanizava os animais, conforme o exemplo da cadela Baleia, que, tratada como protagonista na obra, foi descrita com sentimentos e ações humanas.

Vivendo na Fornalha...

A história contada nesse livro remonta à seca no sertão nordestino, por volta dos anos 30. Denunciou a situação vivida pelos habitantes do Nordeste. Estes, abandonados pelo Poder Público, minguavam. Relatou, detalhadamente, as precárias condições da família de retirantes, evidenciando uma história marcada pela fuga constante e sem fim. Mas, ao mesmo tempo indicava a permanência da esperança, da força de vontade e da fé, sempre presentes nas piores situações vividas pelos retirantes.

Foi por meio dos personagens componentes da história que o autor descreveu sua visão acerca da estiagem, abordando temas que estão diretamente ligados ao assunto: miséria, exploração, injustiça social e desigualdade. Ao descrever o modo de vida, as atitudes e as características físicas de cada componente da obra, Graciliano Ramos teceu profunda análise da seca e dos problemas decorrentes deste contexto.

O primeiro personagem da história é Fabiano. Um homem casado e pai de dois filhos, vaqueiro por profissão, que assumiu a liderança de sua família para fugir da seca em busca de alimento e de moradia. Fabiano é um nordestino pobre à procura de trabalho e, ainda, um bebedor que gostava de jogar (RAMOS, 1999).

Outra personagem, Sinhá Vitória, esposa de Fabiano, era uma mulher sofrida e lutadora, mãe de dois filhos, que possuía como único desejo ter “uma cama real, de couro e sucupira”, já que a cama de varas onde dormia a incomodava. Não se conformava com a miséria em que vivia. Era pouco instruída, mas sabia fazer as contas da partilha que rendiam os cabritos e os bezerros, nas negociações com o patrão:

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinhá Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições (RAMOS, 1999, p. 92).

O menino mais novo queria ser como o pai Fabiano, que domava égua brava. Também queria imitá-lo fumando cigarros e usando roupas de vaqueiro. Assim, sonhava, um dia, impressionar seu irmão mais velho e a cachorra Baleia:

Subiu a ladeira, chegou-se a casa devagar, entortando as pernas, banzeiro. Quando fosse homem, caminharia assim, pesado, cambaio, importante, as rosetas das esporas tilintando. Saltaria no lombo de um cavalo brabo e voaria na catinga como pé-de-vento, levantando poeira. Ao regressar, apareceria num pulo e andaria no pátio assim torto, de perneiras, gibão, guarda-peito e chapéu de couro com barbicacho. O menino mais velho e Baleia ficariam admirados (RAMOS, 1999, p. 52-53).

O menino mais velho, como o irmão, não possuía a menor noção da real miséria em que viviam. A palavra inferno, um dia, chamou-lhe a atenção. Foi perguntar à mãe qual o significado, mas somente obteve uma vaga e dura resposta: Sinhá Vitória respondera-lhe com um cascudo! O garoto fugiu indignado, restou somente a cachorrinha Baleia para lhe dar atenção naquele momento. De fato, o menino, em sua inocência, não conseguia entender o motivo de tanta zanga com uma palavra por ele considerada tão bonita!

Baleia, a cachorra, embora de aparência esquelética, demonstrava alegria, abanando o rabo. Era tida como membro da família, quase uma irmã para os meninos. “Ela era como uma pessoa da família: brincavam juntos os três, para bem dizer não se diferenciavam, reboavam na areia do rio e no estrume fofo que ia subindo, ameaçava cobrir o chiqueiro das cabras” (RAMOS, 1999, p. 85).

Outro personagem, o patrão, proprietário da terra, contratou Fabiano para trabalhar na sua fazenda, mas, desonesto, enganava sistematicamente os retirantes na partilha dos cabritos e bezerros. Aproveitava-se da ignorância dos mesmos. Era poderoso e temido por ter melhor condição financeira do que a família de Fabiano.

E, finalmente, o "soldado amarelo", que insultava constantemente Fabiano. Foi o principal representante governamental da história, realçando a distância existente entre o governo e os sertanejos, na vida real e naquele contexto de seca.

O cenário em que decorreu a história foi descrito de forma minuciosa pelo autor, insistindo, sobremaneira, no "vôo negro dos urubus", indicando as iminentes devastação e morte ocasionadas pela longa estiagem. Dessa forma, Graciliano apresentou as paisagens secas:

A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. (...) Tinham deixado os caminhos, cheios de espinhos e seixos, fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que escaldava os pés. (...) Trepou-se no mourão do canto, examinou a catinga, onde avultavam as ossadas e o negrume dos urubus (RAMOS, 1999, p. 9-13).

Fugindo por caminhos incertos e esturricados pela seca, Fabiano e sua família tentavam, sem sucesso, encontrar um local para sobreviver: "Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores" (RAMOS, 1999, p. 13).

Ao mesmo tempo em que o autor desvelava o descaso governamental com o problema da seca, descrevia também a adaptação do homem àquele ambiente precário:

Olhou a catinga amarela, que o poente avermelhava. Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo - anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar. (...) Viviam de trouxa arrumada, dormiam bem debaixo de um pau (RAMOS, 1999, p. 23).

A comunicação entre os personagens, na maioria das vezes, era realizada por meio de gestos e sons guturais, ruídos emitidos que se assemelhavam aos emitidos pelos animais, e, por isso, conversavam pouco entre si: "Sinhá Vitória estirou o beijo indicando vagamente uma direção e afirmou com alguns sons guturais que estavam perto." (...) Sinhá Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis" (RAMOS, 1999, p. 10).

O receio dos personagens com a chegada da seca fazia com que eles tentassem deduzir, por meio da paisagem, qualquer sinal que indicasse chuva: "Dentro em pouco o despotismo de água ia acabar, mas Fabiano não pensava no futuro. Por

enquanto a inundação crescia, matava bichos, ocupava grotas e várzeas. Tudo muito bem. E Fabiano esfregava as mãos. Não havia o perigo da seca imediata, que aterrorizava a família durante meses” (RAMOS, 1999, p. 65).

Não bastassem as dificuldades enfrentadas pela falta de recursos, esses retirantes ainda eram humilhados e explorados pelo patrão:

No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros. (...) com certeza havia um erro no papel do branco. (...) passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria! O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda. Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à-toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens (RAMOS, 1999, p. 93).

Este trecho de *Vidas Secas* deixava clara a condição submissa do vaqueiro. Por não ter outro meio de sobrevivência, aceitava as imposições do patrão e, mesmo ciente da exploração sofrida, ainda pedia desculpas “por ser enganado”.

Mais de 60 anos se passaram após a publicação do livro “*Vidas Secas*”, entretanto, pode-se dizer que as condições de vida dos sertanejos não são hoje muito diferentes das relatadas por Graciliano. Ainda há muitos sertanejos submetidos às péssimas condições de vida: sem alimento e sem moradia digna, à espera da chuva para melhorar de vida.

A distância existente entre o sertanejo e o Poder Público verificada na obra de Graciliano Ramos perdura até hoje, pois soluções oficiais para o problema da seca parecem ainda distantes para algumas áreas do Nordeste.

Ainda, sertanejos dependem da água da chuva para viver. Continuam sofrendo com a estiagem e, em muitas localidades, não existe uma estrutura necessária e básica para resistir aos efeitos da seca, ficando inteiramente dependente, por exemplo, de carros-pipa para a distribuição d’água.

A falta de solução definitiva para o problema da seca no Nordeste faz surgir, em pleno século XXI, muitos “Fabianos” dominados pela ignorância e sujeitos aos jogos do poder.

A seca, que impulsionava muitos a saírem de suas casas à procura de uma vida melhor nas cidades, à semelhança de Fabiano, em busca de um abrigo e de alimento, continua atingindo mulheres, homens e crianças trazendo doenças e proliferando a miséria. Muitos dos retirantes são reduzidos à condição de animais, apenas sobrevivendo. Vivem e são tratados como tais, pois na realidade, os flagelados, para não morrerem de fome, submetem-se a qualquer trabalho, comem qualquer coisa, e vão resistindo..., como em “*Vidas Secas*”... Mas não tem que ser assim!

5.7 Jorge Amado e a Seca

Escritor nascido em 1912 na Bahia, Jorge Amado fez história por retratar várias faces da cultura nordestina, mas, principalmente, da realidade baiana. Neste enfoque, não deixou de retratar os flagelos da seca e suas conseqüências para o povo nordestino.

Em 1946, lançou *Seara Vermelha* (AMADO, 1982), livro que descreveu a seca e suas mazelas sociais. Tendo a seca como temática central, "Seara Vermelha" atingiu um maior alcance geográfico, pois em vez de o cenário da seca resumir-se aos entornos de Salvador ou Ilhéus, como era comum nas outras obras do escritor, este livro tratou de uma viagem de retirantes que partiram do sertão nordestino, a pé, em direção a São Paulo. A viagem, como não poderia deixar de ser, foi repleta de dor, fome e morte: seca, cenário cruel e desolador.

Vivendo na Fornalha...

O romance *Seara Vermelha* foi uma obra de denúncia frente à omissão do Poder Público, considerando que a seca era uma situação externa que levava as populações sertanejas ao abandono quase total da região nordestina.

Os escassos períodos chuvosos, irregulares, geravam angústia ano após ano, no sertanejo, conforme retratado no romance:

Artur olhou as árvores que se estendiam por detrás da casa-grande, os galhos docemente agitados pela brisa, e sorriu imaginando que as árvores estavam satisfeitas após a chuva tão esperada. - Tive medo esse ano... - resmungou para si mesmo. Mas a chuva viera bastante em tempo e as colheitas seriam fartas (AMADO, 1982, p. 15-16).



Como se não bastassem condições climáticas adversas, a população sertaneja também submetia-se aos desmandos do poder, seja oficial ou não, como era o caso, por exemplo, da ação de capatazes, jagunços e cangaceiros que ocupavam as lacunas deixadas pelo Poder Público, barbarizando o sertão, por meio da realização de saques e de outras práticas de violência.

Os retirantes de *Seara Vermelha* passaram por todo tipo de privação, desde a partida da terra natal, bem como por toda a longa jornada até São Paulo, em busca de uma vida melhor, talvez mais digna. Dos onze viajantes, apenas quatro conseguiram concluir a jornada, chegando, finalmente, a uma fazenda de café.

Na última estada, mudaram as condições climáticas; contudo, não houve mudanças na situação de vida: pobreza, fome e exploração permaneciam, assim como a omissão no socorro por parte do governo.

O sertanejo nordestino estava sempre tenso em relação às condições climáticas, que podiam lhe trazer tanto um ano de fartura, como um ano de fome. A caatinga, cenário da seca e vegetação típica da região, aparecia com uma crueza singular na descrição do autor:

Agreste e inóspita estende-se a caatinga. Os arbustos ralos elevam-se por léguas e léguas no sertão seco e bravio, como um deserto de espinhos. Cobras e lagartos arrastam-se por entre as pedras, sob o sol escaldante do meio-dia. São lagartos enormes, parecem sobrados do princípio do mundo, parados, sem expressão nos olhos fixos, como se fossem esculturas primitivas. São as cobras mais venenosas, a cascavel e o jararacuçu, a jararaca e a coral. Silvam ao bulir dos galhos, ao saltar dos lagartos, ao calor do sol. Os espinhos se cruzam na caatinga, é o intransponível deserto, o coração inviolável do Nordeste, a seca, o espinho e o veneno, a carência de tudo, do mais rudimentar caminho, de qualquer árvore de boa sombra e de sugosa fruta. Apenas as umburanas se levantam, de quando em quando, quebrando a monotonia dos arbustos com a sua presença amiga e acolhedora. No mais, são as palmatórias, as favelas, os mandacarus, os columbis, as quixabas, os croás, os xiquexiques, as coroas-de-padre, em meio a cuja rispidez surge, como uma visão de toda beleza, a flor de uma orquídea. Um emaranhado de espinhos, impossível de transpor. Por léguas e léguas, através de todo o Nordeste, o deserto da caatinga. Impossível de varar, sem estradas, sem caminho, sem picadas, sem comida e sem água, sem sombra e sem regatos. A caatinga nordestina (AMADO, 1982, p. 55-56).

Ainda assim, o sertanejo queria continuar no sertão e não perdendo nunca as esperanças de ter um bom ano. A tensão se repetia a cada ano, a cada época de chuva. No início da obra, esta tensão foi retratada a partir de um comentário do administrador da fazenda:

O vento arrastou as nuvens, a chuva cessou e sob o céu novamente limpo crianças começaram a brincar. As aves de criação saíram dos seus refúgios e voltaram a ciscar no capim molhado. Um cheio de terra, poderoso, invadia tudo, entrava pelas casas, subia pelo ar. Pingos de água brilhavam sobre as folhas verdes das árvores e dos mandiocais. E uma silenciosa tranquilidade se estendeu sobre a fazenda - as árvores, os animais e os homens. (...) Farrapos de nuvens perdiam-se no céu de um azul-claro onde primeiras e leves sombras anunciavam o crepúsculo. Depois da chuva tudo parecia ter uma fisionomia mais alegre. Artur olhou as árvores que se estendiam por detrás da casa-grande, os galhos docemente agitados pela brisa, e sorriu imaginando que as árvores estavam satisfeitas após a chuva tão esperada. - Tive medo esse ano... - resmungou para si mesmo. Mas a chuva viera bastante em tempo e as colheitas seriam fartas (AMADO, 1982, p. 15-16).

Jorge Amado lembrava o amor do sertanejo a sua terra. A tristeza de deixar seu lugar era grande, como demonstrada no livro, por exemplo, quando Doutor Aureliano, o proprietário que havia herdado a fazenda pela morte dos pais, mas nunca teve interesse nas terras, já que morava em outra cidade, mandou carta ao

seu administrador, Seu Artur, dizendo que vendeu a propriedade, e ordenando retirar todos os colonos da terra:

- Que foi, Artur? Alguma desgraça? Que sucedeu ao doutor?
- A voz de Artur é pesada:
- Vendeu a fazenda...
- Vendeu?
- E diz para despachar todos os colonos. Liquidar as contas de todos, até de Bastião, e mandar embora antes do novo dono chegar...
- O mesmo pensamento, triste e sombrio, atravessa o coração de Felícia:
- E agora, meu Deus, como vai ser? (AMADO, 1982, p. 48).

Sem ter escolha, sem ter para onde ir, os sertanejos partiam em direção a São Paulo, mesmo sabendo que, em períodos de estiagem, a caatinga não deveria ser atravessada. Não era recomendável, pois era passagem mórbida e inóspita. Estes, sem alternativas, eram expulsos de suas terras, ou pela seca ou pelo avanço do latifúndio dos grandes proprietários e se lançavam na aventura de vida e de morte:

E através da caatinga, cortando-a de todos os lados, viaja uma inumerável multidão de camponeses. São homens jogados fora da terra pelo latifúndio e pela seca, expulsos de suas casas, sem trabalho nas fazendas, que descem em busca de São Paulo, Eldorado daquelas imaginações. Vêm de todas as partes do Nordeste na viagem de espantos, cortam a caatinga abrindo passo pelos espinhos, vencendo as cobras traiçoeiras, vencendo a sede e a fome, os pés calçados nas alpargatas de couro, as mãos rasgadas, os rostos feridos, os corações em desespero. São milhares e milhares se sucedendo sem parar. É uma viagem que há muito começou e ninguém sabe quando vai terminar porque todos os anos os colonos que perderam a terra, os trabalhadores explorados, as vítimas da seca e dos coronéis juntam seus trapos, seus filhos e suas últimas forças, e iniciam a jornada (AMADO, 1982, p. 56).

O autor denunciava não somente as condições desumanas nas quais se dão estas viagens, mas também apontava o causador desta miséria: a omissão oficial quanto aos estragos causados pela seca. O autor citou, ainda, não somente a seca, mas também os coronéis do sertão como responsáveis pela expulsão do sertanejo de suas terras. Estes coronéis representavam o poder econômico e político, que dominava mediante a utilização da força, subjugando o pequeno proprietário de terras.

Os retirantes possuíam várias histórias, várias razões, várias agruras, várias esperanças e vários temores. Mas deslocando-se para o Sul, compartilhando do mesmo sofrimento, viravam massa, um só corpo de flagelados abandonados em *Seara Vermelha*:

Só os imigrantes são os mesmos, os nomes podem mudar, mas são idênticos rostos, a mesma fome, o mesmo fatalismo, a mesma decisão no caminhar. Atravessando a caatinga, sobre as pedras, os espinhos, as cobras, os lagartos, para frente, indo para São Paulo onde dizem que existe terra de graça e dinheiro farto, voltando de São Paulo, onde não existe nem terra nem dinheiro (AMADO, 1982, p. 57).

Ainda assim, o sertanejo resistia em meio às dificuldades climáticas ou diante da expulsão pelos poderosos latifundiários ou grandes proprietários de terras. Além do ambiente geográfico perverso, a população do sertão nordestino estava sujeita a outras dificuldades, também tendo que escapar dos cangaceiros:

Aqui, na caatinga, habitam os cangaceiros. Os soldados da vingança, os donos do sertão. Não têm paz nem descanso, não têm quartel nem bivacques, não têm lar nem transporte. Sua casa e seus quartel, sua cama e sua mesa são a caatinga, para eles bem-amada. Os soldados da polícia que os perseguem não se atrevem a penetrar por entre os arbustos de espinhos, os pés de xiquexiques e os croás. Ao lado das serpentes e dos largartos, vivem os cangaceiros na caatinga, e também eles, por vezes, liquidam no tiro das suas repetições os sertanejos que descem e que sobem na contínua migração (AMADO, 1982, p. 56-57).

Os sertanejos somente podiam se prender à fé e à religiosidade, únicos recursos que lhes valiam em todos os momentos. Em *Seara Vermelha*, ressaltou-se a presença do beato, que é tomado quase como um santo pelos personagens, na esperança da chuva pela ação do divino e de providências contra a morte por sede ou doenças:

Um dia, no fundo do agreste sertão, onde a fome mata os homens, os rios secos pelo sol ardente, os coronéis tomando a terra dos lavradores, mandando liquidar os que discutiam, os imigrantes partindo em levadas sucessivas para o sul, os cadáveres ficando pelas estradas, quando morriam crianças às centenas, e as que cresciam eram doentes e tristes, quando o impaludismo se estendeu como um manto de luto e a bexiga negra deixou sua marca mortal em milhares de faces, quando a febre tifo se alastrou que nem grama ruim, quando já nenhuma esperança restava no coração cansado dos sertanejos, apareceu o beato (AMADO, 1982, p. 235).

Esta obra de Jorge Amado também aparece como denúncia ou um grito de revolta dos sertanejos, canalizada por meio da marcha conhecida como "Intentona Comunista". Lutaram com esperança de mudar a vida, pois nada tinham a perder!

A "Intentona Comunista" foi um movimento liderado por Luiz Carlos Prestes no ano de 1935. Tinha como objetivo substituir a ordem econômica-social vigente, o Regime Capitalista de produção, pelo Regime Comunista, adotando o sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, divergindo, portanto, das leis da propriedade privada. Este movimento empreendeu uma marcha pelo Brasil. Em certo momento, os retirantes depararam-se com estas fileiras e se incorporaram à luta, como forma de protesto contra aquelas condições miseráveis impostas pela seca.

No entanto, esta revolta foi frustrada pelo poder militar e político do governo. Também, a força de resistência dos retirantes era minada sempre pela força da seca. Esta continua a impor flagelos, situação até hoje longe de solução. Mas isto não significa que esta realidade não possa ser modificada por todos nós, povo nordestino!



Direitos patrimoniais sobre a foto cedidos por Nirez

De seca em seca atravessamos a história e adentramos o século XXI. A resistência do sertanejo imprimiu características singulares ao cearense: povo forte e lutador que não se curva diante das adversidades.

Essa constatação, entretanto, não significa que não foram raras as vezes em que o sertanejo fugiu e pediu trégua: o êxodo rural é a prova inconteste. Nos dias atuais, como resquício de um passado penoso frente às secas, 75% da população cearense vivem nas zonas urbanas povoando favelas. É um povo quase “destruído” e se não se afeta, diretamente, com as condições impostas *in loco* pela região das secas, indiretamente continua vivendo da escassez de quase tudo: moradia, saúde, educação, água...

O drama da estiagem deixou-nos de herança grandes lições, a mais importante delas é a certeza de que a solução deste flagelo exige novas atitudes por parte das esferas públicas e da sociedade.

Nessa direção, o presente livro é um convite à reflexão e ao debate sobre a problemática das secas. A solução ainda está no futuro, mas a capacidade de luta do povo cearense é enorme!

Impressões sobre as Secas: na Academia

*Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nós escuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê
Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage
Livre assim nós da ismola, que no fim dessa estiage
Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage
Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nós pensa em seca, vai dá tudo nesse chão
Como vê, nosso distino mecê tem na vossa mão*

(Trecho da música *Vozes da Seca*, de Luiz Gonzaga e Zé Dantas)



Fotografia de Antônio Capibaribe Neto

NOVOS SÍMBOLOS (Seca de 1877 a 1880)

A presença ostensiva de uma população retirante na cidade de Fortaleza, que pode ser considerada um exemplo do que aconteceu em todas as cidades mais importantes do Ceará, especialmente as litorâneas – provocou uma pressão simbólica sobre a população local que pode ser comparada à proporção dos números: cerca de 114.000 sobre 25.000!¹

A pressão era exercida sobre todos os equipamentos urbanos e sobre todas as estruturas de sentimentos que a população experimentava com relação à pobreza e à caridade. Ruas, praças e bulevares tomados por famintos sem noções de higiene, demandando esmolas, água e comida por três anos; o espaço público recém-adquirido pelos habitantes da cidade é invadido por pessoas que não o compreendem. Multiplicados por incongruências culturais que impediam uma compreensão mútua, os conflitos gerados por essa convivência forçada – e conturbada pela insuficiência dos meios de atendimento assistencial – acabam por desenvolver uma nova estrutura de sentimentos com relação aos migrantes da seca: a caridade desinteressada – que, para os cristãos, abençoa quem a pratica e não quem a recebe – com que os primeiros retirantes são recebidos logo é substituída pela desconfiança, pelo medo e até pelo horror.

O relato de Rodolpho Theophilo é claro neste ponto: ele mesmo, um intelectual que acompanha os mais recentes debates de idéias pelo mundo, e que se proclama um observador isento, imparcial e neutro dos acontecimentos a que assistia e, principalmente, de que participava diretamente, demonstra o horror ante a decadência física e moral de uma população de milhares de conterrâneos, os quais deveriam merecer de sua parte os mais elevados elogios, como “bravura”, “coragem”, “destemor”, “abnegação” etc. Ao expor as fraquezas morais – especialmente com relação à prostituição e ao tratamento dispensado às mulheres – tanto dos retirantes quanto dos responsáveis pelos socorros, Theophilo destila um desprezo de “homem civilizado” por sobre uma massa de “bárbaros” que se amontoa em palhoças imundas ou que se utiliza de suas posições na sociedade para seduzir mulheres indefesas para ele, aliás, as mulheres parecem sempre indefesas.

Começa a se desenhar a noção de que há uma incompatibilidade completa e profunda entre a miséria e a consciência, entre a preocupação com a satisfação das necessidades mais imediatas e a capacidade de ação racional, entre o despojamento da fome e o controle emocional e físico, característica dos homens civilizados. Algo que irá ganhar contornos mais nítidos quanto mais se repetirem as cenas de 1877; a clara visão de que “a necessidade íntima de viver embota os sentimentos mais delicados e altruísticos” e que “o instinto de conservação é ordinariamente mais forte que qualquer outro”, aproximando cada vez mais dos animais o homem que se encontra nesta desconfortável posição de ter que lutar pela vida no nível mais elementar.

Prof. Frederico de Castro Neves
Professor do Curso de História da UFC

¹ Ou 60.000 sobre 5.000 no caso de Aracati e 32.000 sobre 3.000 no caso de Mossoró – RN.

ISOLAMENTO E PODER

Refletir sobre o isolamento e poder no Ceará é, também, pensar a construção do turismo em Fortaleza: suas primeiras coordenadas e a inserção da mão-de-obra do flagelado no processo de embelezamento e constituição dessa cidade para o turismo. O retirante não só ajudou a construir mais rápido alguns projetos urbanos como também assumiu a condição de objeto de consumo para turistas: suas cantorias, seus versos de cordel, seu artesanato e a própria imagem do sertanejo como um dos *tipos* do Ceará.

Perseguir essas práticas de isolamento e poder é, ao mesmo tempo, uma forma de perceber a construção do termo flagelado como sinônimo de nordestino e coitado. O retirante transmuta-se em flagelado e passa a ser utilizado como fonte lucrativa para as elites do Estado. Como dizia José do Patrocínio, no seu romance *Os retirantes*, publicado em 1879, “a seca tem sido inverno para muita gente¹”.

Interpretar a constituição desses espaços de isolamento e exercício de poder é também perceber a prática de confinamento dos incômodos como parte de uma tradição das elites cearenses. Com maior ou menor rigor no controle, o aprisionamento dos que incomodam é uma prática de grande recorrência, seja com um discurso mais explícito ou com argumentos dissimulados. Por isso, analisar as relações que tecem o cotidiano desses espaços de isolamento possibilita o encontro com um outro flagelado, pouco explorado nas pesquisas e na literatura sobre a seca. Ou seja: um flagelado que não é só pacífico ou passivo e que, nas relações cotidianas, experimenta uma série de táticas de “resistência” em face das estratégias de dominação.

Assim, estudar a cidade de Fortaleza como esse território de tensão e conflito é, antes de tudo, um instigante diálogo com os modos pelos quais os retirantes construíram, a partir das suas vivências conflitivas, outras definições para as práticas de confinamento que o Governo chamava de socorro e amparo. Os espaços que as elites apresentavam como “lugares apropriados e até confortáveis para o amparo às vítimas da seca”, eram, para os retirantes, o “Curral dos Flagelados”.

Kênia Sousa Rios

Mestre em História Social – PUC/SP

¹ C. f Landim, Teoberto. *Seca. A Estação do Inferno*. Fortaleza: Edições UFC, 1992. P.96

SECA, POBREZA E PODER: O TRIÂNGULO DE FERRO

A pobreza se combate, verdadeiramente, dando-se poder aos pobres. Mais verdadeiro ainda é a constatação de que o poder não se dá nem se recebe, mas se conquista.

Objetivamente, a questão da seca no Nordeste brasileiro não é uma questão a demandar equacionamento no âmbito da tecnologia ou da ciência, embora estas sejam de grande utilidade na solução.

A questão nordestina é essencial e eminentemente política. A incapacidade de coordenação e concentração do poder político das forças nordestinas tem sido a maior responsável pelo atraso relativo da região, bem como da agudeza do problema regional.

Não menos verdadeiro é o fato do Brasil, especialmente da sua intelectualidade, haver abandonado a "questão regional" ao longo dos últimos 16 anos.

A década de 90 marca uma profunda inflexão no tratamento dos problemas do Nordeste, que passaram a ser relegados a um terceiro plano, em face do reformismo triunfalista voltado para o mercado, que dispensou a importância estratégica do planejamento regional, e afastaram dos centros do poder os projetos voltados para o Nordeste.

A industrialização - eixo estrutural do planejamento da SUDENE, cujo modelo nasceu da mente brilhante de Celso Furtado - não deu os resultados esperados. O próprio mestre reconheceu, mais tarde, a eficácia contida da tese da industrialização para dissolver a concentração social da renda e ampliar o mercado interno. Mesmo assim a industrialização foi indiscutivelmente indispensável para criar a infraestrutura existente, sem a qual a região teria degenerado irreversivelmente. Sem a SUDENE, o Nordeste já teria ultrapassado todos os círculos infernais de Dante.

Não se deve dourar a pílula, nem mais um segundo, a pílula da questão regional. Bem se faça uma mobilização política de todos os governadores, bancadas e movimentos sociais nordestinos, para transformar o Nordeste em questão nacional prioritária, de modo a tornar politicamente insuportável a pressão social sobre os centros do poder, ou a degeneração regional caminhará inelutavelmente para os degraus mais baixos da degradação sócio-ambiental e econômica. A seca não é falta d'água; mas falta de política grandemente articulada, com P.

Não é uma disputa de espaço econômico - com socorro de incentivos fiscais concorrentes entre estados vizinhos para seduzir capitais alienígenas - que vai saciar os justos e esperados anseios de uma população historicamente apartada e excluída.

Os centros de decisão da região estão cada vez mais distantes. Passa da hora de internalizá-los.

A mediocridade política que campeou até agora entre os líderes provincianos da região agora se tornou fatal, porque conforme disse o mestre insuperável, a "contagem do tempo se faz contra nós".

Alberto Amadei
Economista

A SECA E A LITERATURA

A Literatura atua muito com escassez e excesso. Daí que nossa região Nordeste, encravada no semi-árido e atingida constantemente pela seca, tem sido pano de fundo para as principais narrativas dos escritores nordestinos. Este livro, organizado pelas professoras Gina Pompeu e Mônica Tassigny, mostra exatamente esse fenômeno: como a seca é retratada pelos nossos literatos. É por isso que os textos aqui apresentados servem de base para estudiosos de Letras, História e Ciências Sociais, além daqueles que se interessam por estudar os problemas do Nordeste.

Esses problemas se fazem presentes ao longo da nossa história porque as políticas públicas de saneamento revestem-se de paternalismos cíclicos. Daí surgirem vícios como a indústria da seca e o êxodo rural. A nossa Região tem sido exportadora de mão de obra barata, primeiro para a Amazônia gerando a figura dos arigós, depois para São Paulo em forma de paus-de-arara e finalmente para Brasília na figura de candangos. Essa diáspora de nossos conterrâneos é propícia para estudos desse nível.

A partir dessas constatações pode-se concluir que os cinturões de favelas que sufocam as grandes cidades são resultantes desse êxodo. Daí surgem tantos problemas urbanos no Brasil. A violência instalada nessas metrópoles exige uma reforma urbana paralela à reforma agrária. Uma se atrela à outra, provando que além da falta de chuva na região, a outra grande falta é de vontade política. Se não houver um tratamento sério desse problema, continuaremos na mendicância de soluções paternalistas e demagógicas e a seca servindo apenas para tema de Literatura.

Batista de Lima

Coordenador do Centro de Ciências Humanas – UNIFOR

Membro da Academia Cearense de Letras

A SECA COMO FENÔMENO

De todos os fenômenos socialmente construídos a seca é de longe o mais complexo sociológica, cultural e politicamente. Apropriado pela literatura nordestina dos anos trinta, ganha com ela a dramaticidade com a qual passa a ser representada na cena política e cultural do País. Nós, nordestinos, convivemos com ela como uma sombra que nos acompanha e nos ameaça de tempos em tempos, temerosos de seu anúncio pela voz dos estudiosos do clima. Todos os seus personagens fazem parte hoje da memória coletiva que carregamos como um fardo, uma herança que nos massacra, um obstáculo ao nosso progresso político e econômico. Do migrante, social e politicamente subjugado que, simbolicamente, tanto pode representar o sertanejo pobre, tangido de seu torrão pela falta d'água causada pelo fenômeno natural da ausência de chuvas durante a quadra invernososa, ou o homem do campo, sal da terra, abandonado pelos políticos estes que são igualmente personagens dessa história e mantenedores da situação de submissão do homem pelo homem. Os representantes do poder local são, ainda hoje, os grandes beneficiários das políticas públicas que, na sua grande maioria, contribuem mais para a manutenção da estrutura de dominação no campo, do que para minorar um dos principais problemas criados pelas grandes estiagens, que é a falta de alimentos.

Francisco Moreira Ribeiro

Professor do Ciências Políticas da UNIFOR

A HISTÓRIA DA SECA E O IMAGINÁRIO NORDESTINO

A história da seca no imaginário nordestino é representada pela idéia de castigo. A fragilidade de políticas públicas e de análises mais fecundas sobre este fenômeno leva um percentual da população a acreditar em desígnios da natureza. Para este segmento, a seca ainda define-se como natural.

Cabe ao homem, e principalmente ao homem do sertão, aprender a conviver com ela e com suas conseqüências. O êxodo rural, a miséria, a perda de identidade do sertanejo são apenas alguns dos aspectos que se mostram contrários à possibilidade da construção de uma vida social digna e possível. A iniciativa das professoras Gina Pompeu e Mônica Tassigny de organizarem um livro que aborda a seca nos aspectos histórico, político e sociológico contribui de maneira significativa para o enriquecimento do mundo acadêmico e social. A participação dos alunos dos Cursos de Ciências Sociais e de Ciências Políticas da Universidade de Fortaleza, como pesquisadores, levou-os a compreender o fenômeno da seca como "coisa" a ser investigada, analisada, suscitando em cada um a necessidade de desnaturalizá-la. As Ciências Sociais, desde o seu nascimento no século XIX, têm como proposta científica entender os fenômenos sociais contextualizados, em um permanente processo de construção e (des/re)construção ao longo da história.

Munidos deste conhecimento teórico-empírico-crítico, os alunos aprofundaram uma reflexão sobre a realidade da seca em nossa região e a emergência de pensá-la como fenômeno que compromete o sentido de cidadania. Através desta perspectiva e da abertura ao diálogo, pode-se avançar na pesquisa que agora se transforma em livro, possibilitando a formação de cientistas sociais e políticos com uma visão de mundo consciente e comprometida com os problemas sociais e de uma participação ativa na construção de uma sociedade mais condizente com o conceito de humanidade.

Profa. Preciliana Barreto de Moraes
Coordenadora do Curso de Ciências Sociais – UNIFOR

Impressões sobre as Secas: no Legislativo

A *Ai, como é duro viver* B *Berra o gado impaciente* C *Caminhando pelo espaço,*
nos Estados do Nordeste *reclamando o verde pasto,* *como os trapos de um lençol,*
quando o nosso Pai Celeste *desfigurado e arrasto,* *pras bandas do pôr do sol,*
não manda a nuvem chover. *com o olhar de penitente;* *as nuvens vão em fracasso:*
É bem triste a gente ver *o fazendeiro, descrente,* *aqui e ali um pedaço*
findar o mês de janeiro *um jeito não pode dar,* *vagando... sempre vagando,*
depois findar fevereiro *o sol ardente a queimar* *quem estiver reparando*
e março também passar, *e o vento forte soprando,* *faz logo a comparação*
sem o inverno começar *a gente fica pensando* *de umas pastas de algodão*
no Nordeste brasileiro. *que o vento vai carregando.*
 (...)

(Trecho do poema ABC do Nordeste Flagelado de Patativa do Assaré)



Debate pela Recriação da SUDENE, no Plenário 13 de Maio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (03/06/2003)

TRECHO DO DISCURSO DO DEPUTADO FERNANDO MOTA em 28 de março de 1979

Senhor Presidente, Senhores Deputados: É necessário que encetemos sem perda de tempo, o revigoramento da política de açudagem do Estado e que se faça o retorno dessa política no âmbito da União. Se faz mister que retomemos a política da construção de açudes particulares em cooperação com a União e com o Estado, este, atualmente só executando açudes públicos estaduais ou em cooperação com os comunas.

Remonta a 1961 o início da construção do último açude particular construído em regime de cooperação com o Estado. Até hoje não foram oficialmente explicados os motivos que determinaram a suspensão da política de açudagem em cooperação com a União.

No âmbito do Estado, esta modalidade de construção largamente utilizada no governo do eminente Dr. Raul Barbosa, que lhe deu origem, teve continuidade no primeiro governo Cel. Virgílio Távora e foi seqüenciada com ênfase especial, no governo Plácido Castelo, a quem neste instante rendo homenagem pelos inestimáveis serviços que prestou ao sertanejo cearense.

Muito se falou no caráter paternalista de que possivelmente se revestira o "prêmio", como se o instituto do subsídio não tivesse fundamento ético.

Não fosse o subsídio uma norma econômica eticamente procedente, como explicar a sua prática noutros setores da economia nacional?

Sem ele, o que seria da cultura do café no centro-sul, da cultura rizícola do Rio Grande do Sul, das indústrias implantadas pela SUDENE? Fortaleceria ele, o patronato rural de forma imprópria? Seria viável, porém, a produção sertaneja, no regime em que vivemos, sem a existência do patronato rural?

Como se poderia dar a produção sertaneja sem figura do patrão rural, que deve assumir o papel de gerente e não a de régulo, com conotação feudal?

Conhecendo-se as peculiaridades nordestinas, seria possível confundir a figura do fazendeiro cearense com o latifundiário pernambucano ou com a do proprietário das terras cacaueiras ou ainda a do dono das glebas piauienses?

É pouco provável. Por que, então, não conceder-lhe o "prêmio" para viabilizar a vida no estabelecimento rural do sertão?

Por que aliciá-lo para o colonato da irrigação, como pretende o Projeto Sertanejo?

Isto não significa darmos por satisfeitos com a condição social do rurícola sertanejo.

Porém, não será negando ao patronato rural, ajuda para implantação de açudes-fundamental à vida do sertão, que elevará o nível de vida dos que não têm terra.

Ao contrário, não construir açudes será criar condições para que os cearenses emigrem à procura de metrópoles superpovoadas, agravando a solução de seus problemas.

Falou-se muito, porém sem aprofundar análises, de que o subsídio concedido de no máximo 50% do orçamento da obra era de tal monta que com ele só, o particular construiria o açude. Tal assertiva conduz a ferir gratuitamente a honorabilidade dos engenheiros encarregados do mister, pois só com orçamentos fraudados é que a hipótese nefasta poderia ter sido concretizada.

É bem verdade que o fazendeiro, via de regra, não despendia em moeda muito além do "prêmio" recebido.

Porém, se fossem convertidos em unidades monetárias, o trabalho pessoal do fazendeiro, empregado na obra, o de seus familiares, a energia oriunda da tração animal, ver-se-á que o fazendeiro despendeu muito além do "prêmio", inclusive apropriando-se da força de trabalho de moradores que hoje seria mais fácil evitar.

Assim a capacidade efetuada no estabelecimento rural não se faz de forma paternalística como comumente se apregoa.

Não houve e não há, é verdade, um critério na distribuição da riqueza gerada, mas não terá sido a inexistência desse critério altruísta que o governo deve impor o móvel da suspensão da açudagem em cooperação com a União e com o Estado. Não seria crível.

TRECHO DO DISCURSO DO SENADOR ALMIR PINTO Senado Federal, em 8 de maio de 1979

Os estudos sobre as grandes secas vieram merecer destaque especial a partir do século XIX, quando se passou a intentar uma análise dos seus efeitos sobre a vida econômica e sócio-política do Ceará e identificar como Estado modelo do Nordeste, o tipo do comportamento governamental no que diz respeito às demandas originárias desses fenômenos climáticos.

A grande seca de 1824 – 1825 apanhou a província do Ceará envolvida no movimento revolucionário da Confederação do Estado do Equador, com as atividades políticas, entretendo na guerra, os braços que deveriam estar aplicados no criatório e nas lavouras, agravando a crise da produção nos anos anteriores, já ressentidos pelas irregularidades das chuvas.

Tanto isso é verdade, que o flagelo ao atingir o ano de 1825, a situação de péssima, passou a caótica, tanto política como economicamente, porque imperavam a contra-revolução e a penúria.

Uma tríade maldita acompanha as secas: a fome, a peste e a pobreza, se bem que, nas últimas ocorrências de estiagem, tal trindade foi de muito minimizada,, face à assistência prestada pelo Governo Federal, através dos órgãos especializados.

O Ministério da Saúde – fazendo valer a sua condição de defensor da Saúde Pública, há exercido, principalmente, nas últimas décadas, uma permanente assistência preventiva, por intermédio da vacinação em massa, contribuindo, desta forma, para proteger as populações do meio rural e da zona e da zona urbana, quando atingidas pela estiagem, contra aquelas endemias que eram freqüentes, em tal situação – e, que em muito contribuíam para um índice elevado de mortalidade.

Após a seca de 1824 – 1825 – seguiu-se a de 1844 – 1845 – que propiciou uma observação de alto alcance para a assistência ao flagelado: a inconveniência do socorro prestado gratuitamente, por apresentar inconvenientes de natureza social e econômica, por ser humilhante e estimular a ociosidade, prejudicando a economia provincial e cujos recursos tomavam outro destino, tal a inescrupulosidade de quem os manipulava.

A grande seca que deixou marcas profundas no Nordeste – foi a que se estendeu de 1877 a 1879 – batizada como a seca dos três oitos. Essa longa estiagem, constituiu-se no maior quadro de miséria que a gente cearense teve que enfrentar, isto pelo fato de ser apanhada de surpresa, aliviada que se sentia durante 32 anos desse tormento clínico.

Às cidades litorâneas como Fortaleza, Cascavel, Aracati, Acaraú e Camocim, além de outros povoados da orla marítima ficaram apinhados de retirantes, ficando assim vazio o sertão.

Foram três anos de intenso sofrimento de fome e de miséria, quando um cem número de pessoas morreram ao longo dos caminhos camburidos, em demanda ao litoral.

Quadros verdadeiramente dantescos se desenrolaram no decorrer dos 3 anos de impiedosa estiagem.

Durante esse tempo atroz, o governo central foi fortemente pressionado para vir em socorro às vítimas do terrível flagelo.

TRECHO DO DISCURSO DO DEPUTADO DIÓGENES NOGUEIRA em 18 de setembro de 1979

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

O Médio Jaguaribe é uma das regiões mais secas de nosso Estado. Sempre que temos seca no Estado, nessa região não chove. Nestes últimos vinte e oito anos, nós tivemos onze anos secos: 1941, 1942, 1951, 1952, 1953, 1958, 1966, 1970, 1972, 1976 e este ano. Dá mais de um terço de anos secos no período de vinte e oito anos.

A situação dessa região quanto ao quadro pluviométrico é irreversível. Está sobejamente provado: as correntes aéreas responsáveis pelo transporte das nuvens carregadas d'água são desviadas pelos acidentes geográficos, que jamais poderão ser removidos. Daí porque temos que aceitá-la como ela é, procurando tirar proveito do que consideramos ser o maior responsável pela freqüência do fenômeno da seca.

Estes acidentes geográficos se por um lado nos prejudicam, por outro nos dão condições excepcionais para armazenamento da água. A água que é usada cientificamente e tecnicamente poderá amenizar o problema cíclico que nos daria condições de conviver com as secas.

(...) Tenho em mãos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esse documento que através de sua leitura podemos verificar que realmente os ministros ligados a este problema estão bem informados quanto à gravidade dos problemas que afetam a região nordestina e, ao mesmo tempo, da solução destes mesmos problemas.

O montante dos recursos destinados ao Nordeste é da ordem de nove bilhões e novecentos milhões – para a construção de açudes públicos e particulares, financiados – para aquisição de perfuratrizes para o DNOCS, para que este Órgão volte a operar na abertura de poços profundos como já o fez no passado.

Assim, Senhor Presidente, além da distribuição das verbas para cada obra de combate às secas, estão previstas também quanto à localização de açudes, evitando que um açude venha prejudicar a outro, fato que já vinha sendo levantado pelos técnicos ligados a esse programa, e também certa vez, foi levantado por nós, na tribuna desta Casa, há pouco tempo atrás, apoiando o ponto de vista do nobre Deputado Fernando Mota, dizíamos da importância do serviço que o DNOCS adotou, do programa de construção de açudes em cooperação e solicitávamos depois, também desta tribuna, a volta desse programa, como fizemos também, por ocasião do encontro político-empresarial, que se realizou nesta capital com a presença de deputados de todos os estados do Nordeste, tanto da Arena como do MDB, e também com os presidentes de Associações de Classe de todo o Nordeste. Naquela oportunidade, apresentamos algumas proposições, entre elas exatamente esta: da reativação do programa de construção de açudes em cooperação, mas está prevista uma verba de três bilhões de cruzeiros para a construção de açudes financiados, com o prazo de 12 anos, três de carência e sete por cento ao ano.

Entendemos nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, diante da inflação de 50% que esse financiamento representa uma vantagem maior para o particular do que mesmo o programa para a construção de açudes particulares em cooperação com o DNOCS.

UM CRIME CONTRA O NORDESTE

20 de junho de 2001

Enquanto a opinião pública acompanhava com indignação o escândalo do Senado, o Governo Federal aproveitava a penumbra desta cortina de fumaça para editar mais uma excrescente e ilegal Medida Provisória, com o objetivo de acabar com a Sudene e a Sudam.

A separação social, presente em nosso País desde o escravismo colonial, se configura perversamente, inclusive nas desigualdades regionais. Neste quadro, o Nordeste é a região de menor renda per capita e detém os piores indicadores sociais: analfabetismo, 32,7% enquanto no Sul 10,2%; mortalidade infantil, 53 por 1000 nascidos vivos enquanto no Sul 20,7%; renda até 1/2 salário mínimo 50,4% dos ocupados enquanto no Sudeste é de apenas 16,8%.

O esforço do período democrático na década de 50, em superar essas diferenças regionais, levou à criação da Sudene. Essa instituição, tecnicamente cunhada por Celso Furtado, surgiu com o objetivo de evitar que a desigualdade dividisse, em definitivo, o território nacional.

Essa realidade, ainda gritante, foi de certa forma atenuada nos últimos 40 anos, com o trabalho de instituições como o Dnocs, a Sudene, a Chesf e o Banco do Nordeste. A partir da Sudene e do BN, a região passou a se conhecer melhor, a planejar suas ações, não só no setor público, a estudar suas potencialidades, a avaliar seus projetos e introduzir novas tecnologias.

Mas com o passar do tempo, a Sudene de Celso Furtado foi perdendo aquele seu papel fundamental de oficina de desenvolvimento, de centro do poder regional, com o seu Conselho Deliberativo onde tinham assento todos os Governadores da região. Colonizada pelos interesses patrimonialistas dos donos do poder e da terra, o órgão foi se resumindo tão somente à análise, fiscalização e liberação de recursos para projetos econômicos da iniciativa privada, portanto, dirigindo todas as suas energias para um processo concentrador de renda. As denúncias de corrupção, desvios de recursos, notas frias para gerar contrapartida dos empresários, há muito eram do conhecimento da instituição e dos governantes que se omitiram da apuração destes fatos, até que a Instituição fosse mergulhada no mar de lama a que chegou.

Se este é um grave problema que afeta não só a Sudene e a Sudam, mas as instituições como um todo e, por conseqüência, a própria sociedade, mais trágica ainda é a solução apresentada pelo Presidente Fernando Henrique. A extinção sumária da Sudene não contribui para se fazer cumprir os dispositivos constitucionais para a região, nem tão pouco para a apuração dos diversos escândalos de corrupção envolvendo os seus recursos. Pelo contrário, além de anistiar pelo manto de sua extinção, deixando, portanto, impunes, os que roubaram o patrimônio público, por outro lado, destruirá um fabuloso patrimônio técnico-cultural de valor imensurável, como fizeram com o Dnocs, um crime que certamente algum dia será julgado.

Finalmente, sem a garantia constitucional dos recursos orçamentários, já que não serão mais vinculados, estaremos vulneráveis no que se refere à superação

das desigualdades regionais e à conseqüente integridade do território nacional. Este crime contra o Nordeste, nas circunstâncias em que está sendo praticado por FHC, se reveste de maior gravidade por ter o apoio equivocadamente de parte da opinião pública, da imprensa e dos políticos do Sul, e conseqüentemente abre espaço, para que amanhã se retome a extinção do Dnocs, a transformação do BN em Agência de Fomento e a venda da Chesf, deixando o Nordeste ainda mais pobre.

Eudoro Santana
(Deputado Estadual e líder do PSB à época)

Foco da Sudene será a inclusão social, diz Ciro

O órgão vai articular e fomentar a junção de forças sociais do Nordeste visando a inclusão sustentável e integração regional

O ministro da Integração Nacional, Ciro Ferreira Gomes, disse ontem durante o seminário promovido pela Assembleia Legislativa para discutir a reestruturação da Sudene, que o órgão terá como foco a inclusão social e articulará e fomentará a cooperação das forças sociais representativas do Nordeste, com objetivo de promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Região, bem como a integração competitiva da base econômica nos mercados nacional e internacional. A Superintendência está sendo reestruturada para planejar de forma democrática e participativa o desenvolvimento do Nordeste. O ministro destacou que enquanto no resto do País a renda per capita é de R\$ 7 mil por ano, no Nordeste esta renda não excede a R\$ 3,5 mil/ano. Ele afirmou que embora a Região represente 28% da população das cadeias e arranjos produtivos e distribuição de ativos regionais estratégicos.

A Sudene também terá função de articuladora das forças local e integrará a rede de instituições sub-regionais e locais.

O ministro explicou que a nova Sudene terá gestão colegiada, transparente e democrática e os Comitês, em sintonia com os macro-processos derivados de escolhas estratégicas como: apoio à montagem e expansão de arranjos produtivos

Política de incentivos e renúncias fiscais

Ciro informou também que será criada uma política de incentivos e renúncia fiscais. A renúncia fiscal poderá atrair investimentos de grandes grupos no Nordeste, possibilitando a opção de renúncia ao pagamento de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas a grupos econômicos que queiram aplicar esses recursos em projetos do mesmo grupo no Nordeste. A análise será feita pelo Banco do Nordeste e caberá à Sudene a definição de prioridades e critérios a serem seguidos.

Ele destacou também que até 2013 haverá uma redução de 37,5% para empreendimentos já em operação em segmentos de cadeias produtivas considerados prioritários no Plano Estratégico do Nordeste. Ciro Gomes informou que a exemplo do debate que está ocorrendo hoje na Assembleia Legislativa, está percorrendo todos os estados nordestinos explicando como será reestruturada a Sudene. Ele disse que hoje participará de debates em Natal e João Pessoa e na próxima quarta-feira estará em Salvador.

balho - o CODEFAT - para que dos recursos destinados às chamadas operações especiais seja destinado pelo menos 10% do patrimônio do fundo para a Região.

Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*, 03 de junho de 2003

✓ Herança social pode comprometer desempenho da Sudene

Os problemas herdados pelo governo Lula de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, podem comprometer os projetos de investimento de longo prazo, acredita Furtado. "Até esse da Sudene", advertiu. O cenário ganha contornos mais fortes quando se avalia a dimensão da situação social brasileira e nordestina.

Nordeste continua o mesmo depois de 44 anos

André Lima

Quarenta quatro anos depois da apresentação do primeiro plano de desenvolvimento para o Nordeste ao então presidente da República, Juscelino Kubitschek — que resultaria na

implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, em dezembro de 1959 —, o seu idealizador, o economista paraibano Celso Furtado, ainda é categórico quanto à situação de sua região natal: "Sabíamos muito pouco sobre o Nordeste àquela época; e, hoje, apesar dos volumes de informações, ainda sabemos pouco. Há muito o que fazer pela nossa região".

Para Celso Furtado, o primeiro superintendente da Sudene, a realidade específica do Nordeste brasileiro ainda é a da desigualdade em relação aos polos mais desenvolvidos do País. No discurso que fez durante a cerimônia de lançamento da nova superintendência, Furtado recomendou cautela "porque o futuro é sempre muito complexo, quando se trata de Nordeste".

A inserção regional é condição indispensável para eliminar o abismo social que separa as regiões ricas das pobres, no Brasil. "Para cap-



tar a lógica do Nordeste é necessário perceber a realidade nacional. Não se pode pensar o Nordeste, sem pensar o Brasil", considera. Do alto de sua experiência como um dos maiores e mais

respeitados planejadores do desenvolvimento do País, Furtado afirma que a política neoliberal adotada para a economia brasileira, nos últimos anos, acabou criando as condições para o agravamento da situação de desigualdade interregional.

"O governo passado tirou proveito da liquidez internacional e, em contrapartida, criou problemas para a balança de pagamentos brasileira. A manipulação do câmbio facilitou o endividamento. Essa é a situação do País. Todos reconhecem que a economia brasileira foi exposta ao risco crescente de recessão", declarou Celso Furtado, em seu discurso na sede do Banco do Nordeste do Brasil, ontem.

HERANÇA - Os problemas herdados pelo governo Lula de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, podem comprometer os projetos de investimento de longo prazo, acredita Furtado. "Até esse da Sudene", advertiu. Segundo ele, esse cená-



CELSO FURTADO: "Hoje, apesar dos volumes de informações, ainda sabemos pouco sobre o Nordeste. Há muito por fazer"

rio ganha contornos mais fortes quando se avalia a dimensão da situação social brasileira e, especialmente, a nordestina. "E, talvez, o mais grave desses problemas sociais seja a concentração de renda que, no Brasil, serve para aumentar o consumo dos mais ricos, em vez de estimular a poupança interna", arremata.

Celso Furtado afirma que a má distribuição de renda "deforma o perfil social do Brasil". Defende, ainda, que as políticas públicas devem priorizar o mercado interno. "Os problemas da fome e da exclusão social já estão bem estruturados pelo governo atual. A despeito dos obstáculos, estamos no caminho certo", considera.

Ana Cristina Cavalcante - Da Editoria de Economia

Manifesto

Manifesto contra a extinção da Sudene, assinado pelos deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, na 38ª Sessão Ordinária do dia 8 de maio de 2001.

NÃO À EXTINÇÃO DA SUDENE

As discussões sobre o grau de dificuldades enfrentado pelo Nordeste se estendem desde que o Brasil é Brasil.

No entanto, essas discussões se avolumaram a partir dos anos 50, e evoluíram no auge da criação da SUDENE, em 1959: na ocasião, Celso Furtado, seu idealizador, elaborou o documento "Uma Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste" considerado o texto referência das políticas públicas, na medida em que o documento encerra um Plano de Ação para a Região. A SUDENE então passou a ter um papel de fundamental importância no processo de desenvolvimento do Nordeste.

É verdade, desses anos para cá, a economia nordestina cresceu e se modernizou. No entanto, a pesada dívida social, que lhe recai sobre os ombros, e a condição de maior bolsão de pobreza do País continuam a manter expostas a fragilidade de suas estruturas produtivas e a baixa qualidade de vida da sua população.

A SUDENE, como órgão de desenvolvimento, lutou de todas as maneiras e resistiu às mais diversas políticas governamentais adotadas, algumas desvirtuando até seus reais objetivos. Mesmo na ditadura militar, se manteve firme e sobreviveu, apesar das limitações a que esse período negro da história submeteu o povo brasileiro.

A partir de 1994, sob o predomínio da política neoliberal, o Governo Federal tem procurado "esvaziar" órgãos regionais como a SUDENE, DNOCS e BNB, relegando-as a papel marginal nos esforços para o desenvolvimento regional, deixando o Nordeste órfão de políticas públicas que o tirem dessa insólida e gravíssima situação de desigualdade e marginalização social.

Tem-se acentuado um sentimento crítico em toda região com relação à inexistência de planejamento nacional e, em decorrência, à falta de políticas específicas para o Nordeste, tudo isto acrescido do reconhecimento, pelas universidades e entidades de pesquisa, de que há um completo vazio de propostas e ações dirigidas para o desenvolvimento regional. E é exatamente neste momento que o Governo Federal resolve extinguir a SUDENE, ao invés de fortalecê-la, redefinindo suas funções para assumir um novo conceito de planejamento regional.

Não podemos, portanto, como parlamentares e cidadãos, brasileiros e nordestinos, permitir que o Governo Federal, mais uma vez, tente contra os interesses do Nordeste, extinguindo órgãos da importância da SUDENE, sem nenhuma discussão e sem nenhuma satisfação a quem quer que seja, deixando apenas migalhas na alocação de recursos orçamentários para atender nossa Região através de uma simples Agência de Fomento.

Por tudo isso aqui exposto e pela importância da SUDENE para a Região Nordeste, nós, abaixo assinados, nos manifestamos no sentido de que o Governo

Federal atenda a nossa reivindicação, assegurando que a SUDENE permanecerá como órgão coordenador do desenvolvimento do Nordeste, a partir de uma reestruturação profunda, inclusive sendo um órgão não só deliberativo, mas também executivo, com a participação da sociedade em seu Conselho Maior.

Nome	Idemar Citó	Paulo Afonso
Artur Bruno	Inês Arruda	Paulo Duarte
Carlomano Marques	João Alfredo	Paulo Linhares
Chico Lopes	João Bosco	Pedro Timbó
Dionisio Lapa	José Guimarães	Pedro Uchôa
Domingos Filho	José Sarto	Raimundo Macêdo
Eudoro Santana	Manoel Duca	Rogério Aguiar
Antônio Jacó	Manoel Veras	Ricardo Almeida
Fernando Hugo	Marcelo Sobreira	Sérgio Benevides
Francini Guedes	Marcos Cals	Sineval Roque
Francisco Aguiar	Mauro Filho	Tomaz Brandão
Giovanny Sampaio	Moésio Loiola	Valdomiro Távora
Gony Arruda	Oriel Nunes	Vasques Landim
Antônio Granja	Osmar Baquit	Wellington Landim
Acilon Gonçalves	Pastor Heriberto	José Albuquerque
Gorete Pereira	Patrícia Gomes	Tourinho Filho

A SECA NO CEARÁ

O Estado do Ceará situa-se no Nordeste setentrional, com 90% do seu território fincado no semi-árido, no chamado "Polígono das Secas". Em razão da sua proximidade com a Linha do Equador (três graus), o Ceará possui uma elevada luminosidade. No tocante aos índices pluviométricos, chove anualmente no Ceará, em média, durante quatro meses, cerca de 750 milímetros, o que seria suficiente para sustentar a atividade agropecuária. O problema, entretanto, encontra-se na distribuição irregular das chuvas e o seu armazenamento.

Entre as soluções estão a construção de cisternas de placas, canais, açudes, adutoras e a transposição e interligação de bacias, que poderão viabilizar a canalização, por exemplo, das águas dos rios Tocantins e São Francisco. É relevante destacar que a seca, apesar de ser um fenômeno climático, sua solução é política, com a adoção de ações prioritárias para o enfrentamento de suas conseqüências. Lamentavelmente, durante muito tempo, os "coronéis" da política utilizaram o fenômeno da seca para manter os "currais eleitorais" dependentes de políticas oportunistas.

Artur Bruno

Deputado Estadual-PT

ÁGUA, FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Os cearenses sempre associaram o nosso subdesenvolvimento às poucas chuvas que caem em nosso Estado. O sertão, principalmente o central – Inhamuns e Jaguaribe, são regiões que têm média pluviométrica na faixa de 600 mm anuais. Além desta média baixa, é a má distribuição durante o ano, aliada aos solos cristalinos, que tornam os nossos rios intermitentes.

Diante destas duas últimas características é que os órgãos governamentais, principalmente o DNOCS, ao longo do último século, construíram enormes reservatórios de água nas principais bacias hidrográficas do Estado do Ceará. Hoje temos uma infra-estrutura de açudes com uma capacidade instalada de mais 10 bilhões de m³, inclusive nos habilitando a receber as águas de transposição do Rio São Francisco ou do Tocantins.

Olhando nossa realidade de hoje depois de um século de construção de açudes, resolvemos fazer um cruzamento dos IDMs (Índice de Desenvolvimento dos Municípios) com os quatro maiores reservatórios do Ceará.

Açude	Ano	Município	IDM
Castanhão	2003	Alto Santo	32,34
Banabuiú	1966	Banabuiú	20,43
Orós	1961	Orós	28,49
Araras	1958	Reriutaba	16,57
Choró	1934	Choró	12,32

Diante desta realidade podemos tirar algumas conclusões:

1º) Que a água por si só não é tudo para promovermos o desenvolvimento de um Município ou de uma região.

2º) Que o tempo decorrido após a construção também não foi fator de desenvolvimento, pois os dois mais velhos reservatórios são os de Choró e o de Reriutaba e são justamente estes dois municípios os que apresentam mais baixo IDM, enquanto que o Castanhão é o mais novo e seu município, o Alto Santo, apresenta o mais alto IDM.

Foi muito fácil fazer esta constatação, pois são dados históricos e estatísticos cruzados. Como quebrar este ciclo de atraso e subdesenvolvimento?

É necessário, além do uso da água para irrigação, irrigar a cabeça do povo com outros fluidos de conhecimento técnico, de novos paradigmas, porque o Ceará não agüenta esperar mais 70 anos vendo o sol beber a água dos açudes que foram construídos com tanto sacrifício pelos corajosos cearenses.

José Maria Pimenta
Deputado Estadual (PL – CE)

IMPRESSÕES SOBRE AS SECAS NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DO INESP

8 **Jornal do INESP** Fortaleza-CE, abril de 2006

PESQUISA www.al.ce.gov.br/inesp

A Seca e São José, o “Manda Chuvas”

Vários municípios cearenses têm São José como padroeiro, inclusive o nosso Estado. Todo dia 19 de março, festas católicas são realizadas movimentando milhares de fiéis em procissões, novenas e missas em homenagem a São José.

A sabedoria popular não precisa de estratégias de *marketing* para difundir, de geração em geração, as manifestações populares. Lendas e histórias dão conta de São José como o santo das chuvas ou do bom inverno, não se sabe ao certo quando o “mito” de “manda chuvas” começou. A ciência tenta explicar: passagem do equinócio? fenômenos como la niña, el niño? massas de ar?

De fato, a devoção a São José tem nome e endereço: a seca, o semi-árido nordestino. “Devastando plantações, matando e expulsando pessoas (...), a seca no Nordeste atravessou a Colônia, o Império e a República sem ser vencida pelas políticas oficiais” (VILLA, 2000, p.14)

É tomando posição sobre a velha problemática da seca que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do INESP, coordena a pesquisa de iniciação científica “Seca, Fornalha e Estado de Emergência”, com alunos estagiários da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o fim de elaborar livro/registro sobre a memória da seca, debatendo seus efeitos e suas

consequências para o povo cearense.

Nessa pesquisa, a palavra seca (do latim *siccus*) é empregada e analisada não apenas para designar um fe-

e políticas de uma sociedade gerada a partir da falta de chuvas.

Também não é por acaso que todo dia 19 de março, todo ano, repete-se uma cena: a imagem de São José sai e volta às igrejas do Estado do Ceará em procissão. O viés determinista do discurso da seca nos dá conta dela como uma tragédia de nefastos efeitos, que alcança milhares de indivíduos sem os mínimos meios de sobrevivência durante as estiagens.

É nesse momento que São José passa, como nunca, a ser invocado contra a fome, contra a morte, contra a dizimação dos rebanhos, contra o aniquilamento das lavouras, contra a viuvez e a orfandade do povo do sertão. Enfim, em uma palavra, o cortejo de louvor ao Santo padroeiro entoa unísono, quase uma ladainha: **Livrai-nos São José da miséria!**

Desde então, todos os dias 19 de março, todos os anos, “chova ou faça sol”, vêm sendo celebradas missas em devoção ao Santo das chuvas. As dificuldades a vencer são grandes quando o assunto é a seca: é uma verdadeira batalha. Obras de emergência são planejadas: açudagem, carros-pipas, poços, irrigação etc. Como quer que seja, a seca é um problema secular, ainda sem solução. **Valha-nos São José, do calvário da seca!**



Fonte: Jornal do INESP, abril de 2006, p. 8.

Carros-Pipa e Seca: Velha Canção!



Carro - pipa abastecendo a população

A paisagem é seca, a terra exposta ao sol quente, abre fendas, a espera, sem fim, de uma única gota de água. O gado minguia! É este o cenário do carro pipa, como numa velha canção, "(...) se arrasta feito cobra pelo chão...!"

Mas, nessa velha canção, espera-se, sempre, pela água: sentado

na janela, na praça, na calçada, na roça como num triste lamento de socorro, apela-se para a Defesa Civil do Estado, a Secretaria de Interior, Justiça e Cidadania, o coro é sempre o mesmo: que cheguem, depressa, os carros-pipa!

O carro-pipa tem sido, anos a fio, uma das únicas formas de abastecimento d'água ou instrumento de medida emergencial de combate à seca. Em casos mais graves, o exército brasileiro é convocado a fazer-se de maestro assumindo a tarefa de abastecimento das regiões atingidas, regendo a "operação carros-pipa". É como último raio de esperança, canto doce entoado para amenizar o sofrimento daqueles que vivem em locais onde os

reservatórios já estão gastos pela evaporação ou onde não há água armazenada, suficientemente, pela falta de chuva.

Os "pipas" transformam-se, muitas vezes, no único meio da população sertaneja ter acesso à água: beber, tomar banho, lavar roupa, praticamente tudo! fica impossível viver sem eles.

Pais de família, meninos, meninas, donas de casa, como numa grande opereta, realizam o espetáculo: triste canção, na qual baldes e bacias tilintam. É necessário

encher, o máximo possível, os recipientes ou pelo menos até a volta do próximo "pipa".

Enquanto o problema da seca não é solucionado, é entoada, a cada período de estiagem, a mesma canção: carros-pipa, venham logo acalantar nosso coração... continuarão maestros da situação para não deixar o sertanejo morrer de sede, até findar a espera pela água da chuva, para não deixar perecer os sonhos daqueles que semearam esperanças na terra. Até quando vamos entoar essa velha canção??

ALUNOS ESTAGIÁRIOS (INESP/UNIFOR) DA PESQUISA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA: APONTAMENTOS DIDÁTICOS PARA UMA SOCIOLOGIA DAS SECAS NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA: MANOELINA, DENNIS, EMANUEL, LARISSA; ARTUR, SARAH. COORDENAÇÃO: DRAS GINA POMPEU E MÔNICA TASSIGNY, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E CONSULTORA DO INESP E PROFESSORAS DA UNIFOR

Fonte: Jornal do INESP, maio de 2006, p. 6.

"Seca, Fornalha e Campos da Seca"

A seca que castiga secularmente o sertão nordestino trouxe à História cearense um terror que deve ser lembrado, mas não repetido: os campos de concentração.

Os campos de concentração ou "campos da seca", uniam nordestinos vítimas da seca. À semelhança dos campos nazistas, flagelados da seca eram considerados pessoas nocivas à sociedade, assim, eram submetidos a condições vergonhosas, constituindo um verdadeiro "curral de gente". Esses campos foram criados pelos governos Federal e Estadual nos arredores de Fortaleza. Tinham por objetivo conter o caos, a miséria, molés-

tias e epidemias, que porventura pudessem contaminar ou incomodar os habitantes da capital.

Como a seca de 1877, que trouxe cerca de 110 mil famintos para a capital cearense, a seca de 1930/32 movimentou milhares de flagelados que perambulavam pelas ruas de Fortaleza, assombrando os moradores.

As autoridades da época queriam, antes de tudo, impedir a invasão descontroladas dos famintos. O pânico estava instaurado, bastava conter as massas de flagelados. Com o ano de 1915, reeditou-se a medida radical: os campos de concentração.

"(...)as concentrações dos flagelados ficavam nas proximidades, no trecho compreendido entre o Pirambu e o Porto, com o fim de prevenir medidas higiênicas." (O Povo, 05/04/1932).

Procuravam legitimar as concentrações em nome da saúde, através de um discurso médico. Comissões de higienistas, participantes do Departamento das Secas, avalizaram esse discurso: raspagem dos cabelos masculinos; ênfase na purificação de ambientes e do corpo dos flagelados...tudo em nome da higienização!

Muitos morreram nesses currais humanos, verdadeiros locais de "purificação" do indesejado, do ame-

açador.

O isolamento da pobreza, da miséria, dos expulsos pela seca, evidenciou a forma cruel de exclusão da pobreza.

Enquanto o termo "flagelado" significava nordestino, "coitado", as elites cearenses experimentavam o exercício do poder através de prática nazista: "Curral de Gente...Curral de Flagelados".

(Estagiários da UNIFOR Artur Sampaio, Dennis de Oliveira, Emmanuel Valverde, Larissa Marinho, Manuelina Gonsalves e Sarah Batista.

Coordenação Profa. Dra. Mônica Tassigny).

Fonte: Jornal do INESP, junho de 2006, p. 5.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO SOBRE AS SECAS NO NORDESTE



CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº 16, DE 1989-CN

Da Comissão Parlamentar
de Inquérito — Mista

*criada pela Resolução nº 2/87, de
1º-6-87, para avaliar os prejuízos da seca
no Nordeste.*

1 — Fatores determinantes das secas

Os fatores climáticos responsáveis pela ocorrência das secas nordestinas já são razoavelmente conhecidos. Estudos realizados na primeira metade deste século vinculam a origem do fenômeno à menor atividade das manchas solares. Neste sentido, elas se verificariam a cada período de 11 anos, os chamados ciclos undecenais. Estudos posteriores subordinaram a sua ocorrência aos movimentos da Frente de Convergência Intertropical (FCIT) e às descargas da Frente Polar Atlântica (FPA).

Os estudos realizados sobre a climatologia e a meteorologia na área do Atlântico Tropical, a partir dos anos 70, pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos, fornecem uma base mais sólida a esse respeito. (1) Eles indicam que há uma correlação positiva entre as alterações da temperatura da superfície do mar (TSM) e a pluviosidade na região. Aludida correlação indica que a ocorrência simultânea da TSM quente ao norte e da TSM fria ao sul reforça as secas no Nordeste. (2)

O afastamento da FCIT do saliente nordestino (área litorânea dos Estados do Ceará, R.G. do Norte e Paraíba), durante o período de chuvas, indica escassez e má distribuição destas, e, no limite, a ocorrência de secas. O monitoramento dos movimentos da Frente de Convergência Intertropical, realizado pelo INPE em 1987, confirmou as evidências relativas às de-

terminações físico-climáticas das secas nordestinas. Com base nesse trabalho, pode-se compreender que as secas no Nordeste vêm do mar. Os fatores locais têm assim influência muito reduzida na determinação climática do fenômeno.

O crucial em relação às secas não é, necessariamente, a falta de chuvas, mas a escassez e a extrema variabilidade na distribuição das precipitações pluviométricas. Pode haver anos em que os efeitos das secas são mais danosos por causa dessa variação do que pela redução na quantidade total das chuvas.

As secas costumam ocorrer em períodos ou ciclos de duração mais ou menos conhecida, como os ciclos de 11, 13 ou 26 anos, para referir os mais conhecidos, como se tem chegado a supor. As secas não são mais um fenômeno errático, que não pode ser previsto. Mas as previsões realizadas, especialmente as de mais longa duração, como as referidas às grandes secas, ainda são muito precárias.

2 — Prejuízos econômicos

As secas têm contribuído para ampliar as formas de trabalho predatórias, como as que caracterizam os processos responsáveis pela erosão e assoreamento de rios e cursos d'água. O desmatamento das áreas de mata seca da região têm acelerado o escoamento das águas pluviais e o aumento da evaporação. Isto tem aumentado os períodos secos dos rios sertanejos, provocando, inclusive, grandes variações nas descargas do rio mais importante da região, o São Francisco, bem como o seu assoreamento, em decorrência do desaparecimento da mata ciliar.

As secas fazem parte da cultura e da história econômica do Nordeste. Sabe-se que seus efeitos econômicos são perversos. Mas hoje se tem consciência de que suas repercussões

sociais são ainda mais graves, pois as secas afetam bem mais de perto os grupos humanos de menor poder aquisitivo: os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais sem terra.

O impacto econômico das secas é maior em relação às atividades agrícolas do que em relação à economia como um todo. Aludido impacto é ainda maior em relação às atividades ligadas à produção de alimentos. A elas estão dedicados os pequenos produtores rurais, que não dispõem de condições para realizar uma produção mais tecnificada e melhor organizada, especialmente em relação ao mercado

A agricultura nordestina sempre sofreu prejuízos com a irregularidade anual das chuvas, mas tais perdas são sensivelmente agravadas nos anos de seca. E, de resto, nos anos de enchentes, fenômeno comum ao Nordeste e a todas as áreas semi-áridas do mundo.

Entre 1974 e 1987, as secas e enchentes trouxeram grandes prejuízos para a economia do Nordeste. Nesse período houve três grandes enchentes (1974, 1984 e 1985), duas secas parciais (uma em 1976 e outra em 1987) e uma seca total de grandes proporções (a seca secular verificada nos anos de 1979 a 1983).

Os prejuízos causados por essas calamidades, no período 1974-87, equivaleram a US\$ 20,9 bilhões. Desse total, 76% foram devidos às secas ocorridas nos anos de 1976 e no período 1979-83. Em termos quantitativos, as frustrações de safra corresponderam à perda de 26,3 milhões de toneladas de produtos agrícolas. Do total, 2,8 milhões de toneladas eram de algodão, amendoim, cacau, café, fumo, malva, mamona, sisal e soja, produtos de grande importância para as agroindústrias e indústrias da região. Em relação à cana-de-

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
PASSOS PÓRTO Diretor-Geral do Senado Federal AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor Executivo CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA Diretor Administrativo LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA Diretor Adjunto	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS Semestral NCz\$ 17,04 Exemplar Avulso NCz\$ 0,11 Tiragem. 2.200-exemplares.

açúcar, sorgo, alho e uva, as perdas foram de 5,3 milhões de toneladas. Os produtos mais sensíveis às secas foram os alimentares (arroz, batata, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate), em relação aos quais as perdas se elevaram a 18,2 milhões de toneladas.

As perdas na produção de alimentos foram mais acentuadas porque 70% dela são é gerada por pequenos produtores (pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra). Reforça essa constatação o fato de cerca de 50% da mão-de-obra alistada nas frentes de trabalho dos programas de emergência de seca é constituída por essas categorias de produtores.

Durante os anos de seca de 1979-83, as variações do Produto Interno Bruto agrícola foram muito acentuadas. Em 1979, não houve crescimento; em 1980, houve uma variação de menos 0,9 pontos percentuais, em relação a 1979; em 1981, a variação foi ainda mais acentuada, atingindo o limite de menos 6,3 pontos percentuais, em relação a 1980. A maior variação verificou-se em 1983, quando o PIB agrícola apresentou uma variação de menos 24,4 pontos percentuais, em relação ao ano de 1982. Nesse ano, a variação chegou a ser positiva (14,5%), em relação a 1981. (3)

Por conta da desorganização que esse seca provocou sobre a economia do Nordeste, em particular sobre as atividades agrícolas e o mercado de trabalho rural da região, o Governo federal, em estreita articulação com os governos estaduais, chegou a abrir um contingente de frentes de trabalho, de amplitude ainda não experimentada. Em vista disso, foi preciso engajar nessas frentes 45% da população economicamente ativa da área rural.

Os recursos despendidos pelo Governo federal chegaram a alcançar o montante de Cr\$ 4,1 trilhões, a preços de junho de 1984, valor equivalente a US\$ 3,76 bilhões (para uma taxa de câmbio de Cr\$ 1.093,00/US\$ 1.00). Esse dispêndio foi 15,6% superior aos gastos efetuados pelo DNOCS, no período 1909-84. Dos gastos realizados com aqueles recursos, pouco restou de duradouro, em termos de obras de combate preventivo aos efeitos das secas.

3 — Repercussões sociais

As evidências apresentadas indicam que os prejuízos provocados pelas secas são expres-

sivos, tanto do ponto de vista econômico como social. Os estudos e pesquisas realizados sobre o assunto mostram que esse quadro tem-se reproduzido em todas as secas, totais ou parciais.

Os aspectos dramáticos das secas nordestinas têm, assim, mais a ver com a precária situação econômica da região e sua injusta estrutura social, mormente nas áreas rurais, do que as restrições físico-climáticas que provocam as secas.

Sabe-se hoje, mas do que ontem, que a seca não é o principal problema do Nordeste. Mas é um grande problema. O fundamental a respeito, é não se dizer que o Nordeste é atrasado, que sua economia é débil ou que a miséria existente na região continua crescendo, apenas por causa das secas.

Há de se convir que as secas continuam dificultando e tornando mais dispendiosos os investimentos públicos e privados, especialmente os necessários ao processo de captação, armazenamento e distribuição de água: para o consumo humano, para o abastecimento animal, para a indústria, para a geração de energia e, por fim, mas não por ser menos importante, para a irrigação.

É importante entender, na perspectiva do processo de desenvolvimento, tal como concebido ao final dos anos 50, quando se criou a Sudene, que o Nordeste hoje pode ter o perfil de sua economia mudado, apesar das secas e da semi-aridez que caracteriza mais da metade do seu território. Não fosse assim, a Califórnia, nos Estados Unidos, ou o Punjab, na Índia, não seriam os estados mais ricos desses dois países. Riqueza e desenvolvimento construídos com base na irrigação.

Os reduzidos níveis de capitalização dos produtores rurais do Nordeste têm contribuído significativamente para manter a economia agrícola da região numa situação de equilíbrio instável. O desequilíbrio que se observa nos anos de seca, tanto em relação às atividades produtivas como ao mercado de trabalho, por conta, em grande medida, na fragilidade a que estão submetidos esses produtores, deixa a população rural sem condições de substância, durante período superior ao observado nos anos considerados normais. A consequência mais imediata da desorganização econômica e social provocada pelas secas é de busca do apoio governamental e do recurso às fren-

tes de trabalho, que têm exposto à indigência em não raras ocasiões, consideráveis contingentes da força de trabalho que habita os vastos espaços semi-áridos do Nordeste.

A estrutura social da economia sertaneja em muito pouco diferente da economia nordestina, destinada como um todo, continua sendo perniciosa, à medida que impede o acesso à terra a um grande número de pequenos produtores. Mantidos na condição de parceiros, pequenos arrendatários e assalariados temporários, esses produtores não podem ter e muito para executar obras de preservação agrícola ou para utilizar métodos de lavoura mais tecnificados, pois tais providências exigem gastos financeiros com os quais eles não podem arcar.

4 — Recursos para Investimento no Nordeste

A pressuposição de que o governo federal gasta abundantes recursos no combate às secas do Nordeste constitui em mito já clássico na administração brasileira. Diz-se a respeito que, face à abundância de recursos dados em gastos com esse propósito, os problemas das secas já poderiam ter sido resolvidos, muito tempo. Ou ainda, que recursos adicionalmente gastos em obras contra as secas teriam um retorno econômico muito mais se aplicados nas regiões economicamente mais desenvolvidas do País.

Essas afirmativas não são verdadeiras. Os argumentos podem ser apresentados neste sentido. Basta porém, referir os dois casos que se seguem. Em primeiro lugar, não foram gastos recursos fabulosos em obras contra as secas, de efeito duradouro, em função das dificuldades decorrentes desse secular problema já teriam sido solucionadas. Em segundo lugar, os investimentos produtivos, que vêm sendo realizados no Nordeste, em cultura moderna — de sequeiro ou irrigado — e na indústria, apresentam retornos capazes de atrair capitais privados de outras regiões ou de fora do País. Os resultados que a irrigação, pública e privada, começa a apresentar em áreas como a de Juazeiro, na Bahia Petrolina, em Pernambuco, indicam que a irrigação constitui, de fato, uma das mais importantes possibilidades de desenvolvimento com que a região pode contar, especialmente para as áreas semi-áridas.

O primeiro argumento envolve a discussão de elementos que têm povoado discussões apressadas sobre os problemas do Nordeste. Merece, por isso, algumas qualificações.

Como se pode observar no quadro anexo, entre 1909 e 1984, os dispêndios globais efetuados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — Dnocs somaram US\$ 3,2 bilhões. Comprando-se esse montante aos gastos efetuados em Itaipu (US\$ 12 bilhões, ou seja, 3,7 vezes mais), na Ferrovia do Aço (US\$ 4 bilhões ou 1,25 vezes mais), na Aço Minas (US\$ 6 bilhões ou 1,9 vezes mais) e no Programa Nuclear (US\$ 12 bilhões, ou seja, 3,7 vezes mais), verifica-se que os dispêndios totais realizados pelo Dnocs tornam-se irrelevantes. É preciso ter em conta que os valores desses outros empreendimentos — sem dúvida importantes para a economia nacional — referem-se, na sua grande maioria, a uma única obra, localizada num só estado e executada em período de aproximadamente cinco anos, enquanto os recursos das obras contra as secas foram aplicados em inúmeras obras, situadas em nove estados do Nordeste, e durante um período de 75 anos, além de incluírem recursos de custeio do Dnocs

Causa também estranheza o fato de o Dnocs ter implantado até hoje não mais do que 26,3 mil hectares de áreas irrigadas. Isto porque o Departamento de secas foi responsável pela construção de açudes públicos e em cooperação que armazenam atualmente cerca de 20 bilhões de metros cúbicos de água nas áreas semi-áridas da região.

A esse respeito, há que se estar atento par uma particularidade relativa à acumulação de água no Nordeste semi-árido. Nessa zona, de toda a água que provém das chuvas apenas 6 a 8% constituem recursos de água móvel. Essa é a água que se escoia pelos rios e alimenta os lençóis subterrâneos. São esses os recursos que podem ser transferidos de uma localidade a outra. As águas dos poços e dos açudes dependem desse potencial móvel. Isto significa que os restantes 92 a 94%, que são intransferíveis, se transformam em potencial localizado ao atingir o solo. Por isso, era e continua sendo muito importante armazenar água no Nordeste, em todos os locais em que as condições físicas permitirem. Por isso, também, a irrigação continua sendo fundamental para o Nordeste.

Dai a necessidade de se cuidar do armazenamento de mais água no semi-árido nordestino. Mas é também urgente e indispensável aproveitar as águas já armazenadas, cujo volume total corresponde a 64,7 bilhões de metros cúbicos de água nos diferentes açudes e barragens existentes no Nordeste. Nesse volume estão incluídas as águas da barragem de Sobradinho, que dispõe de uma capacidade de acumulação de 34,1 bilhões de metros cúbicos. (4) As águas armazenadas nos mais de 36.000 reservatórios, de todos os tamanhos, existentes no Nordeste, estão em parte ociosas. Sua subutilização significa um desperdício inaceitável para um País carente de recursos financeiros como o nosso. Por isso, é cru-

cial planejar bem o uso múltiplo dos recursos hídricos da região.

É preciso também saber se foram aplicados mesmo volumosos recursos em investimentos produtivos, capazes de fortalecer a economia do semi-árido. Neste sentido, o que se tem notado é que os recursos financeiros mobilizados para a construção de obras de infraestrutura hidráulica e para o desenvolvimento de projetos de irrigação têm se reduzido consideravelmente. Essa diminuição vem se acentuando nos períodos de seca. Em tais momentos, os recursos destinados aos programas especificamente de emergência atingem montante muitas vezes superior aos que se destinam a aplicações efetivamente produtivas. Nos anos de 1979 a 1981, os recursos destinados a investimento por parte do Dnocs, em obras de interesse da irrigação, sofreram numa redução de 65%, ao passarem de uma média anual de Cz\$ 4 bilhões para Cz\$ 1,4 bilhão (valores a preços de 1980). A situação, em relação à Codevasf, não é muito diferente. A evolução real dos recursos, oriundos do PIN, mobilizados por essa empresa no período 1977-84 caiu 22,3%, ao passar de Cz\$ 57,9 bilhões em 1977, a preços constantes de 1984, para Cz\$ 45 bilhões em 1984. (5)

A questão aqui salientada tem, pois, a ver com o fato de os maiores gastos realizados nos anos de seca serem efetuados mais em atividades de emergência (de atendimento às populações flageladas) do que em investimentos produtivos. Essa é, em grande medida, a essência do mito dos gastos extraordinários em obras contra as secas.

5 — Irrigação

Os cinco Países que dispõem de mais áreas irrigadas no mundo são, pela ordem, os seguintes (em milhões de hectares): China (45,4), Índia (42), Estados Unidos (23), Rússia (19,5), Paquistão (15,3) e Irã (5,7).

O Brasil apresenta-se muito pouco expressivo, diante do quadro formado por esses Países, em tal campo. Mas ou menos por volta da mesma data (1985), o Brasil contava com uma área irrigada total de 1.853,7 mil hectares. Ao final de 1988, alcançava 2,7 milhões de hectares. Desses total cerca de 40% estão localizados em um único estado, o do Rio Grande do Sul. (6)

No Nordeste, as áreas irrigadas ainda se apresentam restritas, mesmo que o crescimento observado de 1985 em diante tenha sido o mais expressivo já verificado até hoje. Até 1985, o Nordeste contava com 335,8 mil hectares irrigados. Mas em 1988, essa área elevou-se para 619,7 mil hectares, que representa um crescimento de 54,2% em três anos. (7)

Os níveis de produtividade da agricultura irrigada no Nordeste são bastantes expressivos. Mesmo comparada com a agricultura de sequeiro praticada em bases modernas na região, ainda assim a agricultura irrigada apresenta vantagens notáveis. As áreas irrigadas no Nordeste em 1970 correspondiam a 1,1% da área cultivada total (com lavouras permanentes e temporárias). O valor da produção agrícola proveniente das áreas irrigadas, nesse

ano, respondia por 22% do valor da produção agrícola total no Nordeste. Em 1980, a relação entre o valor da produção agrícola e o valor da produção agrícola irrigada total elevava-se para 37%, considerando-se uma participação da área irrigada na área cultivada total de apenas 1,8%. (8)

Em exposição nesta CPI, no dia 21-10-87, o então Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, salientou que "A irrigação pode contribuir para reduzir substancialmente o risco agrícola, decorrente das condições de escassez e de distribuição irregular das chuvas do Nordeste, particularmente em suas áreas semi-áridas. As condições de clima, expressas por temperatura e luminosidade que não favorecem o aparecimento de pragas e doenças vegetais, constituem indicador importante das possibilidades de cultivo de hortaliças e frutos tropicais de larga aceitação no mercado, tanto interno como externo. Trata-se, assim, de vantagens comparativas que não pode deixar de ser bem aproveitada, mediante a intensificação de investimentos em diferentes tipos de irrigação". (9)

A irrigação no semi-árido nordestino vem apresentando êxitos consideráveis. O exemplo do pólo Petrolina-Juazeiro substitui fato incontestável a esse respeito. Nessa área, a partir do impulso criado pelas atividades de agricultura irrigada, tem lugar um processo irreversível de industrialização baseado em matérias-primas locais. A articulação entre as atividades agrícolas e as atividades urbano-industriais é crescente, do que vem resultando a criação de um novo parque industrial no Nordeste. A expansão da oferta de empregos, possibilitada pela expansão dessas atividades, faz com que as cidades que integram esse pólo exerçam forte atração sobre a força de trabalho da região.

Diante do quadro configurado por esses problemas, a irrigação vem mostrando que pode desempenhar um importante papel no processo de geração de empregos e de urbanização na região. A urbanização do meio rural, que precisa ser posta em prática no Nordeste semi-árido, deve assim estar calcada no apoio a atividades produtivas mais dinâmicas, como as da agricultura irrigada, levadas a cabo em articulação com as atividades urbano-industriais dela derivadas.

Apesar disso, ainda há um longo caminho a percorrer na direção do aproveitamento das possibilidades de solo e água apresentadas pela região, notadamente em suas áreas semi-áridas. Não têm sido alcançados melhores resultados porque os recursos financeiros colocados à disposição dos empresários locais (ou de fora da região), interessados em investir no Nordeste, e de órgãos públicos como o Dnocs, a Codevasf e o Dnos sofrem processos de descontinuidade ou são, simplesmente, reduzidos.

Os resultados alcançados no período 1986-88 devem-se em grande medida, à efetiva prioridade ao desenvolvimento da irrigação, expressa na prática pela criação, em janeiro de 1986, do Programa de Irrigação do Nordeste — Proine. A iniciativa privada aderiu com

entusiasmo a esse programa. A análise da composição dos projetos de irrigação implantados no período, aprovados pelos agentes financeiros, indica que grande parte dos resultados obtidos deve ser creditada ao esforço da iniciativa privada.

Isso mostra que os produtores acreditaram no programa então criado pelo governo. Mostra também que o Estado precisa sinalizar com clareza a direção que os empresários podem seguir, quando adotam decisões de investimento definidas em decorrência de estímulos governamentais. Do contrário, a retração dos investimentos tenderá a se dar, inevitavelmente. Foi isto o que ocorreu na região, pois o nível dos investimentos privados em irrigação no Nordeste começou a se reduzir à medida que foram sendo mudadas as regras dos contratos de financiamento, introduzidas no período pós-Plano Cruzado. A redução acentuou-se ainda mais com o início, no segundo semestre de 1988, do processo de retração dos gastos públicos, posto em prática no contexto do que se convencionou chamar de "operação desmonte". Foi, aliás, na esteira dessa "operação" que teve lugar a desativação do Proine.

6 — Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O avanço mais rápido da irrigação no Nordeste está sujeito a algumas limitações, das quais três são fundamentais. Ele depende, assim, de como vierem a ser mobilizados os recursos de solo e água disponíveis; da clara prioridade conferida a esse tipo de atividade; e da existência, geração e utilização de novas tecnologias no campo da irrigação.

O Nordeste dispõe de amplos recursos de solo e água, passíveis de utilização a curto e médio prazos. Desses recursos não se está usando atualmente mais de um quinto das possibilidades existentes.

A prioridade conferida atualmente ao desenvolvimento da irrigação no Nordeste, é mais clara e concreta do que a concedida até meados dos anos 80, mas mesmo assim carentes de reforço.

As instituições públicas da região, federais e estaduais, dispõem de um nível de conhecimento sobre os aspectos da engenharia, agronomia e economia da irrigação suficiente para deflagrar um programa de desenvolvimento da agricultura irrigada nas bases propostas pelo antigo Proine.

Esses conhecimentos foram suficientes para deflagrar o processo de desenvolvimento da agricultura irrigada em curso na região. Mas eles não atendem efetivamente às demandas postas pelo processo recentemente iniciado. A disponibilidade de inovações tecnológicas nos campos citados, especialmente das orientadas para o aumento da eficiência do uso da água e para a melhoria das condições de drenagem dos projetos de irrigação, públicos e privados, requer a realização de um amplo programa de pesquisas em ciência e tecnologia, nos amplos domínios da irrigação.

O Ministério da Agricultura e o Programa Nacional de Irrigação vêm prestando contribuição decisiva nesses campos, graças, em

grande medida, ao trabalho das instituições de pesquisa do sistema Embrapa e aos estímulos do CNPq, em especial os concedidos no âmbito do Programa de Pesquisas do Trópico Semi-Árido do Nordeste.

As instituições do sistema Embrapa já estão utilizando mais de três centenas de técnicos e pesquisadores nos 10 Estados do Nordeste. Desse total, 281 profissionais trabalham nos seus centros de pesquisa. Essas instituições compreendem um centro de pesquisa de recursos — o Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Semi-Árido (CPATSA) —, que conta atualmente com 74 pesquisadores; seis centros de pesquisa por produtos — o Centro Nacional de Pesquisas em Agricultura Irrigada (CNPAl), o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPAl), o Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura (CNPMPF), o Centro Nacional de Pesquisa do Coco (CNP-CO), o Centro Nacional de Pesquisa do Caju (CNPACA), e o Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos (CNPCC); nove empresas estaduais de pesquisa agropecuária e uma Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (a UEAE de Teresina). (0)

Nos campos específicos da irrigação, é fundamental a contribuição das empresas estaduais de pesquisa agropecuária e da UEAE de Teresina, assim como a do CNPAl e do CPATSA. A Contribuição do Centro Nacional de Pesquisa em Agricultura Irrigada (CNPAl), criado em 1986, com sede em Parnaíba-Pi, por iniciativa dos Ministérios da Irrigação e da Agricultura, será, a esse respeito, de grande valia. Para tanto, o CNPAl deverá requerer um maior número de profissionais, uma vez que ele só dispõe hoje de cerca de 35 pesquisadores.

As Universidades da região, que contam com recursos humanos de elevada qualificação acadêmica e competência técnico-científica, podem emprestar grande contribuição aos esforços de pesquisa que precisam ser realizados. Contribuição adicional importante pode ser aportada pelos cerca de 20.000 profissionais, entre técnicos e agricultores treinados pelo Proni/Proine, no período 1986-88.

Nessa perspectiva, considera-se importante conferir prioridade aos trabalhos de ciência e tecnologia de interesse para o desenvolvimento da agricultura irrigada e da agricultura de sequeiro, particularmente em áreas do semi-árido nordestino, compreendendo, dentre outros, temas como os seguintes:

- hidrometeorologia;
- inventário dos recursos hídricos;
- hidrologia de lagos;
- hidrologia de subsolo e de recalque;
- prevenção de salinidade;
- desperdícios de água;
- perdas por evaporação;
- uso consuntivo da água;
- relações solo-água-planta;
- seleção de plantas que apresentam maior tolerância ao stress hídrico;
- pesquisas sobre biotecnologia, de interesse para a agricultura praticada sob o regime da irrigação ou em condições de sequeiro;
- sedimentação de reservatórios;

- solos e matenais;
- segurança e vida útil de estrutura relacionadas à captação, armazenamento e distribuição de água;
- reutilização e reciclagem da água;
- dessalinização da água do mar;
- economia e planejamento dos recursos hídricos;
- planejamento das safras;
- melhores práticas de gerenciamento e aperfeiçoamento de tecnologias operacionais;
- pesquisas sobre processos de conservação e transformação dos produtos agrícolas originários das áreas de irrigação, em apoio aos programas de desenvolvimento da agroindústria

7 — Conclusões e Recomendações

A Comissão acha imprescindível a adoção das seguintes providências:

7.1 — Execução dos programas e projetos de irrigação segundo objetivos, diretrizes e estratégias constantes de planos quinquenais de irrigação para o país como um todo e para o Nordeste semi-árido em particular;

7.2 — Criação de um Conselho Nacional de Recursos Hídricos, encarregado de liberar, compatibilizar e sugerir providência legais sobre as múltiplas aplicações das águas interiores, na irrigação, na geração de energia hidroeétrica, no abastecimento humano e animal, na pesca e piscicultura e no lazer;

7.3 — Aumento das disponibilidades de recursos financeiros para a execução de obras de captação, armazenamento e distribuição de água, de interesse da irrigação, notadamente nas áreas semi-áridas do Nordeste;

7.4 — Revisão da metodologia utilizada no planejamento dos projetos de irrigação (já elaborados, com implantação prevista ou a serem elaborados), no sentido de viabilizar a redução dos custos de implantação praticados no Nordeste;

7.5 — Concepção e promoção de um programa intensivo de reflorestamento das áreas de encostas íngremes e de matas ciliares do semi-árido, de modo a prolongar o tempo de escoamento das águas pluviais, diminuir a evaporação e evitar a erosão das margens e o consequente assoreamento dos rios;

7.6 — apoio ao cooperativismo rural, com ênfase nas cooperativas formadas por pequenos produtores, de forma a assegurar a comercialização da produção e a mecanização das atividades agrícolas realizadas por esses produtores;

7.7 — promoção de medidas de reestruturação fundiária em áreas do semi-árido nordestino, articulando o planejamento e a execução dos programas de agricultura irrigada com os de reforma agrária, de sorte a permitir aos pequenos produtores sem terra o acesso a esse importante meio de produção;

7.8 — concessão de apoio prioritário ao desenvolvimento de projetos de pesquisa em ciência e tecnologia aplicada às particulares condições da agricultura irrigada e de sequeiro do Nordeste, de forma a viabilizar o avanço do progresso técnico na agricultura da região;

7.9 — promoção de intercâmbio tecnológico entre os diversos organismos que atuam

no Nordeste semi-árido, a exemplo do Dnocs, Codevasf, Dnos, Embrapa, CNPq, Emater, Universidades, empresas privadas e instituições internacionais, para permitir a troca de informações sobre experiências bem-sucedidas nos campos aqui referidos;

7.10 — maior apoio aos trabalhos de assistência técnica e extensão rural realizados por instituições públicas e privadas em propriedades que pratiquem a agricultura de sequeiro associada à utilização de esquemas de pequena irrigação e de técnicas de *dry-farming*;

Notas

(1) Ver, a respeito: CARVALHO, Otamar de. *A ECONOMIA POLÍTICA DO NORDESTE* secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988, especialmente o item 2.2, do capítulo 2, e o item 5.3, do capítulo 5.

(2) Cf. MOURA, Antonio Divino & SHUKLA Jagadish. *UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DAS SECAS DO NORDESTE DO BRASIL*:

observações, teoria e experimentos numéricos com um modelo global de circulação atmosférica. São José dos Campos, CNPq/INPE, out. 1980, p. 12. Xerox. (Relatório INPE-COM. 4/RPE.)

(3) SUDENE. Produto, formação bruta de capital fixo e comércio interno e externo. Nordeste e Brasil (1970-1986). In: *BOLETIM SÓCIO-ECONÔMICO DO NORDESTE*. Recife, Sudene/DPG, 1 (2): 96-104, out. 1987, p. 102.

(4) Cf. Geotécnica, em trabalho sobre os recursos hídricos do Nordeste, elaborado para a Sudene, durante as fases de preparação do Projeto Nordeste. Esse trabalho (sem título específico) foi discutido em Brasília no período de 3 a 6-4-84, em reunião patrocinada pelo IPLAN/Seplan-PR. Apud: CARVALHO, Otamar de. Op. cit., pp. 273, 274 e 289.

(5) Ver, a respeito: Carvalho, Otamar de. Op. cit., p. 398.

(6) Informações obtidas junto ao Programa Nacional de Irrigação — PRONI.

(7) Idem, ibidem.

(8) Cf. CARVALHO, Otamar de. Op. cit., pp. 402-4.

(9) FIALHO, Vicente. *A IRRIGAÇÃO E AS SECAS NO NORDESTE*. Brasília, Proni, 1987, p. 8. Xerox. (Texto do pronunciamento do Ministro Vicente Fialho, realizado no dia 21-10-87, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, criada pela Resolução nº 2/87, de 1º-6-87, para "Avaliar os Prejuízos da Seca no Nordeste".)

(10) Cf. CARVALHO, Otamar de. *TECNOLOGIA PARA O SEMI-ÁRIDO: o caso da irrigação*. Brasília, Proni, 1988. Xerox. (Trabalho apresentado no dia 7-10-88 no Seminário Internacional "Modernização Agrícola e Emprego: o Caso do Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil", realizado em Brasília, sob coordenação da OIT, PNQD e Universidade Federal de Pernambuco/PIMES.)

ANEXO

Dispêndios globais realizados pelo Dnocs, no período 1909-1984

Anos	Valores a preços correntes	Valores em US\$ 1,000, a Preços de março de 1984
1909	446.471\$400	432
1910	1.099.134\$200	1.065
1911	2.341.527\$800	2.269
1912	6.686.227\$100	6.170
1913	6.935.312\$000	6.400
1914	2.008.766\$300	1.853
1915	9.127.035\$700	7.690
1916	3.127.393\$900	2.328
1917	4.537.797\$900	3.139
1918	2.325.799\$700	1.453
1919	6.134.629\$400	3.715
1920	27.155.691\$600	14.618
1921	137.270.114\$800	71.896
1922	145.947.350\$000	70.708
1923	67.213.127\$500	30.291
1924	11.668.762\$400	4.433
1925	3.826.749\$300	1.348
1926	4.347.536\$400	1.478
1927	5.996.492\$500	2.003
1928	8.468.577\$300	2.879
1929	11.635.031\$300	3.955
1930	9.544.018\$500	3.626
1931	11.315.093\$900	4.509
1932	168.315.861\$300	65.236
1933	137.504.608\$700	54.382
1934	47.246.469\$900	17.275
1935	42.987.148\$200	13.884
1936	42.156.074\$200	12.568
1937	63.508.170\$500	17.836
1938	47.658.481\$600	12.830
1939	46.462.353\$300	12.005
1940	45.920.626\$900	11.557
1941	47.956.229\$900	10.813
1942	90.345.831\$900	18.237
1943	65.212.858,50	16.700
1944		

1947	88.118.223,60	8.289
1948	124.071.682,00	11.080
1949	145.167.190,00	12.231
1950	178.266.411,90	14.216
1951	421.287.919,70	30.350
1952	425.196.920,40	28.316
1953	379.090.123,10	22.886
1954	519.764.611,80	25.827
1955	668.206.708,60	28.151
1956	1.032.825.346,30	36.047
1957	1.673.906.072,50	49.372
1958	5.024.987.812,80	118.999
1959	4.621.856.812,80	89.568
1960	3.127.559.434,00	64.918
1961	4.200.000.000,00	45.973
1962	4.700.000.000,00	33.924
1963	6.200.000.000,00	25.519
1964	7.595.618.736,00	16.411
1965	57.515.118.000,00	79.237
1966	76.390.006.000,00	76.319
1967	81.348.957,15	63.303
1968	95.353.006,00	59.739
1969	99.002.122,00	51.365
1970	131.077.027,20	56.768
1971	213.449.333,60	76.754
1972	245.582.241,20	75.597
1973	303.409.041,50	81.033
1974	401.567.319,10	83.332
1975	767.670.831,10	124.723
1976	1.357.165.001,00	156.076
1977	1.550.556.555,50	124.956
1978	2.084.950.417,20	121.141
1979	2.927.443.339,00	110.502
1980	8.439.841.182,35	157.774
1981	17.985.209.195,47	159.302
1982	32.364.200.000,00	144.051
1983	74.779.592.000,00	137.106
1984	91.573.332.666,00	75.493

É o Relatório

Sala das Comissões, 16 de agosto de 1989. — Senador Teotônio Vilela Filho, Presidente. — Deputado César Cals neto, Relator. — Senador Chagas Rodrigues, (com restrições) — Senador Mansueto de Lavor, Senador Hugo Napoleão, Senador Raimundo Lira, Senador Ruy Bacelar, Senador Afonso Sancho, Senador Cid Sabóia de Carvalho, Deputado Ismael Wanderley, Senador Lavoisier Maia, Senador Fernando Henrique Cardoso.

SUGESTÕES DA PRESIDÊNCIA AO PARECER DO RELATOR

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Miusta, que estudou os prejuízos da seca de 1987, vem a público, curiosamente, quando o Nordeste inteiro registra chuvas tão abundantes que, em muitas regiões, de Alagoas e Pernambuco, em especial, resultaram em calamitosas enchentes e, noutras, significaram a perda quase absoluta de todas as lavouras. Faltou chuva, deu-se a tragédia social. Chegou a chuva, voltou a tragédia, apenas com outras características: o próprio tempo e a natureza, dessa forma, reforçam uma das conclusões dessa CPI: os prejuízos da seca decorrem menos da falta ou irregularidade de chuvas que de estruturas sócio-econômicas consolidadas ao longo do tempo, inclusive por equivocadas políticas de Governo para o Nordeste. A seca, enfim, é menos fator climático, mais resultado e produto das distorções sociais, econômicas e políticas.

Dentro de suas limitações, essa CPI procurou ouvir o Nordeste e os nordestinos. Promovemos, na sala das CPI, no Congresso Nacional, e em audiências públicas realizadas em Petrolina, Juazeiro da Bahia, em Fortaleza e em Tauá-CE, dezenas de depoimentos de personalidades ligadas à questão regional. Percorremos mais de 10 mil quilômetros de caatinga no Ceará, Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Norte e em Alagoas — nesse último Estado, visitamos, com um dos todos os municípios do sertão. Talvez nem fosse preciso andar tanto para concluir que não é a seca que mata — é a miséria, e há miséria extrema. Mas preferimos ouvir do próprio povo, de suas lideranças, dos técnicos agrícolas e pesquisadores, de autoridades religiosas e das mais diversas vozes da comunidade nordestina o relato pungente de suas próprias experiências e a expressão mais viva de suas mais vivas esperanças. Mesmo com as limitações que envolvem, hoje, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não poderíamos permitir que este relatório resultasse antes de uma sucessão de depoimentos de gabinete, por mais respeitadas fossem as personalidades ouvidas.

Buscamos fugir, da mesma forma, à tentativa de reproduzir nesse documento, mesmo em síntese, apenas os dados técnicos sobre a questão regional. Valemos-nos, aqui e ali de alguns números indispensáveis, muito mais para alicerçar colocações e propostas políticas, porque a fartíssima literatura existente a respeito, os depoimentos e sobretudo a observação e a vivência mais íntima do pro-

blema nos convenceram de que os fatores climáticos, por mais graves que pareçam, não são os determinantes da tragédia social e econômica da seca. São essencialmente políticas as soluções duradouras que se esperam. Nesse sentido, buscamos, nessa CPI, como obrigação inarradável de cidadão e de representante da região, contribuir para reorientar a discussão e a abordagem da questão da seca. O problema básico do Nordeste não é a água, mas a política da água. O que mata não é a seca, mas é a miséria, que sobrevive antes que faltam as chuvas, e depois que enchimentos de açudes. A questão não é climática, mas é antes estrutural, profundamente estrutural e, desta forma, não comporta soluções isoladas, mas integradas e complexas.

Curiosamente, repetimos, o relatório dessa CPI vem a público em meio a um inverno particularmente rigoroso. E, segundo nossa avaliação, o melhor momento para que, desativadas as vergonhosas frentes de emergência que simbolizam a própria tragédia do Nordeste, se formem outras frentes, de políticos, de intelectuais, de todos quantos detêm qualquer nível de responsabilidade na região e no País e de todos os homens de boa vontade para a formulação de uma vigorosa política nacional contra o genocídio e a matança lenta e silenciosa que se processa sob o cinzento das caatingas. Essa é a principal colaboração que perseguimos: a de contribuir para a consciência e a mobilização nacional contra o extermínio lento, gradativo e inexorável de uma gente inteira. Como já se ensaiou em passado recentíssimo, mas infelizmente sem os desdobramentos indispensáveis, com o projeto nordestino, da Rede Globo, um raro e bem acertado momento de reflexão nacional sobre o drama nordestino em toda sua abrangente complexidade. Essa CPI pretende engrassar o grito dos que clamam contra o criminoso extermínio do sertanejo, desassistido e só. Essa CPI não compactuará pelo silêncio, nem será cúmplice pela omissão, com um dos mais vergonhosos crimes contra a humanidade que hoje se cometem sob nossos olhos.

A CONTABILIDADE DO PREJUÍZO

Foi apenas um ano de seca, mas o balanço do próprio Governo federal dá bem uma idéia do desastre econômico. 18 das 27 principais lavouras do Nordeste apresentaram perdas substanciais em relação a 86. No total, foram perdidas 8,5 bilhões de toneladas de alimentos — um prejuízo de US\$ 8,8 bilhões, o equivalente a quase todo o saldo da balança comercial de 1987. Em um só ano, o Nordeste perdeu mais da metade dos US\$ 16 bilhões de prejuízos agrícolas acumulados nos cinco anos da grande seca de 1979 a 1983. Repetiu-se, em 1987, a dolorosa rotina de perdas econômicas por secas ou enchentes.

Entre 1974 e 1987, por exemplo, a agricultura nordestina registrou perdas de 26,3 milhões de toneladas, um rombo de US\$ 20,9 bilhões de dólares, por conta de três grandes enchentes, duas secas parciais e uma seca total de grandes proporções, de 1979 a 1983.

Por maior e mais pesado que seja, o desastre econômico não é o principal. A situação

de grave desorganização econômica e social do Nordeste torna clamorosamente dramáticas as consequências sociais de uma seca. Em 1983, por exemplo, quase 22% de toda a população economicamente ativa do Nordeste na época e 45% da força de trabalho da zona rural estavam em frentes de emergências — três milhões de nordestinos. Pior ainda, nos cinco anos de seca, segundo denúncias da Igreja jamais contestadas, sequer questionadas, houve 3,5 milhões de mortos pela fome, sede, desnutrição e pelas doenças da miséria — cerca de 10% de toda a população da época, pouco menos que o número de judeus massacrados na Segunda Guerra no maior genocídio de todos os tempos. Não se contaram ainda mortos de 87, mas quem poderá rastrear com segurança todas as marcas da desgraça social, que jamais aparecem de uma só vez? Quantas crianças, mesmo sobrevivendo, não ficarão definitivamente mutiladas mentais, com seus cérebros irreversivelmente lesionados pela fome e pela desnutrição?

Não é como fugir da constatação indelével: o Governo tardou no socorro aos flagelados. Só em junho se abriram as frentes em Pernambuco, mas já havia fome no campo desde maio. Em Alagoas, as inscrições começaram em outubro, mas as primeiras frentes só começaram a trabalhar em novembro, mas já avançado. No Ceará, no Piauí, no Rio Grande do Norte, e na Paraíba, eram mesmas as repetidas queixas de governos, de trabalhadores rurais e de todas as lideranças sobre o número insuficiente de vagas nas frentes de emergências. O futuro por certo nos dirá, infelizmente, que não reduzimos apenas a força de trabalho desses homens que já chegaram às frentes de trabalho nos limites da inanção. Reduzimos também sua própria esperança de vida.

A CONTABILIDADE DO DESCASO

Sempre dissemos, desde o primeiro momento, que essa CPI não seria mais uma Comissão a pedir dinheiro, indiscriminadamente, para o Nordeste, até porque temos consciência de que o problema nordestino é estrutural e exige complexas soluções estruturais. Mas não se pode perder de vista a emergência da conjuntura. Em 83, o Nordeste chegou a alistarem suas frentes três milhões de nordestinos. Em 87, para uma seca verde de um só ano com consequências econômicas quase tão desastrosas quanto todo o período seco anterior de cinco anos, o Ministério do Interior alistou pouco mais de um milhão. Não diminuíram as necessidades dos sertanejos. Minguaram a sensibilidade e a presteza no socorro. O Governo perdeu de vista a urgência da miséria. Falhou no curto prazo, como se omite no longo prazo. São inevitáveis algumas comparações. Tudo o que o Brasil gastou em 75 anos, de 1909 a 1984 com o DNOCS, (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) em valores atualizados, foi US\$ 3,24 bilhões — menos de 1/4 do que se paga num só ano apenas de juros da dívida externa. Menos da metade de qualquer das grandes hidroele-

tricas do País. Itaipu, por exemplo, custou US\$ 12 bilhões, (3,7 vezes mais); a Ferrovia do Aço consumiu US\$ 4 bilhões, 1,25 vezes os 75 anos do DNOCS. O Programa Nuclear, que vale uma Itaipu inteira (US\$ 12 bilhões) sorveu, da mesma forma, 3,7 vezes mais recursos que quase um século de enfrentamento das secas.

Essa CPI tem a coragem de proclamar e denunciar que parte muito expressiva do dinheiro que veio ao Nordeste em nome da seca e dos flagelados, veio apenas girar a centenária indústria da seca, reciclada, é verdade, mas nem por isso menos operante e influente na vida regional. Mas tem a obrigação de proclamar com todas as letras que é falso, absolutamente falso, o mito que se criou de que o Governo não pára de investir na seca e contra a seca — e que, para suprir os rios de verdade que faltam, canaliza para o Nordeste rios de dinheiro que, de fato, ali jamais desemboram.

A CONTABILIDADE DA OMISSÃO

Não há recursos, muito menos em nível suficiente. Não há sequer vontade política de produzi-los ou de ferir em profundidade a questão regional. E a falta de recursos, ou de vontade política, gira indefinidamente o círculo vicioso de criminosa omissão.

O semi-árido nordestino ocupa uma formidável área de 879.665 quilômetros quadrados, incluindo os 57.328 quilômetros quadrados do norte de Minas Gerais. São 74,3% de todo o Nordeste, 13,2% do território brasileiro. Área de secas, onde o normal não é chuva, mas exatamente sua falta e irregularidade. No entanto o centro-sul tem área irrigada oito vezes superior à do Nordeste. Em 25 anos, até 1983, o Nordeste contabilizava apenas 48 mil hectares irrigados. Ou seja, a índia irriga, a cada 15 dias, tudo o que o Nordeste levou 25 anos para conseguir. Há solo para irrigar. Por muito se imaginou que o Nordeste dispusesse de pouco mais de 1 milhão de hectares irrigáveis. Há muito, muito mais: São 4 milhões, além dos 3 milhões existentes apenas na bacia do São Francisco. Desse total, 4,7 milhões já foram identificados pelo DNOCS e pela CODEVASF como viáveis para a irrigação pública ou privada.

Água também não falta: o potencial hídrico do Nordeste, formado por recursos superficiais e subterrâneos, soma mais de 200 bilhões de metros cúbicos a cada ano. Desse total, 70% (140 milhões de metros cúbicos, mais de 20 vezes toda a Bahia da Guanabara) são de águas superficiais. Só a água armazenada ou em processo de armazenamento permitem agregar, a médio prazo, pelo menos um milhão de novos hectares à superfície irrigada do Nordeste. Palavra do extinto Ministério da Irrigação.

Vontade política? Os problemas nordestinos têm sido exaustivamente estudados por cientistas de todos os matizes e de todas as escolas. Pouco, quase nada, no entanto, se tem feito de positivo. O Governo prefere agir apenas no rastro da tragédia e da emergência. Na grande seca de 79 a 83, por exemplo, foram gastos US\$ 3,76 bilhões — precisos

15,6% a mais do que o DNOCS absorveu em 75 anos de trabalho, inclusive para custeio.

UMA ÁGUA SEM POLÍTICA

A realidade nos obriga a reconhecer: água não falta. Nem superficial, nem subterrânea, nem da chuva. Com toda sua agudeza, a seca de 87 não deixou de registrar algumas chuvas, embora má distribuídas no espaço e no tempo, ou insuficientes para a maturação de uma cultura. Observamos, na prática, o que garantem todos os trabalhos acerca da região. O que falta não é água. O Nordeste é a região semi-árida onde mais chove no mundo: cerca de 500 a 600 milímetros/ano. Em algumas áreas nordestinas, chega a 1.800 milímetros/ano e em apenas 0,25% do semi-árido, este índice cai aos 250 milímetros/ano. Esta precipitação significa cerca de 250 bilhões de metros cúbicos de água que caem, a cada ano, na área sedimentar, e outros calculados 50 a 250 bilhões de metros cúbicos no cristalino. O Projeto Radam-Brasil confirma o extinto Ministério da Irrigação e estima em 220 bilhões de metros cúbicos o potencial hídrico da área de 925 mil quilômetros quadrados do Nordeste.

O Rio São Francisco, apenas um dos cursos perenes da região, tem vazão mínima de 600 metros cúbicos/segundo. O que falta, garantem técnicos, estudiosos, observadores, não é água. O que falta mesmo é política da água.

Além dos 220 bilhões de metros cúbicos estimados pelo Radam-Brasil, caem nos sertões a cada ano, trilhões de metros cúbicos em forma de chuva. Quase tudo se perde. Aproveitam-se menos de 10%. A acumulação nos açudes se faz sem nenhum planejamento e sem qualquer racionalidade. A maioria dos açudes, sobretudo de particulares, sequer chega com água ao fim do verão: contra uma precipitação de 500/600 milímetros/ano, em média, a evaporação leva 2.000 milímetros/ano, gerando inevitável déficit hídrico, de consequência às vezes calamitosas. Qualquer reservatório com menos de dois metros de lâmina seca apenas com a evaporação. O que fica muitas vezes não tem maior serventia.

O Nordeste acumula hoje, 64,7 bilhões de metros cúbicos 36 mil açudes públicos e privados e em barragens como sobradinho, mas muito pouca água serve, de fato, à irrigação. Pior ainda: muitos desses grandes reservatórios, sem maior utilidade para suas águas represadas, terminaram inundando fertilíssimas terras. Último exemplo: a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte.

O IMPOSTO DA MISÉRIA

Transposta para o social a questão climática leva a uma conclusão inevitável: a seca não é a causa da miséria. Encontramos no Nordeste úmido da zona da mata litorânea indicadores sociais ainda mais infamantes que no semi-árido. Na mata, é maior a desnutrição, maiores os índices de mortalidade infantil e menor a esperança ao nascer de homens e mulheres. O Maranhão úmido e chuvoso é mais miserável que o Ceará semi-árido. Nas

barrancas do São Francisco, há bolsões de miséria ainda mais aviltantes que nos mais tórridos sertões do semi-árido. O que mata, infelizmente, não é seca. O que mata é a miséria, e esta está presente no Nordeste muito antes que falte a chuva, e persiste mesmo depois do inverno.

No Nordeste, a renda média anual *per capita* é de 800 dólares, o que representa cerca de 40% da média nacional e 25% da renda média do paulista. Pior: atualmente, 50% da população vivem em condições de pobreza absoluta. Entre 1950 e 1980 o emprego do setor agropecuário na região decresceu 22,5%, segundo dados do IBASE. Quaisquer que sejam as fontes consultadas, os dados são igualmente chocantes. Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco: 70% das famílias nordestinas consomem menos da metade da vitamina A necessária ao organismo humano. Resultado: altos índices de glaucoma e cegueira, principalmente nas crianças. Banco Mundial: menos de 33% da população recebem mais do que o mínimo de calorias necessárias. Ou seja, 2/3 dos brasileiros são desnutridos: 18,6% com um déficit de até 200 calorias por dia; 32,3% com um déficit superior a 400 calorias. Área do déficit maior: o semi-árido do Nordeste.

Fundação Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco — Fidepe: a esperança de vida no Vale do Ipojuca, em Pernambuco, é apenas 49 anos de idade para os homens, 50 anos para as mulheres — índice compatível com o da Europa do século passado. UNICEF: 69% das crianças nordestinas são afetadas pelo nanismo. Das que sobrevivem, é verdade: nos sertões nordestinos, por ocasião da grande seca de 79 a 83, de cada mil crianças nascidas vivas, morreram 340, antes de um ano de idade. Dados e queixas do Governo do Ceará.

Por isso é que, sem qualquer ironia, o cientista pernambucano Nelson Chaves dizia que os trombadinhas que perambulam pelas ruas das grandes cidades são os fortes, os melhores da raça, os que sobreviveram às duras condições de miséria da região.

A ESTRUTURA TAMBÉM MATA

O inverno e a chuva não são desta forma, solução para a miséria nordestina, da mesma forma como a seca não é sua causa. Ela reside muito mais na falta de trabalho produtivo e na falta de renda — em suma, em razões sócio-econômicas e não climáticas. Em consequência, não vemos como pensar em soluções duradouras para a questão nordestina sem tocar fundo em gravíssimos problemas estruturais.

— Urge modificar o sistema produtivo e a estrutura de classes, de modo a que se possa dar emprego, renda propriedade e, acima de tudo, comida.

— Urge rever a questão da posse da terra, pois não há como desvincular o binômio latifúndio-minifúndio improdutivo do atraso regional. Não se pode também desconhecer que nos últimos anos precossou-se no Nordeste uma lamentável concentração da terra. Dados

do Censo de 1980: 67,8% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 10ha e representam apenas 5% das terras. Os estabelecimentos com mais de 1.000ha são apenas 0,4% do total, mas representam 37,2% da área. Segundo estudos feitos pela própria Sudene (A Questão Agrária e a Sudene), no período 1960/1975 a área média das propriedades com menos de 50ha baixou de 8,64ha para 6,95ha. No extremo oposto, a dos estabelecimentos com mais de 500ha aumentou de 1.347ha para 1.965ha.

— Urge criar condições para a produção de alimentos e de riquezas no semi-árido com ou sem chuva. É preciso fazer de conta que não está chovendo, que há uma seca permanente e cuidar das estruturas. O Ministério do Interior, que rotineiramente prepara, a cada ano, um Plano de Emergência para eventualidade de uma seca, não tem um plano permanente de trabalho nos anos da chuva, com vistas à preparação da região para a realidade da seca.

— O Projeto Padre Cícero, a resposta do Governo à seca de 1987, representa do ponto de vista de filosofia, dois grandes avanços: valoriza os pequenos produtores, respondem no Nordeste por 70% da produção de alimentos e de 75% do emprego rural, e valoriza o enfoque de que não se deve combater a seca, mas conviver com a seca. Mas o projeto, menos por culpa de sua formulação técnica e mais por falta de condições políticas objetivas, não toca na estrutura, tanto que as ações complementares sugeridas são até mais abrangentes e, a rigor, deveriam se constituir no núcleo do próprio projeto. Como os demais, a rigor, não inclui praticamente obra alguma que já não estivesse sendo executada pelas próprias frentes.

Trouxe, contudo, uma inovação alentadora, de resto há auspiciosamente presente no próprio programa de emergência da última seca: a construção de obras mais duradouras, como as cisternas rurais. Até julho, o balanço do projeto registrava 11.142 cisternas concluídas, 3.719 em construção e outras 2 mil em licitação. Em seu maior êxito, reside, paradoxalmente, sua principal falha: o Padre Cícero terminou virando um mero projeto de captação e conservação d'água, com o que apenas veste roupa nova do envelhecido projeto de recursos hídricos, da seca de 79.

De modo algum se resolverá duradouramente e a questão nordestina sem mexer nas estruturas. E sem rever, também com a mesma profundidade, as políticas de governo para a região. Em muitos casos, elas não apenas não resolvem mas até agravam os principais problemas regionais. Alguns exemplos dessas graves distorções:

A — Os Programas de Irrigação — a Concentração do Emprego

Não se discute a importância da irrigação para o Nordeste como, de resto, para toda a produção agrícola. Em 1980 a agricultura irrigada do Nordeste participava com apenas 1,8% da área total cultivada, mas respondia por 37% da produção agrícola.

Mais ainda, a irrigação viabilizou, no Nordeste, rentáveis culturas de exportação. Mas é inegável, também, que a irrigação comandada pelo Governo tem agravado questões sociais. Nas barrancas do submédio São Francisco, ouve-se a todo instante o clamor das famílias removidas de suas terras ribeirinhas pela Codevasf com indenizações meramente simbólicas sobre as benfeitorias, pois na região mesmo posseiros centenários não tinham títulos de propriedade. Os posseiros davam lugar a empresários, grandes e médios, convocados em nome de umas mais rápido e garantido retorno econômico. São, ao todo, cerca de 143 mil hectares de terras férteis onde o Governo preparou toda a infra-estrutura de adutoras e canais: ao empresário cabe apenas produzir e contabilizar o lucro.

O absurdo da situação geral reproduziu-se, com particular crueldade, na fazenda Betume, em Sergipe, onde 900 famílias saíram para dar lugar a 131 apenas. Estranha lógica de Governo, praticada hoje como ontem: na colonização do DNOCS em Morada Nova, no Ceará, o número dos que foram removidos de suas terras foi mais de dez vezes superior ao dos colonos assentados. O Governo que, rotineiramente, contribui para a concentração da renda, concentra também o emprego.

No caso específico da irrigação, é considerável a transferência de recursos do setor público para o setor privado. O Programa de Irrigação do Nordeste — Proirne — prevê não apenas a concessão de crédito superior a US\$ 1 bilhão às empresas privadas participantes do Programa como se propõe a construir toda a infra-estrutura básica, de estradas e eletrificação, por exemplo — uma generosidade de custo inestimado.

A construção de Sobradinho exigiu a remoção de 70 mil pessoas. Os agricultores tangidos das margens do rio foram reassentados no meio da caatinga. Queixas do bispo de Juazeiro da Bahia.

Questionável, ainda, é a própria orientação dos projetos de irrigação, voltados antes para os interesses da agroindústria. Raramente produzem para a região. É inegável que ao empresário deve se garantir a absoluta liberdade de decidir o que produzir com mais rentabilidade e lucro. Mas por que numa agricultura tão fortemente subsidiada como a de irrigação o Governo tem de entrar apenas com dinheiro e infra-estrutura, sem estabelecer diretrizes de interesse social? Não se pode perder de vista o papel de governo, que não é mero agente econômico de aumento e estímulo à produção. A tarefa de Governo é resolver a questão social. No Nordeste, no São Francisco, em particular, ele o agrava.

B — A Concentração da água

A construção de açudes, reservatórios e cisternas, uma das práticas mais constantes dos programas de emergência no Nordeste não se faz com o cuidado prévio de desapropriação das áreas servidas. Constrói-se em propriedades privadas. O mais que se avança é com a "sujeição" — um compromisso do proprietário de franquear às populações vizinhas o acesso à água. Pode-se até argumentar que

a desapropriação prévia dificulta a realização das obras mas, com o processo que se tem, as obras públicas só contribuem para a valorização da propriedade privada, para a consolidação do latifúndio, tomando ainda mais remota a possibilidade de uma reestruturação fundiária na região. Diga-se o mesmo dos programas de perenização de rios — uma inegável necessidade para a região semi-árida. Apenas ela não se faz com o cuidado prévio de destinação social das margens dos rios perenizados.

É verdade que, em 87, não se repetiu o absurdo da seca anterior de 79 a 84, quando o próprio Ministério do Interior destinava os alistados das frentes de emergência para trabalhos de infra-estrutura nas propriedades privadas, pagando, em alguns casos, 100% do salário. O resultado é que, após a seca, quintuplicou o preço da terra nos sertões, em razão das melhorias financiadas pelo Poder Público.

De uma forma ou outra, o próprio Governo contribui para tornar a água penhor de serviço, moeda forte no processo de dominação política e eleitoral nos sertões do Nordeste, onde transaciona e se barganha com a sede da população. Além de renda e emprego, além de terra e poder, a política dos Governos concentram até a água.

C — Incentivos Fiscais — A Concentração do Poder

Não se discute, da mesma forma, a importância dos incentivos fiscais, até pelo princípio de justiça de que não se pode tratar igualmente a partes desiguais. Mas é inegável que urge reorientar sua política e sua aplicação.

Além da concentração de renda a que eles inegavelmente se prestam, os incentivos do Finor têm agravado, particularmente, alguns dos problemas cruciais da região. Falam por si as conclusões da Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais, criada na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, contidas em relatório aprovado em maio de 1985. Dos investimentos totais destinados ao Finor Agropecuário, 89% se destinam à pecuária, apenas 11% à agricultura.

— "O Finor Agropecuário, escreveu a Comissão, limitou-se a incentivar a modernização do latifúndio, orientando-se basicamente para as grandes propriedades com superfície média superior a 4.500 hectares. Essa média é muito superior ao tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários do Nordeste que, segundo o Censo de 1980, era de 37 hectares."

— "O Finor, implicitamente, assumiu a hipótese da existência de economia de escala na agricultura. Entretanto, estudos realizados na região não têm mostrado evidência de haver ganhos de escala com o aumento da área. À luz dessas evidências (.), a grande propriedade se torna um modelo equivocadamente desenvolvido rural. Um modelo alternativo de pequenas e médias propriedades, organizadas associativamente, captaria as economias de uma administração mais cuidadosa (eficiência da unidade produtiva de menor porte) e as economias de comercialização e acesso ao crédito (apanagios financeiros da

Setembro de 1989

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Sexta-feira 15 3595

grande propriedade). Evitar-se-iam o superinvestimento, o desperdício de recursos e a concentração de renda." E mais:

— Em geral as empresas que se candidatam ao Finor têm suas terras praticamente improdutivas. Verificou-se que a maioria é classificada no INCRA como latifúndio por exploração antes de iniciar o projeto.

— A maioria dos projetos não conseguiu sair dessa situação de latifúndio por exploração.

— Dos 158 projetos com incentivos fiscais examinados, 52 não se encontravam sequer cadastrados no INCRA. Alguns desses já se encontravam em implantação há 15 anos.

— O Finor não tem contribuído para diferenciar significativamente os imóveis que são incentivados daqueles que não o são. Mesmo os projetos classificados como empresas rurais têm tido impacto transformador reduzido, uma vez que não conseguiram sair dos limites mínimos de rendimentos regionais.

— "Embora tenha sido criado para incentivar a agropecuária do Nordeste sem subsídio, o Finor Agropecuário tem se configurado mais em instrumento de doação de recursos às empresas do que a capitalização que fortaleça o mercado de ações."

Reflexos sociais dessa política de incentivos do Finor, para o setor agropecuário. Muitas das melhores e mais férteis terras da região têm sido destinadas inapelavelmente a pastos. O capim substitui as roças de subsistência, o boi tange o homem. Agravam-se a dependência externa de alimentos, acaba-se o emprego rural e se intensifica o êxodo para as cidades.

Os números do Finor Agropecuário, insuspeitamente atestados e examinados por técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, permitem concluir que seu desempenho foi absolutamente medíocre para a economia regional, mas foi trágico para as condições de vida dos nordestinos. Além de concentrar renda, utilizou recursos públicos para agravar os problemas que pretendia resolver.

UM PROBLEMA DO TAMANHO DO BRASIL

Não se pode, igualmente, alimentar a ingenuidade de que a questão nordestina se restringe à própria região, fere-se apenas ao limite de seu território. Ao contrário, ela extrapola as fronteiras regionais e se situa dentro da própria política nacional. Discutir o Nordeste, por conseguinte, é discutir o modelo econômico de concentração de rendas e de poder; é questionar as prioridades para os grandes empreendimentos, em prejuízo de pequenas iniciativas; é discutir a deterioração dos indicadores sociais e o aumento da pobreza de nossa gente. É discutir a divisão de tarefas e a especialização das diversas regiões do País, que transformaram o Nordeste em mero fornecedor de mão-de-obra abundante e barata. Discutir o Nordeste, enfim, é mais do que nunca discutir o próprio Brasil. Até porque o Nordeste deixou de ser apenas uma referência geográfica, para se transformar

num doloroso referencial sócio-econômico de miséria e de fome. Infelizmente há Nordeste espalhados de Norte a Sul.

Essa abordagem nacional da questão nordestina não exige, porém, da obrigação e urgência de outras providências, que envolvem mais uma mudança de postura que uma alteração de estruturas. Algumas delas:

MUDANÇAS DE ENFOQUE

Impõe-se aos brasileiros e, em particular, aos nordestinos que, dentro da questão regional, mudem também o enfoque do problema da seca. É preciso primeiro acabar com a ilusão da água e do verde. No Nordeste, o permanente é a seca, que nenhum governo vai acabar em tempo algum. Não se trata de combater a seca, como informa a sigla do mais antigo organismo regional no Nordeste, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. É preciso aprender a conviver com elas. Afinal, em cada dez anos no semi-árido do Nordeste, segundo as estatísticas, há apenas quatro anos de bom inverno, com chuvas suficientes para uma colheita de 60 a 100% de área plantada. Em outros três anos, o que acontece é a frustração de, no mínimo, 50% do plantio. Nos outros três anos, perde-se de 80 a 100% de toda a lavoura, por falta ou excesso d'água.

Secas, no Nordeste, sempre existiram e são conhecidas há quase cinco séculos, desde o descobrimento, em 1500, aliás num ano seco.

O importante não é querer acabar com as secas, até porque é muito mais fácil e barato conviver com elas do que modificar. O importante é aprender a conviver com ela. Para isso há pelo menos três caminhos:

IRRIGAÇÃO

A irrigação é importante, todos garantem, mas absolutamente insuficiente. Até porque dos 115 milhões de hectares do semi-árido, somente pouco mais de 7 milhões são irrigáveis. Mais ainda, a irrigação que se defende tem que levar em conta as condições de renda e de tecnologia do nordestino pequeno proprietário ou do trabalhador rural: a tecnologia importada, cara, intensiva de insumos não apenas dificilmente será apreendida pelo trabalhador rural do semi-árido do Nordeste, como pode levar a desastros ecológicos, como os que já se assistem muitos dos projetos de irrigação do DNOCS: o solo está salinizado, agora só presta para plantação de capim.

CULTURAS XERÓFITAS

Há uma evidente e urgente necessidade de reprogramar toda a agricultura nordestina, e de preparar um rigoroso e rico zoneamento agropecuário. A cultura de alimentos deve ficar restrita às zonas irrigáveis, pois o risco de perda total será infinitivamente menor. As áreas secas têm de ficar reservadas a culturas industriais, que produzem riquezas, como produção de fibras, óleos, cera, tanino e borracha. Tomemos algumas comparações como exemplo: o milho e o feijão exigem cerca de 600 milímetros de chuva ao longo de três meses. O sorgo produz bem com apenas 300

milímetros em dois meses. A algaroba, excelente produtora de vagens riquíssimas em proteínas para consumo animal e até humano contenta-se com 100 milímetros ao longo de todo um ano. Afinal, se não dá para aumentar a chuva, é possível pelo menos trabalhar com plantas menos exigentes d'água.

A PECUÁRIA NO SEMI-ÁRIDO

É indispensável que universidades e organismos regionais e nacionais se debrucem sobre o desafio do semi-árido: pesquisar espécies nativas, como a ema, o preá, mocó, cutia, qualquer animal rústico e nordestino. Pesquisar a criação de abelhas e peixes, de forma a que se aumente a renda, produzindo alimentos e riqueza.

UMA TAREFA DE TODOS

Mexer fundo em hábitos seculares de alimentação e reprogramar uma agricultura que guarda todos os traços — e vícios — dos colonizadores não é, por certo, tarefa fácil. Talvez nem de uma geração. Com certeza não de uma região, apenas. A questão do Nordeste diz respeito, sem dúvida, a todos os brasileiros. Afinal, "se o problema urbano começa na zona rural, o problema da zona rural tem seu epicentro exatamente na zona semi-árida do Nordeste", como lembrava o economista Romulo de Almeida. Por seu raciocínio, "há no momento uma mudança substancial na inserção do semi-árido no processo capitalista nacional. Há tempos, até pouco tempo, a migração do semi-árido ia inchar as cidades nordestinas e depois transbordava para o Rio e São Paulo. Tinha o papel de engrossar o exército de reserva e evitar a pressão sobre os salários. Isso deprimia os salários urbanos no Centro-Sul, o que facilitava a acumulação desenfreada e propiciava uma produção também desenfreada de excedentes, em favor de uma elite no País. As condições de emprego, à época, permitiam absorver, aos poucos, esse exército de reservas. Mas um resíduo sempre era mantido, tranquilamente, pelas sobras da economia urbana e rural nessas áreas. Recentemente, o agravamento da crise econômica bloqueou a fronteira de emprego no Centro-Sul. E provocou a emigração de paulistas, paranaenses gaúchos. Essas migrações passaram a ser um transtorno, um problema que está agravando a explosão urbana. E não se sabe a saída". Passou o tempo em que o problema do semi-árido dizia respeito apenas aos sertanejos ou aos nordestinos. Se o problema é de todos, a solução também não será isolada. É preciso, por isso, mobilizar toda a consciência nacional para se alicerçar e consolidar a vontade política indispensável ao encaminhamento das verdadeiras soluções para o problema nordestino. É preciso garantir a mobilização das universidades e dos institutos de pesquisa para que desenvolvam tecnologia simples de convivência com a seca. Mas é preciso, sobretudo, garantir ao homem do Nordeste níveis de renda menos infamantes dos que hoje agridem a consciência nacional. Não se pode, afinal, desconhecer a judiciosa observação de um técnico do Centro de Pes-

quisas Agropecuárias do Trópico Semi-Árido, CPATSA, da Embrapa, localizada em Petrolina-PE. Não existe tecnologia a custo zero, dizia o técnico, acrescentando: um homem que não tem recursos sequer para um arado de tração animal, não tem condições de absorver qualquer tecnologia, por mais simples que seja. A realidade sócio-econômica do Nordeste atual condena os nordestinos a se adaptarem ao clima do semi-árido apenas com a enxada e o chapéu de couro. A convivência com a seca evidentemente exige muito mais, por mais heróica que seja a bravura, por mais coenvente que seja a resistência.

RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES

1 — Retomada dos programas e projetos de irrigação segundo o cronograma físico dos planos quinquenais de irrigação para o País como um todo e para o Nordeste semi-árido em especial, reorientando-os de acordo com os seguintes princípios:

a — prioridade absoluta para a pequena irrigação, tanto na destinação da água como na implantação da infra-estrutura física;

b — prioridade absoluta para a absorção, em qualquer projeto de irrigação, dos posseiros e trabalhadores rurais desapropriados das áreas a serem irrigadas;

c — prioridade absoluta para a colonização.

2 — Execução do Plano Nacional de Reforma Agrária para o semi-árido, acompanhada das seguintes medidas emergenciais:

a — desapropriação imediata de todas as áreas de conflito;

b — regularização imediata da situação de posseiros em condições de obter título definitivo de propriedade;

c — titulação de terras devolutas.

3 — Vinculação da construção de novos açudes e da perenização de rios no semi-árido do Nordeste ao aproveitamento social de suas águas, mediante prévia desapropriação de suas margens.

4 — Suspensão temporária dos incentivos fiscais do Fonor Agropecuário, até sua completa reavaliação e reorientação de estratégias e diretrizes. Em hipótese alguma o Finor Agropecuário poderá permanecer com a sistemática atual de desperdício de recursos públicos. Essa orientação deverá contemplar algumas preocupações e indicações:

a — prioridade para a implantação e consolidação de agroindústrias, sobretudo de aproveitamento de matérias-primas produzidas nos perímetros irrigados;

b — prioridade para a implantação e consolidação de cooperativas agrícolas ou agroindustriais, especialmente nas áreas irrigadas;

c — beneficiamento de médio e pequenos proprietários;

d — exclusão da pecuária de corte das áreas de financiamento do Fundo.

5 — Instituição do seguro agrícola, desvinculado de operações do crédito agrícola convencional.

6 — Extensão de todas as vantagens do crédito agrícola e dos preços mínimos a culturas mais recomendáveis ao clima do semi-árido, como o sorgo.

7 — Extensão do crédito rural a culturas industriais e forrageiras xerófilas para a produção de forragem, óleos, fibras e substâncias industriais no semi-árido.

8 — Apoio creditício para o reflorestamento e formação de bosques arbóreos especial-

mente nas margens de rios e cursos d'água do semi-árido, como forma de prevenir e conter a erosão, assoreamento de rios e conseqüentes inundações.

9 — Abertura de crédito subsidiado para a construção de sistemas rurais.

10 — Instalação, no semi-árido, de campos e postos avançados de universidades, especialmente as rurais, de institutos de pesquisas e de organismos públicos voltados para a seca. Observe-se, a propósito, que o DNOCS, o principal órgão federal de enfrentamento da seca, tem todas as suas diretorias estaduais localizadas nas capitais: a mais longe do litoral está em Teresina, por acaso a única capital nordestina não-litorânea.

11 — Promoção de campanhas educativas de valorização de produtos da flora regional, especialmente de xerófilas, no cardápio alimentar nordestino.

12 — Reestudo das prioridades de investimento público em infra-estrutura física de estradas, energia elétrica e telefonia, que tem tido pouco impacto transformador na vida do homem do semi-árido, mais carente de investimentos sociais em saúde, educação e alimentação.

13 — Promoção de amplo seminário sobre a água no semi-árido, como base para propostas de uma nova política de água para a região.

14 — Promoção de debates com a sociedade nordestina para reformular o currículo e o calendário das escolas do interior do Nordeste, adaptando-se às peculiaridades da região.

Sala das Reuniões da Comissão, 16 de agosto de 1989. — Senador *Teotônio Vilela Filho*, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 91ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO VICTOR FACCIÓNI — 2º aniversário do acidente radioativo, em Goiânia.

DEPUTADO ANTÔNIO BRITTO — Críticas ao parecer apresentado pelo Senador João Calmon ao projeto de lei que trata da abertura de crédito suplementar para o Ministério da Educação.

DEPUTADO CID CARVALHO — Reparos a tópicos do discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER — Falta de critério nos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO — Observações sobre o discurso do seu antecessor na tribuna.

SENADOR JOÃO CALMON — Esclarecimentos à citação do discurso do Depu-

tado Antônio Britto, proferido na presente sessão.

DEPUTADO ERNESTO GRADELLA — Aprovação do veto presidencial ao Projeto de Lei de Conversão nº 6/89, que trata dos vencimentos dos servidores públicos. Solidariedade à greve dos funcionários da Polícia Civil.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Repúdio a mudanças na legislação eleitoral, aprovadas pela Câmara dos Deputados.

DEPUTADO LÉZIO SATHLER — Eleição presidencial.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS — Projeto de resolução objetivando alterar o Regimento Comum do Congresso Nacional, com o fim de estabelecer critérios racionais para a elaboração do orçamento geral da República.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 1989, que expede normas de ajustamento do Programa de Estabilização Econômica, de que trata a

Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. *Aprovado* o veto, após usarem da palavra os Srs. Ibsen Pinheiro, Euclides Scalco e José Teixeira.

Projeto de Lei nº 11, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 51.014.108,00. *Aprovado*. À sanção.

Projeto de Lei nº 13, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 170.000.000,00, em favor do Ministério da Educação. *Aprovado* nos termos de substitutivo da Comissão Mista de Orçamento, após usar da palavra o Sr. Aldo Arantes. À sanção.

Projeto de Lei nº 14, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 54.596.413,00. *Aprovado* nos termos de substitutivo da Comissão Mista de Orçamento. À sanção.

Projeto de Lei nº 21, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais

CARTA ABERTA DOS CEARENSES A FAVOR DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

" Distribuir as águas com parcimônia e justiça é tão importante para o Estado, quanto promover a Justiça, quanto prover Educação, Saúde e Segurança".
Declaração Ministerial de Haia - Holanda(2000).

O Brasil é o país com a maior reserva de água doce do planeta. No entanto, esta água é mal distribuída no tempo e no espaço, como bem se percebe pelo fato de a região Nordeste, com seus 51 milhões de habitantes, ou seja, quase 1/3 da população brasileira, contar com apenas 3% da água doce do Brasil para o atendimento das suas necessidades básicas. No Ceará, a disponibilidade hídrica gira em torno de 450 m³/hab/ano, um indicador significativamente abaixo dos 1.500 m³/hab/ano, recomendados pela ONU para a garantia da vida humana e da preservação ambiental. Tal quadro contribui para a inserção da região nordestina num cenário de miséria, no qual a convivência com o semi-árido torna-se desumana para a população nordestina, e principalmente para os cearenses.

Entre as soluções da busca pelo equilíbrio das águas está a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, o rio da integração nacional. O São Francisco banha os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, sendo o caminho da ligação do Sudeste e do Centro-Oeste com o Nordeste. O Projeto de Integração do Rio São Francisco, ora em pauta, prevê a utilização de apenas 26 m³/s de uma vazão firme de 1.850 m³, o que corresponde a pouco mais de 1% da água que o rio derrama no mar. E é exatamente nessa água destinada ao mar que depositamos a segurança hídrica de 12 milhões de nordestinos.

Além de captar uma pequena parte das águas do "Velho Chico", o projeto de interligação das bacias propõe ações de revitalização do rio e recuperação do meio ambiente, que se somam à execução de obras de saneamento básico nas cidades localizadas ao longo do seu curso. O investimento realizado nestas obras chega a R\$ 68,5 milhões em 2005. Na primeira e principal etapa do projeto, os investimentos serão da ordem de R\$ 4,5 bilhões, valor que equivale - tomando-se como referência apenas os custos financeiros- ao que seria despendido em ações de cunho meramente paliativo e assistencialista para atender às populações em dois anos de seca.

Nosso posicionamento a favor do Nordeste não pode ser confundido com posturas redentoras da miséria, da fome e das agruras da seca. A seca é um fenômeno climático, que deve ser enfrentado com a utilização plena dos métodos e tecnologias já desenvolvidas pela inventividade humana.

Por tudo isso, conclamamos os irmãos cearenses, os nordestinos, todos os que ocupam o território nacional, do Oiapoque ao Chuí, para que juntos empunhem a bandeira da justiça social, fazendo com que as águas do Rio São Francisco sejam levadas a quem mais precisa.

Comitê Cearense em Defesa do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Fortaleza, 27 de outubro de 2005.

Dr. Lúcio Alcântara

Governador do Estado do Ceará

Dep. Marcos Cals

Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará

Dep. Chico Lopes

Coordenador do Comitê Cearense em Defesa do Projeto

Instituições que compõem o Comitê Cearense em Defesa do Projeto de Integração do Rio São Francisco

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC
Associação Brasileira de Águas Subterrâneas	Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF
Associação Cearense de Imprensa - ACI	Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC
Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão - ACERT	Fundação Bernardo Feitosa
Associação dos Prefeitos do Ceará - APRECE	Fundação Demócrito Rocha
Associação dos Vice-Prefeitos do Ceará - AVIPRECE	Fundação Ulysses Guimarães
Associação dos Profissionais de Ensino do Estado do Ceará -APEOC	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME
Associação dos Moradores de Choró - Lagoinha	Fundação Raimundo Fagner
Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica -ADAQ	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Associação Comunitária Outeiro de Diamante	Instituto Hidroambiental - IHAB
Associação Comunitária da Igreja de Jesus Cristo	Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP
Associação dos Irrigantes do Vale do Acarape	Instituto da Cidade
Associação Comunitária Buenos Aires	Instituto Maurício Grabois
Associação Comunitária da Fazenda Velha - Itapiúna	Prefeitura de Sobral
Associação dos Usuários de Água do Açude Castro - Itapiúna	Prefeitura de Limoeiro do Norte
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Prefeitura de Brejo Santo
Câmara Municipal de Aracati	Prefeitura de Jati
Câmara Municipal de Tauá	Prefeitura de Quixadá
Centro de Aprendizado Agroecológico	Prefeitura de Cascavel
Centro Vocacional Tecnológico de Beberibe	Prefeitura de Maracanaú
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura- CREA-CE	Prefeitura de Itapiúna
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura- CREA-RJ	Partido Comunista do Brasil
Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH	Partido dos Trabalhadores
Centro Federal de Ensino Tecnológico - CEFET-CE	Partido Popular Socialista
Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais- CPRM	Partido Verde
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Maranguape	Vice-Prefeitura de Fortaleza
Centro Cultural Bárbara de Alencar	VBA Consultores
Cia. Agroindustrial Ltda - Cascavel	Rotary Club Internacional
Comitê da Bacia Hidrográfica da Região do Jaguaribe	Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará - SEMACE
Comitê da Bacia Hidrográfica da Região Metropolitana de Fortaleza	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos e Meio Ambiente de Aquiraz
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS	Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano de Maracanaú
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Secretaria de Saúde de Caucaia
Faculdades Integradas do Ceará - FIC	Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência do Estado do Ceará - SINPRECE
	TV Cidade
	TV União
	Universidade Estadual do Ceará - UECE
	Universidade Federal do Ceará - UFC
	Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Impressões sobre as Secas: no Executivo

"A seca é um fenômeno conservativo. A seca não estraga nada, ela não destrói energia, não destrói estrada, por sinal, é uma época boa para se construir. Muita gente escolhe a seca para consertar o telhado das casas, e é nessa ocasião que se reforma a pintura das residências. A seca só tem um problema grave: inibe a produção e cria o desemprego para a população que depende da agricultura, apesar do pico da agricultura ser baixo, mas o emprego do campo é fundamental para a vida dos cearenses."

Trecho de palestra ministrada por Hypérides Macedo, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional. (Ciclo de Palestra Ceará 400 anos, realizado na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. 8/9/2003)



"Em São Paulo, abrir estrada é abrir a fronteira agrícola, pode colocar energia do lado que tem produção, ao lado da estrada. Já no Ceará não tem produção ao lado da estrada, só tem poste, mas não tem transformador. O que caracteriza a produção é o transformador. Não tendo poste, termina fazendo o seguinte: botando água, não tem solo, porque os açudes geralmente são nos boqueirões de rocha, dificilmente tem solo bom perto, tem que levar canais para botar água em solo bom. Se bota água, não tem solo, bota energia, não tem água, porque é na beira da estrada, e bota estrada e não tem produção. [...] Infelizmente, o nosso planejamento era assim, e tem muita rede elétrica em locais completamente insustentáveis. Está na hora de usar quatro emes: Manejo de flora, Manejo de água, Manejo de solo e Manejo de gente. O Ceará precisa melhorar, ordenar o território, induzir populações a caminhar por cima dos mosaicos azul e verde.

[...] como é que coloca o povo em cima disso? Se fizer Reforma Agrária onde não tem produção nenhuma, não adianta nem botar água. Nunca esqueço quando chamaram o Fernando Henrique Cardoso para assinar uma ordem de serviço de uma fazenda de Reforma Agrária aqui, com um aparato maior do mundo. O General botando o carro em tudo que era lugar para evitar qualquer manifestação, fechando as entradas da estrada para aquela propriedade chamada Charneca, que foi vendida para Reforma Agrária, em São João do Jaguaribe. Charneca, em português lusitano, significa vegetação xerófila, isso em Portugal, avalie no Nordeste. Botaram o povo em cima de pedra, em cima de Jurema Preta. Ali não adianta. Os assentados queriam água, para que? se não tem solo para produzir?

Trecho de palestra ministrada por Hypérides Macedo, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional. (Ciclo de Palestra realizado na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. 8/9/2003)



Fotografia de Cid Barbosa

EVOLUINDO NO CONVÍVIO COM AS SECAS Fevereiro de 2006

Entre 1605 e 1606 há notícias da primeira grande seca no Ceará. Parte da expedição militar e exploratória, que havia partido de Pernambuco e Paraíba dois anos antes, é surpreendida por uma severa estiagem. Na jornada de regresso, a fome e a sede intensas matam alguns soldados e um dos filhos do comandante Pero Coelho de Sousa.

Em 1609, o também expedicionário Martins Soares Moreno, considerado o verdadeiro colonizador do Ceará, refaz a mesma jornada, retorna ao “rincão de mil asprezas”, como escreve o historiador Batista Aragão.

Não é de estranhar que o território cearense tenha se apresentado tão hostil aos primeiros colonizadores. De onde vieram, havia os ambientes de *mata atlântica, zona da mata e agreste*. Também chuvas e rios em mais quantidade. Mas quase nada dessas amenidades ocorria no Ceará, cujos ambientes se resumiam, praticamente, às areais do litoral e à aridez do sertão.

As impressões que tiveram os colonizadores, felizmente, não se sustentariam hoje. Evoluímos bastante no convívio com as estiagens. Segundo a Funceme, 2005 foi o quinto ano mais seco que o Ceará teve nas últimas três décadas. A queda de safra foi de 60%. Mas mesmo assim não se ouviu falar em saques, frentes de emergência, rebanhos morrendo de sede e fome...

Isso ocorreu porque as ações governamentais em relação à seca estão mais consistentes. Abandonou-se o clientelismo que só servia, por um lado, para perpetuar o problema e, por outro, para humilhar o sertanejo. Desde 1998, por exemplo, a execução de 2.026 projetos de abastecimento hídrico reduziu de 2 milhões para cerca de 350 mil o universo de cearenses passíveis de terem problema com acesso à água nas longas estiagens.

Em 1998, quando a seca foi menos severa que 2005, o estado demandou cerca de 600 carros-pipa. No ano passado, 29% desse total foram suficientes. Além disso, desde 2001 abolimos as chamadas *frentes de emergência*. Estamos evoluindo a partir da adoção de políticas mais eficazes de convívio com as secas.

E o primeiro passo para estruturar essas políticas foi um diagnóstico objetivo dos danos que as secas causam à população: a incapacidade de garantir consumo satisfatório de alimento e água; e a impossibilidade de prover renda a partir de atividades produtivas.

Realizado o diagnóstico, estabelecemos metas e meios para viabilizá-las. Esse processo resultou em programas e ações que atuam em quatro grandes frentes: *transferência emergencial de renda; consolidação de infra-estrutura; capacitação de pessoas; e modernização agropecuária e crédito rural*.

Mais recentemente, essas intervenções foram sistematizadas no programa Sertão Vivo, que envolve várias secretarias, com o objetivo de propor e acompanhar políticas de caráter *emergencial, temporário e permanente de enfrentamento das secas*. Também se arquitetou, no âmbito do Sertão Vivo, o *sistema estadual de alerta*, que deflagra, se necessário, ações de proteção social.

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), por exemplo, se transformou numa política importante de convívio com as secas, já que investe nas pes-

soas e municípios mais carentes — e estes geralmente estão no semi-árido. No ano passado, o fundo aplicou R\$ 139,8 milhões.

Nesse aspecto, programas federais como *bolsa-família* e, especialmente, o *Funrural* também têm méritos inquestionáveis. A própria reforma agrária tem sua importância, na medida em que confere títulos de propriedade, que facilitam, entre outras coisas, o acesso ao crédito.

A assistência social e transferência de renda, contudo, devem ser consideradas como estratégias transitórias. Mais importante ainda é criar condições de *desenvolvimento sustentável* — eixo no qual atuam as três outras frentes do Sertão Vivo. Isso inclui a *infra-estrutura*, seara em que o estado acumula realizações respeitáveis.

Para se ter idéia, até 1983 o Ceará não tinha rio perene. Hoje, os açudes perenizam 2,5 mil quilômetros de rios. Em 18 anos o estado dobrou sua capacidade de armazenagem de água. Somente o Castanhão representa quase um terço do esforço realizado para acumular água em séculos de história. Entre 1992 e 2004, segundo o IBGE, a quantidade de domicílios com *água adequada* subiu de 45,1% para 75,5%.

Nas áreas de transporte, eletrificação e comunicação os dados são igualmente expressivos para as populações sertanejas que, em virtude da política estadual de investir em cidades do interior, também estão menos dependentes da capital. Entre 2000 e 2003, por exemplo, o PIB do interior, em relação à Região Metropolitana de Fortaleza, evoluiu de 38,1% para 40,4%.

Nesse momento, verifica-se no Ceará tanto o crescimento das economias do interior como um processo de urbanização das cidades — ambos incentivados pelo governo. No primeiro caso, porque estudos indicaram a necessidade de desconcentrar economicamente a renda — o que pressupõe investir no fortalecimento de uma rede de cidades no interior.

Já o estímulo à urbanização leva em consideração dois aspectos: que essa é uma tendência mundial; e que, instaladas nas cidades, as pessoas têm mais acesso a serviços e oportunidades. Isso não significa, no entanto, que as comunidades rurais estejam sendo preteridas em relação às urbanas. Há políticas simultâneas para ambas.

Se, por exemplo, os empreendedores urbanos contam com os *agentes de inovação* na promoção de negócios e inovação tecnológica, os produtores rurais dispõem do *consultor empresarial rural*. Se as cidades recebem investimentos do Prourb, o campo tem a atenção do Sertão Vivo. Ademais, há estratégias que beneficiam ambos igualmente, como as políticas de educação e capacitação tecnológica.

No que se refere à *capacitação de pessoas*, entre 1992 e 2004 a taxa de escolarização de crianças evoluiu de 80,8% para 96,2% e o analfabetismo recuou de 34,4% para 21,8%. A interiorização das três universidades estaduais é outro dado relevante — com cinco centros, seis faculdades e três *campi*, a Uece hoje está presente em 13 municípios.

A mesma filosofia de irradiar conhecimento é seguida pela rede Centec de educação tecnológica, criada em 1995 e que já conta com 43 unidades. O governo também lançou recentemente o programa Unicampo para fomentar a formação de *capital humano* junto a pequenos agricultores — trabalho que vai contar com o apoio dos *agentes rurais*, que atuarão em consonância com a Ematerce.

O programa Agente Rural, na nossa avaliação, pode abrir novas perspectivas para o pequeno produtor — tal qual o *agente comunitário de saúde* fez em relação à criança e à gestante pobres. Ou seja: mais atenção, acompanhamento sistemático e transferência de conhecimento. Por isso, em 2006, mais 409 técnicos vão se somar aos 709 agentes rurais que atuaram no ano passado.

Esses investimentos também reforçam outros programas de atenção ao pequeno produtor, a exemplo do *São José e Caminhos de Israel* — que trabalha a organização e o aporte tecnológico para agricultores de base familiar, e cuja meta é atender 24 mil produtores em 2006.

Nos últimos anos, a agricultura familiar também passou a contar com o *seguro-safra*, iniciativa concebida no Ceará e considerada imprescindível para reduzir a incerteza que ainda é produzir no semi-árido. No ano passado, 132 mil pequenos produtores cearenses se habilitaram ao programa, dos quais 115 mil estão aptos a receber R\$ 63,25 milhões.

Em termos de *modernização da agropecuária*, uma série de programas está em execução. Com isso, em 2005 o Ceará não só manteve a liderança nas exportações de produtos tradicionais — castanha de caju, camarão, lagosta, cera de carnaúba — como passou a figurar entre os principais exportadores de flores, mel, sucos de frutas e couros e peles.

O governo também está investindo para disseminar inovações. Recentemente adquiriu 80 máquinas para *plantio direto* e *captação in situ* — técnicas que favorecem a conservação do solo e a retenção da umidade. Providências desse tipo têm permitindo à *agricultura de sequeiro* elevar sua produtividade.

O crédito e a capacitação também estão mais acessíveis ao pequeno produtor. Em 2005, o Pronaf financiou R\$ 159,6 milhões no estado, e a recente criação do *Agroamigo*, pelo Banco do Nordeste, indica que neste ano haverá ainda mais recursos. Nesse sentido, é importante reconhecer uma disposição clara do Governo Federal, além de instituições como o Sebrae e o Banco do Brasil, em apoiar o pequeno produtor.

Os crescentes investimentos em capacitação, assistência técnica e crédito rural, por sua vez, vêm se desdobrando rapidamente em geração de emprego e renda, conferindo nova feição à economia de muitas cidades do interior. Entre 1999 e 2005, o valor bruto da produção agropecuária evoluiu de R\$ 1,61 bilhão para R\$ 3,15 bilhões.

As exportações de frutas e flores dos pólos de irrigação, por exemplo, saltaram de US\$ 1,9 milhão, em 1999, para US\$ 44,6 milhões no ano passado. E esse volume tende a dobrar nos próximos quatro anos. Essas e outras iniciativas têm permitido evitar reduções bruscas na *renda agrícola* cearense, mesmo quando se enfrenta anos difíceis como 2005.

A partir, portanto, de ações em várias frentes estamos cada vez mais habilitados a conviver com a seca. Creio que cenas dolorosas das estiagens — a fome e sede agudas, as frentes de emergência, o desassossego dos saques, o alvoroço da disputa por uma lata de água — são coisas do passado. As novas gerações estão mais prontas para enfrentar com destemor os períodos de seca extremada e prover com dignidade o sustento de suas famílias.

Francisco de Queiróz Maia Júnior
Vice-Governador e Secretário do Planejamento e Coordenação
do Estado do Ceará

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL – PRODHAM

O Projeto Desenvolvimento Hidroambiental – PRODHAM é um Projeto Piloto integrado que se tem mostrado eficiente no controle da ação antrópica sobre os recursos naturais, aumentando a resistência aos efeitos das estiagens, e possibilitando o desenvolvimento sustentável das populações rurais em torno das microbacias hidrográficas. Ao reduzir os efeitos danosos da erosão hídrica, proporciona melhores condições para o aumento do rendimento das produções agrícolas, inclusive entendendo o uso hidroagrícola do solo pelo aproveitamento dos sedimentos úmidos retidos nas barragens sucessivas.

O PRODHAM mostra que o gerenciamento de bacias não se restringe ao controle da água a jusante dos barramentos, mas também a montante, nas nascentes das diferentes bacias.

O PRODHAM evidencia ainda que é possível desenvolver tecnologias para o semi-árido do Nordeste do Brasil, que possibilitem a sustentabilidade da ação econômica com a visão de conservação dos recursos hidroambientais.

O Programa de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos - PROGERIH, executado pela Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, financiado pelo Banco Mundial, tem como objetivos centrais ampliar a oferta e a garantia de água para usos múltiplos, aumentando a eficiência da gestão do sistema integrado, promovendo o uso múltiplo eficiente e a gestão participativa dos recursos hídricos, assim como, o manejo adequado das microbacias hidrográficas.

Para promoção desses objetivos o programa dá suporte às ações de apoio à organização e ao fortalecimento de associações de usuários da água, à implementação e difusão de tecnologias mais eficientes de manejo e uso da água e solo, além da educação, informação e treinamento de usuários.

Concomitantemente ao programa de interligação das bacias hidrográficas do Estado verificou-se a necessidade da recuperação ambiental nas nascentes dos rios/riachos que abastecem os grandes reservatórios de água, especialmente das áreas de microbacias hidrográficas que passam pela porção semi-árida cearense, cujos valores espaciais ocupam 87,98% do território e é constituído de solos rasos com grande vulnerabilidade à erosão hídrica e baixo potencial de retenção de água.

Nessas regiões, os solos são extremamente rasos e pobres, a vegetação perde a folhagem no verão permitindo que o vento atinja mais velocidade na superfície do chão. A precipitação anual da região varia entre 500 - 750mm, sendo que existe uma grande variabilidade temporal e espacial, com a taxa de evaporação média girando em torno de 2.000mm/anuais.

Soma-se a esses fatores, a ocupação desordenada do território, a situação fundiária complexa e o modelo de exploração agrícola inadequado, levando a problemas de destruição da biodiversidade e conseqüente diminuição da disponibilidade dos recursos hídricos, acelerando o processo de empobrecimento das populações radicadas no semi-árido, apresentando alta vulnerabilidade aos períodos de estiagem e baixa qualidade de vida, nos limites da sobrevivência humana em períodos mais críticos de contingência climática.

Resultados obtidos

Um aspecto bastante positivo no desenvolvimento do PRODHAM é a crescente participação dos diversos atores sociais envolvidos nas discussões de implementação das ações e gerenciamento dos recursos financeiros destinados as obras hidroambientais e sua crescente preocupação em garantir a utilização desses recursos em atividades sustentáveis, que possam trazer melhorias de vida, principalmente para jovens e mulheres.

Outra questão que merece destaque é o conhecimento adquirido pela população em geral dos problemas ambientais e da importância de preservação da Microbacia Hidrográfica para a manutenção da rede hídrica do Estado.

Quanto as obras hidroambientais, os resultados que já podemos verificar são os seguintes:

1 Terraceamento

- Aumentou a capacidade de retenção de água pelo solo para usos das culturas;
- melhorou a topografia e possibilitou a mecanização em áreas agrícolas;
- reduziu o pico de descarga de cursos d'água, o que contribui no controle do risco de inundações nas áreas mais baixas das MBH's.

2 Cordões de vegetação em contorno

- Modificou o micro-relevo entre a faixa de solo compreendida entre dois cordões sucessivos, além de aumentar a profundidade do solo;
- melhorou a capacidade de uso e a aptidão agrícola;
- possibilitou usos múltiplos da vegetação plantada nos cordões (forragem, lenha, frutos, estacas).

3 Adequação de estradas vicinais

- Melhorou as condições de acesso para as comunidades.

4 Abastecimento comunitário (Poços e Cisternas)

- Garantiu água para o abastecimento humano e animal.

5 Recuperação de áreas degradadas e reflorestamento

- Regularizou o ciclo hidrológico;
- reduziu a erosão;
- melhorou a qualidade da água;
- proteção da fauna e flora.

6 Barragem sucessiva

- Ocorreu o ressurgimento da flora e fauna nas áreas de influência das barragens;

- melhorou a disponibilidade da biomassa forrageira nas áreas de influência das barragens;
- melhorou a qualidade da água dos tributários;
- diminui a erosão/assoreamento dos açudes.

7 Cordões de pedra em contorno

- Modificou o micro-relevo entre faixa de solo compreendida entre dois cordões de pedras sucessivos, além de ter aumentado a profundidade de uso e a aptidão agrícola.

8 Barragem subterrânea

- Garantiu água para o abastecimento;
- proporcionou um substrato úmido para plantio.

João Bosco Oliveira
Ricardo Lima de Medeiros Marques
Antônio José Câmara Fernandes
Secretaria de Recursos Hídricos

Mapas e Gráficos

Mapas e Gráficos



O Estado do Ceará, situado na Região Nordeste, possui uma população estimada de 8 milhões de habitantes. De acordo com laudo elaborado pelo Núcleo de Estudos da Pobreza do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Ceará (CAEN), o Ceará registra a sexta maior proporção de pobres entre as 27 unidades da Federação.

Na linha de pobreza vivem cerca de 4,5 milhões de pessoas com renda equivalente a R\$ 154,36 (cento e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos) por mês; já na linha de indigência vivem 2,3 milhões de pessoas que percebem renda mensal de R\$ 77, 18 (setenta e sete reais e dezoito centavos).

A população do Ceará está distribuída entre os 184 municípios existentes. Os mapas e gráficos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) ora anexados, são válidos instrumentos para a orientação e execução de políticas públicas.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

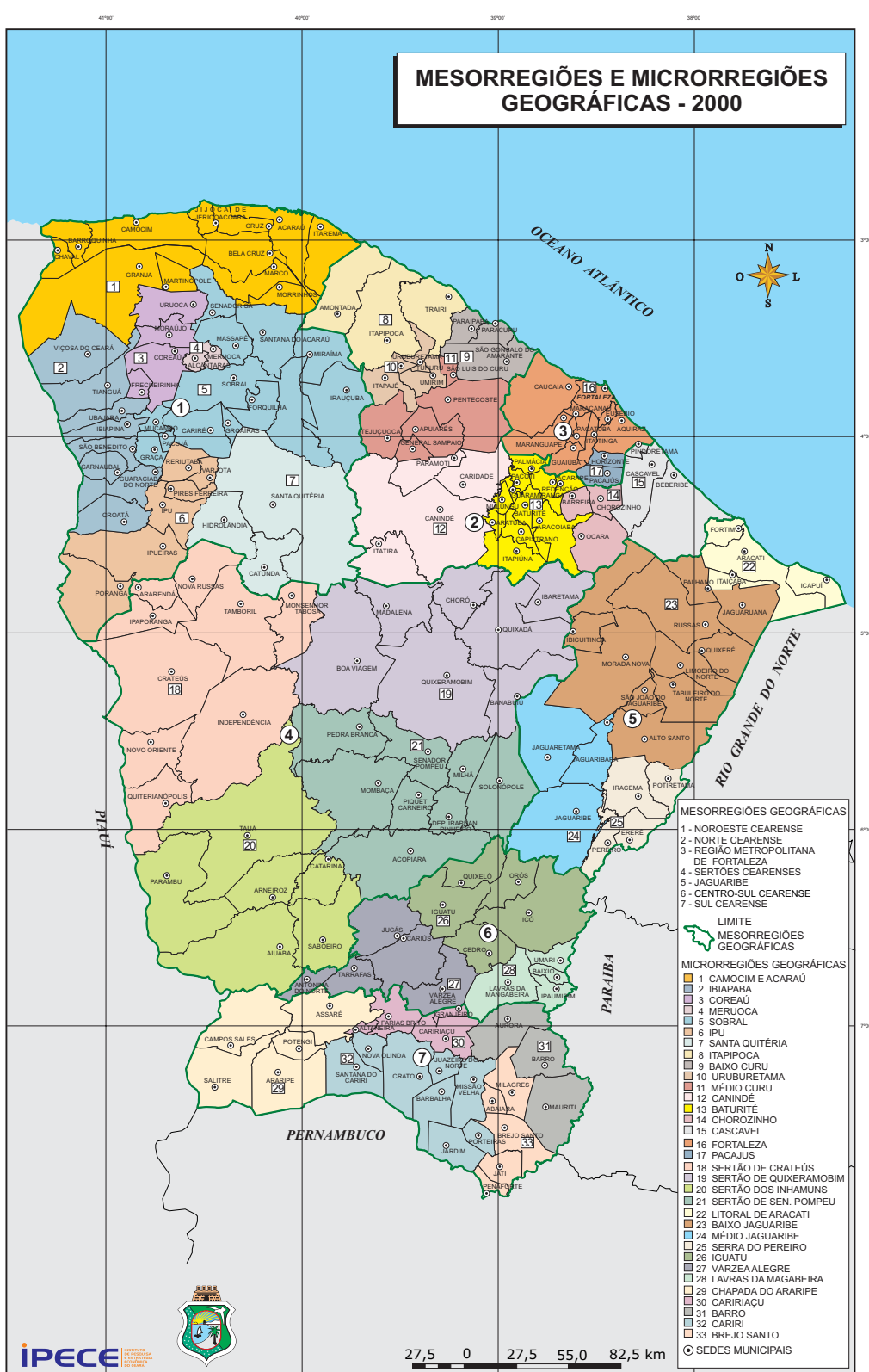
Município	Ano de Instalação	Área km ²	Microrregião	Mesorregião
Abaiara	1.957	179,906	Brejo Santo	Sul Cearense
Acarape	1.989	155,188	Baturité	Norte Cearense
Acaraú	1.849	842,884	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Acopiara	1.921	2.265,316	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Aiuaba	1.956	2.434,41	Sertão de Inhamuns	Sertões Cearenses
Alcântaras	1.957	138,596	Meruoca	Noroeste Cearense
Altaneira	1.958	73,296	Caririaçu	Sul Cearense
Alto Santo	1.957	1.338,74	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Amontada	1.986	1.179,59	Itapipoca	Norte Cearense
Antonina do Norte	1.958	260,101	Várzea Alegre	Centro-Sul Cearense
Apuiarés	1.957	544,744	Médio Curu	Norte Cearense
Aquiraz	1.933	480,976	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Aracati	1.842	1.229,194	Litoral de Aracati	Jaguaribe
Aracoiaba	1.933	656,532	Baturité	Norte Cearense
Ararendá	1.993	344,132	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Araripe	1.935	1.347,05	Chapada do Araripe	Sul Cearense
Aratuba	1.957	142,538	Baturité	Norte Cearense
Arneiroz	1.957	1.066,43	Sertão dos Inhamuns	Sertões Cearenses
Assaré	1.865	1.116,32	Chapada do Araripe	Sul Cearense
Aurora	1.933	885,827	Barro	Sul Cearense
Baixio	1.956	146,442	Lavras da Mangabeira	Centro-Sul Cearense
Banabuiú	1.989	1.079,99	Sertão de Quixeramobim	Sertões Cearenses
Barbalha	1.876	479,184	Cariri	Sul Cearense
Barreira	1.989	245,946	Chorozinho	Norte Cearense
Barro	1.951	709,655	Barro	Sul Cearense
Barroquinha	1.989	383,426	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Baturité	1.858	308,78	Baturité	Norte Cearense
Beberibe	1.951	1.616,39	Cascavel	Norte Cearense
Bela Cruz	1.957	841,718	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Boa Viagem	1.936	2.836,77	Sertão de Quixeramobim	Sertões Cearenses
Brejo Santo	1.890	661,959	Brejo Santo	Sul Cearense
Camocim	1.879	1.123,94	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Campos Sales	1.933	1.082,77	Chapada do Araripe	Sul Cearense
Canindé	1.846	3.218,42	Canindé	Norte Cearense
Capistrano	1.951	194,797	Baturité	Norte Cearense
Caridade	1.958	846,373	Canindé	Norte Cearense
Cariré	1.935	756,893	Sobral	Noroeste Cearense

Município	Ano de Instalação	Área km ²	Microrregião	Mesorregião
Cariariçu	1.933	623,823	Cariariçu	Sul Cearense
Cariús	1951	1.061,83	Várzea Alegre	Centro-Sul Cearense
Carnaubal	1.957	364,75	Ibiapaba	Noroeste Cearense
Cascavel	1.833	837,967	Cascavel	Norte Cearense
Catarina	1.957	486,859	Sertão de Inhamuns	Sertões Cearenses
Catunda	1.993	790,483	Santa Quitéria	Noroeste Cearense
Caucaia	1.903	1.227,90	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Cedro	1.920	725,786	Iguatu	Centro-Sul Cearense
Chaval	1.951	238,228	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Chorozinho	1.989	278,4	Chorozinho	Norte Cearense
Choró	1.993	815,759	Sertão de Quixeramobim	Sertões Cearenses
Coreaú	1.935	775,746	Coreaú	Noroeste Cearense
Crateús	1.832	2.985,41	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Crato	1.853	1.009,20	Cariri	Sul Cearense
Croatá	1.989	700,356	Ibiapaba	Noroeste Cearense
Cruz	1.986	334,833	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Deputado Irapuan Pinheiro	1.989	470,421	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Ereré	1.989	382,73	Serra de Pereiro	Jaguaribe
Eusébio	1.989	76,583	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Farias Brito	1.890	503,574	Cariariçu	Sul Cearense
Forquilha	1.986	516,988	Sobral	Noroeste Cearense
Fortaleza	1.725	313,14	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Fortim	1.993	280,184	Litoral de Aracati	Jaguaribe
Frecheirinha	1.951	181,24	Coreaú	Noroeste Cearense
General Sampaio	1.956	206,198	Médio Curu	Norte Cearense
Graça	1.989	281,89	Sobral	Noroeste Cearense
Granja	1.776	2.697,20	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Granjeiro	1.957	100,135	Cariariçu	Sul Cearense
Groaíras	1.957	155,963	Sobral	Noroeste Cearense
Guaiúba	1.989	267,203	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Guaraciaba do Norte	1.879	611,463	Ibiapaba	Noroeste Cearense
Guaramiranga	1.990	59,471	Baturité	Norte Cearense
Hidrolândia	1.957	966,572	Santa Quitéria	Noroeste Cearense
Horizonte	1.989	159,972	Pacajus	Metropolitana de Fortaleza
Ibaretama	1.989	877,26	Sertão de Quixeramobim	Sertões Cearenses
Ibiapina	1.933	414,902	Ibiapaba	Noroeste Cearense
Ibicuitinga	1.989	424,242	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Icapuí	1.986	428,688	Litoral de Aracati	Jaguaribe
Icó	1.738	1.871,98	Iguatu	Centro-Sul Cearense
Iguatu	1.851	1.029,00	Iguatu	Centro-Sul Cearense
Independência	1.933	3.218,64	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Ipaporanga	1.989	701,99	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Ipauimirim	1.951	273,696	Lavras da Mangabeira	Centro-Sul Cearense

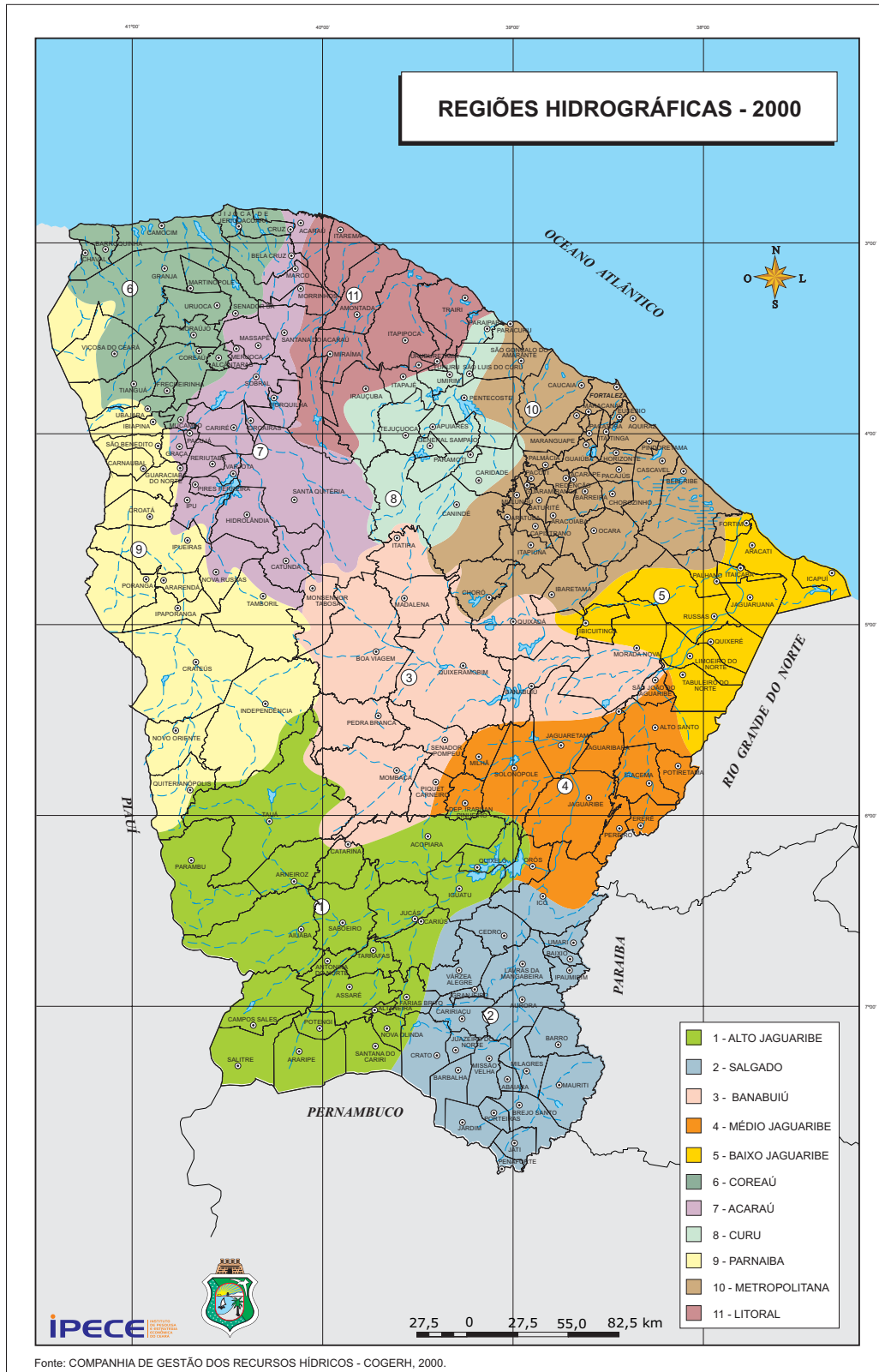
Município	Ano de Instalação	Área km ²	Microrregião	Mesorregião
Ipu	1.842	630,468	Ipu	Noroeste Cearense
Ipueiras	1.935	1.474,11	Ipu	Noroeste Cearense
Iracema	1.951	822,833	Serra de Pereiro	Jaguaribe
Irauçuba	1.957	1.461,22	Sobral	Noroeste Cearense
Itaíçaba	1.956	209,49	Litoral de Aracati	Jaguaribe
Itaitinga	1.993	150,788	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Itapajé	1.933	439,501	Uruburetama	Norte Cearense
Itapipoca	1.823	1.614,68	Itapipoca	Norte Cearense
Itapiúna	1.957	588,684	Baturité	Norte Cearense
Itarema	1.986	720,668	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Itatira	1.951	783,347	Canindé	Norte Cearense
Jaguaratama	1.935	1.759,72	Médio Jaguaribe	Jaguaribe
Jaguaribara	1.957	668,291	Médio Jaguaribe	Jaguaribe
Jaguaribe	1.864	1.876,79	Médio Jaguaribe	Jaguaribe
Jaguaruana	1.865	867,251	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Jardim	1.814	457,034	Cariri	Sul Cearense
Jati	1.951	312,584	Brejo Santo	Sul Cearense
Jijoca de Jericoacoara	1.990	201,858	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Juazeiro do Norte	1.911	248,558	Cariri	Sul Cearense
Jucás	1.859	937,18	Várzea Alegre	Centro-Sul Cearense
Lavras da Mangabeira	1.816	947,957	Lavras da Mangabeira	Centro-Sul Cearense
Limoeiro do Norte	1.871	751,535	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Madalena	1.989	1.034,77	Sertão de Quixeramobim	Sertões Cearenses
Maracanaú	1.983	105,696	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Maranguape	1.851	590,824	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Marco	1.951	574,148	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Martinópolis	1.957	298,948	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Massapê	1.897	571,531	Sobral	Noroeste Cearense
Mauriti	1.933	1.111,86	Barro	Sul Cearense
Meruoca	1.951	144,94	Meruoca	Noroeste Cearense
Milagres	1.846	546,637	Brejo Santo	Sul Cearense
Milhã	1.986	502,036	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Miraíma	1.989	699,588	Sobral	Noroeste Cearense
Missão Velha	1.864	651,108	Cariri	Sul Cearense
Mombaça	1.933	2.119,46	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Monsenhor Tabosa	1.951	886,303	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Morada Nova	1.876	2.779,23	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Moraújo	1.957	416,614	Coreaú	Noroeste Cearense
Morrinhos	1.957	408,878	Litoral de Camocim e Acaraú	Noroeste Cearense
Mucambo	1.953	190,538	Sobral	Noroeste Cearense
Mulungu	1.957	134,594	Baturité	Norte Cearense
Nova Olinda	1.957	264,404	Cariri	Sul Cearense
Nova Russas	1.933	742,763	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses

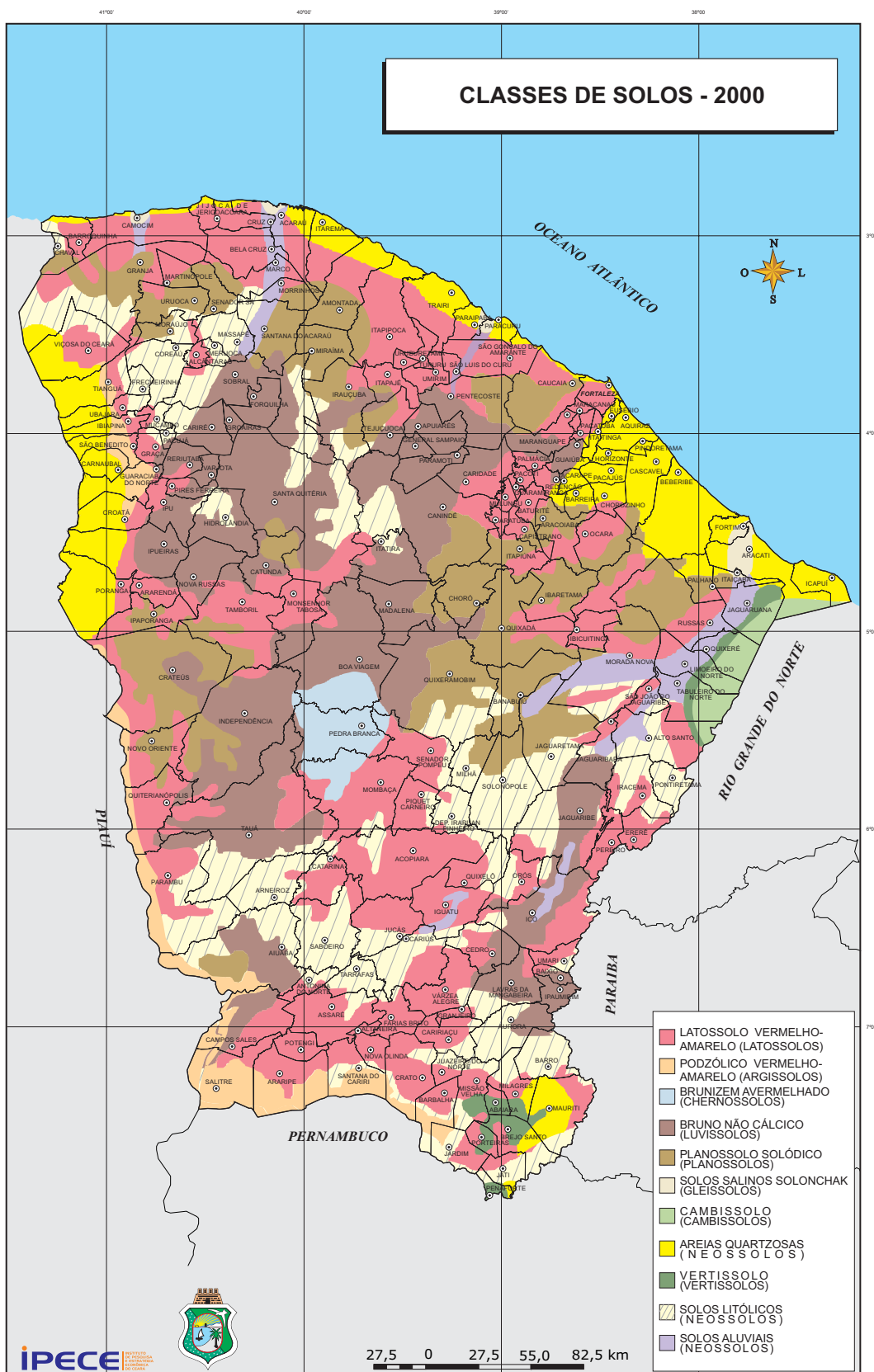
Município	Ano de Instalação	Área km ²	Microrregião	Mesorregião
Novo Oriente	1.957	949,206	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Ocara	1.989	765,366	Chorozinho	Norte Cearense
Orós	1.956	576,269	Iguatu	Centro-Sul Cearense
Pacajus	1.935	254,435	Pacajus	Metropolitana de Fortaleza
Pacatuba	1.869	132,427	Fortaleza	Metropolitana de Fortaleza
Pacoti	1.933	111,959	Baturité	Norte Cearense
Pacujá	1.957	78,1	Sobral	Noroeste Cearense
Palhano	1.958	442,785	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Palmácia	1.957	117,816	Baturité	Norte Cearense
Paracuru	1.951	303,253	Baixo Curu	Norte Cearense
Paraipaba	1.986	301,123	Baixo Curu	Norte Cearense
Parambu	1.956	2.303,40	Sertão de Inhamuns	Sertões Cearenses
Paramoti	1.957	482,648	Canindé	Norte Cearense
Pedra Branca	1.935	1.303,27	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Penaforte	1.958	190,428	Brejo Santo	Sul Cearense
Pentecoste	1.935	1.378,30	Médio Curu	Norte Cearense
Pereiro	1.933	432,881	Serra de Pereiro	Jaguaribe
Pindoretama	1.989	72,855	Cascavel	Norte Cearense
Piquet Carneiro	1.957	587,887	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Pires Ferreira	1.989	242,189	Ipu	Noroeste Cearense
Poranga	1.957	1.309,27	Ipu	Noroeste Cearense
Porteiras	1.951	217,57	Cariri	Sul Cearense
Potengi	1.957	338,723	Chapada do Araripe	Sul Cearense
Potiretama	1.989	409,238	Serra de Pereiro	Jaguaribe
Quiterianópolis	1.989	1.040,96	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Quixadá	1.870	2.019,82	Sertão de Quixeramobim	Sertões Cearenses
Quixelô	1.986	559,76	Iguatu	Centro-Sul Cearense
Quixeramobim	1.856	3.275,84	Sertão de Quixeramobim	Sertões Cearenses
Quixeré	1.957	616,825	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Redenção	1.889	225,626	Baturité	Norte Cearense
Reriutaba	1.935	383,119	Ipu	Noroeste Cearense
Russas	1.859	1.588,11	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Saboeiro	1.935	1.383,47	Sertão dos Inhamuns	Sertões Cearenses
Salitre	1.989	899,824	Chapada do Araripe	Sul Cearense
Santa Quitéria	1.856	4.260,68	Santa Quitéria	Noroeste Cearense
Santana do Acaraú	1.862	969,323	Sobral	Noroeste Cearense
Santana do Cariri	1.885	768,768	Cariri	Sul Cearense
São Benedito	1.872	338,149	Ibiapaba	Noroeste Cearense
São Gonçalo do Amarante	1.921	834,394	Baixo Curu	Norte Cearense
São João do Jaguaribe	1.957	280,436	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
São Luís do Curu	1.951	122,42	Médio Curu	Norte Cearense
Senador Pompeu	1.896	1.002,13	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Senador Sá	1.957	430,58	Sobral Noroeste	Cearense

Município	Ano de Instalação	Área km ²	Microrregião	Mesorregião
Sobral	1.841	2.122,99	Sobral Noroeste	Cearense
Solonópole	1.935	1.536,16	Sertão de Senador Pompeu	Sertões Cearenses
Tabuleiro do Norte	1.957	861,838	Baixo Jaguaribe	Jaguaribe
Tamboril	1.933	1.961,63	Sertão de Crateús	Sertões Cearenses
Tarrafas	1.989	454,39	Várzea Alegre	Centro-Sul Cearense
Tauá	1.929	4.018,19	Sertão dos Inhamuns	Sertões Cearenses
Tejuçuoca	1.989	750,605	Médio Curu	Norte Cearense
Tianguá	1.933	908,893	Ibiapaba	Noroeste Cearense
Trairi	1.951	924,555	Itapipoca	Norte Cearense
Tururu	1.989	192,548	Uruburetama	Norte Cearense
Ubajara	1.915	421,037	Ibiapaba	Noroeste Cearense
Umari	1.956	263,197	Lavras da Mangabeira	Centro-Sul Cearense
Umirim	1.989	326,496	Uruburetama	Norte Cearense
Uruburetama	1.899	97,107	Uruburetama	Norte Cearense
Uruoca	1.957	696,77	Coreaú	Noroeste Cearense
Varjota	1.986	179,255	Ipu	Noroeste Cearense
Várzea Alegre	1.933	835,706	Várzea Alegre	Centro-Sul Cearense
Viçosa do Ceará	1.882	1.311,59	Ibiapaba	Noroeste Cearense

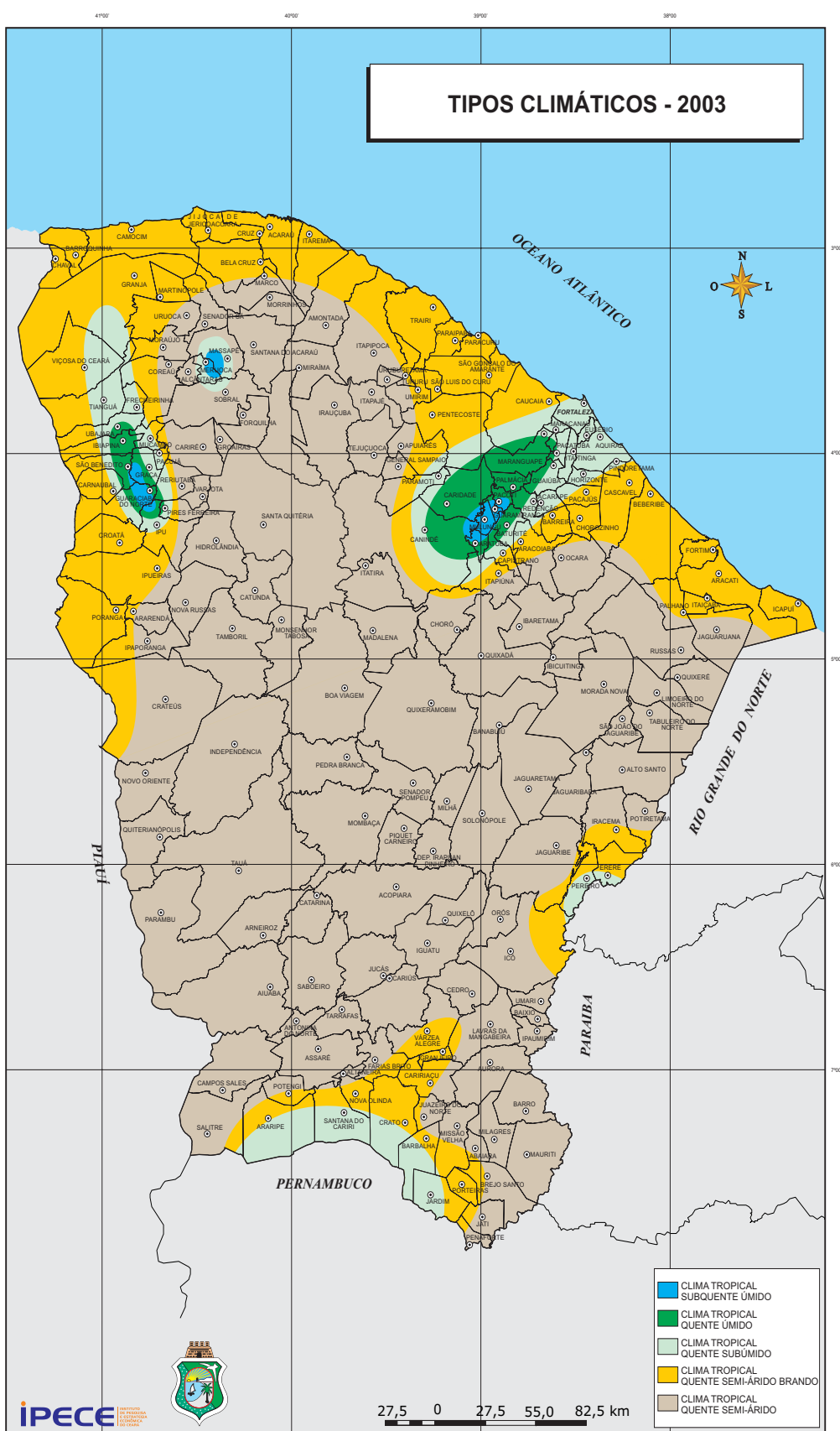


Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2000.

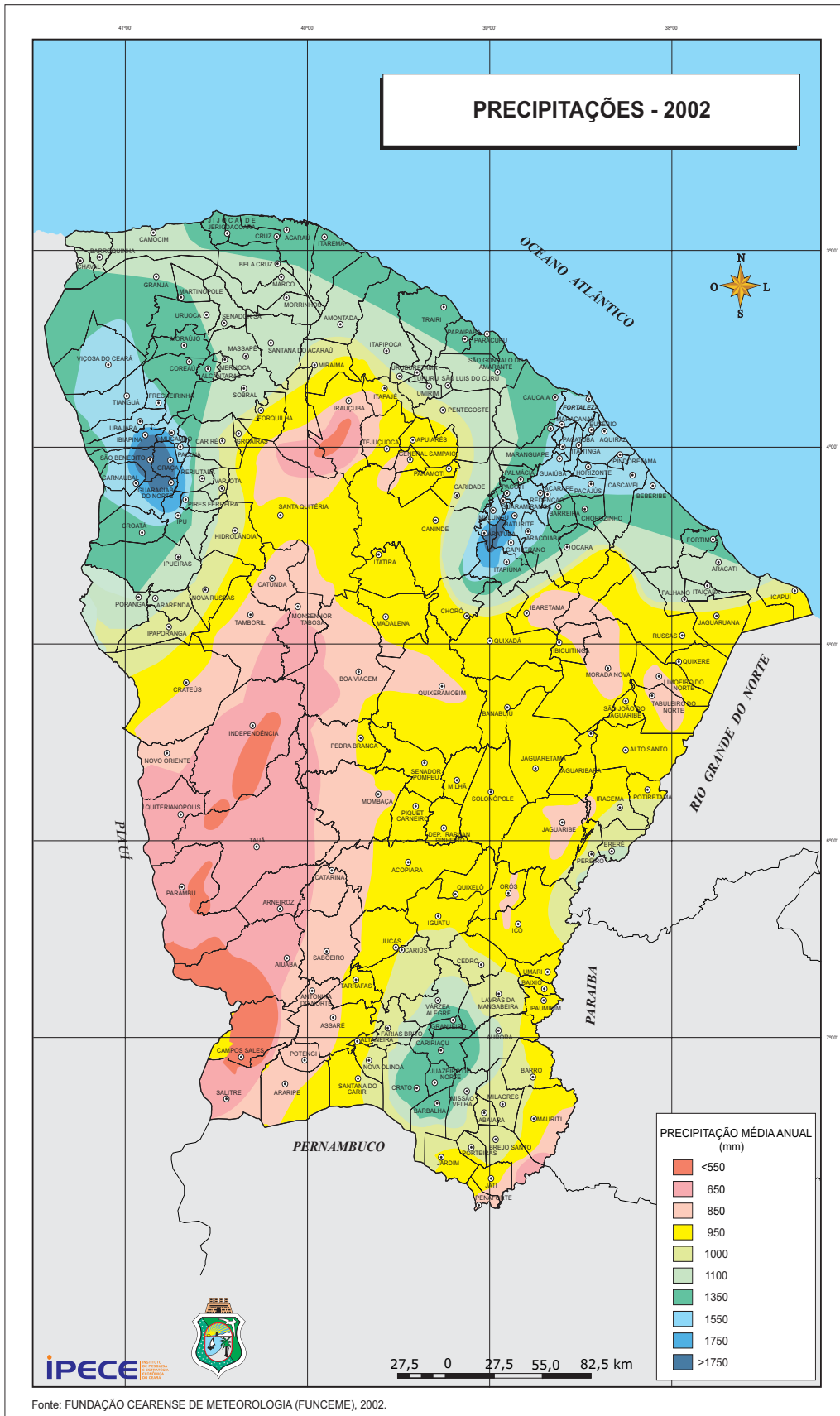


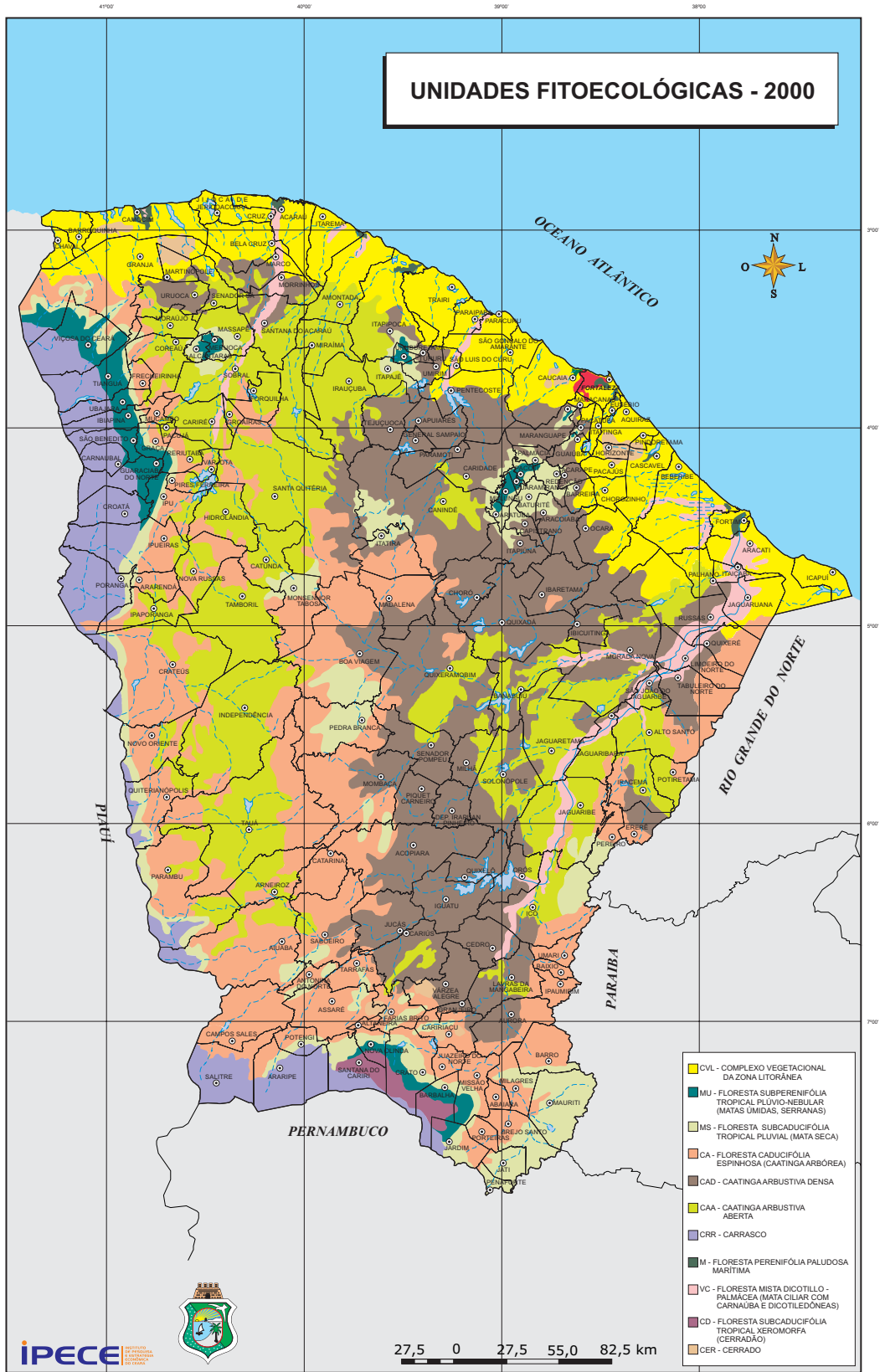


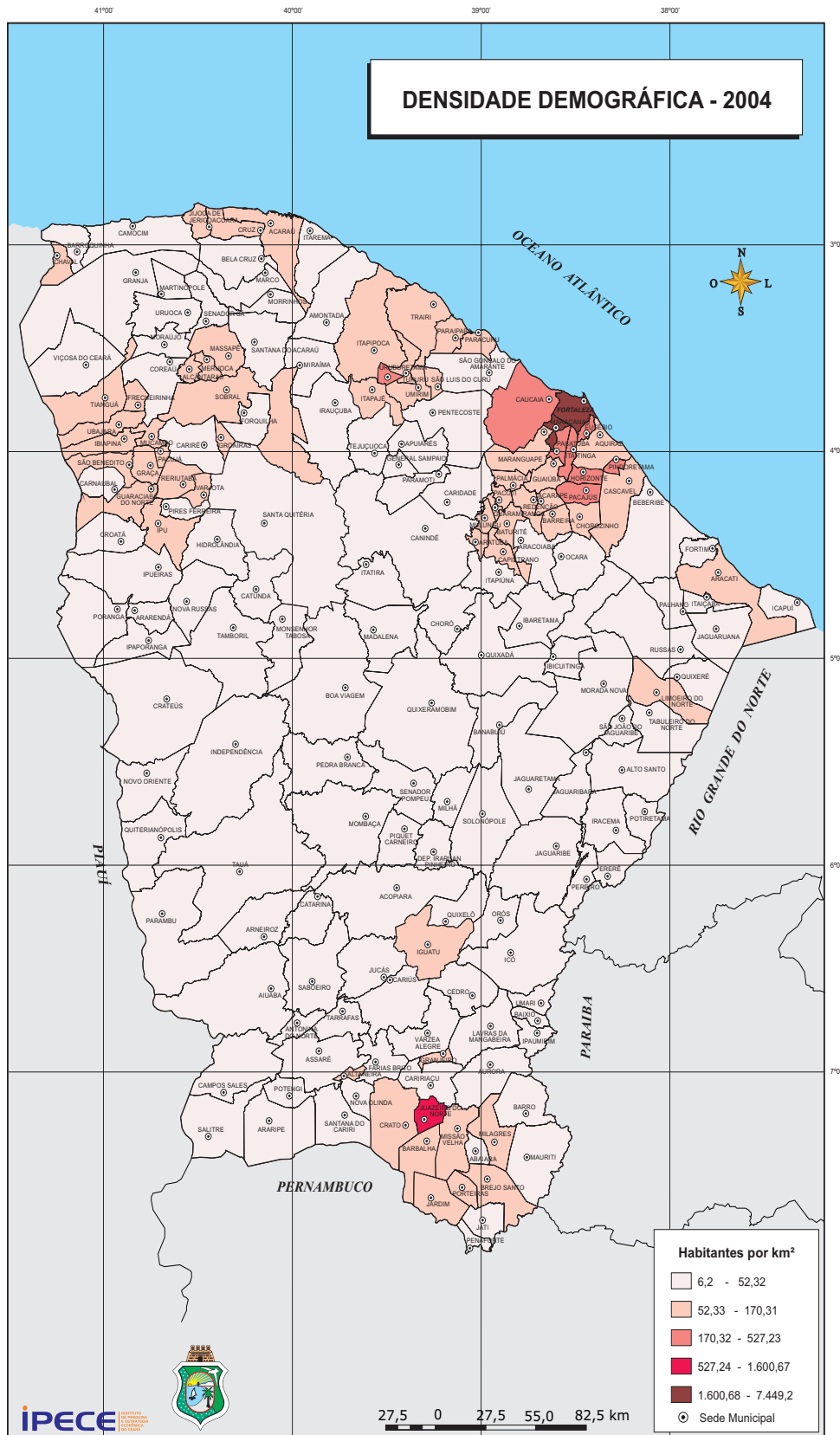
Fonte: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA); FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA (FUNCEME), 2000.



Fonte: FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA (FUNCEME), 2003.







Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

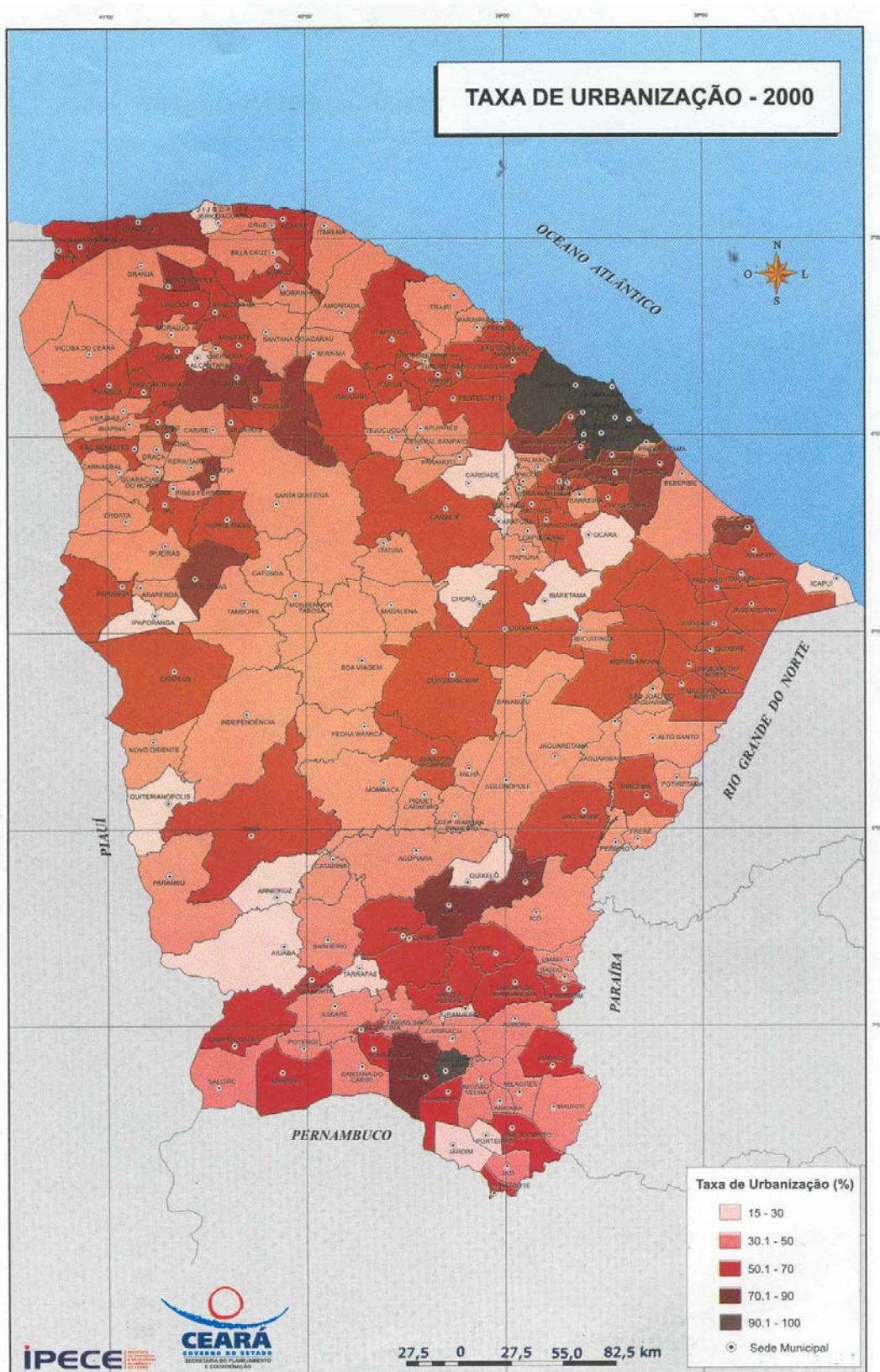


Gráfico 1 Distribuição da população residente, segundo a situação do domicílio - Ceará - 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

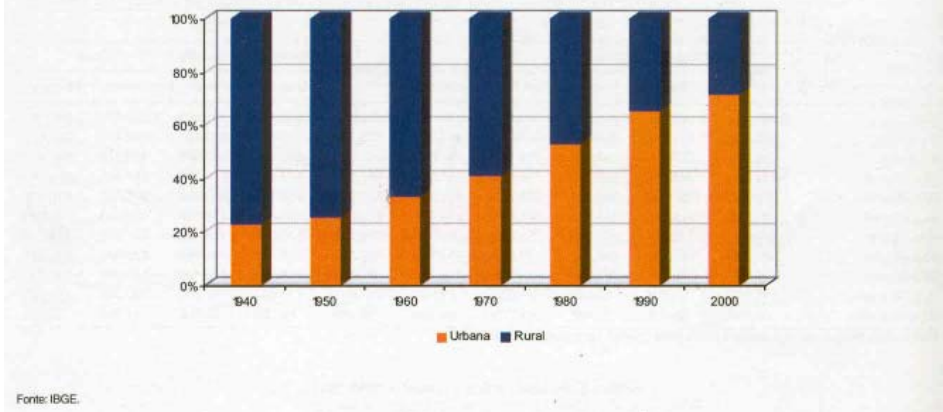


Gráfico 4 População residente estimada - Ceará - 2005

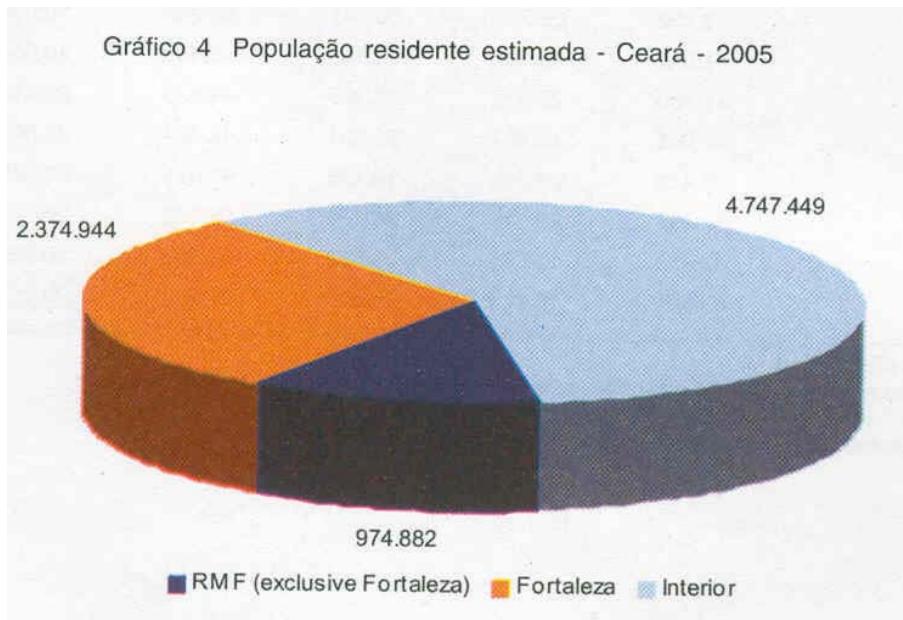
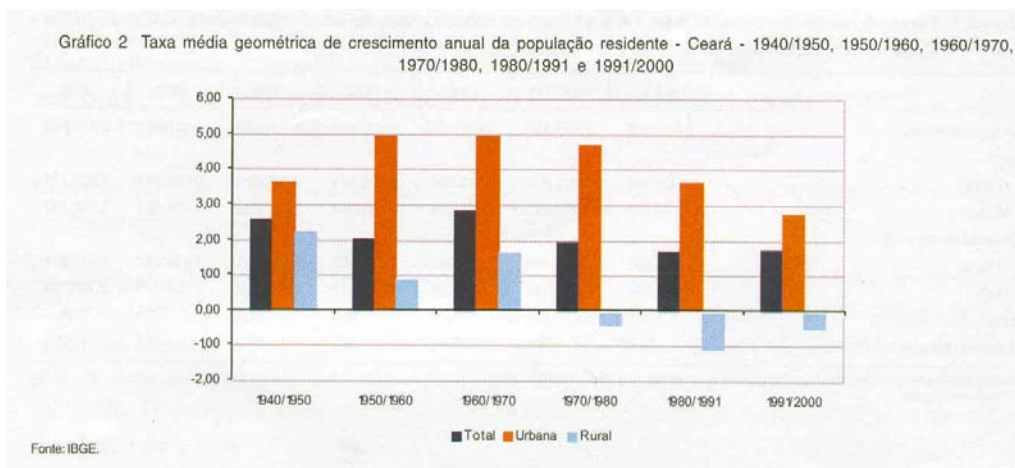
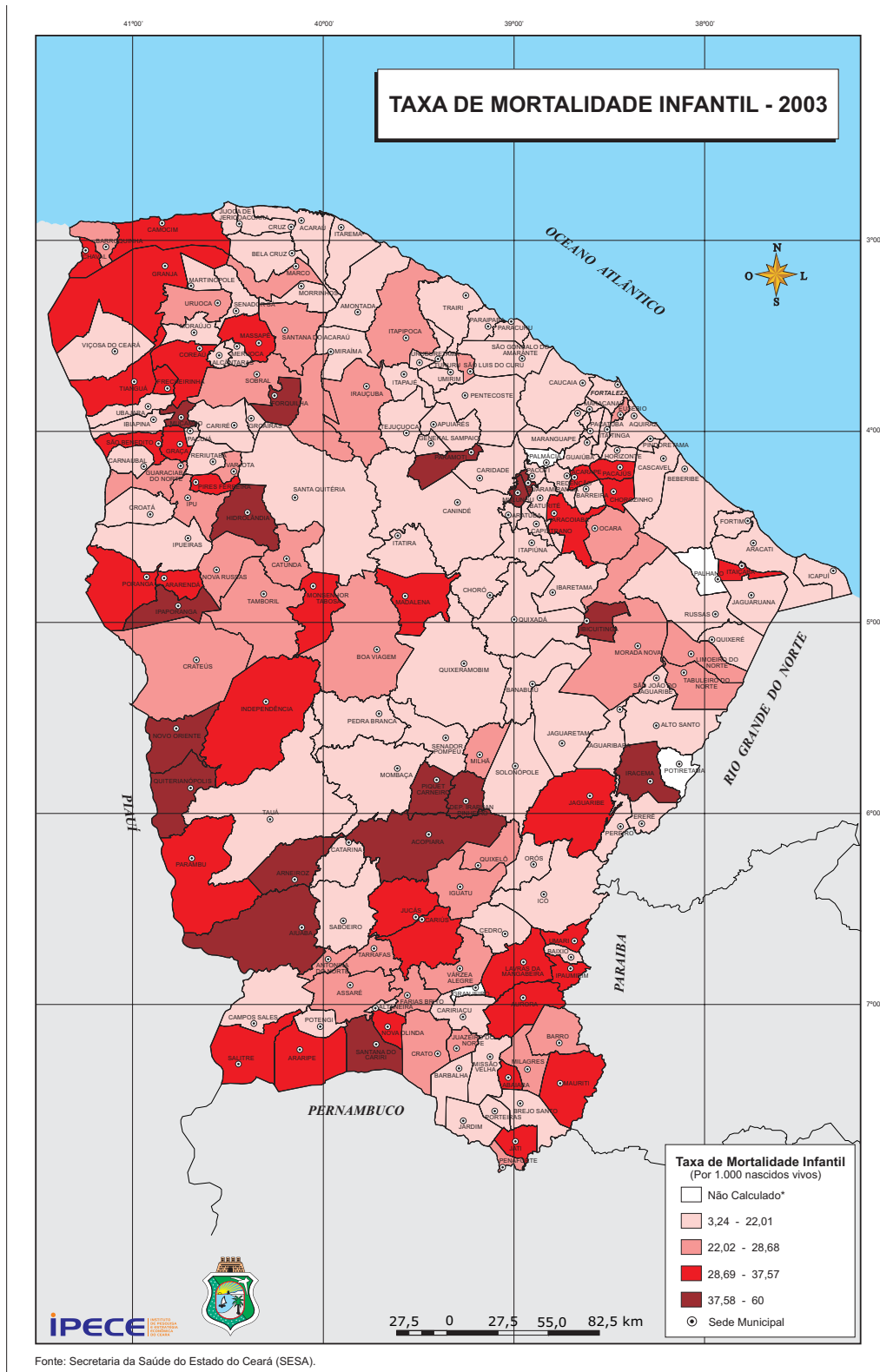
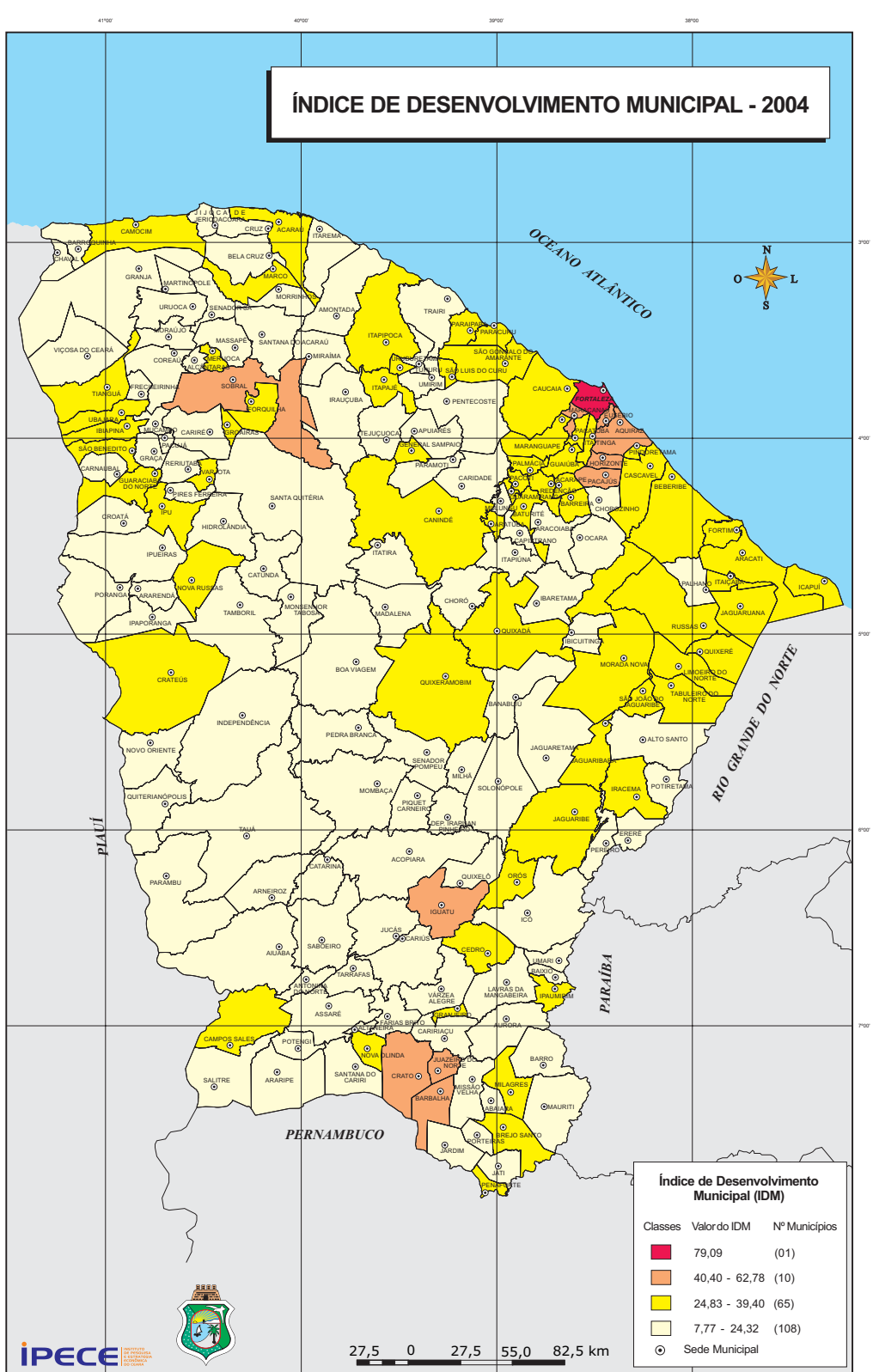


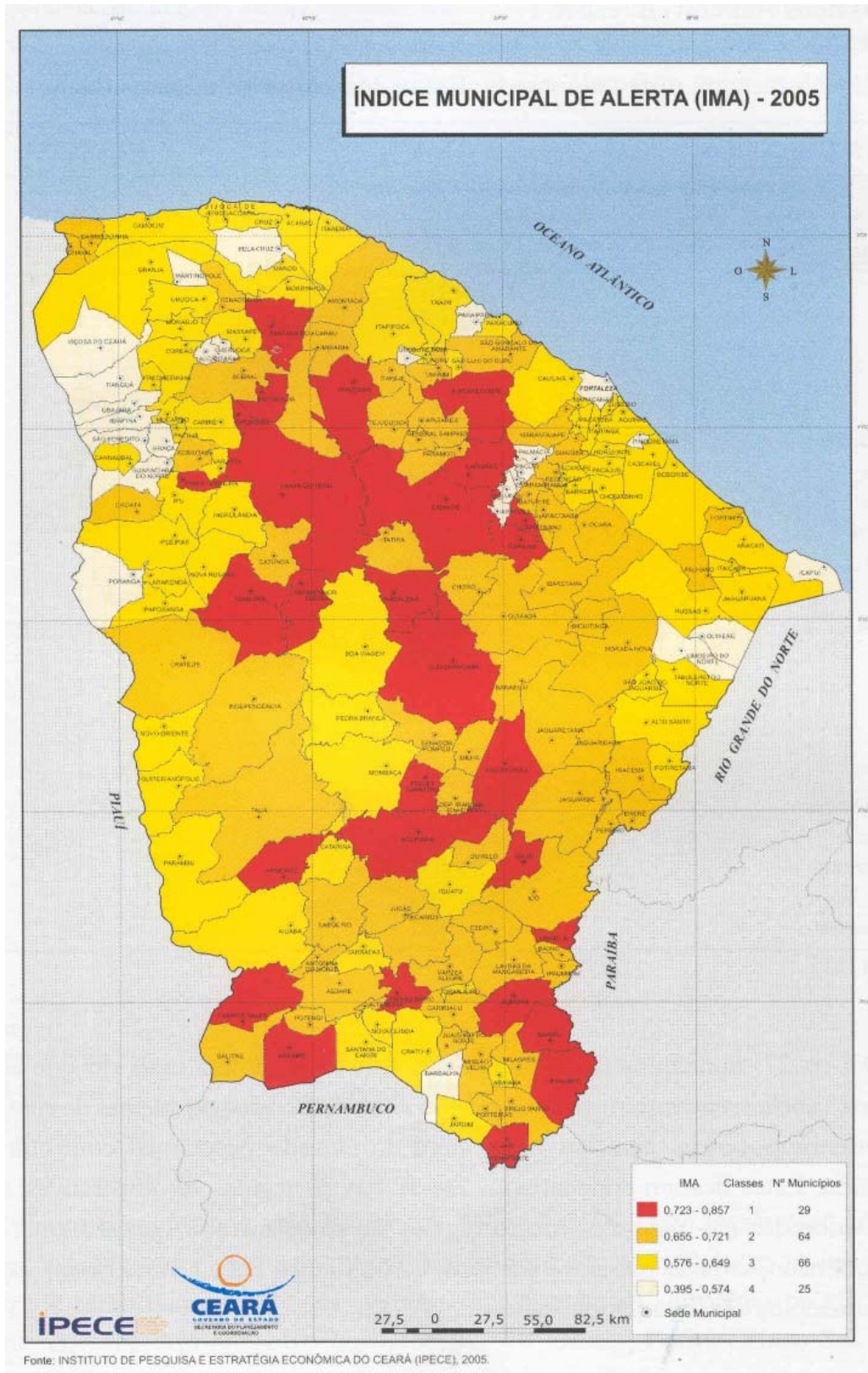
Gráfico 2 Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente - Ceará - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000







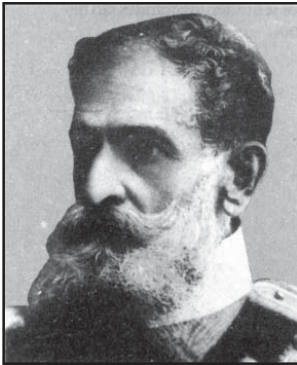
Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).



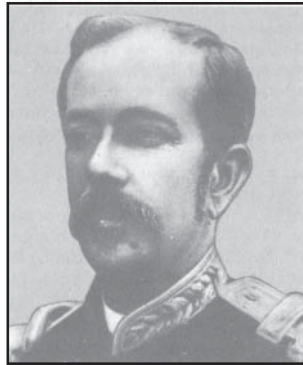
História de Nossa Gente

História de Nossa Gente

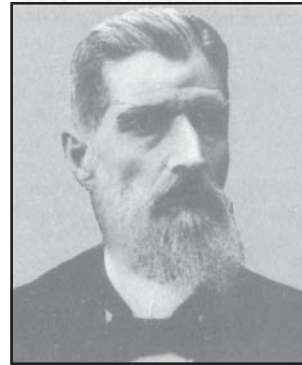
PRESIDENTES DO BRASIL



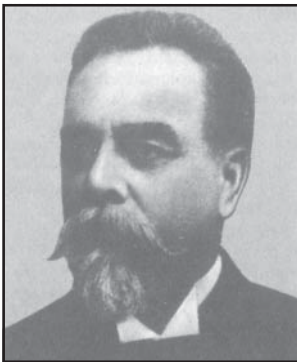
Manoel Deodoro da Fonseca
1889-1891



Floriano Vieira Peixoto
1891-1894



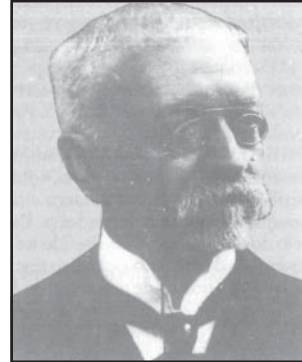
Prudente José de Moraes Barros
1894-1898



Manuel Ferraz de Campos Salles
1898-1902



Francisco de Paula Rodrigues Alves
1902-1906



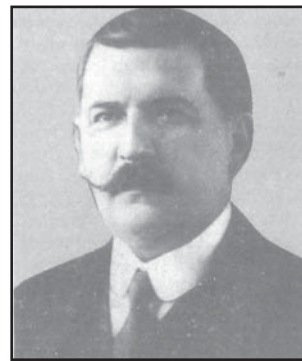
Affonso Augusto Moreira Penna
1906-1909



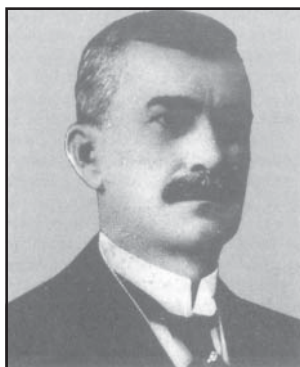
Nilo Procópio Peçanha
1909-1910



Hermes Rodrigues da Fonseca
1910-1914



Wenceslau Braz Pereira Gomes
1914-1918



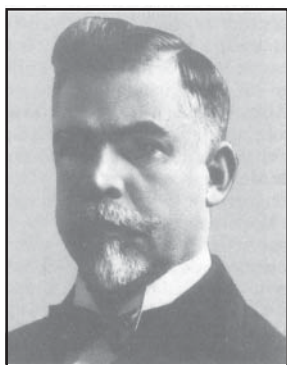
Delfim Moreira da Costa Ribeiro
1918-1919



Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa
1919-1922



Arthur da Silva Bernardes
1922-1926



Washington Luís Pereira de Sousa
1926-1930



Getúlio Dornelles Vargas
1930-1945



Eurico Gaspar Dutra
1946-1951



Getúlio Dornelles Vargas
1951-1954



João Café Filho
1954-1955



Nereu de Oliveira Ramos
1955-1956



Juscelino Kubitschek de Oliveira
1956-1961



Jânio da Silva Quadros
1961



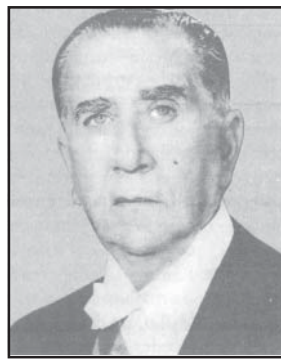
João Belchior Marques Goulart
1961-1964



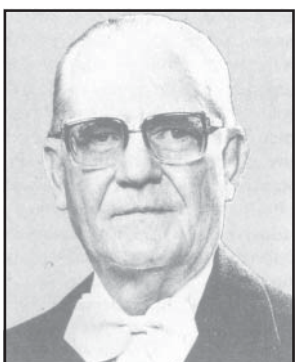
Humberto de Alencar Castello Branco
1964-1967



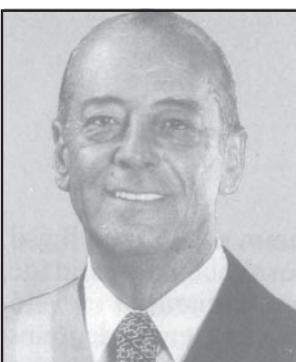
Arthur da Costa e Silva
1967-1969



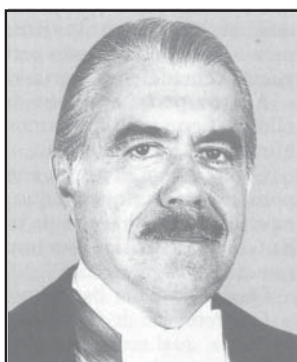
Emílio Garrastazu Médici
1969-1974



Ernesto Geisel
1974-1979



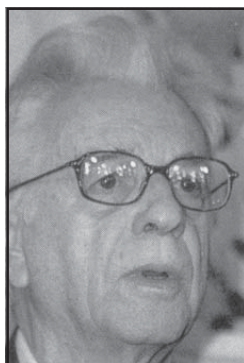
João Baptista de Oliveira Figueiredo
1979-1984



José Ribamar Ferreira de Araújo Costa
1985-1989



Fernando Affonso Collor de Mello
1990-1992



Itamar Augusto Cantiero
Franco
1992-1995



Fernando Henrique Cardoso
1995-1999
1999-2002



Luiz Inácio Lula da Silva
2003-2006
2007-

PRESIDENTES DA PROVÍNCIA E GOVERNADORES DO CEARÁ

Pedro José da Costa Barros	1824
Tristão Gonçalves de Alencar Araripe	1824
Pedro José da Costa Barros	1824
José Félix de Azevedo e Sá	1825
Antonio Sales Nunes Belford	1825-1829
José Antonio Manoel Machado	1829
Manoel Joaquim Pereira da Silva	1829-1830
José de Castro e Silva	1830
Manoel Joaquim Pereira da Silva	1830
Miguel Antonio da Rocha Lima	1830-1831
João Facundo de Castro Menezes	1831
Miguel Antonio da Rocha Lima	1831
José Mariano de Albuquerque Cavalcante	1831-1833
Ignacio Correa de Vasconcellos	1833-1834
José Martiniano de Alencar	1834-1837
João Facundo de Castro Menezes	1837
Manoel Felisardo de Sousa e Mello	1837-1839
João Antonio de Miranda	1839-1840
Francisco de Sousa Martins	1840
João Facundo de Castro Menezes	1840
José Martiniano de Alencar	1840-1841
João Facundo de Castro Menezes	1841
José Joaquim Coelho	1841-1843
Joaquim Mendes da Cruz Guimarães	1843
José Maria da Silva Bitancourt	1843-1844
Ignacio Correa de Vasconcellos	1844-1847
João Crisóstomo de Oliveira	1847
Frederico Augusto Pamplona	1847
Casimiro José de Moraes Sarmiento	1847-1848
João Crisóstomo de Oliveira	1848
Fausto Augusto de Aguiar	1848-1850
Joaquim Mendes da Cruz Guimarães	1850
Ignacio Francisco Silveira da Motta	1850-1851
Joaquim Marcos de Almeida Rego	1851-1853
Joaquim Vilella de Castro Tavares	1853-1854
Vicente Pires da Motta	1854-1855
José Antonio Machado	1855
Francisco Xavier Paes Barreto	1855-1856
Joaquim Mendes da Cruz Guimarães	1856
Herculano Antonio Pereira da Cunha	1856
Francisco Xavier Paes Barreto	1856-1857
Joaquim Mendes da Cruz Guimarães	1857
João Silveira de Souza	1857-1858
Antonio Marcellino Nunes Gonçalves	1858-1859
José Liberato Barroso	1859
Joaquim Mendes da Cruz Guimarães	1859
Antonio Marcellino Nunes Gonçalves	1859-1861

Antonio Pinto de Mendonça	1861
Manoel Antonio Duarte de Azevedo	1861-1862
José Antonio Machado	1862
José Bento da Cunha Figueiredo Júnior	1862-1864
José Antonio Machado	1864
Vicente Alves de Paula Pessoa	1864
Lafayette Rodrigues Pereira	1864-1865
Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello	1865-1866
João de Sousa Mello e Alvim	1866-1867
Sebastião Gonçalves da Silva	1867
Pedro Leão Velloso	1867-1868
Antonio Joaquim Rodrigues Júnior	1868
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque	1868-1869
José Antonio de Araújo Freitas Henriques	1869-1870
Joaquim da Cunha Freire	1870-1871
José da Costa Pereira Júnior	1871
Joaquim da Cunha Freire	1871
José Antonio de Calazans Rodrigues	1871-1872
Joaquim da Cunha Freire	1872
José Wilkens de Mattos	1872
Joaquim da Cunha Freire	1872
Manoel Soares da Silva Bezerra	1872
Esmerino Gomes Parente	1872
Francisco de Assis Oliveira Maciel	1872
Joaquim da Cunha Freire	1872
Manoel Soares da Silva Bezerra	1872-1873
Francisco Teixeira de Sá	1873-1874
Heráclito d'Alencastro Pereira da Graça	1874-1875
Esmerino Gomes Parente	1875-1876
Francisco de Farias Lemos	1876-1877
Caetano Estelita Cavalcanti Pessôa	1877
Paulino Nogueira Borges da Fonseca	1878
José Júlio de Albuquerque Barros	1878-1880
André Augusto de Pádua Fleury	1880-1881
Pedro Leão Velloso	1881-1882
Sancho de Barros Pimentel	1882
Domingos Antonio Raiol	1882-1883
Antonio Teodorico da Costa	1883
Sátyro de Oliveira Dias	1883-1884
Antônio Pinto Nogueira Accioly	1884
Carlos Honório Benedito Otoni	1884-1885
Miguel Calmon du Pin e Almeida	1885-1886
Joaquim da Costa Barradas	1886
Enéas de Araújo Torreão	1886-1888
Antônio Caio da Silva Prado	1888-1889
Américo Militão de Freitas Guimarães	1889
Henrique Francisco d'Ávila	1889
Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim	1889
Luís Antônio Ferraz	1889-1891
João Cordeiro	1891

Benjamim Liberato Barroso	1891
José Clarindo de Queiroz	1891
Feliciano Antônio Benjamim	1891
José Clarindo de Queirós	1891-1892
Antônio Pinto Nogueira Accioly	1892
José Freire Bezerril Fonteneles	1892-1896
Antônio Pinto Nogueira Accioly	1896-1900
Pedro Augusto Borges	1900-1904
Antônio Pinto Nogueira Accioly	1904-1910
Belisário Cícero Alexandrino	1910
Antônio Pinto Nogueira Accioly	1910-1912
Antônio Frederico de Carvalho Mota	1912
Belisário Cícero Alexandrino	1912
Marcos Franco Rabelo	1912-1914
Fernando Setembrino de Carvalho (Interventor Federal)	1914
Benjamim Liberato Barroso	1914-1916
João Tomé de Sabóia e Silva	1916-1920
Justiniano de Serpa	1920-1923
Ildefonso Albano	1923-1924
José Moreira da Rocha	1924-1928
Eduardo Girão	1928
José Carlos de Matos Peixoto	1928-1930
Manoel do Nascimento Fernandes Távora	1930-1931
João da Silva Leal	1931
Roberto Carneiro de Mendonça	1931-1934
Olívio Dornelas Câmara	1934
Roberto Carneiro de Mendonça	1934
George Cavalcante Cerqueira	1934
Roberto Carneiro de Mendonça	1934
Felipe Moreira Lima	1934-1935
Franklin Monteiro Gondim	1935
Francisco de Menezes Pimentel	1935-1945
Benedito Augusto de Carvalho dos Santos	1945
Daniel Augusto Lopes	1945
Benedito Augusto de Carvalho dos Santos	1945-1946
Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho	1946
Raimundo Gomes de Matos	1946
Acrísio Moreira da Rocha	1946
Pedro Firmeza	1946
Carlos Livino de Carvalho	1946
Pedro Firmeza	1946
Luís Cavalcante Sucupira	1946
José Machado Lopes	1946-1947
Luís Cavalcante Sucupira	1947
Feliciano Augusto de Ataíde	1947
Faustino de Albuquerque e Sousa	1947
Joaquim Bastos Gonçalves	1947
Faustino de Albuquerque e Sousa	1947-1951
Raul Barbosa	1951-1954
Stênio Gomes da Silva	1954

Francisco Ponte	1954
Stênio Gomes da Silva	1954-1955
Paulo Sarasate Ferreira Lopes	1955-1958
Flávio Portela Marcílio	1958-1959
José Parsifal Barroso	1959-1963
Virgílio Augusto de Moraes Fernandes Távora	1963-1966
Franklin Gondim Chaves	1966-1967
Plácido Aderaldo Castelo	1967-1971
César Cals de Oliveira Filho	1971-1975
José Adauto Bezerra	1975-1978
Waldemar de Alcântara	1978-1979
Virgílio Augusto de Moraes Fernandes Távora	1979-1982
Manoel de Castro	1982-1983
Luiz Gonzaga da Fonseca Mota	1983-1987
Tasso Ribeiro Jereissati	1987-1991
Ciro Ferreira Gomes	1991-1995
Francisco Adalberto Barros de Oliveira Leal	1995
Francisco de Paula Rocha Aguiar	1995
Tasso Ribeiro Jereissati	1995-2002
Lúcio Gonçalo de Alcântara	2002-

PRESIDENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Joaquim José Barbosa	(1835-1837/1846-1847)
João Facundo de Castro Menezes	(1838-1839)
Miguel Fernandes Vieira	(1840-1841/1844-1845)
Frutuoso Dias Ribeiro	(1843)
Tristão de Alencar Araripe	(1848-1849)
Domingos José Nogueira Jaguaribe	(1850-1851)
Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira	(1852)
José Pio Machado	(1853-1854)
Pedro Pereira da Silva Guimarães	(1855)
Manuel Franco Fernandes Vieira	(1856-1857)
Justino Domingues da Silva	(1858-1861)
Gonçalo Batista Vieira	(1862/1870-1871)
Francisco Xavier Nogueira	(1863/1872-1877)
Hipólito Cassiano Pamplona	(1864-1865)
Francisco Correia de Carvalho e Silva	(1866)
Antonino Pereira de Alencar	(1867-1868)
Antônio Joaquim Rodrigues Júnior	(1869)
José Pompeu de Albuquerque Cavalcante	(1878-1880)
Helvécio da Silva Monte	(1881)
José Antônio da Justa	(1882)
João Antônio do Nascimento e Sá	(1883)
Antero José de Lima	(1884-1885)
José Teixeira da Graça	(1886)
João Paulino de Barros Leal	(1887-1888)
Luiz de Souza Leitão	(1888)
Diogo Gomes Parente	(1889)
José Joaquim Domingues Carneiro	(1891)
Antônio Pinto Nogueira Accioly	(1892-1893)
Gonçalo de Almeida Souto	(1892/1898-1899)
Carlos Felipe Rabelo de Miranda	(1894-1897)

Belisário Cícero Alexandrino	(1900-1912)
Francisco Ferreira Antero	(1913)
Floro Bartolomeu da Costa	(1914)
Tibúrcio Gonçalves de Paula	(1915-1919)
Antônio Botelho de Souza	(1920)
Rubens Monte	(1921)
José Lindo da Justa	(1922-1923)
Francisco de Paula Rodrigues	(1924-1925)
Eduardo Henrique Girão	(1926-1929)
João Otávio Lobo	(1930)
César Cals de Oliveira	(1935-1937)
Joaquim Bastos Gonçalves	(1947-1949)
Amadeu Furtado	(1950)
Péricles Moreira da Rocha	(1951)
Raimundo Ivan Barroso de Oliveira	(1951-1953)
Francisco Ferreira da Ponte	(1952 / 1954)
Décio Teles Cartaxo	(1955 / 1958)
José Napoleão de Araújo	(1956)
Edson da Mota Corrêa	(1957)
Almir dos Santos Pinto	(1959/ 1965/ 1973-1974)
Abelardo Gurgel Costa Lima	(1960-1961)
Raimundo Gomes da Silva	(1961 / 1968)
José Pontes Neto	(1962)
Carlos Mauro Cabral Benevides	(1963-1964)
Franklim Gondim Chaves	(1966-1967)
José Aduino Bezerra	(1967 / 1970-1971)
Gonçalo Claudino Sales	(1969)
Manoel Castro Filho	(1970)
Alceu Vieira Coutinho	(1975-1976)
Paulo Feijó de Sá e Benevides	(1977-1978)
Aquiles Peres Mota	(1979-1980 / 1983-1984)
Antônio dos Santos Soares Cavalcante	(1981-1982)
Francisco Castelo de Castro	(1985-1986)
Antônio Gomes da Silva Câmara	(1987-1988)

Francisco Pinheiro Landim	(1989-1990)
Júlio Gonçalves Rêgo	(1991-1992)
Francisco de Paula Rocha Aguiar	(1993-1994)
Artur Silva Filho	(outubro de 1994 – janeiro de 1995)
Cid Ferreira Gomes	(1995-1996)
Moésio Loiola de Melo	(de outubro a dezembro de 1996)
Luiz Alberto Vidal Pontes	(1997-1998)
José Wellington Landim	(1999-2000 / 2001-2002)
Marcos Cals de Oliveira	(2003-)

CONSTITUIÇÕES POLÍTICAS DO BRASIL

Constituição Política do Império do Brasil – 1824

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1891

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934

Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1937

Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946

Constituição da República Federativa do Brasil – 1967

Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

CONSTITUIÇÕES POLÍTICAS DO ESTADO DO CEARÁ

Decreto nº 122, de 23 de dezembro de 1890

Constituição Política do Estado do Ceará – 1891

Constituição Política do Estado do Ceará – 1892

Reforma da Constituição do Estado do Ceará – 1905

Constituição Política do Estado do Ceará – 1921

Constituição Política do Estado do Ceará – 1925

Constituição Política do Estado do Ceará – 1935

Constituição Política do Estado do Ceará – 1945

Constituição Política do Estado do Ceará – 1947

Constituição Política do Estado do Ceará – 1967

Constituição Política do Estado do Ceará – 1989

OS DEZ CEARENSES DO SÉCULO XX

Fechando as atividades comemorativas da passagem ao século XXI, o Sistema Verdes Mares de Comunicação promoveu concurso para escolher em todo o Estado as dez personalidades que mais se destacaram no século XX. Foram indicadas: Antônio Martins Filho, Padre Cícero Romão Batista, Clóvis Bevilácqua, Edson Queiroz, Eleazar de Carvalho, D. Helder Câmara, Humberto de Alencar Castello Branco, Patativa do Assaré, Rachel de Queiroz e Virgílio Távora. O Padre Cícero foi eleito por voto popular como o mais célebre entre os indicados.

Antônio Martins Filho: Nasceu na cidade do Crato, a 22 de dezembro de 1904. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, membro da Academia Cearense de Letras e reitor, fundador da Universidade Estadual do Ceará e Federal do Ceará. Recebeu treze títulos honoríficos e publicou vinte e sete obras.



Cícero Romão Batista (Padre): Nasceu em 24 de março de 1844 na cidade do Crato. Ordenou-se e tornou-se bastante popular. Foi o primeiro prefeito de Juazeiro do Norte. A fama de milagreiro começou em 1886, quando uma hóstia se transformou em sangue na boca da beata Maria de Araújo. O acontecimento espalhou-se pelo Nordeste e deu ao padre a alcunha de santo. O "Padim-Ciço" Romão Batista morreu em 1934.

Clóvis Bevilácqua:

Nasceu a 4 de outubro de 1859 em Viçosa do Ceará. O jurista, escritor, crítico literário, professor e historiador, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras em 1896. Clóvis Bevilácqua – considerado o "pai do Código Civil Brasileiro", faleceu em 1944 com 84 anos de idade na cidade do Rio de Janeiro.



Edson Queiroz:

Nasceu em Cascavel em 12 de abril de 1925. De vendedor aos oito anos de idade a fundador do grupo que hoje reúne 17 empresas e uma fundação. Morreu aos 57 anos de idade em acidente aéreo, depois de construir um dos maiores conglomerados empresariais do País. Deixou seu nome na metalurgia, educação e comunicação.



Eleazar de Carvalho: Nasceu em Iguatu, no dia 28 de junho de 1912. Considerado um dos mais importantes maestros da música erudita brasileira. Regeu orquestras no Brasil, Estados Unidos e na Europa. Faleceu em São Paulo em 25 de setembro de 1996.



Hélder Pessoa Câmara (Dom): Nasceu em Fortaleza a 7 de julho de 1909, considerado o mais polêmico bispo brasileiro. Recebeu a antonomásia de "Pai dos pobres" do Papa João Paulo II, por sua luta contra a fome. Faleceu no Recife em 1999.

Humberto de Alencar Castello Branco: Nasceu em Fortaleza a 20 de setembro de 1897. Foi o primeiro presidente do regime militar. Para alguns foi um ditador, para outros, liberal. Faleceu em acidente aéreo no ano de 1967.



Patativa do Assaré (Antônio Gonçalves da Silva): Um dos maiores poetas populares do Brasil. Nasceu em Assaré no ano de 1909. Em seus livros, fala do povo, da seca e do sofrimento do nordestino. Reconhecido mundialmente, é a maior referência da oralidade poética no Ceará. Faleceu em 2002.



Rachel de Queiroz: Nasceu em Fortaleza em 1910. Foi a primeira escritora brasileira a tornar-se imortal da Academia Brasileira de Letras. Até os 90 anos, Raquel de Queiroz escreveu romances, peças teatrais, livros infantis e crônicas. Faleceu em 2003.



Virgílio de Moraes Fernandes Távora: Nasceu em 1919. Destacou-se como um dos mais importantes políticos cearenses, marcando a efetivação do processo de industrialização no Ceará. Foi governador, senador, deputado federal e ministro de Estado. Faleceu em 1988.



CEARÁ. TERRA DA LUZ.

Ceará.
Land of light.



SIARÁ, palavra da língua Tupi-Guarani, quer dizer "O Canto da Jandaia". Assim os índios chamavam nossa terra.

SIARÁ, a word from the Tupi-Guarani language, means "The Jandaia's Chant". This is how the Indians called our land.



Os índios viviam harmonizados com a natureza e se alimentavam dos frutos, da caça e da pesca. Como seres humanos, tinham os nossos defeitos, mas a sua cultura possibilitou a conservação das florestas, dos animais e das águas. Com a chegada dos europeus iniciava-se a mudança desse cenário. Segundo a lenda, romanceada pelo escritor cearense José de Alencar, Iracema e sua tribo receberam com um gesto de paz os primeiros estrangeiros. A bela índia quebrou a flecha, num gesto de paz e hospitalidade, no seu encontro com Martins Soares Moreno.

The Indians lived in harmony with the nature. They fed by fruit gathering, hunting and fishing. As human beings,

they had our defects, but their culture allowed the preservation of forests, animals and water.

As the Europeans arrived, this landscape began to change. According to the legend told in a novel by writer José de Alencar, from Ceará, Iracema and her tribe welcomed the first foreigners with a gesture of peace. The beautiful Indian broke an arrow in a gesture of peace and hospitality at her meeting with Martins Soares Moreno.



Os índios, porém, logo descobriram as intenções dos invasores brancos que, na verdade, queriam as suas terras e suas riquezas. E uma longa guerra teve início, onde os nativos resistiram com muita bravura e coragem, mesmo em desvantagem diante da superioridade das armas dos brancos.

The Indians, however, soon found out the white invaders' intentions, who in fact wanted their lands and wealth.

And a long war began, to which natives resisted with much bravery and courage, even in disadvantage in view of the white men's artillery superiority.



Os que sobreviveram, fugiram para outras regiões do país. Os demais foram escravizados. Catequizados pelos missionários, pouco a pouco se adaptaram ao trabalho da pecuária, pois, como exímios conhecedores das matas, facilmente traziam de volta o gado que se embrenhava sertões a dentro. Com essa atividade se deram muito bem e daí nasceram os vaqueiros, os valentes vaqueiros.

Those who survived fled to other regions of the country. Others were enslaved. Catechized by missionaries, little by little they adapted to cattle raising, for – as people who knew the bushes very well – they easily brought back the cattle that entered deep into the scrubland. They fit this activity very well. Then, the brave cowboy was born.



A libertação dos escravos contribuiu para a queda do império e o advento da sonhada república. Essa mudança acarretou uma imensa crise no país, refletida mais duramente no Nordeste.

A escassez, a fome e as desigualdades sociais fizeram surgir o banditismo na forma do cangaço. O vaqueiro se tornou jagunço. Roubava, pilhava, amedrontava os sertões. O mais famoso deles foi Lampião e sua mulher Maria Bonita.

The end of slavery contributed to the fall of the Empire and to the advent of the so expected Republic. This change resulted in an immense crisis in the country that toughly reflected in the Northeast.

Shortage of commodities, hunger and social inequities made "banditism" emerge in a version called "cangaço". The cowboy became "jagunço". He stole, plundered and scared the scrublands. The most famous of them was Lampião and his wife Maria Bonita.



O forró é o seu modo de dançar, obedecendo ao fole da sanfona, acompanhada pelo zabumba e triângulo.

The forró is a way of dancing, following the rhythm of the accordion, the drummer and the "triangle".



O maracatu é a lembrança da realeza africana trazida escrava para cá.

The Maracatu is a memory of African royalty brought by the slaves.

Nossa Senhora da Assunção - Padroeira de Fortaleza

Our Lady of the Assumption - Fortaleza's Patron Saint



Padre Cícero - de Juazeiro, venerado por muitos nordestinos

Priest Cícero - from Juazeiro, worshiped by many northeasters



São José - Padroeiro do Ceará

Saint Joseph - Ceará's Patron Saint

São Francisco - venerado em Canindé

San Francisco - worshiped in Canindé



Nossa Senhora do Sertão - Quixadá

Our Lady of the Scrubland - Quixadá



E muitas outras danças folclóricas e festas, como as juninas, cuja tradição continua apesar do peso da aculturação.

And many other folkloric dances and parties, like the typical parties in June, which tradition continues despite the interference of other cultures.



Nos acontecimentos históricos do Brasil, o Ceará sempre esteve à frente nos processos e nas lutas sociais e políticas. Entre 1817 e 1824, junto com os pernambucanos, sonharam com a independência do Brasil e com a República, simultaneamente. Bárbara de Alencar, seus filhos e outros ardorosos cearenses, lutaram por essas idéias. Foram presos, alguns exilados e outros fuzilados.

In Brazil's historic events, Ceará has always stood out in processes of social and political struggles. Between 1817 and 1824, together with the people from Pernambuco, the dreams of the independence of Brazil and the advent of the Republic were present simultaneously. Bárbara de Alencar, her sons and other passionate natives from Ceará fought for those ideas. They were arrested, some were sent into exile and others, shot.

Bem antes que a princesa Isabel empunhasse a pena para assinar a Lei Áurea, o Ceará já havia libertado os seus escravos. Grupos de homens e mulheres abolicionistas da nossa sociedade daquele tempo fizeram isso acontecer.

Notabilizou-se na história, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, o Dragão do mar, que liderando os jangadeiros, não embarcavam ou desembarcavam mais negros escravizados. Por isso o Ceará ficou sendo denominado Terra da Luz, por José do Patrocínio. "Nos portos do Ceará não embarcam mais escravos".

Much before Princess Isabel signed the Lei Áurea, Ceará had already freed its slaves. Groups of abolitionist men and women from our society at that time made it happen.

Fisherman Francisco José do Nascimento, the Dragão do Mar (Sea Dragon), stood out in history by leading his colleagues in a boycott that prevented traffickers from embarking and disembarking more enslaved Negroes.

Because of that, Ceará was called Terra da Luz (Land of Light) by José do Patrocínio. "Slaves are no longer embarked from harbors in Ceará."



Nossa natureza é diversificada. Rica em litoral, com serras verdejantes e imensos monolitos no sertão semi-árido. Ela tem praticamente duas estações: o inverno e



a seca. Durante as chuvas, os rios correm e as matas verdejam de uma hora para outra. Nesse tempo, procura o cearense armazenar essas águas para atravessar os períodos longos de estiagem.

Our nature is diversified. Rich in coast, with green mountains and immense monoliths in the dry scrubland, it practically has two seasons: the rainy season and the drought. During the rainy season, rivers flow and the bushes become green from one moment to the next. This weather invites the countrymen to stock water in order to face the long periods of drought.



O coqueiro
The coconut tree



A carnaúba
The carnaúba

E, dentro desse quadro natural, aflora, cresce e vive a nossa vegetação: árvores e plantas resistentes, como a carnaubeira, o juazeiro, as palmeiras, o mandacaru e muitas outras, que suportam o sol inclemente das secas.

In this natural landscape our vegetation flourishes, grows and lives, resistant trees and plants like the carnaubeira, the juazeiro, the palm trees, the mandacaru and many others that stand the merciless sun of the droughts.



O caju
The cashew



HINO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Lopes

Música: Alberto Nepomuceno

*Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!
Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbradas ao vê-las
Ressoar a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubro sangue ardente dos escravos
Seja teu verbo a voz do coração,
Verbo de paz e amor do sul Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão,
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!*

*Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que o teu barco seja um nada.
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?*

*Se, nós te amamos, em aventuras de mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!
Abra-se ao vento o teu pendão nata!
Sobre as revoltas dos teus mares!
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e fracas
E foi na paz, da cor das hóstias brancas.*



Desenho de Mino

Referências

ABOLIÇÃO NA MARRA. **Dona Guidinha do Poço**. Disponível em: <<http://www.ceara.com.br/cepg/h14.htm>>. Acesso em: 12 de setembro de 2006.

ABREU, Capistrano. **Capítulos da História Colonial, O Povoamento do Brasil e Caminhos Antigos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais**. 4. ed., São Paulo: Moderna, 2004.

ADENE. **O Fenômeno das Secas**. Disponível em: <<http://www.adene.gov.br/semiario/seca.html>>. Acesso em: 21 de junho de 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino**. Campinas: Dissertação de Mestrado em História apresentada à Unicamp, 1988.

_____. **Palavras Que Calcinam, Palavras Que Dominam: A Invenção da Seca no Nordeste**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de História, vol. 14, número 38, 1994.

ALMEIDA, Fenelon. **As Vozes da Seca**. Fortaleza: ACI, 1978.

ALVES, Joaquim. **História das Secas: Séculos XVII a XIX**. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense, 2003.

_____. **História das Secas: Século XVII a XIX**. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**. 40. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **A política de águas no Nordeste: o conflito entre o público e o privado e as tentativas de democratização de gestão**. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/estpol3.4.doc>>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

ANDRADE, João Mendes de. A Oligarquia Acciolina e a Política dos Governadores. In: SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

ARARIPE, Antônio de Alencar. **O Problema das secas e outros ensaios**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1983.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda História**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ASSARÉ, Patativa do. **A Triste Partida**. Disponível em: <http://www.fisica.ufpb.br/~romero/port/ga_pa.htm#Atri>. Acesso em: 26 de outubro de 2006.

_____. **ABC do Nordeste Flagelado**. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/poesia.html>>. Acesso em: 26 de outubro de 2006.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1889 a 1930**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

BELMAR, Barrican. **Voyage Aux Provinces Brésiliennes**. Londres: Trezise, 1861.

BRASIL, Tomaz de Souza. **Memória Sobre o Clima e Secas no Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Seca: O homem como ponto de partida - análises, pressupostos, diretrizes, projetos e metas de uma política de convivência com a seca do nordeste**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Tomo XVII, 1857.

BRITO, Saturnino Rodrigues de. **As Sêccas do Norte**. Recife: Imprensa Industrial, 1913.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877-1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

CARNEIRO, Aroldo Almeida. **Quixeramobim**. Quixeramobim: Prefeitura Municipal de Quixeramobim, 2000.

CATUNDA, Joaquim. **Estudos de História do Ceará**. Fortaleza: Tipografia do Libertador, 1885.

CAVALCANTE, Clóvis de Vasconcelos (Org.). **A Seca de 1970-80: Uma Avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

CARVALHO, Francisco. **Liturgia da Seca**. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br>>. Acesso em: 26 de outubro de 2006.

CEARÁ. Assembléia Legislativa. **Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará**. 3 vol. Fortaleza: AL/CE, 1970.

CEARÁ. Assembléia Legislativa da Província do Ceará. **Atos Legislativos da Província do Ceará**. Fortaleza: Typographia do Mercantil, 1878.

CEARÁ. Governo da Província do Ceará. **Ofícios Diversos, Fundo:** Comissão de Socorros de Barbalha 1879, ala 19, estante 400, caixa 3, Arquivo Público do Ceará, 1879.

_____. **Ofícios Diversos, Fundo:** Comissão de Socorros de Canindé em Março de 1877, ala 19, estante 400, caixa 4, Arquivo Público do Ceará, 1877a.

_____. **Ofícios Diversos, Fundo:** Delegacia de Polícia na Vila de Quixadá, 24 de Abril de 1877, ala 19, estante 400, caixa 20, Arquivo Público do Ceará, 1877b.

_____. **Ofícios Diversos, Fundo:** Vila de Cascavel em 14 de Junho de 1877, ala 19, estante 400, caixa 4, Arquivo Público do Ceará, 1877c.

_____. **Ofícios Diversos, Fundo:** Comissão de Socorros da Vila de Cascavel, 26 de Setembro de 1878, ala 19, estante 400, caixa 4, Arquivo Público do Ceará, 1878.

_____. **Ofícios Diversos, Fundo:** Relação dos Indigentes na Seca de Canindé em 1861, ala 19, estante 400, caixa 4, Arquivo Público do Ceará, 1861.

_____. **Relatório do Exmo Sr. Senador Pedro Leão Veloso Presidente da Província do Ceará Passou a Administração ao Exmo. Sr. Torquato Mendes Viana.** Fortaleza: Biblioteca Pública do Estado do Ceará Menezes Pimentel, Setor de Microfilmagem, rolo 6, 1881.

CEARÁ CIDADES PRAIAS IMÓVEIS NEGÓCIOS HOTÉIS TURISMO CEARÁ. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.ceara.com.br/m/quixeramobim>>. Acesso em: 10 de julho de 2006a.

_____. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.ceara.com.br/m/maranguape>>. Disponível em: 10 de julho de 2006b.

_____. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.ceara.com.br/m/missaovelha>>. Acesso em: 10 de julho de 2006c.

_____. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.ceara.com.br/m/camocim>>. Acesso em: 10 de julho de 2006d.

CIDADES DO CEARÁ. **Alguns dados sobre as cidades do Ceará.** Disponível em: <http://www.aquiceara.com/HD_BR/Cidades.html>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

CITY BRAZIL - PONTOS TURÍSTICOS. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/ce/sobral/turismo.htm>>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia do Brasil.** 3ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL. **Mensagem de João Paulo II ao Povo Brasileiro.** Fortaleza: CEN, 1980.

CONTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil 2.** São Paulo: Saraiva, 1991.

CORUMBÁ, Venâncio; GUIMARÃES, José. **Última Pau-de-Arara**. Disponível: <<http://fagner.lettras.terra.com.br/letras/45959/>>. Acesso em: 26 de outubro de 2006.

COSTA, Frederico Lustosa da. **A Persistência da Desigualdade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1992.

CRAZYMANIA - BIBLIOTECA. **Dona Guidinha do Poço**. Disponível em <<http://www.crazymania.com.br/biblioteca/?cat=resumo&pagel=donaguidinha>>. Acesso em: 11 de setembro de 2006.

CRUZ FILHO. **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Governo do Estado do Ceará, 1987.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Ediouro, 2003.

CURRAIS DA FOME JUNTAVAM GRUPOS DE ATÉ 65 MIL PESSOAS. Disponível em: <http://www.dpnet.com.br/anteriores/1998/03/22/brasil6_1.html>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

DAMATTA, Roberto. **O Que Faz o Brasil, Brasil?** 9. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DENIS, Ferdinand. **Brésil**. Paris: Firmin Didot Frères, 1847.

DNOCS. **Documento Para a Escola Superior de Guerra**. Fortaleza: DNOCS, 1970.

_____. **Relatório de 1959**. Fortaleza: DNOCS, 1959.

DUARTE, Renato (Org.). **A Seca de 1958: Uma avaliação pelo ETENE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1993.

ELIAS, Denise (Org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada**. Fortaleza: FUNECE, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 2002.

FERRARI, Mônica de Melo. **A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954): Seca e desigualdades regionais**. São Carlos: UFSCar, 2005.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. **Documentação Oral e a Temática da Seca**. Brasília: Senado Federal, 1985.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-Milagre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 66-69.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1985.

_____. **História Econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2000.

GIRARDI, Carlos (Org.). **Prognóstico do Tempo a Longo Prazo**: Relatório Técnico Eca. São José dos Campos: Centro Técnico Aeroespacial, 1978.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas Secas em Novos Sertões**. Brasília: IPEA, 2001.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. **Asa Branca**. Disponível em: http://www.mpbnet.com.br/musicos/luiz.gonzaga/letras/asa_branca.htm. Acesso em: 26 de outubro de 2006.

GONZABA, Luiz; DANTAS, Zé. **Vozes da Seca**. Disponível em: <http://luiz-gonzaga.letras.terra.com.br/letras/47103/>. Acesso em: 26 de outubro de 2006.

GUERRA, Felipe (Org.). **Secas Contra a Seca**. 3. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1980.

GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da Seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajatória Política do Brasil (1500-1964)**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JEREISSATI, Tasso. **BIRD RECONHECE AGENTES DE SAÚDE COMO MODELO MUNDIAL**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/tassojereissati/Boletim/Noticias/2004/056.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

JORNAL DIÁRIO DE NATAL. Natal: 24 de abril de 1979.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. **Está sangrando o Açude Jaburu na Serra da Ibiapaba**. Disponível em: <http://diaridonordeste.globo.com/2000/04/05/010048.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

_____. Fortaleza: 1983.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: 1980-1983.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: 1998.

JORNAL NEW YORK TIMES. New York: 1978.

JORNAL O CEARENSE. Fortaleza: 1877-1879

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza: 1994; 1998; 1999; 2000; 2003; 2004; 2006;

JORNAL O ESTADO. Fortaleza: 1958; 1983.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. 1919-1979

JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro: 1983.

JORNAL O IMPARCIAL. Rio de Janeiro: 1919.

JORNAL O NORDESTE. 1931-1932.

JORNAL O POVO. Fortaleza: 1931; 1979, 1998; 1999; 2005;

JORNAL O RETIRANTE. Fortaleza: 1877.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza: 1979; 1982.

JORNAL UNITÁRIO. Fortaleza: 1942; 1951; 1958; 1970;

LIMA, Ana Maria Rocha. **A Seca, O Sertanejo e a Ginástica sueca na II batalha da borracha (1942-1945).** Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd58/seca.htm>>. Acesso em: 21 de junho de 2006.

LYRA, A. Tavares. **As Seccas do Nordeste.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

MAIA, Luciano. **Seara.** Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1994. p. 83.

MAGALHÃES, Antonio Rocha (Org.). **Respostas Governamentais às Secas: A Experiência de 1987 no Nordeste.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1991.

MARTINS, Wilson. **Rodolfo Teófilo.** Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/wilsonmartins072.html>>. Acesso em: 6 de agosto de 2006.

MEDEIROS, Viriato de. **O Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.** Rio de Janeiro: Jornal Correio Mercantil, 13 de maio de 1877.

MEDEIROS FILHO, João. **Os Degredados Filhos da Seca.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEIRA, Olyntho José. **As Secas do Nordeste, Suas Causas e Remédios.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

NEVES, Antônio da Silva. **A Seca de 1919.** Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1919.

NEVES, Francisco de Castro. **Getúlio e a Seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas.** Disponível em: <http://64.233.179.104/search?q=cache:DlDy_nZrX4MJ:www.scielo.br/pdf/rbh/v21n40/a06v2140.pdf+seca+1930+1932&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=26>. Acesso em: 21 de junho de 2006.

NEVES, Frederico de Castro (Coord.). **Seca.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NICOLA, José de. **Literatura Brasileira da Origem Aos Nossos Dias.** 15. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História Privada no Brasil:** Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVO PROGRAMA CONTRA A SECA. Disponível em: <http://www.dpnet.com.br/antecedentes/1998/04/22/econo3_0.html>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

NÚCLEO INDEPENDENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS DO CEARÁ (NIEPCE). **O DNOCS e o novo nordeste:** uma perspectiva histórica, 1909-1984. 2. ed. Fortaleza: DNOCS, 1985.

OLÍMPIO, Domingos. **Luzia Homem.** Fortaleza: ABC, 1999.

PAIVA, Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço.** 2. ed. Fortaleza: ABC, 2001.

PINHEIRO, Luiz Carlos Martins. **Notas Sobre As Secas.** Fortaleza: DNOCS, número 6, vol XX, 1959.

PINHO, Antonio Carlos. **Vidas Secas:** Graciliano Ramos. Disponível em: <<http://www.mundocultural.com.br>>. Acesso em: 12 de setembro de 2006.

POMPEU, Gina Vidal; TASSIGNY, Mônica Mota (Coords.). **História de Nossa Gente.** Fortaleza: INESP, 2004.

PORTO, Tereza. **Teia de Solidão.** Fortaleza: Livro Técnico, 2001.

PROJETO PORTINARI. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br>>. Acesso em: 27 de setembro de 2006.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze.** 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** 78. ed. São Paulo: Record, 1999.

REALISMO. Disponível em: <http://www.artesbr.hpg.ig.com.br/Educacao/11/interna_hpg10.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2006.

REVISTA CONVIVER - NORDESTE SEMI-ÁRIDO - UMA REVISTA DE ESTUDOS AVANÇADOS DO SEMI-ÁRIDO. Fortaleza: DNOCS-BNB, 2004, nº 1.

_____. Fortaleza: DNOCS-BNB, 2004, nº 3.

_____. Fortaleza: DNOCS-BNB, 2004, nº 4.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Ano 1, Número 6, dezembro de 2005.

REVISTA DE HUMANIDADES. Fortaleza: Ano 8, número 6, Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza, agosto de 1991.

REVISTA HISTÓRIA VIVA. A heróica e desprezada batalha da borracha. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/materia_22.html>. Acesso em: 21 de junho de 2006.

REVISTA PODER LOCAL. Fortaleza: Ano I, Número 3, maio de 2004.

RESAB. **Educação para a convivência com o semi-árido:** Reflexões teóricas - práticas. Juazeiro: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-árido, 2004.

RIBEIRO, Geraldo Magela. **História.** Disponível em: <<http://www.vrnet.com.br/eunapolis/historia.html>>. Acesso em: 21 de junho de 2006.

RINARÉ, Rouxinol do. **Os Grandes Feitos de Rodolfo Teófilo.** Fortaleza: Tupynanquim, 2005.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará:** Isolamento e poder na Seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

ROSADO, Laíre. **A Seca e o Carro-Pipa.** Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/omossoroense/170505/lair.htm>>. Acesso em: 21 de junho de 2006.

ROSADO, América (Org.). **Oitavo livro da secas.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1986.

ROSADO, Vingt-um (Org.). **Memorial das Secas.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981.

_____. **Nono Livro das Secas.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1983.

SAMPAIO, José Jackson Coelho. **Ceará Sertão-mar.** Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/eventos/57ra/pags/ceara_sertaomar.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

SARAIVA, Ciro (Org.). **Retrato de uma Miséria Secular.** Fortaleza: Secretaria de Comunicação do Governo do Estado do Ceará, 1983.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, Carlos João. **Geografia Geral e do Brasil:** Espaço Geográfico e Globalização.

SEVERINO, Liv Soares. **Cultivo de café bajo sombra en el Ceará.** Disponível em: <<http://64.233.161.104/search?q=cache:UL69fDheWB8J:web.catie.ac.cr/informacion/rafa/rev32/51.pdf+1730+cear%C3%A1&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=44>>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

SILVA, Clarete Paranhos da. **Memória sobre a Capitania do Ceará.** Disponível em: <http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/feijo/clarete.html>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

- SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia (Orgs.). **Atlas Escolar do Ceará**: Espaço Geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2004.
- SOARES, Paulo Gil (Coord.). **Nordestinos**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1984.
- SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das Secas (Século XX)**. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.
- SOUSA, Eloi de. Conferência em Lages. In: LISBOA, Miguel Arrojado (Org.). **Memória da Seca**. Mossoró: Conselho Nacional Científica e Tecnológico, 1980.
- SOUZA, Itamar de (Org.). **A Seca do Nordeste**: Um Falso Problema. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SOUZA, Itamar; MEDEIROS FILHO, João. **Os degradados filhos da seca**. 2. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1983
- SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
- SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- _____. (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.
- STUDART, Guilherme de. **Datas e Factos Para a História do Ceará**. Fortaleza: Typografia Studart, 1896.
- SUDENE. **Ação do Governo Federal no Combate às Secas no Nordeste**. Recife: Sudene, 1983.
- _____. **Aspectos do Quadro Social do Nordeste**. Recife: Sudene, 1985.
- _____. **As Secas do Nordeste**. Recife: Sudene, 1979.
- _____. **As Secas do Nordeste**. Recife: Sudene, 1981.
- SYDOW, Evanize. **O Brasil da Seca**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/brasil_2001/cap3_brasilseca.htm>. Acesso em: 14 de julho de 2006
- TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.
- _____. **A Seca de 1915**. Fortaleza: UFC, 1980.
- _____. **Varíola e Vacinação no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- THÉBERGE, Pedro. **Histórico Sobre a Província do Ceará**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

VIANA, Carlos Augusto. **Saudação ao poeta Carlos Augusto Viana no seu ingresso na Academia Cearense de Letras**. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/leitao1.html>>. Acesso em: 10 de Julho de 2006.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão**: História das secas no nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da Sociedade Brasileira**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ – INESP**

Presidente
Gina Marcílio Pompeu

Coordenadora do Núcleo de Publicações
Tereza Porto

Coordenadora do Núcleo de Pesquisas
Mônica Mota Tassigny

Gráfica do INESP

Coordenação: Ernandes do Carmo
Equipe Gráfica: Francisco de Moura e Hadson Barros
Diagramação: Roberta Oliveira
Av. Pontes Vieira 2391
Dionísio Torres Fortaleza Ceará.
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: 3277-3705
Fax: (0xx85) 3277-3707



home page: www.al.ce.gov.br
e-mail: epovo@al.ce.gov.br



home page: www.al.ce.gov.br/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br

METAS DO MILÊNIO



Em 2000, as "8 Metas do Milênio" foram aprovadas por 191 países da ONU, em Nova Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiverem presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir os 8 objetivos, especificados, até 2015.